

COLEÇÃO

**Carlos  
Nelson**

**COUTINHO,**

VOLUME

**III**

# **Panorama da produção discente do PPGSS-UFRJ**

Andrea Moraes  
Mavi Rodrigues  
Rita Cavalcante  
(ORG.)



COLEÇÃO

**Carlos  
Nelson**

**COUTINHO,**

VOLUME

**III**



COLEÇÃO

**Carlos  
Nelson**

**COUTINHO,**

VOLUME

**III**

# **Panorama da produção discente do PPGSS-UFRJ**

Andrea Moraes  
Mavi Rodrigues  
Rita Cavalcante  
(ORG.)

# UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO

Roberto Leher

REITOR

Leila Rodrigues da Silva

PRÓ-REITORA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA

## ESCOLA DE SERVIÇO SOCIAL

Andréa Teixeira

DIRETORA

Sheila Backx

VICE-DIRETORA

Rosana Morgado

DIRETORA ADJUNTA DE PÓS-GRADUAÇÃO

## COLEÇÃO CARLOS NELSON COUTINHO - volume III

Andrea Moraes

Mavi Rodrigues

Rita Cavalcante

ORGANIZADORAS

Fábio Marinho

PROJETO GRÁFICO E DIAGRAMAÇÃO

Aline Bondim de Andrade Oliveira

REVISÃO

Esta obra pode ser copiada e redistribuída em qualquer suporte ou formato, respeitados os termos da licença CC BY-NC-ND 4.0



### Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

P195 Panorama da produção discente do PPGSS-UFRJ / Andrea Moraes, Mavi Rodrigues, Rita Cavalcante (org.). — Rio de Janeiro: Editora UFRJ: Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, 2020.

322 p. — (Coleção Carlos Nelson Coutinho ; v.3)

ISBN (Coleção) 978-85-7108-460-5 (on-line)

ISBN 978-85-7108-463-6 (on-line)

Edição impressa publicada em 2018.

1. Ciências políticas e sociais. 2. Serviço Social. 3. Pesquisa científica. I. Moraes, Andrea. II. Rodrigues, Mavi. III. Cavalcante, Rita. IV. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Escola de Serviço Social. V. Série.

CDD: 320

# Sumário

Apresentação ..... 11

## TEORIA SOCIAL, FORMAÇÃO SOCIAL E SERVIÇO SOCIAL

A teoria social de Marx  
e a crítica da vida cotidiana no capitalismo  
*Marcos Botelho* ..... 19

A arte como uma das formas privilegiadas  
de suspensão do cotidiano  
*Mariana Miéres* ..... 35

Sobre a divisão sexual do trabalho  
*Camila Carduz Rocha* ..... 53

A categoria práxis negra  
no pensamento social de Clóvis Moura  
*Ana Paula Procopio* ..... 75

Educação pública e combate à pobreza:  
o Programa Nacional de Assistência Estudantil  
*Gleyce Figueiredo de Lima* ..... 91

## TRABALHO, LUTAS SOCIAIS, POLÍTICA SOCIAL E SERVIÇO SOCIAL

O momento estrutural do Estado: incontrolabilidade do  
capital como determinação primária do Estado moderno  
*Alexandre Aranha Arbia* ..... 105

Empregabilidade e empreendedorismo: teorias  
neoliberais de emprego e assalariamento  
*Gabriel Martins* ..... 123

Mediação e Serviço Social: conhecimento e intervenção  
*Marisol Valencia* ..... 139

A Produção Teórica sobre Drogas no Serviço Social  
brasileiro e a ruptura com o proibicionismo  
*Cynthia Studart Albuquerque* ..... 155

Fronteiras da intensificação do trabalho docente no  
Serviço Social: vida cotidiana, saúde e relações entre pares  
*Janaína Lopes do Nascimento Duarte* ..... 169

#### **CULTURA E SERVIÇO SOCIAL**

Trajetórias interrompidas: “vitimização” policial  
e a atuação do Serviço Social nesse contexto  
*Camila Cunha Arnaldo* ..... 185

Escravidão contemporânea no Rio de Janeiro:  
a fiscalização na construção civil  
*Júlia de Paula* ..... 211

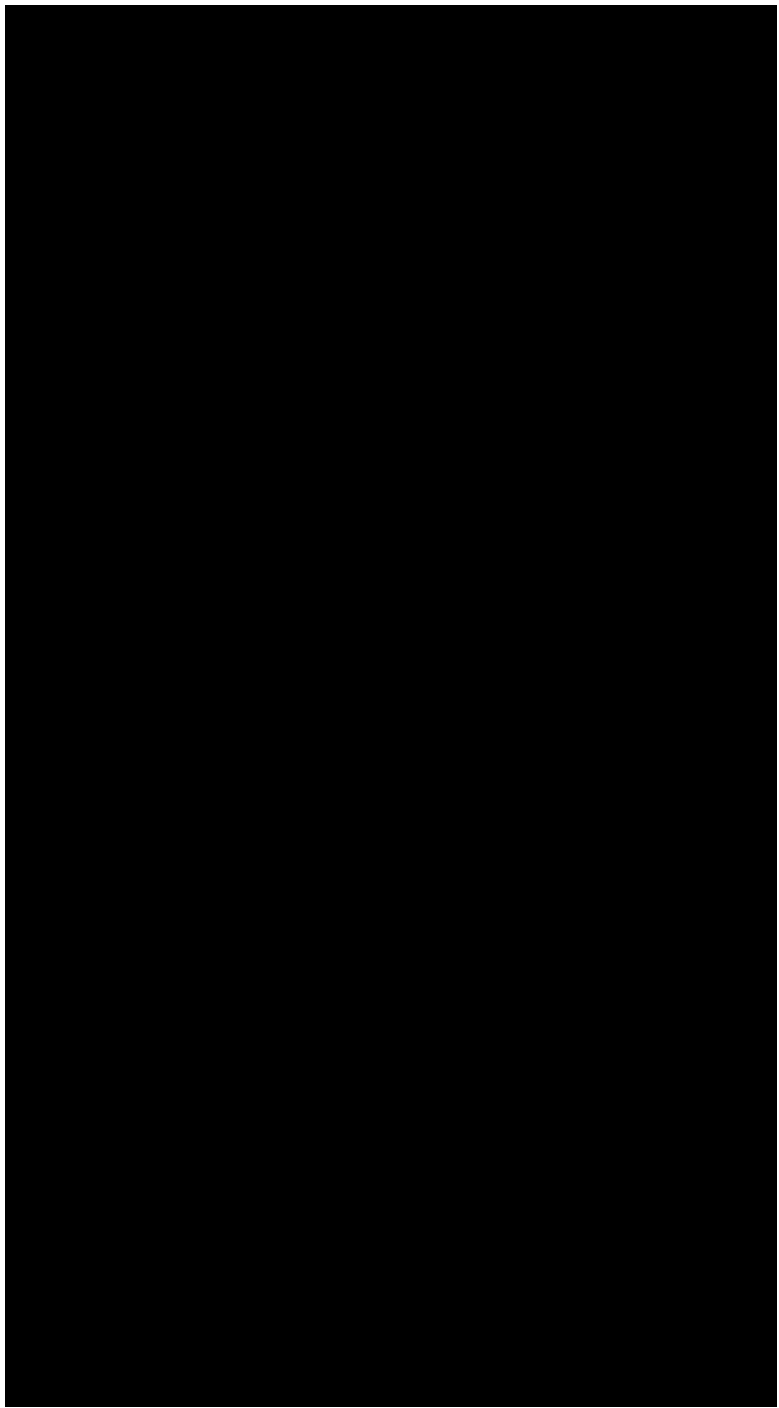
Intervenção em rede: sentidos atribuídos pelos  
profissionais responsáveis pela defesa  
dos direitos de crianças e adolescentes  
*Caio Cesar Wollmann Schaffer* ..... 239

Violência obstétrica e a vitalidade do patriarcado  
*Mariana Oliveira Decarli* ..... 267

Estado e controle social  
*Paula Kapp* ..... 291



**Apresentação**



Constituída pelo que há de mais expressivo da produção discente de egressos do Programa de Pós-graduação em Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro (PPGSS/UFRJ) dos últimos anos, a publicação que o leitor tem em mãos compõe o conjunto de volumes dedicados a homenagear Carlos Nelson Coutinho (1943-2012), um dos maiores intelectuais brasileiros dos séculos XX e XXI de renome internacional.

Marxista convicto e confesso, como costumava se autodeclarar, Coutinho exerceu um papel de vanguarda na cultura brasileira ao introduzir no país, desde os anos 1960, o pensamento de György Lukács e Antonio Gramsci – autores que permaneceram ao longo da sua vida - suas principais referências teóricas, e cujas categorias ele soube explorar de forma magistralmente original, quer para pensar a cultura ou, ainda, a formação social brasileira.

Além das obras de Lukács e de Gramsci, Coutinho verteu para a língua portuguesa um amplo rol de autores – tais como Adolfo Sánchez Vásquez, Henri Lefebvre, Walter Benjamim, Herbert Marcuse e Norberto Bobbio – e mais da metade do conteúdo dos doze volumes da edição brasileira da *História do Marxismo*, organizada pelo historiador Eric Hobsbawm. Além de seu intenso ofício como tradutor, Coutinho foi autor de uma quantidade

significativa de livros, ensaios, artigos científicos, prefácios, entre outros, e foi, ainda, um profícuo conferencista em eventos de porte nacional e internacional.

Por vinte e seis anos a comunidade acadêmica (constituída por docentes, discentes e técnico-administrativos) da Escola de Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro (ESS/UFRJ) teve a honra de partilhar da companhia e de beber da sabedoria desse notável intelectual que nunca circunscreveu sua atuação aos estreitos limites da universidade. Foi no Programa da Pós-graduação da ESS/UFRJ (mas não exclusivamente, uma vez que não se furtou de ter uma presença ativa no ensino da graduação e nos momentos de revisão curricular) que Carlito, como carinhosamente o chamávamos, deu uma decisiva contribuição para elevar a produção teórica da nossa Unidade de Ensino e para forjar uma massa crítica no Serviço Social brasileiro. Como um eminente docente e uma das principais lideranças acadêmicas do PPGSS/UFRJ, Coutinho fora responsável pela reformulação do Mestrado e pela criação do Doutorado, nos quais se formaram muitos pesquisadores de cursos de Serviço Social, de reconhecida qualidade, em diversas universidades públicas brasileiras. Tiveram também o privilégio de tê-lo como professor e/ou orientador mestres e doutores estrangeiros, oriundos em sua maioria de distintos países da América Latina e da África, que buscaram a formação de nível pós-graduado da ESS/UFRJ. Dentre o vasto legado que ele nos deixou, indiscutivelmente, está o de ter possibilitado, junto a uma equipe de notáveis docentes – Marilda Iamamoto, Nobuco Kameyama, Jean-Robert Weissaupt, José Maria Gómez, Yves Lesbaupin, entre outros, além deseu companheiro de trabalho, luta política e vida, José Paulo Netto – alçar a ESS e o PPGSS da UFRJ à condição de um dos principais celeiros na formação de ideias voltadas para o debate profissional.

Após 42 anos de existência, o PPGSS/UFRJ passou por uma reformulação recente em sua estrutura organizacional. Hoje o Programa encontra-se dividido em três áreas de concentração que refletem o que é a essência de nossa produção acadêmica na

área de Serviço Social. São elas: *Teoria Social, Formação Social e Serviço Social; Trabalho, Lutas Sociais, Política Social e Serviço Social; e Cultura e Serviço Social*. Neste volume, apresentamos 15 textos, cinco de cada área. Os artigos expressam o que nossos egressos, mestres e doutores têm produzido, e suas contribuições são consequência do ambiente de pesquisa e de discussão que o PPGSS/UFRJ deseja fomentar.

Integram a área de concentração *Teoria Social, Formação Social e Serviço Social* as pesquisas e estudos que têm a teoria social como fundamento metodológico, político e teórico para pensar a formação social brasileira e latino-americana e o Serviço Social, e, ainda, aqueles que têm por objeto as distintas dimensões da produção teórica e política a respeito do Modo de Produção Capitalista, das classes sociais, do Estado e das políticas públicas na sua contemporaneidade. Os artigos de egressos da área que compõem essa coletânea remetem, de distintas formas e em graus variados de profundidade, aos dois eixos de análise anteditos. Esse é o caso do artigo de Marcos Botelho, *A teoria social de Marx e a crítica da vida cotidiana no capitalismo*, que sintetiza seu estudo de doutoramento dos fundamentos teóricos para a crítica da vida cotidiana no capitalismo, a partir da análise da obra marxiana em seu todo e também das suas fontes teóricas, para demonstrar que Marx funda um método e desenvolve as principais categorias para essa crítica. Também inclui o artigo de Mariana Miéres, *A arte como uma das formas privilegiadas de suspensão do cotidiano*, que visa discutir, sob inspiração de Lukács, a arte como uma das formas de suspensão do cotidiano, bem como as dificuldades que a terceira fase da etapa imperialista põe para que a mesma cumpra esse papel. Nesse mesmo horizonte está o artigo de Camila Carduz Rocha, *Sobre a divisão sexual do trabalho*, que apresenta reflexões críticas marxistas sobre as categorias de gênero, de patriarcado e, em especial, da divisão sexual do trabalho, que fundamentam os estudos feministas das mais diversas vertentes e determinam suas respectivas estratégias de luta. Como também o de Ana Paula Procópio, *A categoria práxis negra no pensamento*

*social de Clóvis Moura*, que apresenta os resultados da sua pesquisa voltada para identificar e analisar, nas teses do referido sociólogo e historiador, a apropriação do método dialético e da teoria marxista, e, ainda, investigar a hipótese da construção de uma nova categoria analítica por Moura, *a práxis negra*. Há, ainda, o de Gleyce Figueiredo de Lima, *Educação pública e combate à pobreza: o Programa Nacional de Assistência Estudantil*, que busca discutir o Programa Nacional de Assistência Estudantil, implantado sob o contexto da expansão da Rede de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (EPT) a partir dos entraves do trabalho dos assistentes sociais.

A área de concentração *Trabalho, Lutas Sociais, Política Social e Serviço Social* se inclina para pesquisas na perspectiva histórico-crítica sobre o desenvolvimento do capitalismo e suas determinações contemporâneas. O trabalho é tratado na sua concepção ontológica e na forma social-capitalista. Nesse movimento, as categorias Estado, sociedade, classes sociais, questão social e suas expressões são recuperadas e analisadas como fundamentos e propulsoras das conformações históricas da política social. Reúne, então, investigações sobre a proteção social no Brasil, na América Latina e no mundo, apreendendo os projetos societários e profissionais do Serviço Social em disputa, a partir dos seus fundamentos e das estratégias programáticas. Portanto, os estudos sobre o Serviço Social percorrem a história, a cultura profissional e o projeto ético-político, tomando com atenção as inserções socioprofissionais e políticas dos assistentes sociais. Dessa forma, foram reunidos cinco textos, sendo quatro de egressos do Doutorado do PPGSS e um de uma estudante desse mesmo curso. Começamos com o texto de Alexandre Aranha Arbia, com título *O momento estrutural do Estado: incontrolabilidade do capital como determinação primária do Estado moderno*, que expõe as determinações centrais que instituem o capital como dinâmica sociométrica incontrolável a partir da obra marxiana, particularmente, os três livros de *O Capital* e os *Grundrisse*, bem como as lições de seu reconhecido intérprete, o “último” Lukács, o que nos permite

compreender a estruturação *tripolar* do Estado em sua síntese das formas *administrativa, política e jurídica*. Já Gabriel Martins apresenta o artigo *Empregabilidade e empreendedorismo: teorias neoliberais de desemprego e assalariamento*, onde demonstra que aquelas são as teorias mais difundidas no combate ao desemprego na neoliberalização capitalista, aprofundando e reconfigurando o tendencial retorno da hegemonia do assalariamento por peça, em detrimento do salário por tempo. No caso do artigo de Marisol Valencia, *Mediação e Serviço Social: conhecimento e intervenção*, a discente revisita a mediação como categoria da realidade, segundo a concepção marxiana e ultrapassa, assim, os sentidos atribuídos em parte da bibliografia brasileira e latino-americana de oferecer o sentido de “intermediação” ou de “mediação entre partes” em um conflito, próprios de uma abordagem funcional, sistêmica ou programática esperada para a profissão. Já Cynthia Studart Albuquerque elabora o texto *A Produção Teórica sobre Drogas no Serviço Social brasileiro e a ruptura com o proibicionismo*, onde analisa os deslocamentos teóricos sobre drogas nas teses do Serviço Social brasileiro, entre 2005 a 2015, fruto da apropriação da teoria social crítica, fecundando as armas da crítica ao proibicionismo e a possibilidade de se construírem respostas profissionais consonantes às necessidades da classe trabalhadora. Finalmente, Janáina Lopes do Nascimento Duarte nos apresenta *Fronteiras da intensificação do trabalho docente no Serviço Social: vida cotidiana, saúde e relação entre pares*, onde problematiza como o solo da contrarreforma da educação superior vem metamorfoseando o sentido e o cotidiano do trabalho docente no magistério superior. Fruto de uma tese com trabalho de campo com 52 docentes assistentes sociais distribuídos por 9 universidades federais, a autora analisa como o processo de intensificação do trabalho incide sobre a vida cotidiana dos docentes, identificando repercussões quanto ao tempo de lazer, ao tempo destinado à família, à saúde dos docentes e às relações estabelecidas nas unidades acadêmicas.

A área de concentração *Cultura e Serviço Social* reúne investigações que abordam a dimensão cultural dos processos de cons-

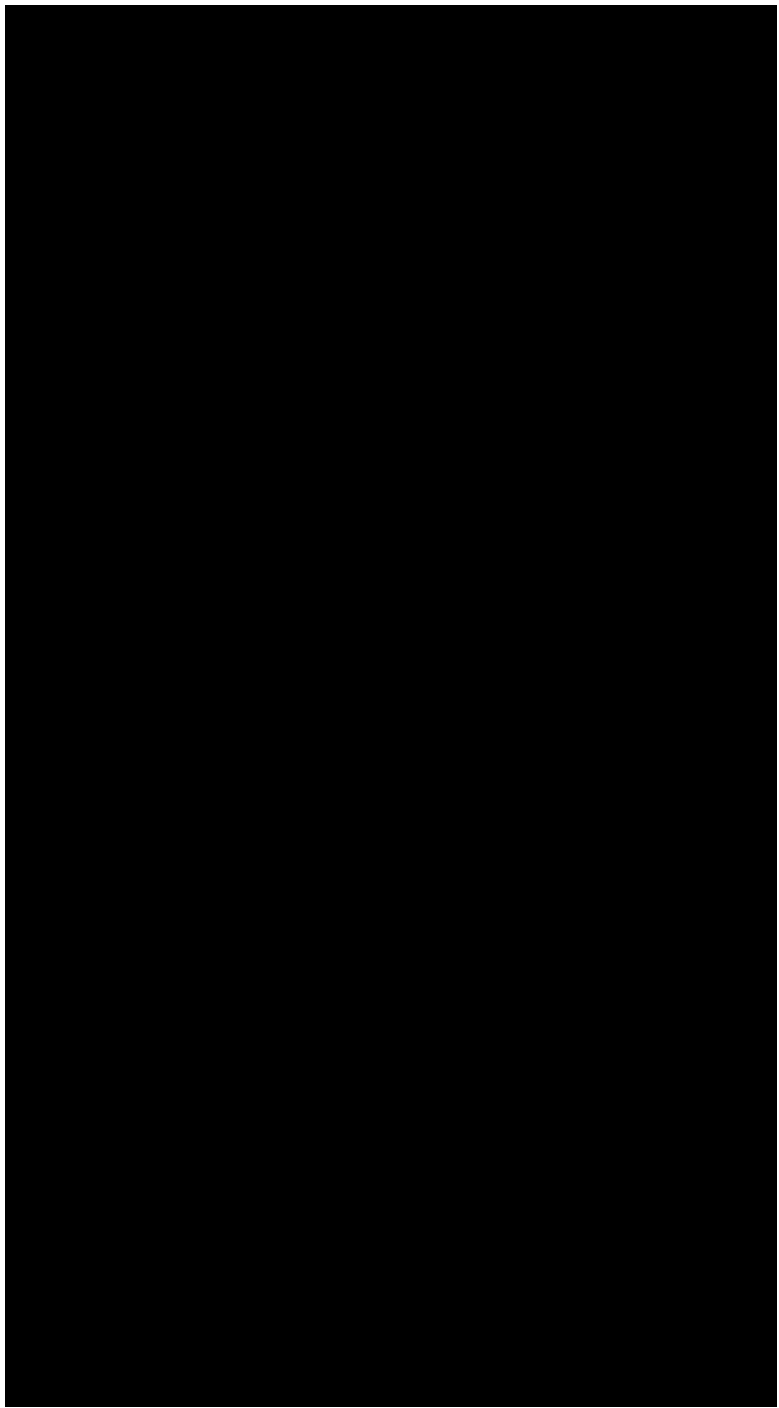
trução de identidades coletivas; os movimentos sociais – urbanos e rurais – e suas relações com o Estado e o mercado; a cultura política, as ações coletivas e as instituições; a participação, as relações de poder e a cidadania; as relações de gênero, intergeracionais e interétnicas nos espaços públicos e privados; e a interface dessas temáticas com o Serviço Social. Nesse sentido, os textos da área que compõem a coletânea atentam para a complexidade da vida social urbana e as interações entre atores sociais, as disputas por significados e discursos e a forma como essas disputas afetam arenas de poder, sobretudo aquelas relacionadas ao Estado, políticas públicas e práticas de intervenção em ambientes institucionais. Todos os textos apresentados dialogam com dimensões do Estado em distintas esferas: das questões referentes à segurança pública, como o artigo de Camila Cunha Arnaldo, *Trajetórias interrompidas: "vitimização" policial e a atuação do Serviço Social nesse contexto*, àquelas concernentes às formas de regulação do trabalho urbano, como o artigo de Julia de Paula, *Escravidão contemporânea no Rio de Janeiro: a fiscalização na construção civil*, até reflexões sobre as intervenções praticadas no âmbito das políticas de atenção à infância e juventude, como o artigo de Caio Cesar Wollmann Schaffer, *Intervenção em rede: sentidos atribuídos pelos profissionais responsáveis pela defesa dos direitos de crianças e adolescentes*. Ainda debatendo a respeito das dinâmicas de construção da esfera estatal e de seus efeitos de poder, temos os artigos de Mariana Oliveira Decarli, refletindo sobre violência, ordem reprodutiva e patriarcado – *Violência obstétrica e a vitalidade do patriarcado* – e o artigo de Paula Kapp, *Estado e controle social*, no qual a autora se debruça sobre o conceito de controle social a partir da ordem capitalista.

Este volume representa a trajetória bem-sucedida do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da UFRJ, um espaço de pesquisa plural e de diálogos frutíferos que contribuem para a compreensão das dinâmicas que constituem a sociedade contemporânea.

*Andrea Moraes, Mavi Rodrigues & Rita Cavalcante*  
(ORGANIZADORAS)



**Teoria Social,  
Formação Social  
e Serviço Social**



# A teoria social de Marx e a crítica da vida cotidiana no capitalismo

*Marcos Botelho*

## Por que estudar a vida cotidiana? Por que Marx?

A motivação que impulsionou, originariamente, a elaboração de nossa tese e a escolha da temática foi a reflexão sobre a relação entre a prática do Serviço Social e a vida cotidiana. A cotidianidade reificada é um dos fundamentos do caráter sincrético da intervenção do assistente social<sup>1</sup>. Acreditávamos que a pesquisa sobre os fundamentos da vida cotidiana, assim como a análise histórica de seu caráter fenomênico reificado sob o capitalismo monopolista, lançaria luz sobre as tendências profissionais do Serviço Social na atualidade<sup>2</sup>.

As demandas sociais postas à profissão e as respostas que os assistentes sociais tornam possíveis às situações apresenta-

---

1 José Paulo Netto afirma que a *questão social*, núcleo das demandas histórico-sociais que se apresentam à profissão, o *cotidiano*, como horizonte do exercício profissional, e a *manipulação de variáveis empíricas*, enquanto modalidade específica de intervenção, são os fundamentos da natureza sincrética da prática do Serviço Social (NETTO, 2007: 92).

2 Nosso estudo é parte do trabalho coletivo realizado, desde 2011, no interior do “Projeto de Pesquisa Integrado: Capitalismo, Sincretismo e Serviço Social” do Núcleo de Pesquisa e Estudos Marxistas (NEPEM) da ESS/UFRJ, coordenado pelos professores Marcelo Braz e Mavi Rodrigues. Aproveito a ocasião para agradecer a todos os integrantes (alunos de graduação, alunos de pós-graduação e professores) que participaram de um largo rol de atividades conosco e foram fundamentais para o despertar, o aprendizado e o amadurecimento de muitas das questões que buscamos desenvolver nesta tese.

das no “tempo miúdo do trabalho cotidiano” (YASBEK *apud* IAMAMOTO, 2008: 233) se inscrevem no contexto da sociedade capitalista madura. Ao responder pragmaticamente às situações apresentadas no dia-a-dia, o Serviço Social, ao manipular as variáveis disponíveis no seu fazer profissional, altera o cotidiano da população usuária, intervém nas expressões da “questão social”, de modo a reproduzir as contradições postas em novo patamar.

Tendo em vista o largo alcance que a tarefa de investigar as relações entre vida cotidiana e Serviço Social exigiria, acabamos por nos restringir ao conteúdo teórico de alguns dos “clássicos” da teoria social – em particular, ao pensamento de Marx. Poderíamos definir o nosso trabalho como *uma busca pelos fundamentos teóricos para a crítica da vida cotidiana no capitalismo*. A reconstrução do processo de produção teórica desses fundamentos exige *um resgate crítico dos antecedentes, da elaboração e do legado da teoria social de Marx*.

A vida cotidiana, ao longo de nosso trabalho, é analisada a partir de sua dupla dimensão: *a vida cotidiana* como um *medium* insuprimível da/na vida social (e sua centralidade no trabalho) e *a vida cotidiana sob o capitalismo* (e suas particularidades econômico-sociais).

São da lavra de Lukács os estudos pioneiros que buscam explicar *a vida cotidiana a partir de uma impositação ontológica*. No capítulo que abre a sua *Estética*, Lukács, na tentativa de introduzir os pressupostos necessários à compreensão do reflexo estético, remete aos fundamentos ontológicos da vida cotidiana. No interior da exposição do processo de gênese de um conjunto complexo de objetivações humanas, ele remete à referência compulsória dos homens à cotidianidade. É nela que se reproduz a manutenção social do legado humano: ela é o alfa e o ômega de toda práxis social. Nela os homens e mulheres reproduzem não só as suas condições materiais, mas também as mais elevadas objetivações humanas.

O que Lukács faz é resgatar o método empregado por Marx no estudo da sociedade burguesa e da funcionalidade sistêmica da produção e reprodução do capital. O empreendimento

marxiano, desde seu primeiro contato com a economia política aos escritos inacabados de *O Capital*, é interpretado por Lukács como um unívoco esforço de interpretação crítica da sociedade burguesa, que, marcado pela perspectiva de totalidade e através de seu método crítico-dialético, ao passo que desvela a essência da estrutura reificada da sociedade do capital, traz à tona o “mundo dos homens” como produto histórico-social construído pela autoatividade humana, a partir – mas não somente – da produção da vida material assentada no trabalho. Estão contidos na obra marxiana os fundamentos teóricos que nos permitem analisar, ao mesmo tempo – e necessariamente de modo unitário, indissolúvel –, o cotidiano reificado do mundo em que vivemos e os passos evolutivos (e, por vezes, revolucionários) da constituição do humano em sua vida ordinária ao longo da história.

A atenção prioritária dos estudos de Marx foi dada à análise da economia capitalista. É nesse ponto que encontramos seu maior legado para a compreensão da vida cotidiana. Sua análise sobre o funcionamento do modo de produção capitalista engloba necessariamente uma crítica da vida cotidiana reificada. E o ponto central são os estudos sobre a estrutura da mercadoria (“fundamentais para a ontologia do ser social”, dirá Lukács). A forma-mercadoria é uma “objetividade fantasmagórica”; as relações sociais que governam essa forma social surgem “socialmente por necessidade espontânea”, e delas, a partir do intercâmbio de mercadorias, brota, “enquanto forma material espiritual de reprodução da sociedade humana, a reificação propriamente dita, a reificação socialmente relevante” (LUKÁCS, 2013: 665). Trata-se do fetiche da mercadoria e da reificação (coisificação) das relações sociais, estudados por Marx<sup>3</sup>.

---

3 “A mercadoria é misteriosa simplesmente por encobrir as características sociais do próprio trabalho dos homens, apresentando-as como características materiais e propriedades sociais inerentes aos produtos do trabalho; por ocultar, portanto, a relação social entre os trabalhos individuais dos produtores e o trabalho total, ao refleti-la como relação social existente, à margem deles, entre os produtos do seu próprio trabalho. Através dessa dissimulação, os produtos do trabalho se tornam mercadorias, coisas sociais, com propriedades perceptíveis e imperceptíveis aos sentidos. (...) Uma relação social definida, estabelecida entre os homens, assume a forma fantasmagórica de uma relação entre coisas” (MARX, 2011: 94).

Resgatar, tal qual realizou Marx, a profunda conexão entre o “momento predominante” da economia e a “ontologia da vida cotidiana” continua sendo um desafio teórico fundamental. Esse resgate se justifica pela pouca – ou problemática – atenção dada nas ciências sociais (por vezes, até no interior do marxismo) a essas ricas conexões. É a partir da crítica dessa completa coisificação das relações sociais que podemos compreender melhor o cotidiano na sociedade burguesa. Na realidade cotidiana dominada pelo capital, a práxis fetichizada dos homens, o mundo dos objetos fixados (sob a aparência de “condições naturais”) e o mundo das representações comuns (produto da *práxis* fetichizada) acabam por determinar a reificação não só dos processos de trabalho como de todas as esferas da vida social (KOSIK, 2002: 15). No capitalismo monopolista a reificação alcança esse patamar. É quando “a organização capitalista da vida social preenche todos os espaços e permeia todos os interstícios da existência individual” e “o *inteiro cotidiano dos indivíduos que se torna administrado*” (NETTO, 1981: 81-82 – grifos meus).

Marx, em sua obra madura, percorre desde as mais abstratas determinações das leis econômicas, como a lei do valor, etc., até a história de vida e de luta dos trabalhadores, passando pelos dilemas e problemas mais concretos da vida cotidiana. Um exemplo é sua análise crítica sobre o “pão cotidiano” consumido pelos trabalhadores ingleses (MARX, 2011: 289). Estudando em detalhes os itens de consumo básico dos trabalhadores – entre muitas outras questões que os afetam em sua vida cotidiana –, Marx demonstrou como o seu método, tendo partido da realidade concreta e chegando às categorias abstratas, parte do “abstrato” e faz o caminho de volta, e, ao figurar o cotidiano na totalidade de suas relações, realiza-o idealmente como “concreto pensado”. O “*todo artístico*” de Marx em sua obra maior é uma mordaz e completa crítica da vida cotidiana no capitalismo. É por esse motivo que Lukács vai dizer que “o marxismo foi o primeiro a possibilitar uma crítica ontológica da vida cotidiana, de sua influência sobre o conhecimento científico e da influência recebida deste” (LUKÁCS, 2013: 463).

Através desse exemplo também podemos compreender as categorias de *prioridade ontológica da economia* e de *momento predominante* (LUKÁCS, 2012: 307 e 308). Essas categorias são belissimamente expostas por Marx e Engels na obra *A Ideologia Alemã*, quando afirmam que “para viver, precisa-se, antes de tudo, de comida, bebida, moradia, vestimenta e algumas coisas mais” e que a produção dos meios para a satisfação dessas necessidades “é, sem dúvida, um ato histórico, uma condição fundamental de toda a história, que ainda hoje, assim como há milênios, tem de ser cumprida diariamente, a cada hora, simplesmente para manter os homens vivos” (MARX e ENGELS, 2007: 33). Quando da morte de Marx, no discurso fúnebre que realizou, Engels repetiu mais ou menos essas mesmas palavras, o que reafirma o objetivo principal que ambos perseguiram ao longo da vida: compreender a economia e a vida cotidiana para transformá-las.

Tendo esse objetivo como pressuposto, nossa tese realiza um estudo crítico, introdutório, sobre os antecedentes (*Capítulo I*), a gestação (*Capítulo II*), a elaboração em seu “todo artístico” (*Capítulo III*) e o legado (*Capítulo IV*) de uma crítica marxiana da vida cotidiana no capitalismo.

## **Os antecedentes**

A filosofia de Hegel se desenvolve sob o impacto da dupla revolução: a revolução industrial inglesa e a revolução política francesa. No marco da realidade alemã – e por isso marcada pelas contradições de seu lugar-no-mundo – a obra de Hegel é o ápice da elaboração da filosofia clássica, sendo fruto de um período de profundas transformações sociais. A construção da ontologia idealista hegeliana é por nós analisada a partir da categoria trabalho, que ocupa lugar de destaque na explicação hegeliana sobre o surgimento do ser social. Também nos propomos a sintetizar sua formulação sobre o processo de consciência. Hegel parte da consciência ordinária e, passando pela intuição, pela representação, pelas ciências empíricas, pelo entendimento e pelo juízo, reproduz

o movimento de conquista da razão. Realizando a crítica a Kant, destaca o caráter processual em que o pensamento se eleva do entendimento à razão, vislumbra a aquisição de um conhecimento conceituante. A filosofia hegeliana também contém uma análise sobre a sociedade civil-burguesa e o Estado. Sua concepção de história está diretamente vinculada às aspirações (assim como às inflexões) econômicas e políticas manifestadas pela burguesia. Bebe na fonte da economia política clássica, mas busca dar um conteúdo filosófico e universalizante às descobertas e à visão de mundo dos economistas.

Em *A Riqueza das Nações*, Smith conceitua uma série de novos fatos da vida econômica a partir de categorias relativas à nascente sociedade burguesa. Da análise sobre a divisão do trabalho, típica da manufatura, extrai observações que permitem revelar tendências e legalidades estruturais da economia capitalista. Seu interesse e sua obra extrapolam a estrita análise econômica. Smith busca analisar os fenômenos econômicos articulados ao conjunto da realidade social e expressa o individualismo burguês de modo clássico. Constrói uma teoria assentada no trabalho como produtor da riqueza e do valor. No que se refere à sua concepção sobre a vida social, Smith acaba por tratar suas descobertas sobre o funcionamento da sociedade burguesa como categorias eternas. Trata-se das “robinsonadas”, tão sagazmente criticadas por Marx: Smith trata as categorias particulares da sociedade burguesa como se elas existissem desde as formas sociais primitivas. Já a sua defesa sobre o livre comércio atende aos interesses da burguesia inglesa. Mas Smith também esteve atento aos problemas sociais dos trabalhadores. Sua teoria salarial, por exemplo, incorpora uma análise bastante ampla sobre as necessidades fisiológicas e sociais. Sua investigação deu atenção aos fatos e produtos presentes na vida cotidiana. Além disso, revela o impacto de uma série de instituições e leis econômicas sobre os trabalhadores. Faz tudo isso sem abandonar o seu horizonte burguês. Trata-se, como também se revela na teoria ricardiana, de uma crítica apenas marginal à ordem social de seu tempo (MÉSZÁROS, 2009:14).



Em *Princípios de Economia Política e Tributação*, Ricardo demonstra sua objetividade ímpar e descobre leis fundamentais da produção e circulação capitalista. A clara consciência em favor dos interesses da burguesia e o fato de que assistiu a um desenvolvimento das primeiras etapas da revolução industrial garantiram a superioridade de suas descobertas em relação às de Smith. Sua teoria do valor-trabalho é bem mais concretamente desenvolvida e sua teoria da distribuição segue os avanços de Smith (em relação ao trabalho produtivo e improdutivo), mantendo a divisão smithiana entre renda, salários e lucros. A diferença é que realiza uma verdadeira cruzada contra os proprietários de terras e a renda da terra. O posicionamento de classe de Ricardo não impede a sua radical busca pela verdade científica. E assim, da mesma forma que Smith, constrói uma teoria salarial que leva em consideração os diferentes fatores econômicos e sociais. É um defensor ferrenho do desenvolvimento das forças produtivas, e sua teoria da liberdade natural do comércio é marcada pela defesa da “produção pela produção” como o melhor caminho para a economia e a sociedade. É nesse contexto que defende o fim da lei dos cereais. De todo modo, no seu capítulo sobre a maquinaria, em que afirma o impacto prejudicial do processo de mecanização sobre os trabalhadores, dá provas de sua honestidade intelectual ao dar razão à opinião defendida pela classe trabalhadora.

## **A gestação**

Nas obras juvenis de Engels e de Marx encontramos, *in statu nascendi*, os fundamentos para a construção de uma teoria do ser social e uma teoria da vida cotidiana, assim como para a crítica da economia política e da vida cotidiana no capitalismo.

Analizamos, inicialmente, o contexto político e social que o jovem Engels está inserido, pontuando traços de sua biografia e da realidade da Alemanha, onde nasceu, e da Inglaterra, onde trabalhou e desenvolveu sua pesquisa sobre a vida cotidiana da classe trabalhadora. Adentramos na análise do conteúdo de seu

“esboço genial” – onde realiza uma crítica da economia política inovadora –, publicado nos *Anais Franco-Alemães*, em 1844. E destacamos sua importante pesquisa sobre as condições da classe trabalhadora na Inglaterra, uma crítica da vida cotidiana já marcada por uma análise materialista e pela unidade com a crítica da economia política. Esse é um tipo de análise e pesquisa que terá continuidade ao longo da produção de Engels, e também de Marx – sendo um parâmetro inclusive para a pesquisa contida em *O Capital*.

Depois, reconstruímos o caminho e os “encontros” que levam o jovem Marx a elaborar uma nova concepção teórica sobre a sociedade burguesa – sobre sua economia, sua ideologia, seu aparato jurídico-político e sua vida cotidiana alienada: 1) o encontro com os interesses materiais dos “pobres”; 2) a crítica à teoria de Hegel e dos filósofos neo-hegelianos; 3) o contato com o proletariado e suas organizações políticas e sindicais na França; 4) o encontro com a crítica social dos socialistas utópicos e 5) o encontro com a (crítica) da Economia Política.

Os primeiros encontros, com os interesses materiais e a crítica à filosofia hegeliana, são analisados a partir de uma breve contextualização histórica e análise imanente de sua produção na *Gazeta Renana*, nos *Manuscritos de 1843 (Crítica à Filosofia do Direito de Hegel)*, assim como no artigo *Crítica à Filosofia do Direito de Hegel: Introdução*. Outros três encontros são decisivos: com o movimento operário, com a economia política e com a crítica social dos pensadores utópicos. Eles se efetivam quando de sua estadia em Paris, em fins de 1843 e no ano de 1844. Em seus *Manuscritos de 1844* a crítica da economia política e sua opção comunista aparecem de modo articulado em uma teoria social crítica ao modo de produção capitalista – e uma ontologia do ser social – *in statu nascendi*. Nessa obra, “as ‘três fontes’ do marxismo fazem sua nervosa estreia” (FREDERICO, 2009: 11). Nela há, portanto, a gestação da crítica da economia política, de uma ontologia do ser social, da teoria da alienação, assim como da teoria sobre a cultura e sobre a vida social. Destacamos, em

seguida, a consolidação da correta compreensão da relação entre história, economia e cotidiano, fato determinante para a superação do idealismo filosófico e do materialismo vulgar. Três obras de Marx e Engels são decisivas na construção dessa concepção materialista da história: *A Sagrada Família*, *A Ideologia Alemã* e as *Teses sobre Feuerbach* (as duas primeiras escritas em conjunto, e a última por Marx). É quando demonstram publicamente o novo método crítico-dialético e a superação que realizam em relação aos seus antigos colegas neo-hegelianos. Através dessa conquista teórica fundamental torna-se compreensível a *historicidade da/na vida cotidiana*. Mas é com *Miséria da Filosofia* que Marx consolida a superação dos críticos utópicos e apresenta, pela primeira vez, “uma análise crítica de conjunto do modo de produção capitalista” (MANDEL, 1968: 54).

### O “todo artístico”

Entre a publicação de *Miséria da Filosofia*, em 1847 (considerada por Marx como sua primeira obra econômica), e a do Livro Primeiro de *O Capital*, em 1867 (considerado pelo próprio como um “todo artístico<sup>4</sup>”), há vinte anos de intenso trabalho de organização do proletariado, participação nas revoluções de meados do século, atividade jornalística, exílio, estudos, publicações, artigos, etc. nas mais diferentes searas. Mas sua atividade principal foi dedicada aos estudos das obras econômicas – e de todas as demais áreas do saber, pois já sabemos que a concepção marxiana prima pela perspectiva da totalidade – que formam a base de sua crítica da economia política, sua análise mais completa dos aspectos estruturais do modo de produção capitalista, condensada nos livros que compõem a sua obra maior: *O Capital*.

Desde a publicação de *Miséria da Filosofia*, apesar da promessa de Marx, a publicação de sua crítica da economia política

---

4 Marx escreve carta, de 31 de julho de 1865, para Engels, indicando que está terminando de escrever o *Livro I*, em que diz: “sejam quais forem os defeitos, meus escritos têm a vantagem de compor um todo artístico” (MARX in MARX e ENGELS, 2010: 173).

era adiada. As premências políticas, jornalísticas, de saúde e de vida acabaram por alongar os anos de estudos. Mas, sobretudo, foi a exigência teórica de uma obra de tão larga pretensão que impediu a conclusão em tempo menor<sup>5</sup>. Nesse ínterim, apesar da amplíssima produção política e teórica de Marx e Engels, apenas algumas obras com dedicação específica à crítica da economia política foram publicadas, como por exemplo, *Trabalho Assalariado e Capital* (1849)<sup>6</sup>; *Contribuição à Crítica da Economia Política* (1859) e *Salário, Preço e Lucro* (1865)<sup>7</sup>. A primeira e a última, pelo seu caráter didático e polêmico, são demonstrações categóricas de que o objetivo primordial das obras econômicas de Marx era o diálogo direto com os trabalhadores, com o objetivo de contribuir com os esclarecimentos teóricos necessários à organização política proletária. Foram intervenções políticas que se tornaram “ensaios populares”. Alguns trechos desses “ensaios” indicam o progresso da aproximação, na obra de Marx, entre a crítica da economia política e a das precárias condições dos trabalhadores em sua vida cotidiana.

Depois de sublinhar o caráter desses “ensaios” e dessa aproximação, dedicamo-nos a compreender a conquista definitiva do método para a crítica da economia política de Marx, contida em sua *Contribuição* de 1859 e na *Introdução aos Grundrisse* de 1857-58. Ao avançar nos estudos da economia política, Marx pôde superar as abordagens unilaterais e ideológicas de seus predecessores, pôde conceber um método, uma teoria social, uma ontologia do ser social e uma crítica do capitalismo que estão vinculados a uma teoria da produção e reprodução material da vida social. Esta percorre a totalidade da vida econômica e social e apreende desde os processos revolucionários à reprodução diuturna dessa realidade, desde a produção material aos fenômenos políticos e

---

5 Em seu prefácio da obra de 1859 ele relata esta trajetória (cf. MARX, 2008: 49-50).

6 Publicado na *Nova Gazeta Renana*, em 1849, tendo por base “as conferências proferidas por Marx na Associação dos Operários Alemães de Bruxelas, em 1847” (cf. introdução de Engels in MARX, 2010: 19).

7 A publicação de fato só ocorreu em 1898, pela filha de Marx, Eleanor, mas o escrito é um relatório que foi lido publicamente por Marx nas reuniões do Conselho Geral da Primeira Internacional, em junho de 1865.

ideológicos, desde os aspectos gerais das “leis econômicas” à vida cotidiana das classes, grupos e indivíduos.

Por fim, analisamos *O Capital*, a obra em que os fundamentos para a crítica de questões estruturais da vida cotidiana no capitalismo são formulados de modo mais completo. Nessa sua obra maior podemos vislumbrar, de forma mais acabada, a crítica da vida cotidiana no capitalismo através de sua crítica da economia política. No desenrolar das categorias presentes nela está contida a crítica de Marx ao modo de ser, viver e pensar que governa a vida social sob o comando do capital.

No *primeiro tópico* deste capítulo da tese, as passagens em que Marx expressa explicitamente o conteúdo de seu método servem de suporte para a concepção de um método para a crítica da vida cotidiana no capitalismo. Dessa forma, o *método em O Capital* se apresenta como o *método para a crítica da vida cotidiana no capitalismo através da crítica da economia política*. Antes desse percurso, fizemos, também, algumas breves notas sobre a trajetória de Marx na fase de elaboração da obra, para compreendermos a natureza de seu pensamento e as dificuldades que encontrou para desenvolvê-lo.

No *segundo tópico*, estudamos as mais importantes categorias para a constituição de uma teoria da vida cotidiana e para a crítica da vida cotidiana no capitalismo. O debate atinente ao processo de trabalho em geral, ao valor de uso e ao trabalho concreto, ou melhor, sobre a centralidade do trabalho no mundo dos homens, é fundamental para se pensar uma teoria das determinações fundamentais da cotidianidade. Por outro lado, a teoria da alienação marxiana na sua mais alta elaboração, qual seja, a teoria sobre o fetichismo da mercadoria e a reificação das relações sociais sob o capitalismo – que pressupõe necessariamente sua teoria da mais-valia e as categorias de valor de troca, trabalho abstrato, entre outras –, é a base para a construção de uma crítica da vida cotidiana reificada (ou: para a crítica da alienação tipicamente capitalista). Em suma, a *categoria trabalho* nos permite vislumbrar uma *teoria sobre as determinações fundamentais da cotidianidade*,

e a teoria da mais-valia e da reificação das relações sociais leva-nos a uma crítica da vida cotidiana reificada.

No terceiro tópico, analisamos a pesquisa extensiva de Marx em relação à produção capitalista e a exploração da força de trabalho. Sua pesquisa, ao passo que desenvolve as categorias e a história desse modo de produção, revela os impactos diretos no cotidiano operário. Temos uma história do passado recente e do presente (por óbvio, o da época de Marx) da vida cotidiana da classe trabalhadora inglesa (e na medida em que a argumentação exige, de diferentes países). Sua concepção de história não é um simples relato sobre os “grandes fatos” e as “grandes personalidades históricas”; Marx faz de sua argumentação um mergulho ao nível da vida cotidiana dos trabalhadores, e de suas tragédias e resistências. É uma epopeia de homens concretos, de histórias reais, com exemplos minuciosos e variados de sua vida cotidiana, no trabalho e em outras esferas de sua reprodução enquanto indivíduos sociais.

No quarto tópico, desenvolvemos a análise do processo de acumulação do capital, sua reprodução ampliada, os impactos sobre os trabalhadores, o exército industrial de reserva e a lei geral de acumulação capitalista. A abordagem de Marx inclui a compreensão da funcionalidade econômica desses mecanismos concentradores de riqueza e pobreza, mas, além disso, investiga, com a pesquisa da situação das classes sociais na Inglaterra, a desigualdade social como fruto da própria dinâmica do capital em seu funcionamento, necessariamente, ininterrupto. Trata-se – de modo comprovado, empírica e teoricamente por Marx, mas também por pesquisadores posteriores a ele – de uma reprodução cotidiana da riqueza e da pobreza enquanto parte integrante da reprodução característica da vida social no capitalismo.

No quinto tópico, remetemo-nos à circulação do capital. Ao entendê-la, fica patente que a marca fundamental de sua dinâmica é o caráter cíclico e redutor do tempo de rotação. Com isso, podemos estudar a ciclicidade e a temporalidade características da vida cotidiana sob o capital. Nesse momento, Marx, ao debater o movimento como um todo, a rotação do capital, desenvolve a

compreensão da unicidade dos movimentos da produção e da circulação das mercadorias. Assim, amplia o estudo da dinâmica econômico-social para além da produção, mas tendo esta como parâmetro fundamental. A esse movimento, seguindo seus “tempos” e seu ciclo, segue a vida cotidiana dos trabalhadores e outros segmentos sociais que se põem a serviço dessa reprodução, ao passo que reproduzem suas vidas.

No sexto tópico, abordamos a busca do lucro pelo capitalista (que personifica o capital), a relação entre lucro e mais-valia, a equalização das taxas de lucros e a tendência à queda das taxas de lucro. A busca individual ao lucro, necessária, pois os capitalistas agem conforme seus interesses, leva a uma objetividade em que os capitalistas, em seu conjunto, se deparam com um fenômeno que os afeta diretamente: a redução da taxa de lucro. Essa é uma das contradições do capitalismo. Tratamos, portanto, de *como a busca cotidiana pelo lucro impacta na vida cotidiana de capitalistas, trabalhadores e outras frações de classes*.

No sétimo tópico, nosso objeto é novamente a teoria monetária (já tratada por Marx em sua *Contribuição à crítica da economia política* e no *Livro I*), mas agora levando em consideração os aspectos mais desenvolvidos do capitalismo abordados por Marx: *o poder dos bancos e o sistema de crédito*. Quando Marx trata do *capital portador de juros*, ele nos revela o fetiche da mercadoria em sua mais alta expressão: o dinheiro e os diferentes mecanismos de busca, concentração e oferta dele. *A ideia de que o dinheiro brota dele mesmo movimentando as ações e os pensamentos de homens e mulheres na vida cotidiana e não faz mais do que reproduzir a reificação absoluta das relações sociais*. Por isso, apaga-se, na imediaticidade do pensamento próprio à vida cotidiana, a sua origem: a exploração do trabalho.

No oitavo tópico, abordamos mais uma importante contradição do capitalismo: as crises econômicas. Não existe capitalismo sem crise; dessa forma, *a vida cotidiana, no capitalismo, é inevitavelmente, marcada pela crise cíclica*.

## O legado

Nosso capítulo conclusivo, com o objetivo de apresentar o legado da crítica marxiana da vida cotidiana, se concentra na reflexão de Lukács: o teórico marxista que formulou, explicitamente, uma teoria da vida cotidiana a partir de uma impostação ontológica.

Situando algumas das transformações vivenciadas no capitalismo monopolista, indicamos a origem da análise crítica sobre a vida cotidiana no capitalismo dos monopólios. Comparamos as teorias burguesas sobre a vida cotidiana com a reflexão crítica lukacsiana.

Ao abordar o fenômeno estético, Lukács afirma que “há e não há” uma *Estética* na obra marxiana. Na verdade, Lukács elabora de fato uma estética marxista a partir das premissas marxianas. Isso nos fornece a chave heurística para compreender a teoria da vida cotidiana em Marx e Lukács, pois o mesmo poderia ser dito acerca da categoria de cotidianidade: nesses capítulos iniciais de sua *Estética*, Lukács elabora uma teoria marxista da vida cotidiana. Uma teoria que “há e não há” em Marx.

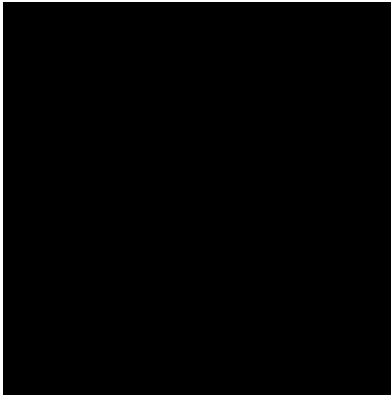
Mas é na obra *Para uma ontologia do ser social* que está presente a contribuição mais efetiva para a teoria da vida cotidiana e a crítica da vida cotidiana no capitalismo. A análise dessa obra lukacsiana encerra nossa argumentação, retomando questões desenvolvidas ao longo de nossa tese, pois, afinal, Lukács desenvolve sua *Ontologia* tendo como referência a teoria social de Marx. Mas, além disso, sua obra situa, atualiza e desenvolve pontos nodais para uma “renovação do marxismo”. É um dos maiores exemplos do legado marxiano para a crítica da vida cotidiana no século XX.

## Referências

- FREDERICO, C. *O jovem Marx – 1843-1844: as origens da ontologia do ser social*. 2ª ed. SP: Expressão Popular, 2009.
- IAMAMOTO, M. *Serviço Social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social*. 3ª ed. – São Paulo: Cortez, 2008.



- KOSIK, K. *A dialética do concreto*. Trad. Célia Neves/Alderico Turibio. 7ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 2002.
- LUKÁCS, G. *Para uma ontologia do ser social I*. SP: Boitempo, 2012.
- \_\_\_\_\_. *Para uma ontologia do ser social II*. SP: Boitempo, 2013.
- MANDEL, E. *A formação do pensamento econômico de Karl Marx: de 1843 até a redação de O Capital*. RJ: Zahar, 1968.
- MARX, K. *Contribuição à crítica da economia política* (tradução e introdução de Florestan Fernandes). SP: Expressão Popular, 2008.
- \_\_\_\_\_. *Trabalho assalariado e capital & salário, preço e lucro*. SP: Expressão Popular, 2010.
- \_\_\_\_\_. *O Capital: crítica da economia política*. Livro I – Volume I (28ª ed.). RJ: Civilização Brasileira, 2011.
- MARX, K. e ENGELS, F. *A ideologia alemã: crítica da mais recente filosofia alemã em seus representantes, Feuerbach, B. Bauer e Stirner, e do socialismo alemão em seus diferentes profetas*. SP: Boitempo, 2007.
- \_\_\_\_\_. *Marx & Engels: collected works*. Volume 42. Lawrence & Wishart Electric Book, 2010.
- MÉSZÁROS, I. *Estrutura social e formas de consciência: a determinação social do método*. São Paulo: Boitempo, 2009.
- NETTO, J. P. *Capitalismo e reificação*. São Paulo: LECH, 1981.
- \_\_\_\_\_. *Capitalismo monopolista e Serviço Social*. São Paulo: Cortez. 6ªed. Ampliada, 2007.
- RICARDO, D. *Princípios de Economia Política e Tributação*. São Paulo: Abril Cultural, 1982.
- SMITH, A. *A Riqueza das Nações: Investigação sobre sua Natureza e suas Causas*. Volume I e II. Os Economistas. São Paulo: Ed. Nova Cultural, 1996.



# A arte como uma das formas privilegiadas de suspensão do cotidiano<sup>8</sup>

*Mariana Miéres*

## **A reificação imposta pelo capitalismo: alienação e fetichismo**

É próprio da sociedade burguesa o fato de as relações sociais entre pessoas aparecerem sob a forma de relações entre coisas, assumindo as mercadorias um poder aparentemente autônomo. Seu caráter misterioso, porém, “não provém de seu valor de uso, nem tampouco dos fatores determinantes do valor” (MARX, 2011, p. 93). Nessa sociedade que tem na mercadoria a sua célula econômica, essa é também *a matriz que contém e escamoteia a raiz dos processos alienantes* (NETTO, 1981, p. 78). Marx destaca que

a mercadoria é misteriosa simplesmente por encobrir as características sociais do próprio trabalho dos homens, apresentando-as como características materiais e propriedades sociais inerentes aos produtos do trabalho; por ocultar, portanto, a relação social

---

8 É importante destacar que essa discussão, objeto do presente artigo, se inspira em parte dos argumentos desenvolvidos no segundo capítulo da minha dissertação de Mestrado, intitulada *Imperialismo, Serviço Social e Sincretismo*, elaborada com o objetivo de problematizar a relação do sincretismo da prática do Serviço Social com a era monopolista em sua fase contemporânea. Partimos do pressuposto que o cotidiano reificado, como campo de atuação do assistente social, junto à questão social e à manipulação de variáveis empíricas constituem, segundo Netto, os fundamentos sociohistóricos do sincretismo da prática.

entre os trabalhos individuais dos produtores e o trabalho total, ao refleti-la como relação social existente, à margem deles, entre os produtos do seu próprio trabalho (2011, p. 94).

Com o desenvolvimento do capitalismo e sua conseqüente apropriação de todos os espaços da vida social a fim de convertê-los em áreas de valorização do capital, *o fetichismo mercantil passa a ser fetichismo de todo o intercâmbio humano* (NETTO, 1981, p. 85). Esse fator está diretamente relacionado à característica básica do capitalismo tardio, que é o fenômeno da supercapitalização ou capitais excedentes. Como o capital se acumula gradualmente em quantidades cada vez maiores, e uma parcela do capital social já não consegue nenhuma valorização, as novas massas de capital penetrarão cada vez mais em áreas não produtivas, nas esferas da circulação, dos serviços e da reprodução, promovendo com isso a inteira mercantilização da sociedade. Braverman destaca que “é somente na era do monopólio que o modo capitalista de produção recebe a totalidade do indivíduo, da família e das necessidades sociais e, ao subordiná-los ao mercado, também os remodela para servirem às necessidades do capital” (1981, p. 231).

Não há esfera da vida pública e da vida privada em que o capitalismo não procure espaço de valorização do capital e o transforme em algo passível de ser consumido, visto que “tão empreendedor é o capital que mesmo onde é feito o esforço por um setor da população para ir em busca da natureza, do esporte, da arte através de atividade pessoal e amadorista ou de inovação ‘marginal’, essas atividades são rapidamente incorporadas ao mercado tão logo possível” (BRAVERMAN, 1981, 237). Nesse mesmo sentido Lefebvre vai dizer que “a cultura nessa sociedade é também artigo de consumo” (p. 118). Vejamos o que Coutinho nos diz a respeito desse processo:

[...] é inegável que o movimento de fetichização (de alienação) estende-se a todas as esferas da vida humana. [...] Todas as relações sociais entre os homens aparecem sob a forma de relações entre coisas, sob a aparência de realidades “naturais” estranhas

e independentes da sua ação. Os produtos da atividade do homem social, desde a esfera da economia àquela da cultura, revelam-se aos indivíduos como algo inteiramente alheio à sua essência; opera-se uma cisão entre a essência (a práxis criadora) e a existência (a vida social) dos homens (2010, p. 37).

Ao fenômeno da conversão das relações sociais entre pessoas em relações sociais entre coisas denominamos fetichismo. Este é inseparável da produção de mercadorias e é uma modalidade de alienação. Segundo Netto, “a problemática do fetichismo é um aspecto da problemática mais abrangente da alienação” (1981, p. 68), em que “a sociedade burguesa constituída, abrigando e recolhendo as antigas formas de alienação, repõe-nas em outro nível – justamente o engendrado pelo fetichismo” (1981, p. 71). É através do fetichismo que “os processos alienantes emergentes na sociedade burguesa constituída têm a peculiaridade de se concretizar em projeções substantivas objetuais – redundam na reificação das relações sociais” (NETTO, 1981, p. 80). Verificamos que a reificação posta pelo fetichismo se situa como a estrutura específica da alienação na sociedade burguesa. Netto problematiza que

[...] a dinâmica efetiva da ordem burguesa opera para dificultar, progressivamente, a superação dos limites da racionalidade instrumental que lhe é conatural. Os fenômenos conexos à reificação das relações sociais, ao aprofundamento da divisão sociotécnica do trabalho, ao parasitismo social e à ambivalência generalizada do que Lukács sinalizou como “decadência ideológica” constroem vigorosamente os esforços para pensar ontologicamente a vida social (1994, p. 39, 40).

O teórico destaca que “o que especifica historicamente a sociedade burguesa constituída é que ela, sem cortar com as formas alienadas que vêm das sociedades que a precederam (bem como com o essencial do seu fundamento econômico social real), instaura processos alienantes particulares, aqueles postos pelo fetichismo, e que redundam em formas alienadas específicas, as reificadas” (NETTO, 1981, p. 75, 76).

## **Mercantilização da arte na terceira fase do imperialismo**

Na terceira fase do imperialismo<sup>9</sup>, com o processo de financeirização, que decorre conseqüentemente em uma mundialização financeira, as formas de acumulação de capital se modificam sofrendo alterações substantivas. Essa fase traz várias transformações no movimento de produção e reprodução capitalista, além de que o capital financeiro e notadamente o capital fictício terão um papel preponderante. Com as sucessivas crises de sobreacumulação observadas no estágio imperialista o capital passa a implementar novas estratégias a fim de tentar reverter os problemas gerados pelo seu próprio movimento, sendo uma dessas estratégias a reestruturação produtiva que inaugura uma nova fase no que tange aos processos de acumulação de capital. Também ganham destaque os processos de privatização e de exportação de mercadorias e de capital.

Nesse cenário surge a figura do capital fetiche; verificamos então que o fetichismo posto pela alienação na sociedade capitalista invade todas as áreas, deixando de ser apenas o fetichismo da mercadoria e se tornando o fetichismo de toda a vida humana e, nesse caso mais especificamente, se espraiando na esfera da circulação, das finanças, gerando a falsa ideia de que dinheiro gera dinheiro. Podemos dizer que é nessa terceira fase do imperialismo que o capital atinge um nível de fetichização sem precedentes e que penetra na sociedade das mais variadas formas. Temos um mundo fetichizado, onde o capital estende o seu domínio sobre todas as relações sociais, se manifestando nas expressões ideológicas, científicas, artísticas, filosóficas, etc. De acordo com Iamamoto,

o caráter alienado da relação do capital, sua fetichização, alcança seu ápice no capital que rende juros, que representa a mera propriedade do capital como meio de apropriar-se do trabalho alheio presente e futuro. O capital dinheiro aparece, na sua superfície, numa relação consigo mesmo, como fonte

---

9 A terceira fase tem início a partir da década de 1970 e é nesse momento que temos o esgotamento da modalidade de acumulação capitalista denominada rígida e a instauração do modelo de acumulação flexível, operando-se a reestruturação produtiva; o que foi resultado do intenso processo de crises sofridas pelo modo de produção capitalista.

independente de criação de valor, à margem do processo de produção, apagando o seu caráter antagônico frente ao trabalho. [...]. Obscurece as raízes de sua origem, assumindo a forma mais coisificada do capital, que Marx denomina de capital fetiche. A relação social está consumada na relação com uma coisa, do dinheiro consigo mesmo (2012, p. 93).

O lucro “se divide em dois” – lucro sob a forma de mais-valia gerado no processo de produção e juro proveniente da esfera da circulação e que aparentemente cria valor – gerando a falsa ideia de que é na esfera da circulação que o capital sob a forma de juro se produz e reproduz. A exemplo do nariz de *Ivan Yákovlievitch*<sup>10</sup>, o capital dinheiro ganha vida própria, independente. Criatura e criador são vistos como seres completamente distintos, quando sabemos que o lucro sob a forma de juro nada mais é do que parte da mais-valia proveniente da produção e que sem esta não poderia se desenvolver, muito menos existir. Assim, apesar das transformações no processo de acumulação de capital e do surgimento de novas estratégias para que esta se dê, é a acumulação proveniente dos processos de produção e, por conseguinte, da geração de mais-valia, através da exploração do trabalho, que permite o surgimento e desenvolvimento de outras formas de acumular capital.

Com o problema da superacumulação, para que o excedente seja realizado de forma lucrativa, é necessário o seu direcionamento para uma outra esfera que não necessariamente aquela relacionada à produção. O capital “sobrante” precisa encontrar outros espaços de investimento, e o campo da estética e do lazer se coloca como uma das saídas, o que tem relação direta com o processo de mercantilização das formas de arte. Tendemos a acreditar que, de acordo com os estágios de desenvolvimento do capitalismo, crises e mudanças como as que ocorreram a partir da instauração de seu período monopolista, há uma interferência direta nas formas artísticas que predominarão num determinado período. Hobsbawm destaca o enorme florescimento artístico de

---

10 Personagem do conto *O Nariz de Gógol*. Cf.: *O Capote e Outras Histórias*. 2 ed. São Paulo: Editora 34, 2011.

cunho crítico entre 1789 e 1848, momento marcado por grandes revoluções. Ele afirma que,

se fôssemos resumir as relações entre o artista e a sociedade nesta época em uma só frase, poderíamos dizer que a Revolução Francesa inspirava-o com seu exemplo, que a revolução industrial com seu horror, enquanto a sociedade burguesa, que surgiu de ambas, transformava sua própria experiência e estilos de criação. Neste período sem dúvida, os artistas eram diretamente inspirados e envolvidos pelos assuntos públicos (2011, p.403).

Com o processo de decadência ideológica da burguesia todo esse quadro sofre graves comprometimentos. Logo, até 1848,

“a arte pelo prazer da arte”, embora já formulada principalmente pelos conservadores e diletantes, ainda não podia competir com a arte para o bem da humanidade ou para o bem das nações e do proletariado. Só depois que as revoluções de 1848 tinham destruído as esperanças românticas do grande renascimento do homem, foi que o esteticismo autocontido de alguns artistas aflorou. [...]. Somente em países como a Rússia, onde a desilusão de 1848 não ocorreu (talvez porque na Rússia 1848 não aconteceu), as artes continuaram a ser socialmente comprometidas ou preocupadas como anteriormente (HOBSBAWM, 2011, p. 424).

A arte, assim como tantas outras criações do gênero humano, tem se convertido cada vez mais em algo a ser mercantilizado, o que não é de se estranhar numa sociedade em que, como vimos, o capital penetra todos os espaços da vida humana. Harvey destacou que, com o processo de compressão do espaço-tempo com todas as consequências da passagem da acumulação rígida para a acumulação flexível com a reestruturação produtiva, tem sido uma das estratégias do capital “investir” na área da cultura. Aponta que podem ser notadas duas tendências nesse sentido, a primeira seria a *mobilização da moda em mercados de massa*, e



uma segunda tendência foi a passagem do consumo de bens para o consumo de serviços – não apenas serviços pessoais, comerciais, educacionais e de saúde, como também de diversão, de espetáculos, eventos e distrações. O “tempo de vida” desses serviços (uma visita a um museu, ir a um concerto de rock ou ao cinema, assistir a palestras ou frequentar clubes), embora difícil de estimar, é bem menos do que o de um automóvel ou de uma máquina de lavar (HARVEY, 2013, p. 258).

Esse interesse do capital em cultura obviamente é por razões meramente econômicas, portanto é um investimento que privilegia a arte efêmera, vazia e superficial. O acesso à arte autêntica fica para aqueles que podem pagar para assistir a um bom concerto, uma boa ópera, balé ou se deleitar com a leitura de um bom livro. À grande parcela da população sobram os *blockbusters*, a música *pop* puramente comercializável, etc. Vemos surgir então uma indústria da cultura, em que o modo de produção capitalista se apropria da arte para satisfazer seus interesses econômicos. E até mesmo expressões artísticas de origem popular e de cunho crítico, como o *samba* e o *jazz*, tornam-se de difícil acesso para grande parte dos trabalhadores, transformando-se por vezes em mercadorias destinadas a atender a um público consumidor elitizado. Ao problematizar os efeitos\consequências das características do capitalismo tardio no que tange à difusão de determinadas ideologias e modos de viver difundidos na sociedade, Mandel ressalta que

[...] a pop-arte, os filmes feitos para a televisão e a indústria do disco são fenômenos típicos da cultura capitalista tardia. Para o indivíduo cativo, cuja vida é inteiramente subordinada às leis do mercado – não apenas (como no século XIX) na esfera da produção, mas também na esfera do consumo, da recreação, da cultura, da arte, da educação e das relações pessoais – parece impossível romper a prisão social. A “experiência cotidiana” reforça e interioriza a ideologia neofatalista da natureza imutável da ordem social do capitalismo tardio. Tudo que resta é o sonho da fuga [...] (1982, p. 352).

Toda essa realidade, seja de acesso restrito à arte autêntica ou o amplo acesso ao que há de mais fetichizado na produção cultural, atende também aos interesses ideológicos da burguesia. A alienação vivenciada no capitalismo penetra todos os espaços da vida social e, como não poderia deixar de ser, aqueles destinados às produções artísticas, e isso trará consequências para a humanidade de maneira geral, já que a arte representa uma das formas de expressão e reflexão da realidade. Sendo assim, quando um dos personagens do romance *A Mãe*, de Górkki, disse: *Dá-me livros que não deixem em sossego quem os leia*<sup>11</sup>, estava clamando por uma literatura “real” que suscitasse desconforto, indignação, que fizesse pensar na vida, na sociedade, que contribuísse para o desenvolvimento do gênero humano, visto que a arte é uma forma de conhecimento. E como afirmou Hegel, a beleza criada pela arte é superior àquela existente na natureza, pois a primeira é obra do gênero humano, e “[...] sempre a arte foi para o homem instrumento de consciencialização das ideias e dos interesses mais nobres do espírito. Foi nas obras artísticas que os povos depuseram as concepções mais altas, onde as exprimiram e consciencializaram. [...]” (2009, p. 5).

Hoje em dia nos deparamos com esse mesmo clamor, pois encontrar boa literatura atualmente é tarefa difícil, já que o *triunfo de realismo*<sup>12</sup> que Lukács atribuiu a muitos escritores parece cada vez mais raro em face do predomínio de uma literatura de produção em massa, puramente comercial. Essa realidade é fruto do que Lukács já vinha antecipando quando discutiu a decadência ideológica da burguesia e as formas de pensamento, teorias e ideologias que vieram com ela. De acordo com o húngaro,

---

11 Cf. *A Mãe*. 2 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

12 Coutinho destaca que, para Lukács, “toda grande arte é realista, na medida em que reproduz momentos típicos do processo evolutivo da humanidade e, desse modo, evoca no receptor a autoconsciência de sua participação no gênero humano. O filósofo húngaro supõe que o triunfo do realismo em nosso tempo requer que o artista obedeça, mas ao mesmo tempo amplie convenientemente, as leis universais que se expressam nas formas próprias dos gêneros literários” (apud LUKÁCS, 2010, p. 8). O realismo é, portanto, uma forma de reprodução da realidade e não um estilo.

[...]toda a arte foi subordinada ao capitalismo, tanto a boa quanto a ruim, tanto a obra-prima quanto a mais convencional vulgaridade, tanto a arte mais clássica quanto a mais vanguardista. [...]. Todos sabem como a produção capitalista de massa criou as formas especificamente modernas das mais diversas variedades de obras sem nenhum valor artístico, desde o best-seller sofisticado e as banalidades pretensamente de vanguarda (da vanguarda de ontem), até as múltiplas formas do romance de amenidades produzidas em série. Todos sabem como o grande capital criou neste domínio modas tão irresistíveis quanto aquelas criadas pela indústria de calçados ou de roupas (2010, p. 274).

Esse cenário também tem profunda relação com o cotidiano extremamente reificado que se instaura com o capitalismo. Arelada a isso temos a necessidade vivenciada pelo trabalhador, submetido às relações de produção e reprodução capitalistas, de buscar uma forma de escapar de sua vida cotidiana, de seu trabalho repetitivo e enfadonho. Nesse contexto o que as pessoas procuram, assim como *Luis da Silva*<sup>13</sup>, é uma literatura da evasão: “O que eu precisava era ler um romance fantástico, um romance besta, em que os homens e as mulheres fossem criações absurdas, não andassem magoando-se, traíndo-se. Histórias fáceis, sem almas complicadas [...]” (2011, p. 100).

E a efemeridade produzida pelo capitalismo monopolista em sua terceira fase, em que as figuras do capital fictício e do capital financeiro ocupam um lugar central, contribui ainda mais para a proliferação dessa arte evasiva. Ao adotar constantemente o uso de novas tecnologias e novas formas de organização da produção a fim de diminuir o tempo de rotação do capital que deve vir acompanhado da redução do *tempo de giro do produto* (HARVEY, 2013), o capitalismo promove não só a aceleração do processo produtivo e dos processos econômicos como um todo, mas também a aceleração da vida social (HARVEY, 2013); “[...] o movimento mais flexível do capital acentua o novo, o fugidio, o efêmero, o fugaz e o contingente da vida moderna [...]” (HARVEY, 2013, p. 161).

---

13 Personagem do romance *Angústia* de Graciliano Ramos. Rio de Janeiro: Record, 2011.

## A suspensão da cotidianidade pela literatura

Apesar desse cotidiano extremamente reificado que nos impõe a lógica capitalista, é possível a realização de uma suspensão da cotidianidade, sendo assim,

há três formas privilegiadas de objetivação nas quais os procedimentos homogeneizadores superam a cotidianidade: o trabalho criador, a arte e a ciência. Estas três objetivações mais altas constituem esferas que se destacaram das objetivações cotidianas graças a um longo processo histórico de complexa diferenciação, adquirindo autonomia e legalidade próprias – processo que, em si mesmo, é o da constituição do ser social (NETTO, 2005, p. 69, 70).

Mas há que se ter em mente que

as suspensões que engendram estas objetivações, contudo, não cortam com a cotidianidade (insuprimível e ineliminável) – são, justamente, “suspensões da cotidianidade”. Elas – que permitem aos indivíduos, via homogeneização, assumirem-se como seres humano-genéricos – não podem ser contínuas: estabelecem um circuito de retorno à cotidianidade [...] o retorno à cotidianidade após uma suspensão (seja criativa, seja fruidora) supõe a alternativa de um indivíduo mais refinado, educado (justamente porque se alçou à consciência humano-genérica); a vida cotidiana permanece ineliminável e inultrapassável, mas o sujeito que a ela regressa está modificado (NETTO, 2005, p. 70, 71).

A arte autêntica então, enquanto reflexo da realidade objetiva, ocupa uma posição fundamental no sentido de permitir ao indivíduo se desvencilhar das amarras dessa sociedade que transforma o fetichismo da mercadoria no fetichismo de todas as relações sociais. Possibilita, assim, que o gênero humano se enxergue enquanto tal e apreenda a realidade a partir de uma perspectiva da totalidade. E a literatura, enquanto uma das formas artísticas existentes, exerce um papel extremamente importante nesse sen-

tido, permitindo que o sujeito realize uma suspensão, ainda que provisória, do cotidiano, além de cumprir uma função essencial ao lado da teoria social no que tange à crítica e compreensão da realidade social.

Ao ler *Crime e Castigo* de Dostoiévski, ouvir a *Appassionata* de Beethoven, assistir a *Tempos Modernos* de Chaplin ou contemplar *La Valse* de Camille Claudel, o homem se aproxima de sua essência, toma consciência de seu pertencimento ao gênero humano, de sua existência enquanto ser social; e esse homem já não será o mesmo que era. Hegel afirma que, “se se quiser marcar um fim último à arte, será ele o de revelar a verdade, o de representar, de modo concreto e figurado, aquilo que agita a alma humana” (2009, p. 71).

E, no que diz respeito à arte literária mais especificamente, Dostoiévski escreveu que *a literatura é um dos modos de expressão da vida do povo, é um espelho da sociedade*<sup>14</sup> (p. 66). Na mesma direção, Lukács defendia que “se não revelam traços humanos essenciais, se não expressam as relações orgânicas entre os homens e os acontecimentos, entre os homens e o mundo exterior, as coisas, as forças naturais e as instituições sociais, até mesmo as aventuras mais extraordinárias tornam-se vazias e destituídas de conteúdo” (2010, p. 162). E mais,

[...]o imenso poder social da literatura consiste precisamente em que nela o homem surge sem mediações, em toda a riqueza de sua vida interior e exterior; e isto num nível de concretude que não pode ser encontrado em nenhuma outra modalidade do reflexo da realidade objetiva. A literatura pode representar os contrastes, as lutas e os conflitos da vida social tal como eles se manifestam no espírito, na vida do homem real. Portanto, a literatura oferece um campo vasto e significativo para descobrir e investigar a realidade. Na medida em que for verdadeiramente profunda e realista, ela pode fornecer, mesmo ao mais profundo conhecedor das relações sociais, experiências vividas e noções inteiramente novas, inesperadas

---

14 Cf. Posfácio, in: *Um Pequeno Herói*. 1 ed. São Paulo: Editora 34, 2015.

e importantíssimas. Sobre esta possibilidade, Marx insistiu repetidamente a propósito de Balzac e Shakespeare, e Lenin, de Tolstói e Górkí (LUKÁCS, 2010, p. 80).

Lukács (2010) aponta que *o estudo apaixonado da substância humana do homem faz parte da essência de toda literatura e de toda arte autênticas, e que todo verdadeiro artista ou escritor é um adversário instintivo das deformações do princípio humanista, independentemente do grau de consciência que tenham de todo esse processo*. E são as deformações do princípio humanista, subvertido pelo capitalismo, que vários dos escritores que conseguiram realizar o *trunfo do realismo* e captar a essência humana retratam em suas obras. Em *Tempos Difíceis*<sup>15</sup> de Dickens, por exemplo, encontramos a denúncia do cotidiano extremamente reificado e de como se dão as relações sociais sob o modo de produção capitalista. Segue um trecho em que um dos personagens principais, o operário Stephen, indaga do industrial *Bounderby*, seu patrão:

Senhor, nunca fui bom em me expressar, mas acho que tenho minha parcela de experiência. Na verdade, estamos num lamaçal, senhor. Veja a cidade – rica como é – e veja o número de pessoas que foram trazidas para cá, para fiar e cardar, e fazer a vida como podiam, entre o berço e a sepultura. Veja como vivemos, em que número, com que chances e sempre do mesmo jeito; e veja como as fábricas nunca param, e como o trabalho nunca nos leva a nenhum objetivo futuro – a não ser à morte. Veja como os senhores nos consideram, como escrevem sobre nós, falam sobre nós e vão em delegações às secretarias de Estado por nossa causa, e como estão sempre certos, e nós sempre errados. Nunca temos razão desde o dia em que nascemos. Veja como isso cresceu, senhor, como ficou cada vez maior, cada vez mais vasto, cada vez mais difícil, de ano para ano, de geração para geração. Quem pode ver tudo isso, senhor, e não dizer com justiça que é um lamaçal? (p. 173).

E no que concerne ao caráter alienante da sociedade burguesa, assim como a importância e o lugar que nela ocupa a defesa da

---

15 1 ed. São Paulo: Boitempo, 2014.

propriedade privada, um trecho de um conto de *Dostoiévskinos* desperta justamente para o modo como a alienação se dá sob o modo de produção capitalista, apesar de ser apenas uma história fantástica sobre um homem que é engolido por um crocodilo, mas que permanece vivo dentro do animal. Citamos um dos trechos mais brilhantes desse conto<sup>16</sup>:

- Oh, meu crocodilo, [...] - Está perdido, vai rebentar agora, porque engoliu um funcionário ganz - gritava o dono. - [...] E, quanto ao alemão, na minha opinião pessoal ele está no seu direito, e mais até do que a parte contrária, pois entrara no crocodilo dele sem pedir licença, e não foi ele quem entrou no crocodilo de Ivan Matviéitch, que, aliás, tanto quanto posso lembrar, nunca possuiu sequer um crocodilo. Ora, o crocodilo constitui uma propriedade e, por conseguinte, não se pode abrir-lhe a barriga sem uma compensação. [...] o crocodilo é uma propriedade e, por conseguinte, aqui já entra em ação o chamado princípio econômico. E o princípio econômico vem em primeiro lugar (p. 20, 31).

Sobre o significado da propriedade privada também destacamos a belíssima obra *Kholstomér: a história de um cavalo* de Tolstói. Quanto à discussão da categoria trabalho, por exemplo, poderíamos citar escritores como *Tchekhov*, *Górki*, *Graciliano Ramos*, etc., que nos fazem pensar no cotidiano, em uma vida em que prevalece aquilo que há de efêmero, bem como na centralidade do trabalho e o quanto este se tornou um grilhão para a imensa maioria daqueles que só possuem a propriedade da sua força de trabalho em formações sociais regidas por relações sociais capitalistas. Já *Jack London*, por exemplo, em *O Chamado da Floresta*, faz uma dura análise da condição humana quando submetida a condições materiais menos desenvolvidas, estando as barreiras naturais mais próximas. Ao descrever a saga do cão *Buck*, ele nos coloca frente a frente com situações de regressão do gênero humano. Essa crítica nos desperta para o fato de que o desenvolvimento do ser social e a sua evolução, que só foi possível a partir do desenvolvimento do

---

16 *O Crocodilo e notas de inverno sobre impressões de verão*. 4 ed. São Paulo: editora 34, 2011.

trabalho, pode sofrer sérios e graves retrocessos quando o homem se vê num cenário em que a sua liberdade é posta em xeque.

Há muitos exemplos de obras literárias que, fiéis a uma estética realista, ilustram o quanto através da arte é possível produzir um reflexo da realidade social que, superando a alienação típica da sociedade burguesa, apreende e denuncia as reais condições objetivas e subjetivas a que a massa dos homens é submetida no capitalismo; escritores como *Balzac*, *Kafka*, *Leskov* e tantos outros. E nesse *triumfo do realismo*, categorias como trabalho, cotidiano, alienação, propriedade privada, etc., foram retratadas pela literatura.

É fato que sempre verificamos profundas regressões de conquistas do gênero humano sob o capitalismo, em que, a depender dos períodos de crise ou de “estabilidade”, em que há ou um predomínio da *sensação de “angústia”* ou da *sensação de “segurança”* (COUTINHO, 2011), o capital dará maior ênfase a determinadas concepções teóricas e ideológicas e diferentes respostas no que tange aos ataques à classe trabalhadora. Para o capital, no fim das contas,

o povo fez-se para viver sujo e esfomeado. [...] É preciso que esse bicho da terra seja bicho mesmo, que de manhã some a remela da noite à remela das noites, que o sujo das mãos, da cara, dos sovacos, das virilhas, dos pés, do buraco do corpo, seja o halo glorioso do trabalho no latifúndio, é preciso que o homem esteja abaixo do animal, que esse, para se limpar, lambe-se, é preciso que o homem se degrade para que não se respeite a si próprio nem aos seus próximos (SARAMAGO, 2009, p. 73).<sup>17</sup>

O capital sempre impôs essa degradação sob as mais variadas formas de exploração a que submete a classe trabalhadora, de acordo com sua lógica que tem no lucro o primeiro e último objetivo. O que ocorre atualmente é que as estratégias de exploração se reinventam e ao mesmo tempo, em certos setores, se intensificam; atrelada a isso temos toda a forma de pensar capitalista que é

---

17 SARAMAGO, José. *Levantado do Chão*. 14 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009.



difundida e afirmada na tentativa tanto de legitimar a ordem vigente quanto de mascarar a realidade, decorrendo em profundos processos de alienação, a que está submetida inclusive a classe burguesa. Por trás de toda a ilusão, por exemplo, da possibilidade de um capitalismo “mais humanizado” temos o próprio movimento de acumulação capitalista que, quando encontra qualquer tipo de obstáculo\entrave, não poupa esforços para superá-lo, levando de roldão os trabalhadores se assim for preciso. Seja no latifúndio, na indústria, no setor de serviços, etc., os trabalhadores vivenciam um intenso processo tanto de retorno de certas estratégias de exploração que aparentemente pareciam ter ficado no passado (quando dos primórdios da acumulação capitalista) quanto de perdas ou restrições de direitos e garantias trabalhistas e sociais. E, como no sonho de *Lijin*<sup>18</sup>, a mesma música ressoa incessantemente para a classe trabalhadora:

a gente anda, anda e anda.... Nós carregamos o que há de mais pesado e amargo na vida, enquanto os senhores ficam com o que é leve e alegre, e podem, sentados durante o jantar, raciocinar de forma fria e judiciosa sobre a razão por que padecemos e definhamos e por que não somos saudáveis e contentes como os senhores (TCHEKHOV, p. 179).

Mais do que nunca, portanto, se faz necessário o *triumfo do realismo*, a arte autêntica, ainda que seja difícil lutar contra a produção estética descartável e meramente comercializável que tem se alastrado pela sociedade e vem ganhando um espaço assombroso. Os motivos para isso começamos a vislumbrar neste ensaio, mas sabemos que o debate é complexo e requer análises bem mais profundas e detalhadas. O que podemos afirmar, porém, é que essa terceira fase do imperialismo tem agravado cada vez mais os processos alienantes característicos do capitalismo tardio e posto um cenário difícil para que a grande arte sobreviva e para que possa ser acessada pela classe trabalhadora. Já vimos que o efêmero, o fugaz e o fugidio, a ubiquidade problematizada

---

18 Personagem da narrativa *Em serviço*, in: *O assassinato e outras histórias*. São Paulo: Cosac Naify, 2002.

por Netto, tem se espreado para além da esfera econômica, com o capital fictício à frente, e tem conquistado espaço em diversos setores da sociedade, na educação e na cultura por exemplo, e em conformidade com essa realidade, vemos o assalto quase que sorrateiro da pós-modernidade (neoirracionalismo) aliada ao neoconservadorismo.

Defender a arte autêntica na atualidade, assim como o marxismo, tem sido tarefa árdua, mas imprescindível, se quisermos combater esse modo de produção. Para tanto é necessário que, assim como *Gregor Samsa*<sup>19</sup>, que mesmo tornado inseto não perdeu o que há de mais humano em um mundo de desumanidades, não aceitemos *o que é de hábito como coisa natural* (BRECHT), porque o homem metamorfoseado em inseto somos todos nós tornados invisíveis e descartáveis em uma sociedade em que a liberdade e a igualdade parecem sonhos distantes e utópicos. Lukács acreditava na *política como meio, a cultura como fim*. Lutava por uma sociedade que desse ao povo não apenas o direito ao pão, mas também à poesia (Trotsky). E, como escreveu *Shakespeare*: “Se concedermos à natureza humana apenas o que lhe é essencial, a vida do homem vale tão pouco quanto a do animal” (*O Rei Lear*).

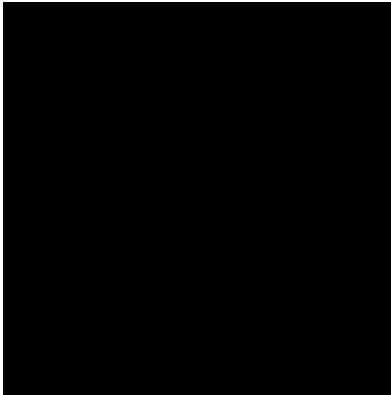
## Referências

- BRAVERMAN, H. *Trabalho e capital monopolista: a degradação do trabalho no século XX*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.
- COUTINHO, C.N. *O estruturalismo e a miséria da razão*. 2ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010.
- HARVEY, D. *Condição pós-moderna*. 24ª ed. São Paulo: Loyola, 2013.
- HEGEL, G.W.F. *Curso de estética: o belo na arte*. São Paulo: Martins Fontes, 2009.
- HOBSBAWM, E.J. *A era das revoluções (1789 – 1848)*. 25ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 2011.

---

19 Personagem da obra *A Metamorfose* de Kafka.

- IAMAMOTO, M. *Serviço Social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social*. 7ª ed. São Paulo: Cortez, 2012.
- LEFEBVRE, H. *A vida cotidiana no mundo moderno*. Editora Ática.
- LUKÁCS, G. *Marxismo e teoria da literatura*. 2ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010.
- MANDEL, E. *O capitalismo tardio*. São Paulo: Abril Cultural, 1982. (Os Economistas).
- MARX, K. *O Capital: crítica da economia política*. Livro I, volume I: O processo de produção do capital. 29ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.
- NETTO, J.P. *Capitalismo e reificação*. São Paulo: Ciências Humanas, 1981.
- \_\_\_\_\_. *Razão, ontologia e práxis*. In: *Serviço Social e sociedade*. São Paulo: Cortez, 1994.
- \_\_\_\_\_; CARVALHO, M.C.B. *Cotidiano: conhecimento e crítica*. São Paulo: Cortez, 2005.



# Sobre a divisão sexual do trabalho

*Camila Carduz Rocha*

## Introdução

*“O grau de emancipação das mulheres  
é medida natural da emancipação geral”  
Marx (retomando Fourier em A Sagrada Família)*

Este artigo é produto da pesquisa realizada para a dissertação de mestrado intitulada *Divisão Sexual do Trabalho, uma das principais formas de exploração do capital sobre o trabalho?*, orientada pelo professor Dr. Luis Acosta, e recupera fragmentos apresentados ao longo da dissertação.

Seu objetivo é inicialmente discutir a importância da teoria marxista na análise da condição da mulher, aportando com elementos da teoria marxista e dos escritos de Marx e Engels que contribuem para a análise das questões da mulher na sociedade capitalista e o diálogo com o feminismo. Em seguida, apresenta uma aproximação do debate sobre a divisão sexual do trabalho na produção e na reprodução social. E finaliza com uma breve exposição sobre a força de trabalho da mulher na contemporaneidade.

Reconhecendo o debate sobre a condição da mulher e a luta por sua emancipação como parte da luta de toda a humanidade por sua emancipação, consideramos que este estudo, desde uma

perspectiva marxista, contribui para uma aproximação da realidade em sua totalidade, assim como aponta caminhos a seguir.

## **Marxismo e feminismo**

Primeiramente, é importante destacar que o método de análise marxista, – o materialismo histórico-dialético<sup>20</sup> –, legado por Marx e Engels, possibilita uma análise crítica da realidade, mediante uma perspectiva de totalidade, buscando apreender os fenômenos além da sua aparência, em suas múltiplas determinações.

Sua primeira contribuição ao movimento feminista foi possibilitar a análise de que o fenômeno da desigualdade entre mulheres e homens fosse desnaturalizado, mostrando que é resultado de um processo histórico e socialmente determinado, no qual mulheres e homens estabeleceram e continuam estabelecendo relações para produzir e reproduzir suas vidas e necessidades, derrubando os argumentos biológicos e psicológicos.

Ao expor as bases materiais concretas e as contradições que sustentam a exploração, dominação, subordinação e opressão a que estão submetidas as mulheres, assim como ao mostrar que os processos sociais são historicamente determinados e em constante movimento (reprodução e transformação), permite pensar ações no sentido da transformação e superação dessa condição.

Ademais do método, Marx e Engels também deixam como legado as análises em suas obras sobre o papel da ideologia, para pensarmos como a subordinação e a opressão se expressam no campo

---

20 Método que nos permite uma aproximação das múltiplas determinações da totalidade do fenômeno que pretendemos explicar, mostrando-nos que a realidade é complexa, diversa e contraditória. Segundo Netto (2011, p. 27), é importante destacar que Marx, no conjunto de sua obra, se deteve explicitamente poucas vezes sobre a questão do método, nunca tendo publicado um texto especificamente dedicado ao mesmo, como esperaríamos da ciência positivista, com um conjunto de regras e definições que orientem a pesquisa; seu interesse não estava em “como conhecer”, mas sim em como fazer uma “análise concreta de uma realidade concreta”, “como conhecer um objeto real e determinado”. A base, com os elementos centrais, de seu método aparece mais precisamente na “Introdução”, redigida em 1857, aos manuscritos e que, posteriormente, foram publicados com o título *Elementos Fundamentais para a Crítica da Economia Política: rascunhos de 1857-1858*.

da superestrutura (nos valores, ideias, costumes, instituições, etc.) e da alienação, para entendermos o papel do trabalho doméstico no processo de produção e reprodução (ARAÚJO, 2000).

Além disso, devemos reconhecer que poucos autores descrevem, como Marx e Engels, sem fazer concessões de nenhum tipo, a brutalidade do modo de produção capitalista, denunciando a barbárie da exploração das forças de trabalho da mulher e infantil no processo de produção, assim como as condições precárias de vida e de saúde que sofrem. Encontramos várias dessas descrições em *O Capital*, mas, além dessa obra, encontramos muitos outros escritos que abordam a condição da mulher.

De acordo com Saffioti (2013), “*todo socialismo, quer na sua forma utópica, quer na sua expressão científica, tentou mostrar à mulher os caminhos da sua libertação*” (p.111). Mas é no socialismo científico, proposto por Marx e Engels, que está a definitiva emancipação das mulheres, com a superação do capitalismo.

Embora Marx e Engels não tenham realizado uma análise profunda da condição da mulher no capitalismo, seus escritos sobre o mesmo abordam a complexidade do tema. Já em artigos da *Gazeta Renana*, Marx expõe suas primeiras ideias sobre o casamento, rejeitando sua indissolubilidade, e a situação social da mulher.

O primeiro trabalho marxista a abordar diretamente a questão da mulher é escrito por Engels em 1844: *A Situação da Classe Trabalhadora na Inglaterra*. Nele, o autor, sem ainda apresentar “uma análise teórica genuína” (GOLDMAN, 2014, p.49), trata de forma profunda os efeitos do capitalismo na família, principalmente nas mulheres e nas crianças, denunciando e condenando as inevitáveis práticas industriais, que com a introdução do novo maquinário substituiu a força de trabalho dos homens pela das mulheres e das crianças por uma fração dos salários que eram pagos aos homens.

Em sua rigorosa exposição da vida das mulheres trabalhadoras, Engels capta a contradição entre produção capitalista e estabilidade familiar. Ele percebe o “abandono total dos filhos” quando ambos os pais trabalham de doze a treze horas por dia no moinho, resumindo o efeito da indústria sobre a família como a destruição

desta: “O emprego das mulheres destrói imediatamente a família”. Engels discorre sobre as longas horas que as mulheres passam no trabalho, a negligência com o trabalho doméstico e com os filhos, a desmoralização, a crescente indiferença em relação à vida familiar, a incapacidade dos homens para encontrar emprego, a precoce “emancipação dos filhos” e a inversão dos papéis de gênero (GOLDMAN, 2014).

Em *A Ideologia Alemã* (1845-1846), Marx e Engels questionam a própria ideia de uma divisão do trabalho “natural”. Segundo Goldman (2014), ao delinear a sua concepção materialista da história, mostram a família não como um conjunto de relações biológicas naturais, mas sim de relações sociais historicamente determinadas que deveria ser analisado não como um conceito abstrato, mas como um conceito concreto dentro de cada momento da história do desenvolvimento da humanidade. “[...] A produção da vida, tanto da própria, no trabalho, quanto da alheia, na procriação, aparece desde já como uma relação dupla – de um lado, como relação natural, de outro, como relação social” (in GOLDMAN, 2014, p. 51). E na busca por identificar o surgimento da opressão das mulheres pelos homens, apontam que a primeira forma de propriedade privada tem sua origem na família, como consequência da divisão sexual do trabalho no interior da mesma.

Ainda em *A Ideologia Alemã*, abordam o trabalho doméstico e argumentam que uma economia doméstica comunal é essencial para a emancipação das mulheres, assim como a superação da família burguesa.

Marx e Engels, ao reconhecerem a família como uma construção social historicamente determinada, em oposição à visão natural, começam a questionar a divisão do trabalho baseada nas relações de sexo e o papel do trabalho da mulher na sociedade capitalista, assim como na criação de uma nova sociedade emancipada.

Em *A Origem da Família, da Propriedade e do Estado* (1884), Engels reconhece a centralidade do papel da família e da reprodução no processo histórico, resgatando a origem da opressão das mulheres no desenvolvimento da família, da monogamia e da



propriedade privada. Segundo Goldman (2014), “[...] ele iniciou a discussão teórica sobre a contradição entre as esferas reprodutivas e produtivas sob o capitalismo, adiantando um novo imperativo para a abolição da família sob o socialismo” (p. 61).

Engels, apesar de denunciar a forma como o capitalismo, para garantir a lógica da reprodução da mercadoria, apropria-se e subsume as estruturas do patriarcado (e do colonialismo), demonstra que, contraditoriamente, também criou a primeira possibilidade real de libertação das mulheres ao possibilitar sua independência econômica. Isso gerou novas contradições entre o esperado “papel social” da mulher e a organização familiar. Contradições essas que certamente não seriam resolvidas dentro do próprio capitalismo, mas com sua superação. O capitalismo cria as condições para que, uma vez envolvidas na produção, as mulheres tenham sua independência econômica, mas somente o socialismo pode transferir os serviços domésticos privados para a esfera pública e criar uma nova organização familiar que permita a libertação das mulheres dessas obrigações com a família. No socialismo, os cuidados particulares da casa seriam transformados em indústria social, e “os fundamentos econômicos da monogamia, como existiram até então, desapareceriam”. A monogamia seria substituída pelo “amor individual entre os sexos”, o único casamento moral seria aquele no qual “o amor perdurasse” (GOLDMAN, 2014, p. 60).

No geral, as críticas feitas a Marx e Engels pelas estudiosas da questão da mulher são por não considerarem a desigualdade entre os sexos como um elemento estruturante do modo como funcionam e se estruturam as relações de produção e reprodução no capitalismo. Também por tratarem a emancipação da mulher de maneira secundária e subestimarem as questões relacionadas ao trabalho doméstico, naturalizando-o.

Segundo Federici (2018), Marx não aprecia a importância estratégica do espaço da reprodução<sup>21</sup>, “começando pela sexualidade, a procriação e, primeiro e principal, o trabalho doméstico

---

21 A crítica à subestimação do lugar do trabalho doméstico na produção capitalista por Marx encontra terreno no argumento de que o centro da economia política está na análise do trabalho produtivo.

não remunerado das mulheres”, tanto no processo de desenvolvimento do capitalismo, como na organização da luta para superá-lo. Para a autora, um de seus equívocos foi examinar a condição da mulher em relação às condições de trabalho durante a Revolução Industrial, e não em relação à opressão dentro da família burguesa.

Essas críticas, quando realizadas sob uma perspectiva a-histórica, sem uma análise concreta da realidade, levam quase a um abandono por completo por parte do feminismo das categorias consideradas fundamentais para entender a mulher na sociedade capitalista. Um verdadeiro divórcio entre marxismo e feminismo. O que, no nosso entendimento, determina erros práticos e estratégicos importantes na luta, pois a posição das feministas “antimarxistas” é a de que mulheres e homens são classes diferentes e antagônicas. Portanto, os homens são os inimigos a serem combatidos, e não o sistema capitalista! Indicam, portanto, que a luta a ser feita é dentro da própria família, contra todos os homens. Perdem de vista o horizonte da emancipação de toda a humanidade. Distanciam-se das lutas das mulheres trabalhadoras assalariadas, com duplas e triplas jornadas, rejeitando o que constitui concretamente a exploração das mulheres enquanto mulheres na sociedade capitalista, que é a sua forma particular de exploração, a capitalista.

Rejeitar o marxismo como método de análise e forma de luta ao (re)pensar tanto as formas específicas de exploração a que mulheres e homens, com suas especificidades e particularidades, são submetidos no sistema capitalista, como as relações de classe, sexo e raça/etnia (sem hierarquia de importância, pois não se trata de uma soma, já que não são variáveis quantitativas, mas sim múltiplas determinações de uma mesma realidade), fragmenta a luta e enfraquece o movimento da classe trabalhadora. Uma das estratégias do capitalismo é pulverizar a capacidade organizativa e de unidade da classe trabalhadora, criando contradições dentro dela própria.

O marxismo, apesar de não desenvolver uma teoria particular sobre a condição da mulher, dialoga e busca a unidade na prática com o movimento feminista, que não é um movimento único e

muito menos homogêneo. Possuidor de várias vertentes [liberal, radical, materialista, socialista, marxista, lésbica, negra, entre outras], com posições e práticas políticas e estratégicas distintas, apesar das divergências, “é possível identificar [nas diferentes vertentes do movimento feminista] certos paradigmas ou ideologias predominantes que se revelam em reivindicações e pautas de determinada época” (SAFFIOTI, 1986, p.105). Assim, o marxismo busca a unidade na luta porque entende que, enquanto não é possível transformar estruturalmente as relações sociais e de produção, avançar em conquistas que melhorem as condições de vida das mulheres trabalhadoras, e por conseguinte de toda a classe trabalhadora, é um imperativo urgente e importante. De modo que não se abstém da luta conjunta e dos debates pautados, mesmo compreendendo os limites de ambos, e, em seu diálogo com o movimento feminista, apreende certas categorias analíticas oriundas de sua produção teórica de forma crítica.

Isto posto, vale retomar que, a partir da que ficou conhecida como a “segunda onda”<sup>22</sup> do feminismo, rompendo com o caráter liberal e burguês da “primeira onda”, o movimento feminista passa a buscar a origem da desigualdade entre mulheres e homens; a questionar a dicotomia entre os espaços público e privado, levantando a bandeira do “pessoal é político”; a identificar um siste-

---

22 O movimento feminista é geralmente historicizado assim: “primeira onda” (século XIX até início do século XX), a “segunda onda” (de 1960 a 1980) e a “terceira onda” (década de 1990). Contudo, sobre a existência de um histórico dos movimentos feministas, Bittencourt (2015) diz que o que existe é “uma síntese hegemônica de determinado período que caracteriza o enfoque dos diversos movimentos feministas, em que cada um assume uma posição política demarcada e delinea determinada estratégia” (p.198). Isto nos remete ao fato de que a luta das mulheres contra a opressão estrutural e à dominação masculina não nasceu com o movimento feminista marcado pelas “três ondas”. Segundo Saffioti (1986), muitos registros e representações das lutas das mulheres foram neutralizadas, fazendo com que algumas personalidades aparecessem de forma individualizada, mascarando o aspecto coletivo de suas lutas. Mulheres como Alexandra Kollontai, Clara Zetkin, Rosa Luxemburgo, Krupskaja, Inessa Armand, entre muitas outras, teorizaram sobre a condição das mulheres e lutaram por sua emancipação no movimento operário, fazendo críticas ao movimento feminista burguês. Para elas, tudo o que as mulheres proletárias conseguiram para melhorar suas vidas foi resultado dos esforços da classe trabalhadora como um todo e delas mesmas, em particular. A história da luta das mulheres trabalhadoras no capitalismo é a história da luta do proletariado por sua emancipação.

ma patriarcal que extrapola o campo doméstico e privado e está presente em toda a estrutura da sociedade. São elaboradas as teorias sobre o patriarcado e começa um debate acalorado para responder, entre outras, as seguintes perguntas: que relação há entre patriarcado e capitalismo? É correto falar em patriarcado para designar a opressão e desigualdade que as mulheres sofrem por parte dos homens? Esse debate tem destaque no feminismo radical, materialista, socialista, marxista, lésbico, negro, comunitário e latino-americano. E cada vertente possui sua forma de entendimento sobre o tema. De acordo com Oppen(2015, p. 177),

para algumas feministas radicais ou socialistas, o patriarcado é meramente um superestrutura ideológica (Juliet Mitchell), ou política, localizada na lei e no Estado (Carole Pateman e Zillah Eisenstein); para outras se trata da simples soma das manifestações de opressão nos distintos âmbitos e níveis sociais (Kate Millett) ou do resultado da evolução biológica que consistem no controle da capacidade reprodutiva das mulheres ou de sua sexualidade (Shulamith Firestone, Susan Brownmiller). Finalmente, no melhor dos casos, houve uma tentativa de se referir ou integrar na análise do patriarcado elementos da teoria marxista nas chamadas correntes materialistas, socialistas ou marxistas do feminismo. Nestas, o patriarcado foi pensado mais concretamente como uma divisão desigual do trabalho, assim o teorizaram as feministas materialistas como Christine Delphy ou Lidia Falcón; como um sistema de exploração do trabalho reprodutivo das mulheres como tal e como o teorizaram feministas socialistas ou marxistas como Heide Hartmann, Maria Rosa Dalla Costa, Silvia Federici ou Selma James; ou finalmente como um sistema de exploração e controle de outro tipo de produção designado às mulheres (diferente da produção de mercadorias), a produção da vida, como sustentaram Maria Mies ou Veronica Bennthold-Thomsen.

De acordo com Aruzza (2010), existem três teses que buscam dar uma explicação teórica para a relação estrutural entre pa-

triarcado e capitalismo: 1) Teoria dos sistemas duplos ou triplos, na qual gênero e relações sexuais fazem parte de um sistema autônomo que interage com o capitalismo, modificando-o e sendo modificado por ele. Pode incluir também as relações raciais que se relacionam com as relações de classe e de gênero; 2) Capitalismo indiferente, na qual a opressão de gênero e a desigualdade são heranças de formações e modos de produção anteriores, quando o patriarcado organizava a produção e determinava uma divisão sexual do trabalho. Assim, o capitalismo tem uma relação oportunista com a desigualdade entre mulheres e homens, se beneficiando do que pode e eliminando o que se torna um obstáculo; e 3) Tese unitária, na qual o patriarcado não existe como sistema autônomo e/ou separado do capitalismo. Para essa tese as relações patriarcais continuam a existir, mas fazem parte das relações capitalistas.

É também durante esse período que se problematizam as questões relacionadas às “identidades”, ao corpo e à orientação sexual. Surge o gênero como categoria analítica, que propõe desmistificar a naturalização dos papéis sociais das mulheres e homens atribuídos às características biológicas. Seu caráter relacional é criticado, pois analisa a subordinação e opressão da mulher de forma relacional ao homem, em que o feminino é definido em relação ao masculino. Portanto, tira a centralidade das investigações sobre o lugar da mulher na sociedade, que eram mais presentes nos “estudos sobre a mulher”, substituídos pelos estudos de gênero.

A distinção entre sexo e gênero, na forma como é proposta, contribuiu para a biologização do conceito de sexo, prescindindo da análise social e histórica dos corpos sexuados, ou seja, “essa dicotomização sexo/gênero pode levar à naturalização do sexo, não o concebendo também, como construção social e histórica” (CISNE, 2014, p. 65).

Além disso, o fato de que mantêm as bases naturais vinculadas ao sexo biológico e sobre estas estabelecem sistemas duais (sexo/gênero, natureza/cultura), faz com que as explicações que produzem sejam universais e a-históricas. Para Saffioti (2015), “gênero

é um conceito por demais palatável, porque é excessivamente geral, a-histórico, apolítico e pretensamente neutro. Exatamente em função de sua generalidade excessiva, apresenta grande grau de extensão, mas baixo nível de compreensão” (p.138). Roland Pfefferkorn (*apud* CISNE, 2014) se refere ao ocultamento da dimensão crítica e conflitual que algumas análises fazem, assumindo um tom mais “neutro”, menos ofensivo, que serve aos propósitos das instituições multilaterais e governamentais, além de parecerem mais “acadêmicas” ou “científicas”. O autor destaca que, não à toa, esses estudos tiveram uma maior aceitação nas universidades e instituições públicas e internacionais.

Araújo (2000) assinala como um problema a centralidade que a dimensão subjetiva e simbólica passa a ter nas análises, sobretudo nas pós-estruturalistas, fazendo com que as relações materiais desapareçam. Gênero termina sendo um “conceito totalizador, um modelo próprio e autônomo de análise das relações de dominação/subordinação, centrado quase exclusivamente na construção dos significados e símbolos das identidades masculina e feminina” (p.69). De acordo com Pfefferkorn (*apud* CISNE, 2014), uma crítica importante diz respeito “à polarização sobre os discursos de uma parte dos pesquisadores de gênero conjugados aos pressupostos culturalistas frequentes nos Estados Unidos” (p. 64), focando o debate nos aspectos simbólicos e nas representações, e não nos aspectos concretos e materiais.

Para as marxistas, a categoria analítica de gênero surge com a ofensiva pós-moderna, exalta a subjetividade e não necessariamente explicita desigualdades entre mulheres e homens, mas construções culturais e sociais diferentes sobre o feminino e o masculino. Porém, apesar de se posicionarem de forma contrária às vertentes homogeneizadoras, generalizantes e supostamente neutras, não prescindem de seu uso. Isso porque sua posição política é a de que é impossível abandoná-lo em uma sociedade embriagada de *pós-modernismo*, pois possibilita o diálogo com o feminismo e a sociedade no geral. O importante é, sempre que for utilizá-lo, conceituá-lo para que fique marcada a sua divergência com a teoria pós-moderna.

## Divisão sexual do trabalho

Marx e Engels caracterizam o trabalho como atividade fundamental do desenvolvimento do ser social, das sociedades e das relações sociais que nelas são estabelecidas. Assim, situam como central sua compreensão para entender a produção e a reprodução da vida humana em todas as épocas históricas.

Na sociedade capitalista, o trabalho assume uma forma social particular e específica que garante o modo de produção e reprodução baseado nas relações sociais de produção do capital. Prevalece o modo de organização em que a produção humana não está orientada para a satisfação das necessidades humanas, mas para uma lógica cujo objetivo é obter lucro por meio da extração de mais-valia e a reprodução do capital. A divisão social e sexual do trabalho é construída como prática social tanto no ordenamento das tarefas, como nas modalidades das mesmas, assim como nos critérios que definem a qualificação das tarefas, nos salários, na disciplina do trabalho, etc. Logo, para entendermos a condição da mulher é necessário entender como se determinam as relações sociais de produção no capitalismo e como a divisão social e sexual do trabalho se estabelece para garantir a produção e a reprodução do capital

Porém, em *A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado*, Engels nos demonstra que a divisão social e sexual do trabalho não é uma invenção do modo de produção capitalista. Retomando ao que nos referimos no item sobre o patriarcado, as desigualdades entre mulheres e homens surgem em decorrência da transformação da família enquanto interesse da economia, da criação do direito paterno e da monogamia. Surge a primeira divisão do trabalho entre homens e mulheres quando as mulheres passam a ser responsáveis pelo trabalho doméstico e os homens passam a ser os provedores da família, divisão que possui relação com o surgimento das contradições de classe (ENGELS, 2010, p. 48).

A ênfase na historicidade das relações sociais nos permite compreender que a *divisão social do trabalho* gera uma forma de *divisão sexual* entre as ditas funções femininas e masculinas. Isso

implica determinações relevantes para a força de trabalho de mulheres e homens nas esferas da produção e reprodução do capital, tanto nas dimensões objetivas quanto nas subjetivas.

Para Marx e Engels a reprodução da vida tem um sentido mais amplo do que a reprodução biológica, é um processo social. Não hierarquizam produção e reprodução e entendem essas duas esferas como dois momentos de um mesmo processo.

Qualquer que seja a forma social do processo de produção, tem este de ser contínuo ou de percorrer, periódica e ininterruptamente, as mesmas fases. Uma sociedade não pode parar de consumir nem de produzir. Por isso, todo processo social de produção, encarado em suas conexões constantes e no fluxo contínuo de sua renovação, é ao mesmo tempo processo de reprodução. As condições da produção são simultaneamente as de reprodução (MARX *apud* GRANEMANN, 2009).

Contudo, embora não hierarquize esses dois momentos de um mesmo processo, ao discorrer sobre a família moderna, explicitam que há uma subordinação do fenômeno da reprodução à produção, resultado da divisão social e sexual do trabalho. Então, as relações sociais de produção não se restringem à esfera pública e atravessam a esfera privada das relações sociais de reprodução.

Durante o desenvolvimento industrial, a transferência da força de trabalho da mulher da esfera privada para a esfera pública possibilita a separação entre local de trabalho e local de domicílio, permitindo novas formas de produção, o que resulta na reorganização da esfera reprodutiva. Por sua vez, foi necessária uma ação ainda mais contundente por parte do Estado para “reforçar a aguda despossessão das mulheres provocando a interiorização de regras de conduta de sexo e de classe” (SAFFIOTI, 1985, p. 103).

Embora tenha havido uma incorporação em massa de mulheres na esfera produtiva, as tarefas domésticas continuaram sendo responsabilidade exclusiva das mulheres, eis a nova configuração de família que surge: marido provedor e esposa provedora secundária (sinônimo de força de trabalho de segunda categoria);



porém ela é também “dona-de-casa”, o que acentua ainda mais as desigualdades da divisão social e sexual que existe até os dias de hoje. As relações sociais capitalistas legitimaram e aprofundaram uma relação de subordinação que é historicamente determinada, mas justificada como “natural”. A reprodução social no capitalismo se utiliza da família que, como vimos, é determinada por estruturas do patriarcado e deixou de ser uma unidade produtiva para ser somente família.

Ao analisarmos a divisão social e sexual do trabalho na modernidade, percebemos que a esfera produtiva ficou atribuída prioritariamente ao homem, enquanto a esfera reprodutiva à mulher. De modo que o trabalho do homem passa por ocupações mais valorizadas e possuidoras de *status* e poderes (políticos, religiosos, intelectuais e militares), enquanto que o trabalho desempenhado pela mulher na reprodução é desvalorizado socialmente – mesmo quando é ele que garante a reprodução e os cuidados da próxima geração de força de trabalho, assim como a manutenção da atual, quando é em casa que o trabalhador se alimenta, descansa e repõe suas energias para cumprir uma nova jornada de trabalho. Da mesma forma que é em casa que suas roupas são remendadas, lavadas, sua higiene pessoal realizada e onde recebe cuidados quando está doente.

Esses trabalhos realizados pelas mulheres garantem, portanto, a manutenção e a reprodução da força de trabalho, essencial para o ciclo de reprodução do capital. O trabalho doméstico, apesar de invisível e desvalorizado, cumpre um papel fundamental na lógica do capital e de sua manutenção e reprodução. A força de trabalho deve se incorporar ao capital “como meio de expandi-lo; não podendo livrar-se dele. [...] sua reprodução constitui um fator de reprodução do próprio capital. Acumular capital é, portanto, aumentar o proletariado” (MARX, 2011, p. 716).

No modo de produção capitalista, a reprodução biológica é “um dado fundamental” (NOGUEIRA, 2011,p.170), já que, como disse Marx, proporciona uma reserva inesgotável de força de trabalho em potencial situada no exército industrial de reserva.

Isso vale também para a força de trabalho da mulher, pois, mesmo considerada como de segunda categoria, não deixa de ser força de trabalho em potencial, e quando não está empregada também se encontra situada no exército industrial de reserva. E o papel que cumprem as crianças e as mulheres quando no exército industrial é de “ [...] alavanca da acumulação capitalista e, mesmo, condição de existência do modo de produção capitalista” (MARX, 2011, p. 735). A existência de um contingente de força de trabalho disponível, conformado por homens, mulheres e crianças determina “os movimentos gerais dos salários que se regulam pela expansão e contração do exército industrial de reserva, correspondentes às mudanças periódicas do ciclo industrial” (MARX, 2011, p. 740).

Outro ponto a ser levantado é que o espaço reservado às mulheres no trabalho doméstico agrava o processo de alienação vivenciado por elas tanto no mercado de trabalho como no conjunto das relações sociais. Isso porque, ao lhe tomar tempo livre, que poderia ser dedicado ao seu livre desenvolvimento pessoal e à participação política e social, a separa do processo de produção ou lhe reserva um lugar subordinado e desvalorizado dentro dele. E no que concerne ao trabalho que realiza no âmbito da família, é trabalho alienado em si mesmo, pois seu resultado não é materializado em coisas palpáveis (mercadorias).

Segundo Toledo (2003), “ela se anula em objetos não visíveis. É trabalho que se esvai em trabalho. Se a alienação vem com a separação do homem do produto do seu trabalho, um trabalho que não gera produto (como é o caso do trabalho doméstico) só gera trabalho, é um trabalho contínuo, sem fim” (p. 55). Nesse sentido, o trabalho da mulher realizado na família só pode se efetivar no trabalho do homem, produtor de mercadorias; por isso, ela é duplamente alienada, pois “entre ela e o produto do seu trabalho (aquele que o homem produz) há, portanto, um intermediário, o homem. É, assim, duplamente exterior a ela. Uma vez exterior a ele, e duas vezes exterior a ela” (*ibidem*).

No espaço público, o da produção, as desigualdades entre os sexos são usadas como um fator para a “atualização da sociedade

competitiva na constituição das classes sociais” (SAFFIOTI, 2013, p. 66). As desvantagens sociais afirmadas sobre as diferenças entre os sexos permitem à sociedade capitalista em formação e em pleno desenvolvimento explorar o máximo de mais-valia absoluta da força de trabalho da mulher, com a intensificação do trabalho, o prolongamento da jornada de trabalho e salários mais baixos. As mulheres têm acesso às profissões “adequadas” ao sexo feminino, que são menos valorizadas socialmente e terminam submetidas aos trabalhos mais desvalorizados, precarizados e sem direitos trabalhistas disponíveis no mercado de trabalho. Isso quando não estão no exército industrial de reserva e/ou no setor informal da economia. Para a mulher trabalhadora, a situação de superexploração é ainda mais intensa, pois, ao trabalhar nas esferas produtivas e reprodutivas, está trabalhando para o capital.

Problematizar a divisão sexual do trabalho como produto histórico de uma construção sócio-histórica, com evidente caráter de classe, sobre a exploração, dominação e subordinação da mulher é necessário para que as mulheres se percebam como trabalhadoras, dentro e fora do lar e possam forjar sua consciência de classe. A partir da década de 1970, principalmente em decorrência das elaborações teóricas das feministas materialistas francesas, que buscavam tornar visível o trabalho das mulheres e as relações de poder entre os sexos, a categoria analítica divisão sexual do trabalho passa a ser difundida e incorporada nos estudos sobre processo de trabalho, organização e relações de trabalho, mercado de trabalho e políticas de gestão da força de trabalho, sindicalismo e movimentos sociais. A palavra de ordem “*trabalho doméstico é trabalho*” passa a tomar força e a gerar inquietações e indagações, influenciando a produção acadêmica e os movimentos militantes.

Com a evidenciação da divisão sexual do trabalho como categoria analítica, demonstrou-se que o processo de trabalho é a base material das relações sociais de poder e dominação entre os sexos, relações essas estruturantes da divisão social do trabalho, que por sua vez é base estruturante dos modos societários de produção. Contudo, gostaríamos de ressaltar que a “divisão se-

xual do trabalho não pode ser reduzida a uma relação tautológica com as relações sociais de sexo, ou ser considerada apenas como divisão dos trabalhos femininos e masculinos em uma escala de valor” (SCHNEIDER, 2016, p.81). Ela é uma divisão social que atravessa toda a sociedade e que articula os âmbitos da produção e da reprodução. “Não os separa: ela os articula excluindo ou integrando, segundo os momentos e as necessidades dominantes [do capital], as mulheres à esfera produtiva, devolvendo-as global ou parcialmente à esfera reprodutiva” (DEVREUX *apud* SCHNEIDER, 2016, p.82).

Partindo dessas considerações, julgamos que a divisão sexual do trabalho é uma das principais formas da exploração do capital sobre o trabalho.

### **A força de trabalho da mulher na contemporaneidade**

Durante a reestruturação econômica, que se iniciou a partir da década de 1970 e se intensificou na década de 1990, com o processo de aceleração do desenvolvimento tecnológico e da mundialização/globalização do capital, novos padrões organizacionais foram definidos, o que repercutiu sobre os processos de produção e reprodução social, sobre a composição da força de trabalho e sobre as configurações familiares, assim como sobre as dimensões subjetivas que são histórica e socialmente determinadas e que se expressam nas práticas cotidianas, ideias, valores, instituições, etc.

A aceleração da internacionalização da revolução científica e das novas tecnologias e métodos “flexíveis”<sup>23</sup> de trabalho introduzidos no processo de produção aumentaram a capacidade produtiva social e o ritmo de recomposição do aparelho produtivo

---

23 As palavras *flexibilização* e *flexíveis* serão tratadas neste texto sempre entre aspas quando se referirem aos métodos de trabalho, à produção e à força de trabalho. Isto porque mascaram seu real conteúdo, que é o da precarização, fragmentação e terceirização. “Flexibilidade” no processo de produção significa alteração na divisão social e técnica do trabalho; “flexibilidade” na estrutura organizacional das empresas significa subcontratação e sociedade entre empresas; “flexibilidade” no mercado de trabalho significa mudanças dos costumes e práticas que organizam o mercado de trabalho, terceirizações, crescentes desregulações e alterações nos contratos de emprego, facilitando a contratação e a demissão de trabalhadores.

capitalista. As empresas transnacionais com suas filiais se espalharam por todo o mundo e desempenharam o mesmo papel que a grande indústria desempenhou durante a Revolução Industrial no novo reordenamento da economia global (BVILA, 1996).

As relações de emprego se tornaram cada vez mais precárias: aumento do desemprego de longa duração, formas instáveis de emprego e “flexibilidade” no uso da força de trabalho. E ao nos confrontarmos com as transformações decorrentes desse processo percebemos uma transformação também importante na configuração da composição da força de trabalho, uma redução do proletariado industrial e fabril e um aumento nos setores informal e de serviços, o que refletiu em uma classe mais heterogênea, fragmentada e complexificada (ANTUNES, 2010), cuja força de trabalho é pelo menos 40% composta por mulheres em diversos países capitalistas ocidentais.

Segundo Hirata, as políticas neoliberais, principalmente com “a liberação das trocas comerciais, com a desregulamentação, a abertura dos mercados e novas lógicas de desenvolvimento das firmas multinacionais, tendo como corolários as privatizações, o desenvolvimento da subcontratação e da externalização da produção” (*apud* NOGUEIRA, 2004, p. 39), afetaram desigualmente o emprego das mulheres e dos homens, apesar de ambos serem fortemente afetados, piorando as condições de trabalho e saúde do conjunto da classe trabalhadora.

Houve um aumento importante de mulheres no mercado de trabalho, porém, em empregos precarizados, sem direitos trabalhistas, com muitas barreiras, dificuldades e limitações. Além disso, para a mulher trabalhadora não houve um alívio das tarefas domésticas, consideradas “atividades femininas”; ao contrário, as mulheres trabalham dentro e fora de casa.

Observou-se, no Brasil, um aumento intenso de sua incorporação no espaço da produção e uma redução da diferença entre homens e mulheres na população economicamente ativa; porém, a maioria das mulheres trabalhadoras está em postos de trabalho precarizados, sem ascensão aos cargos de chefia ou direção, com

baixa remuneração e sem garantias sociais. Segundo dados do estudo técnico intitulado *Mulheres no Mercado de Trabalho: onde Nasce a Desigualdade*, realizado pela Câmara dos Deputados em julho de 2016: 1) as mulheres ganham menos que os homens, mesmo possuindo escolaridade mais elevada; as mulheres negras ganham menos que as mulheres não-negras; 2) as mulheres são a maioria na administração pública e quase a totalidade nos serviços domésticos, por sua vez, constituídos majoritariamente por mulheres negras; 3) na iniciativa privada, o percentual de mulheres ocupando postos de trabalho é bastante inferior ao dos homens. E, na categoria de empregadores, a participação dos homens é mais que o dobro da das mulheres; as mulheres negras são as que têm a menor representação em ambos; 4) as mulheres são as vítimas mais recorrentes do assédio, tanto moral como sexual; 5) as mulheres são as que mais sofrem com as doenças ocupacionais, decorrentes de condições inadequadas de trabalho; 6) nota-se uma relativa estagnação do percentual de mulheres entre as trabalhadoras empregadas, o que poderia ser um esgotamento do crescimento da participação das mulheres no mercado de trabalho; 7) as mulheres aparecem no topo das taxas de desemprego, merecendo especial destaque as mulheres negras; 8) as mulheres inativas não são mulheres que estão fora da idade ativa, que escolhem a inatividade ou que possuem qualificação insuficiente para atender às exigências do mercado de trabalho, mas a desigualdade na distribuição sexual dos trabalhos domésticos e de cuidados das crianças e dos idosos se torna o fator determinante para sua inatividade; 9) para as mulheres, a jornada doméstica é mais que o dobro quando comparada à dos homens. Somada à jornada total, quando trabalham fora de casa, sua jornada em média é de 4 horas a mais do que a dos homens por semana. O emprego doméstico ainda é de mulheres por excelência, principalmente negras.

Todos esses indicadores mostram que a desigualdade na divisão sexual na sociedade brasileira se agrava quando consideramos a questão racial/étnica. As mulheres negras ocupam em todas as

categorias as piores estatísticas e estão na base da pirâmide da desigualdade estrutural da sociedade brasileira. Os dados falam por si sós: o racismo estrutural da sociedade brasileira é um fato! Entender profundamente a sociedade brasileira é também compreender a divisão social, sexual e racial que a estrutura.

### **Considerações finais**

É difícil ser mulher e trabalhadora. É ainda mais difícil ser mulher trabalhadora e negra. E fica ainda mais insuportável quando recaem sobre si todas as responsabilidades familiares.

Os dados e considerações apresentados mostram que, especialmente com a reestruturação econômica, a precarização ainda maior da força de trabalho da mulher significa uma maior precarização do trabalho em geral, o que nos leva a reafirmar a nossa hipótese de que a luta das mulheres é parte da luta da classe trabalhadora como um todo por sua emancipação.

A divisão social e sexual do trabalho desvaloriza a força de trabalho da mulher na produção, com tudo o que isso implica para mulheres trabalhadoras e homens trabalhadores, e deixa o trabalho doméstico sob sua responsabilidade, independentemente de ela ter ou não um emprego no mercado de trabalho. É importante retomar que o trabalho doméstico é um trabalho essencial para a produção e reprodução do modo de produção capitalista. Compreender o capitalismo em seu âmago é apreender essa determinação estrutural e sua expressão tanto na produção como na reprodução, entendendo que são uma unidade. O caminho percorrido na apreensão da categoria divisão social e sexual do trabalho foi, portanto, necessário para responder outra hipótese que tínhamos, de que as relações entre os sexos são fenômenos histórica e socialmente determinados, e não produtos de diferenças “naturais” e biológicas.

A divisão social e sexual do trabalho é, portanto, um processo histórico e social, que se transforma de acordo com as necessidades concretas da sociedade na qual se manifesta. Isso nos leva

a concluir, portanto, que não é imutável, e que as desigualdades que dela são resultado podem ser transformadas e superadas.

Se buscamos “um mundo onde sejamos socialmente iguais, humanamente diferentes e totalmente livres” (Rosa Luxemburgo), não podemos nos ater somente aos processos de libertação da mulher no campo da sexualidade, do corpo e da reprodução, assim como da sua igualdade meramente formal com os homens. Importantes questões relacionadas à emancipação feminina se articulam com o processo de emancipação geral da sociedade: a dimensão estrutural da condição da mulher de exploração, dominação, subordinação e opressão é um dos pilares que estruturam, consolidam, produzem e reproduzem o modo de produção capitalista. De modo que é impossível a transformação da essência dessa condição dentro do mesmo. Não há nenhuma forma de se alcançar a emancipação total da mulher sem que ocorra uma transformação estrutural nas relações sociais de produção e reprodução. E isso significa uma revolução que destrua as relações capitalistas, que supere a contradição entre capital e trabalho e que construa uma sociedade emancipada.

*Mujer, Espiga abierta entre pañales  
cadena de eslabones ancestrales  
ovario fuerte, dí, di lo que vales  
la vida empieza donde todos son iguales  
Gloria Martín*

## **Referências**

ANDRADE, T. *Mulheres no mercado de trabalho: onde nasce a desigualdade* / Tânia Andrade. Estudo Técnico, julho/2016 – Câmara dos Deputados. In: <[http://www2.camara.leg.br/acamara/documentos-e-pesquisa/estudos-e-notas-tecnicas/areas-da-conle/tema7/2016\\_12416\\_mulheres-no-mercado-de-trabalho\\_tania-andrade](http://www2.camara.leg.br/acamara/documentos-e-pesquisa/estudos-e-notas-tecnicas/areas-da-conle/tema7/2016_12416_mulheres-no-mercado-de-trabalho_tania-andrade)>. Acesso em 01/01/2018.



- ANTUNES, R. (org.). *Adeus ao trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho*. 14ªed. São Paulo: Cortez, 2010.
- ARAÚJO, C. *Marxismo, feminismo e o enfoque de gênero*. In: *Crítica Marxista*. São Paulo, Boitempo, nº11, 2000.
- ARUZZA, C. *Considerações sobre gênero: reabrindo o debate sobre patriarcado e/ou capitalismo*. In: *Revista Outubro*. Edição 23, 2015.
- BITTENCOURT, N.A. *Movimentos feministas*. In: *Revista INSURgência*. v. 1, ano 1, n. 1, Brasília, jan./jun., 2015.
- BVILA, P.I. *Reacender a chama: teses sobre a revolução brasileira*. Rio de Janeiro: INVERTA, 1996.
- CISNE, M. *Gênero, divisão sexual do trabalho e Serviço Social*. 2ª ed. São Paulo: Outras Expressões, 2015.
- \_\_\_\_\_. *Feminismo e consciência de classe no Brasil*. São Paulo: Cortez, 2014.
- ENGELS, F. *A origem da família, da propriedade privada e do Estado*. 2ªed. São Paulo: Expressão Popular, 2010. Tradução de Leandro Konder.
- FEDERICI, S. *Notas sobre gênero em El Capital de Marx*. In: *Revista Viento Sur*. In: <<http://vientosur.info/spip.php?article13018>>. Acesso em 01/01/2018.
- GOLDMAN, W.Z. *Mulher, Estado e revolução: política familiar e vida social soviéticas, 1917-1936*. 1ª ed. São Paulo: Iskra Edições, 2014. Tradução de Natália Angyalossy Alfonso, com colaboração de Daniel Angyalossy Alfonso e Marie Christine Aguirre Castañeda.
- GRANEMMAN, S. *O processo de produção e reprodução social: trabalho e sociabilidade* In: *Serviço Social: Direitos sociais e competências profissionais*. CFESS-ABEPSS, 2009
- LERNER, G. *La creación del patriarcado*. Barcelona: Editorial Critica, 1990. Tradução de Mónica Tusell.

- MARX, K.O *Capital: crítica da economia política: livro I, 11. 25<sup>a</sup>* ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011. Tradução de Reginaldo Sant'Anna.
- NOGUEIRA, C.M. *A feminização no mundo do trabalho: entre a emancipação e a precarização*. Campinas, SP: Autores Associados, 2004.
- OPPEN, F. *O feminismo radical e o surgimento das teorias do patriarcado – um ponto de vista marxista*. In: *Revista Marxismo Vivo: Nova época*. v. 06, n. 07, dezembro, 2015, ISSN: 2175-2281 – São Paulo: Liga Internacional dos Trabalhadores: 2015.
- TOLEDO, C. *Mulheres: o gênero nos une, a classe nos divide*. 2<sup>a</sup> ed. São Paulo: Instituto José Luís e Rosa Sundermann, 2003. Série Marxismo e Opressão.
- SAFFIOTI, H.I.B. *Gênero, patriarcado e violência*. 2<sup>a</sup> ed. São Paulo: Expressão Popular: 2015. Fundação Perseu Abramo.
- \_\_\_\_\_. *Força de trabalho feminina no Brasil: no interior das cifras*. In: SADER, Emir (Org.). *Movimentos sociais na transição democrática*. São Paulo: Cortez, 1986.
- \_\_\_\_\_. *Feminismos e seus frutos no Brasil*. In: *Perspectivas*, São Paulo, n. 8, p.95-141, 1985.
- SCHNEIDER, E.C. *O valor social do trabalho doméstico e a justiça consubstancial*. Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Porto Alegre, BR – RS, 2016.

# A categoria práxis negra no pensamento social de Clóvis Moura

*Ana Paula Procopio*

## Introdução

O presente artigo apresenta os resultados das pesquisas realizadas para a produção da tese de doutorado defendida em 2017, sob a orientação do Prof. Dr. Mauro Luis Iasi, no Programa de Pós-graduação em Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro: *O contrário de “casa grande” não é senzala. É quilombo! A categoria práxis negra no pensamento social de Clóvis Moura*, que teve como objetivo identificar e analisar no pensamento do sociólogo e historiador Clóvis Moura (1925-2003) a apropriação do método dialético e da teoria marxista no desenvolvimento de suas proposições sobre as resistências negras durante o escravismo e no pós-abolição, pensadas como estruturantes da dinâmica entre relações raciais e classes sociais no Brasil. O trabalho investigativo buscou ainda demonstrar a hipótese de que as mediações efetuadas por Moura a partir das categorias totalidade, modo de produção, dialética, alienação, contradição e práxis derivaram na construção de uma categoria de análise nova, capaz de abranger as particularidades da formação sócio-histórica brasileira, a *práxis negra*.

Nossos objetivos de pesquisa se completam articulados a outro, o combate ao racismo<sup>24</sup>, na sua forma específica de naturalização

---

24 De acordo com a definição de Munanga (2003, p.25), com que temos acordo: “[...]. Por razões lógicas e ideológicas, o racismo é geralmente abordado a partir da raça,

da vida social. E acreditamos que a politização do enfrentamento ao racismo requer a sua contextualização como questão racial nas relações sociais e a construção de conhecimentos que desvendem criticamente suas origens históricas.

Conhecer a realidade, explicar os fenômenos que rodeiam as ações cotidianas, entender o lugar dos sujeitos na organização das sociedades e identificar os mecanismos de poder, controle e reprodução presentes nas relações sociais são alguns dos aspectos da existência humana para os quais a ciência constrói explicações. Por outro lado, o campo científico possui uma normatividade “com uma linguagem fundamentada em conceitos, métodos e técnicas para compreensão do mundo, das coisas, dos fenômenos, dos processos e das relações”, que é “utilizada de forma coerente, controlada e instituída por uma comunidade que a controla e administra sua reprodução” (MINAYO, 2008, p.10).

Uma pesquisa científica é regida por teorias, métodos e princípios para atingir seus objetivos, mas ao mesmo tempo precisa inventar caminhos próprios e redirecionar propósitos. E no particular das ciências sociais alguns critérios distintivos precisam ser aceitos pelo pesquisador em relação a si próprio e ao objeto.

A metodologia expressa o caminho do pensamento, se materializa como prática exercida na abordagem da realidade e abrange simultaneamente o método, as técnicas e a criatividade do pesquisador. Sua centralidade se manifesta na conexão entre o uso dos instrumentos de operacionalização do conhecimento e o sentido dos conceitos que fundamentam as indagações e hipóteses da pesquisa. “Na verdade, a metodologia é muito mais do que técnicas. Ela inclui as concepções teóricas da abordagem,

---

dentro da extrema variedade das possíveis relações existentes entre as duas noções. Com efeito, com base nas relações entre raça e racismo, este seria teoricamente uma ideologia essencialista que postula a divisão da humanidade em grandes grupos chamados raças contrastadas que têm características físicas hereditárias comuns, sendo estas últimas os suportes das características psicológicas, morais e intelectuais e estéticas que se situam numa escala de valores desiguais. [...]. O racista cria a raça no sentido sociológico, ou seja, a raça no imaginário do racista não é exclusivamente um grupo definido pelos traços físicos. A raça, em sua concepção é um grupo social com traços culturais, linguísticos, religiosos etc. que ele considera naturalmente inferiores aos do grupo ao qual ele pertence.”

articulando-se com a teoria, com a realidade empírica e como os pensamentos sobre a realidade” (MINAYO, 2008, p. 15). É a forma discursiva que apresenta o método que será a lente, a visão de mundo que enquadra a pesquisa. Existem diferentes modos de entender a realidade e diferentes posições metodológicas para expor a construção do objeto e da dinâmica de investigação.

O método dialético, norteador dos processos de investigação e análise realizados foi adotado por, em nosso entendimento, promover as condições para apreender as dimensões materiais, políticas e filosóficas do objeto de estudo vinculadas ao seu conteúdo histórico concreto, ou seja, considerando como categorias analíticas a totalidade, a contradição e o conflito, o ‘devir’, o movimento histórico e a unidade do diverso. Isso porque a realidade concreta não é uma matéria estática, mas uma totalidade contraditória composta por elementos diferenciados em constante interação e fricção, na qual o conflito faz avançar processos históricos de transformações progressivas e constantes.

A pesquisa de fontes bibliográficas manteve em seu desenho metodológico um caráter de aproximações sucessivas não lineares com a realidade e uma flexibilidade na apreensão dos dados no sentido de garantir o movimento dialético no qual o objeto de estudo pudesse ser constantemente revisto, pois “a realidade social dinâmica, contraditória, histórica e ontológica implica na utilização de procedimentos metodológicos que consigam engendrar todos esses pressupostos com a mesma intensidade como se apresentam quando estão em relação” (MIOTO; LIMA, 2007, p. 40).

Assim, o pensamento social de Clóvis Moura como um objeto construído foi sendo abordado como uma “versão do real a partir de uma leitura orientada por conceitos operadores” e de “um processo de objetivação teórico-conceitual de certos aspectos ou relações existentes no real” (MINAYO, 2008, p. 33).

A interrogação primária a respeito do tema foi sobre a relação do pensamento de Clóvis Moura com o método e as teses marxianas e com tradição marxista. Relação que ficou evidente nas leituras de reconhecimento do material bibliográfico, notadamente

nas referências utilizadas pelo autor. Desse modo, nos propomos a fazer uma análise em termos do tipo de apropriação do método dialético, das categorias, das teses marxianas abordadas e das fontes de tradição marxista nas obras selecionadas.

Nessa direção, configuramos como objetivo da pesquisa: identificar e analisar na produção intelectual de Clóvis Moura a apropriação do método dialético e da teoria marxista no desenvolvimento de suas teses sobre as resistências negras durante o escravismo e no pós-abolição como estruturantes da dinâmica entre relações raciais e classes sociais no Brasil.

Nas leituras seletivas notamos que a evidenciação das resistências negras coloca o negro como sujeito político na história da formação social brasileira, constituindo o que Oliveira (2009; 2011; 2016) chama de uma *práxis negra* que tem origem nos períodos da colônia e do império e desdobramentos no pós-abolição e república.

A tradução do marxismo a partir da perspectiva do negro, no pensamento mouriano, tem como categoria-chave a noção de *práxis*. É a *práxis* – considerada como ação de rebeldia e resistência violenta ao escravismo – que confere ao negro um caráter e, por sua vez, torna-o sujeito (OLIVEIRA, 2011, p. 50).

Por isso, investigamos a hipótese de que as mediações realizadas por Moura a partir das categorias totalidade, modo de produção, dialética, alienação, contradição e *práxis* derivaram na construção de uma categoria nova, capaz de abranger as particularidades da formação sócio-histórica brasileira, a *práxis negra*.

Em relação às fontes de pesquisa tomamos como tarefa inicial a revisão da literatura do próprio Clóvis Moura. E devido ao grande número de livros (33) e artigos (59) encontrados definimos parâmetros para orientar a seleção dos materiais.

O primeiro foi o parâmetro temático, ou seja, delimitamos os estudos aos documentos diretamente relacionados com os temas abordados na pesquisa: teoria marxista, método dialético, categorias marxistas e raças e classes sociais.

O segundo foi a delimitação das fontes no formato de livros, pois entendemos que, sendo os artigos obras mais breves, por mais expressivos que sejam no conjunto das produções do autor, os necessários recortes na abordagem aos problemas poderiam prejudicar uma análise que pretende compreender o movimento de construção do seu pensamento social. No caso dos livros, os aspectos pontuais e contextuais das temáticas costumam ser expostos de forma ampliada e denotam a conclusão de ciclos de pesquisa na trajetória intelectual do autor.

Na particularidade de nossa pesquisa consideramos que a análise de livros de um mesmo autor em diferentes temporalidades requer investigar o que cada obra representa na sua trajetória e como dialogam (ou não) entre si e com outros autores relevantes ao tema, arelação com o campo de estudos das relações raciais e quais as contribuições inéditas ao tema abordado.

O parâmetro cronológico estabeleceu como marco inicial o ano de 1959, quando foi publicado seu primeiro livro, *Rebeliões da Senzala*, até a última publicação em vida, em 2001. Por fim, como parâmetro linguístico delimitamos o universo da pesquisa aos documentos em língua portuguesa.

A partir da definição dos parâmetros e da seleção dos documentos, elaboramos um roteiro para análise<sup>25</sup> dos documentos que foi aplicado ao universo analítico composto por cinco livros publicados em diferentes períodos: *Rebeliões da Senzala* (1959; 4ª ed., 1988), *O Negro, de Bom Escravo a Mau Cidadão?* (1977), *A Sociologia Posta em Questão* (1978), *Sociologia do Negro Brasileiro* (1988), *Dialética Radical do Brasil Negro* (1994).<sup>26</sup>

Cabe destacar que em todas as obras identificamos e sistematizamos os autores marxistas. Utilizamos como critérios não neces-

---

25 Itens do roteiro: A) Identificação e caracterização da obra; B) Contribuição da obra para o estudo; C) Síntese analítica: considerações a partir do referencial teórico da pesquisa e dos dados coletados; verificação crítica dos objetivos e hipóteses propostos.

26 Considerando a extensão da produção de Moura, esta opção metodológica apresenta limites, pois a maior parte de suas obras não foi mobilizada na nossa análise direta, apesar de serem referidas indiretamente. Contudo, entendemos que a lacuna é sanada pela própria coerência do curso das reflexões do autor que vistas no conjunto constituem um pensamento não disruptivo em seu conteúdo.

sariamente coincidentes a produção intelectual, o caráter da obra e no caso de alguns autores o pertencimento ao Partido Comunista Brasileiro – PCB ou ao Partido Comunista do Brasil – PC do B.

### **Vida e obra do autor**<sup>27</sup>

Clóvis Steiger de Assis Moura nasceu em 1925 na cidade de Amarante, no Piauí. Sua mãe, Elvira, era neta de Ferdinand von Steiger-Münssingen, cidadão suíço, barão do império prussiano e no Brasil proprietário de escravos; seu pai, Francisco de Assis, era maranhense de São Luís, negro, neto de escravizados, e ao longo da vida exerceu a atividade de fiscal de rendas.

Oliveira (2009) atenta para dimensões importantes das origens de Moura, como por exemplo a condição de classe média de sua família e sua caracterização nordestina e miscigenada, como fatores que contribuíram para a formatação de suas posições políticas e intelectuais. E na medida em que foi exposto desde cedo aos aspectos contraditórios da mestiçagem no país, a elaboração de uma percepção própria das desigualdades raciais se entrelaça com os aspectos econômicos, políticos e culturais tematizados em seus escritos.

Em 1942, muda-se com a família para Salvador, Bahia, e começa a participar de um círculo de intelectuais e militantes do Partido Comunista Brasileiro (PCB) que realizava encontros para discutir literatura e política. É a partir dessa incursão que ingressa na carreira jornalística escrevendo para o jornal do partido, *O Momento* (1945-1957). E se aprofunda nas teorias marxistas e nas orientações da III e da IV Internacionais.

É na segunda metade dos anos 1940 que aparece de forma mais sistemática o interesse de Clóvis Moura pela questão ne-

---

27 Entendendo que o objeto da tese não implicaria para nós uma pesquisa biográfica própria, consideramos pertinente o uso do qualificado trabalho de investigação e sistematização realizado por outros colegas pesquisadores. Assim, as informações sobre os acontecimentos da vida familiar e política de Clóvis Moura foram coligidas das seguintes dissertações: MESQUITA, É. Clóvis Moura: uma visão crítica da história social brasileira (UNICAMP, 2002); OLIVEIRA, F.N. de. Clóvis Moura e a sociologia da práxis negra (UFF, 2009)



gra. E nos anos 1950 ele se muda para São Paulo e fica próximo da intelectualidade paulistana através do PCB e do jornalismo. Nesse período destaca-se a sua relação com o grupo ligado a Caio Prado Júnior, em torno da Revista Brasiliense.

Entre 1942 e 1955 foi secretário de redação da revista Fundamentos, que era apresentada como o órgão de imprensa oficial do PCB. E também colaborava com a revista Brasiliense (nesses artigos estão presentes alguns elementos que serão desenvolvidos em *Rebeliões da Senzala*), que agregava os intelectuais nacionalistas e/ou ligados ao movimento cultural paulistano articulados diretamente a Caio Prado Jr.

Em 1962 ingressou na dissidência que formou o Partido Comunista do Brasil (PC do B), liderada por Pedro Pomar e João Amazonas. E, apesar da repressão da ditadura instaurada em 1964, Clóvis manteve, na clandestinidade, a colaboração com o PC do B. Profissionalmente, atuou entre 1960 e 1969 como subsecretário de redação e crítico literário do Correio Paulistano. Nos anos 1969-1972, tornou-se diretor do Jornal Folha de São Carlos no interior paulista – período que marcou a sua aproximação com o movimento negro através de sua participação no Centro Recreativo e Cultural Flor de Maio.

Nos anos de 1970 iniciou um ciclo de viagens internacionais na condição de pesquisador negro: Colóquio Negritude e América Latina (1974, Dakar), 20.º Encontro da LASA – Latin American Studies Association e o 7.º Encontro da ASA – African Studies Association (Houston, Estados Unidos, 1977), que ampliaram a sua circulação intelectual.

A fundação em 1975 do Instituto Brasileiro de Estudos Africanistas – IBEA<sup>28</sup> demonstra o aprofundamento da reivindicação de sua condição como intelectual negro. É um projeto que engrossa as pesquisas de valorização da cultura negra africana, a crítica e denúncia do mito da democracia racial e as ações de engajamento

---

28 Para mais informações sobre o IBEA, cf. VIEIRA, Cleber Santos. Clóvis Moura e a fundação do IBEA – Instituto Brasileiro de Estudos Africanistas. Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as (ABPN), v. 9, n. 22, p. 349-368, jun. 2017. Disponível em: <http://abpnrevista.org.br/revista/index.php/revistaabpn1/article/view/252>>.

e mobilização políticas praticadas por uma geração de ativistas do movimento negro em ação nos anos 1970 e 1980, como Hamilton Cardoso (1954-1999), Maria Beatriz Nascimento (1942-1995), Lélia Gonzalez (1935-1994) e Eduardo de Oliveira e Oliveira (1924-1980).

Na década de 1980 Clóvis recebeu o título de Doutor Notório Saber, pela Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, da Universidade de São Paulo, o que permitiu sua atuação como examinador em diversas bancas de mestrado e doutorado. Até sua morte em 2003, publicou dezenas de livros e artigos – a grande maioria sobre a resistência negra ao escravismo. Concomitante à sua articulação com o Movimento Negro Unificado, nos anos 1990 se articulou à UNEGRO (União dos Negros pela Igualdade), além de manter-se como colaborador e simpatizante do PC do B. Na década seguinte se aproximou do Movimento dos Sem Terra (MST) e publicou em 2000, pela Editora Expressão Popular, o livro *Sociologia Política da Guerra Camponesa de Canudos*. Seu último trabalho, o *Dicionário da Escravidão Negra*, foi publicado postumamente, em 2004.

### **Sobre as obras analisadas**

*Rebeliões da Senzala* (1959) foi publicado pela Editora Zumbi, criada por Clóvis Moura com essa finalidade. Trata do significado das diversas formas de protesto escravo que ocorreram durante a vigência da escravidão<sup>29</sup> no Brasil. Apresenta uma crítica histórico-sociológica aos estudos que identificavam a luta dos escravos negros como secundária (ou até mesmo inexistente), sem con-

---

29 No Dicionário da Escravidão Negra no Brasil publicado após sua morte, sistematiza o verbete Escravidão moderna como um sistema: “[...]. A escravidão moderna expandiu-se nas colônias da Inglaterra, Portugal, Espanha, Holanda, França etc. tendo como elemento escravo os filhos do continente africano. Calcula-se [...] que cerca de dez milhões de africanos foram trazidos a partir do século XV, quando através das Cruzadas, a Europa, inicialmente, e os territórios coloniais, em seguida, foram inundados de “infiéis”, no primeiro caso, e de “bárbaros”, no segundo. No entanto, a presença de escravos na Europa não configurou ali um modo de produção escravista, fato que se iria verificar em suas colônias, através de mecanismos impostos pelas metrópoles e de códigos negros ou outros tipos de leis. [...]” (MOURA, 2013, p. 150).

sequências mais amplas para a sociedade, reduzindo o conflito social a um choque cultural e transformando a escravidão em um pano de fundo estático.

Tirava-se com isto, o conteúdo que produzia o dinamismo interno desses movimentos, elidida-se a contradição fundamental que os produzia – a luta de classes no sistema escravista – para reduzi-los a um mero jogo de choques entre os padrões, traços e complexos culturais que os negros trouxeram da África e os da cultura ocidental que os recebeu. Essa posição teórica e sua continuação metodológica levavam a que sempre se procurasse uma interpretação culturalista para o conflito social que se desenvolvia em consequência das contradições do sistema escravista que se formara no Brasil(MOURA, 1988, p. 9).

É uma obra que incorpora na historiografia brasileira o negro<sup>30</sup> como sujeito político, subvertendo o padrão de despersonalização presente na figura do “escravo”, tal como são identificados os africanos e descendentes escravizados em obras de autores com diferentes posicionamentos teórico-metodológicos. Ao longo do livro, articula os dados históricos com uma análise sociológica que é apresentada metodologicamente como ferramenta de conhecimento e transformação e como crítica ao academicismo e ao formalismo da sociologia brasileira. E completa o quadro dinâmico com as transformações econômicas, políticas e sociais do país, a organização dos movimentos negros e sua preponderância como referências e fonte de saberes.

Consideramos que Moura realiza um duplo movimento: a ruptura com os estudos culturalistas sobre o negro no Brasil a partir da teoria marxista e a crítica radical à sociologia academicista pela

---

30 O termo negro é utilizado por Moura em vários trechos das obras consultadas ora para referir-se aos escravizados e aos quilombolas, ora para descrever as populações negras no pós-abolição. Em nosso trabalho o termo está referido à designação oficial brasileira contemporânea que caracteriza como negros para fins demográficos o conjunto de pretos e pardos na sociedade. Também o empregamos como categoria social historicamente construída que demarca classificações hierárquicas na sociedade moderna. Compartilhamos da visão de Aimé Césaire, em *Discurso sobre o colonialismo*: “Falo de milhões de homens em quem deliberadamente inculcaram o medo, o complexo de inferioridade, o tremor, a prostração, o desespero, o servilismo” (apud FANON, 2008, p. 25).

apreensão da perspectiva de totalidade que compreende a práxis como um complexo que articula teoria e prática política. E também confronta a tradição marxista ao colocar a noção de resistência negra como práxis em primeiro plano nas discussões sobre classes e estrutura de produção, sem, porém, desarticular essas dimensões.

[...], foi o quilombola, o negro fugido nas suas variadas formas de comportamento, isto é, o escravo que se negava, que se transformou em uma das forças que dinamizaram a passagem da escravidão para o trabalho livre. O escravo visto na perspectiva de um devir (MOURA, 1988, p. 34).

Em *O negro, de Bom Escravo a Mau Cidadão?* (1977) demonstra que a não absorção do negro como força de trabalho no sistema produtivo pós-abolição deu-se a partir de um processo iniciado décadas antes de 1888.

Por ser o ex-escravo considerado excedente no novo campo de oportunidades que se abria, não houve nenhuma política de readaptação, integração ou assimilação dele ao sistema que se criava. Quando surgiu o trabalho assalariado no Brasil, como forma de produção, o ex-escravo, que até antes da abolição se encontrava no seu centro, recebeu imediatamente, o impacto oriundo de outra corrente populacional que vinha para o Brasil vender a sua força de trabalho: o imigrante. Esse fluxo migratório, ao entrar no mercado de trabalho deslocava o ex-escravo do centro do sistema de produção para a sua periferia, criando as premissas econômicas da sua marginalização (MOURA, 1977, p.30).

Em *A sociologia Posta em Questão* (1978) são discutidas as razões sociais do aparecimento da sociologia. A correlação da sociologia com a ideologia desenvolvimentista é apontada criticamente, e a dialética é indicada como o contraponto metodológico para uma sociologia da práxis.

Na trajetória do seu pensamento tais reflexões podem ser entendidas como o arcabouço teórico-metodológico para as pro-

posições de *Sociologia do Negro Brasileiro* (1988), ou seja, a construção de uma sociologia capaz de enfrentar – como ferramenta da prática social – o problema racial e social brasileiro.

O método histórico-dialético é apropriado por Moura com ênfase na sua dimensão dinâmica, o que amplia a percepção dos aspectos da realidade investigados, como por exemplo operários e escravos em lutas paralelas, na fase de escravismo tardio (pós 1850). É uma ideia de pesquisa para a qual ele orienta a realização de “levantamento dos movimentos dos trabalhadores livres no período escravista e as possíveis convergências ou divergências com as lutas dos escravos” (MOURA, 1988a, p. 246).<sup>31</sup>

Identificamos então um caminho de pensamento cujas ideias encontram-se sintetizadas na *Dialética Radical do Negro Brasileiro* (1994). Nesse livro Moura apresenta um acabamento e uma qualificação dos dados que sustentam a sua tese sobre a organização do modo de produção escravista no longo período de sua vigência, a periodização do sistema em escravismo pleno e escravismo tardio.

O escravismo pleno é definido como o período em que a escravidão era uma instituição sólida e apenas os escravos se rebelavam contra sua estrutura. É o escravismo tardio, demarcado pela proibição do tráfico de escravos no país (Lei Eusébio de Queiroz, 1850), como a fase em que vários outros setores, por motivos diversos, também passaram a demandar do Estado o fim da escravidão. Nesta última está localizada a origem das estratégias de dominação que ressignificadas perduraram no pós-abolição, dando a forma contemporânea das particularidades do racismo brasileiro.

O conjunto das produções de Clóvis Moura são o resultado de *pesquisas de uma vida inteira*. Retratam o movimento de um intelectual que se propôs a ir às origens para pensar a realidade brasileira atual e as estratégias de transformação a serem construídas pelos indivíduos sociais nos espaços coletivos. Ao mesmo tempo construiu um arcabouço de fundamentos sobre a práxis, ou seja, a radicalização do significado político do negro na sociedade brasileira.

---

31 Sobre pesquisas realizadas nesta direção investigativa, cf. MATTOS, Marcelo Badaró. *Escravidados e livres: experiências comuns na formação da classe trabalhadora carioca*. Rio de Janeiro: Bom Texto, 2008.

Nesse sentido, consideramos que sua produção se destaca como uma importante contribuição para o debate das relações raciais contemporâneas, e além, como um pensamento para entender o Brasil— particularmente no momento atual, com o acirramento do conservadorismo em um país de relações sociais historicamente construídas sob o racismo em variadas dimensões de discriminação.

### **Considerações finais**

Em relação aos objetivos, consideramos que a pesquisa identificou o método dialético e a teoria marxista nas obras de Clovis Moura como uma apropriação que não sai do campo epistemológico ocidental, mas rompe com o paradigma eurocêntrico como modelo de análise do desenvolvimento social e econômico do Brasil. Nesse sentido, seu pensamento está nitidamente inscrito no debate sobre cientificidade, marxismo e teoria do conhecimento, porém essa vinculação não é limitadora de sua criatividade teórica nem o impediu de tratar as expressões subjetivas das relações sociais, especialmente a inter-relação entre história, ideologia e práxis.

A expansão da premissa teórica marxista fundamental, o conflito de classes como categoria analítica da sociedade escravista propiciou o reconhecimento da luta escrava e sua importância histórica. Porém, o resgate e a sistematização dessas resistências se configuram como basilares para a compreensão da dinâmica da sociedade brasileira nos dias de hoje. Isso porque esse pensamento não está reduzido aos estudos de um segmento apartado da sociedade em geral. Ao contrário, trata-se da análise dos mecanismos que vincaram a sociedade brasileira em seus aspectos mais fundamentais e persistentes.

As rebeliões negras formataram um dos termos de antinomia desta sociedade, contra a qual todo um violento aparato repressivo ideológico, jurídico e policial foi montado no período escravista e permanece na atualidade. Na contemporaneidade os negros continuam sendo o segmento prioritário sobre o qual incidem

ações policiais com morte<sup>32</sup>. Os territórios periféricos com maior contingente de moradores negros, além de serem os que apresentam os menores índices de desenvolvimento humano, também são os que mais sofrem incursões violentas da polícia.

Desse modo, afirmamos que o fim da escravidão não proporcionou para as populações negras, particularmente aquelas moradoras de territórios de favela e comunidades pauperizadas, as garantias de um “estado democrático de direito”, especialmente o direito à inviolabilidade das suas casas e sobretudo de seus corpos.

Em vista disso concordamos que “[...] o racismo não é apenas um problema ético, uma categoria jurídica ou um dado psicológico. Racismo é uma relação social, que se estrutura política e economicamente” (ALMEIDA, 2016, p. 23). O racismo é uma forma de compreensão do modo de funcionamento da sociedade e um dos agentes expressivos na manutenção das relações de exploração de classe. Refere-se à estrutura da sociedade tendo significado material na vida dos sujeitos, mas também atuando na produção de suas subjetividades. Isso significa que a reprodução das condições de desigualdades raciais ocorre em todos os contextos da vida social.

Portanto, a luta antirracista demanda um enfrentamento ideológico que tem como mote a identificação do Brasil como um país institucionalmente racista. Isso significa ultrapassar paradigmas conservadores, cujo discurso centrado na igualdade de oportunidades e no mérito individual procura refutar os dados da realidade e reduzir recursos públicos para intervenções de combate às desigualdades raciais.

Foi a memória da revolta que Moura pesquisou, sistematizou e divulgou como um disparador da rebeldia potencial que todos

---

32 Conforme as análises publicadas no Atlas da Violência 2017, de cada 100 pessoas assassinadas no Brasil, 71 são negras. No Rio de Janeiro os negros respondem por 78,9% dos indivíduos pertencentes ao grupo dos 10% com mais chances de serem vítimas fatais. Em todas as Unidades da Federação, com exceção do Paraná, os negros com idade entre 12 e 29 anos apresentavam mais risco de exposição à violência que os brancos na mesma faixa etária. Enquanto a mortalidade de não-negras (brancas, amarelas e indígenas) caiu 7,4% entre 2005 e 2015, entre as mulheres negras o índice subiu 22%. (p. 31)

nós trabalhadores explorados carregamos. Uma rebeldia negra, uma práxis forjada por mais de quinhentos anos de violência e opressão. Não exclusivamente por homens e mulheres de pele preta, mas tendo como fundamento a resistência negra original de fuga, insurreições e aquilombamentos em que também participaram os indígenas e os brancos pauperizados.

Gonzalez (1984) nos traz duas noções importantes para caracterizar o significado da opção política de Moura: consciência e memória.

Como consciência a gente entende o lugar do desconhecimento, do encobrimento, da alienação, do esquecimento e até do saber. É por aí que o discurso ideológico se faz presente. Já a memória, a gente considera como o não-saber que conhece, esse lugar de inscrições que restituem uma história que não foi escrita, o lugar da emergência da verdade, dessa verdade que se estrutura como ficção. Consciência exclui o que memória inclui (GONZALEZ, 1984, p. 226).

O jogo dialético entre consciência e memória configura uma disputa permanente pela primazia da verdade histórica. No caso brasileiro uma verdade que tem a suavização da escravidão, o suposto apassivamento dos escravizados e a democracia racial como discursos dominantes.

A brutalidade do modo de produção escravista foi o chão, a base concreta para a idealização da fuga, do movimento teleológico de planejar uma vida em liberdade. É essa ação de não se deixar morrer na senzala que configura a noção de práxis desenvolvida por Moura como práxis negra, uma categoria construída historicamente para apreender a formação da sociedade brasileira e as possibilidades de emancipação que se encontram nela, como uma memória capaz de promover a consciência.



## Referências

- ALMEIDA, S. L. de. Apresentação. Dossiê: *Marxismo e questão racial*. São Paulo: Boitempo, 2016
- GONZALEZ, L. *Racismo e sexismo na cultura brasileira*. Revista Ciências Sociais Hoje, ANPOCS, 1984, p. 223-244. Disponível em: [http://disciplinas.stoa.usp.br/pluginfile.php/247561/mod\\_resource/content/1/RACISMO%20E%20SEXISMO%20NA%20CULTURA%20BRASILEIRA.pdf](http://disciplinas.stoa.usp.br/pluginfile.php/247561/mod_resource/content/1/RACISMO%20E%20SEXISMO%20NA%20CULTURA%20BRASILEIRA.pdf). Acesso em: 20/01/2016.
- IPEA. Atlas da Violência 2017. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/download/2/2017>. Acesso em 03/03/2018.
- MINAYO, M.C.S. (org.). *Pesquisa social: teoria, método e criatividade*. 27ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.
- MIOTO, R.C.T.; LIMA, T.C.S. de. *Procedimentos metodológicos na construção do conhecimento científico: a pesquisa bibliográfica*. In: Rev. Katálysis. Florianópolis, v. 10 n. esp. 2007. p. 37-45.
- MOURA, C. *Rebeliões da senzala*. São Paulo: Zumbi, 1959.
- \_\_\_\_\_. *O negro, de bom escravo a mau cidadão?* Rio de Janeiro: Conquista, 1977.
- \_\_\_\_\_. *A sociologia posta em questão*. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1978.
- \_\_\_\_\_. *Rebeliões da senzala*. 4. ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1988.
- \_\_\_\_\_. *Sociologia do negro brasileiro*. São Paulo: Ática, 1988a.
- \_\_\_\_\_. *Dialética radical do Brasil negro*. Anita: São Paulo, 1994.
- \_\_\_\_\_. *Dicionário da escravidão negra no Brasil*. 1. reimpressão. São Paulo: Edusp, 2013
- OLIVEIRA, F.N. *Clóvis Moura e a sociologia da práxis negra*. Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Direito, Universidade Federal Fluminense, 2009.

- \_\_\_\_\_. *Modernidade, política e práxis negra no pensamento de Clóvis Moura*. Plural (São Paulo. Online), v. 18, n. 1, p. 45-64, Jan. 2011.
- \_\_\_\_\_. *Clóvis Moura: trajetória intelectual, práxis e resistência negra*. Salvador: EDUNEB, 2016.

# **Educação pública e combate à pobreza: o Programa Nacional de Assistência Estudantil**

*Gleyce Figueiredo de Lima*

O presente texto tem por objetivo oferecer a síntese do estudo do processo de implantação do Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) sob o contexto de expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica (EPT). A exposição inicia-se pelas mediações mais genéricas e encontra nas expressões cotidianas da “questão social” vivenciadas pelos estudantes o seu solo histórico concreto.

Na experiência cotidiana (dado o fato de este ser um estudo que parte das questões que emergiram a partir da realidade concreta de trabalho nessa política social), a cada dificuldade que os discentes enfrentavam para permanecer estudando, ia-se firmando a convicção sobre a insuficiência do PNAES como política social em todos os seus aspectos: conceituais, orçamentários, políticos e operativos, de modo que cada execução de edital para seleção discente tornava-se um suplício profissional com incontáveis desgastes emocionais. Sabia-se, de antemão, da distância entre a disponibilidade de recursos e a demanda manifestada pelos estudantes. Ademais, ainda que os recursos fossem ampliados, a lógica do atendimento “aos mais vulneráveis”, mediante a confirmação do estado de carência (por meio da realização

de avaliações socioeconômicas), trazia constrangimentos tanto aos profissionais envolvidos com a execução quanto aos discentes.

Essas questões, embora muito importantes, refletiam apenas a singularidade do fenômeno em estudo e indicavam aspectos dos arranjos institucionais que permeavam (e permeiam) a execução do PNAES. Entretanto, para alcançar a dimensão da totalidade social, é necessário ampliar o olhar e perceber que as relações institucionais, tomadas isoladamente, não são capazes de explicar o que a realidade social mostrava. A implantação do Programa Nacional de Assistência Estudantil se insere em um processo mais amplo. Este se revela como um programa criado ao final do 2.º Governo Lula, direcionado ao enfrentamento da “questão social” nas Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) com o projeto de expansão da política de educação profissional e do ensino superior.

Portanto, as questões peculiares a quaisquer instituições podem ter outro sentido diante dessa assertiva. Nesses termos, entender o significado político, social e econômico da expansão da Rede EPT foi uma chave analítica importante para desvendar o seu papel diante do projeto de desenvolvimento nacional proposto pelos governos petistas. Tratava-se, pois, na concepção alardeada pelo próprio Ministério da Educação (MEC), de um projeto em que havia uma função específica aos Institutos Federais (nacionalmente distribuídos), onde a ênfase seria dada à “justiça social, a equidade, a competitividade econômica e a geração de novas tecnologias”. Assim, os Institutos Federais “responderão, de forma ágil e eficaz, às demandas crescentes por formação profissional, por difusão de conhecimentos científicos e tecnológicos e de suporte aos arranjos produtivos locais” (MEC, 2008:03).

Ressaltamos que os objetivos “sociais” precederam àqueles estritamente econômicos e indicaram que a identidade institucional centrada na excelência do ensino e pesquisas nas áreas tecnológicas estavam em mutação. As novas “institucionalidade e territorialidade” (SANTOS, 2015), propostas nos objetivos centrais para os IFs, pareciam apresentar um tensionamento

entre a subordinação ao poder econômico expresso nos arranjos produtivos locais (com base no território de polarização de cada IF) e os programas balizados na concepção de “inclusão social”.

Além disso, a penetração territorial dos IFs, realizada em todos os estados brasileiros, e o seu processo de interiorização (das capitais para regiões metropolitanas e interior) acenavam para a construção de um projeto de desenvolvimento econômico assentado na ampliação da força de trabalho (disponível e qualificada segundo as requisições do mercado de trabalho local) articulada à geração de emprego, trabalho e renda.

A 2ª fase da expansão da Rede EPT foi aquela que mais se articulou às concepções de desenvolvimento erigidas pelos Governos Lula e Dilma, numa explícita política de desenvolvimento para o espaço geográfico, verificada na “criação de 562 campi em 515 municípios nos 27 estados da federação” (SANTOS, 2015). O Plano de Desenvolvimento da Educação de 2007, que apresentou o projeto de criação dos IFs, ao explicitar a concepção de política educacional, definiu-a a partir dos seguintes objetivos: “construir uma sociedade livre, justa e solidária; garantir o desenvolvimento nacional; erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais” (PDE, 2007). Em resumo, no mesmo documento há uma síntese muito valiosa para a nossa análise, para a qual a “visão sistêmica da educação, território e desenvolvimento se fundem nos IFET de maneira plena”.

Para efetivar tais diretrizes estratégicas, o PNAES se mostrou um mecanismo de alívio da pobreza, concebido e executado majoritariamente por meio de ações focais de transferências de renda aos estudantes mais pobres. Como modalidade de política social, as ações focalizadas de transferência de renda constituem o avesso do direito, elas confirmam a “centralidade da assistência social” (MOTA, 2008) perante outras políticas públicas provedoras de direitos sociais.

Decorre dessa relação uma das prospecções deste texto: em um curto prazo de tempo, os IFs começarão a utilizar critérios de seletividade mais rebaixados do que aqueles atualmente utilizados

para a inclusão dos estudantes nos programas de transferência de renda executados no âmbito do PNAES. O Relatório do Tribunal de Contas da União de 2013 já sinalizava essa medida, visto o relato (à época) dos gestores quanto à insuficiência de recursos do programa, o documento sugeria que houvesse uma redefinição do público-alvo a ser atendido. O rebaixamento dos critérios de seletividade do PNAES, para que os estudantes acessem (apenas) os programas focalizados de transferência de renda, tendem a ser equiparados aos critérios utilizados em outros programas dessa natureza, como o Programa Bolsa Família.

Do ponto de vista da operacionalização do PNAES, as equipes multiprofissionais que atuam em sua execução podem ter o seu processo de trabalho sob forte controle institucional. Como as características predominantes do programa são o subfinanciamento e a lassidão institucional – fragilidade de seus instrumentos normativos, visto que o programa foi instituído por um decreto presidencial e não houve um debate nacional que o regulamentasse como lei –, as IFES têm um peso muito relevante no seu direcionamento. Os recursos são direcionados a cada Instituto Federal de forma centralizada, e não existe a obrigatoriedade da definição dos recursos para cada campus. Com isso, nacionalmente, há distintas formas de distribuir tais recursos: há IF que centraliza todo o montante e o redistribui aos campi de acordo com critérios estabelecidos em seus Conselhos Superiores; outros IFs, por sua vez, reservam uma parte dos valores na gestão central e distribui o restante aos campi.

De todo modo, com critérios mais ou menos equânimes, os recursos permanecem insuficientes em relação ao universo total da demanda discente e, até o momento, não existem referências nacionais ou fontes definidas para o financiamento do PNAES, o que faz da gestão e execução desse programa uma surpresa a cada ano.

A combinação entre o aumento da demanda e a insuficiência de recursos pode fazer com que os gestores passem a exigir que mais estudantes sejam atendidos (em face da dimensão política do

programa) e que sejam ampliados os mecanismos de controle (do trabalho dos profissionais e sobre o público inserido no PNAES). Isso pode gerar situações de constrangimento aos estudantes para acessar os programas, como a realização de entrevistas sociais e visitas domiciliares (instrumentos de trabalho dos profissionais de Serviço Social) para “livrar” a instituição das armadilhas dos discentes para receberem as bolsas institucionais.

Outra implicação possível é a diminuição (ou extinção) de ações estruturais de permanência estudantil. Com relação às normativas restritivas estabelecidas pelo PNAES e ao seu parco financiamento, algumas IFES investiram na construção de políticas estruturais de permanência discente – construção de moradia estudantil, restaurantes universitários, ações de mobilidade entre os campi, etc. Tais políticas não são integralmente financiadas com recursos do PNAES, mas, sim, com recursos de capital oriundos dos programas de expansão (das universidades e instituições da Rede EPT). Com isso, estruturas criadas com os recursos da expansão tendem a ter problemas para se manter, visto que o subfinanciamento não é uma realidade apenas do PNAES; este está presente na retração dos recursos de custeio das universidades e dos Institutos Federais.

Para compor o conjunto de prospecções acerca do PNAES, retomamos aqui a lassidão institucional que foi mencionada. Essa lassidão também se expressa quanto aos instrumentos políticos de controle social sobre o programa. No Decreto N.º 7.234/2010 e portarias ministeriais posteriores, não há menção à necessidade de se estabelecerem espaços políticos para a definição das ações prioritárias, controle sobre a utilização dos recursos e afins. Na prática, é a mobilização discente por meio do movimento estudantil, em suas entidades organizativas, que tem alcançado a conquista de direitos – a ampliação do acesso ao transporte (que possui regulamentações estaduais e municipais distintas nacionalmente), a implantação de restaurantes estudantis, o pagamento das bolsas sem atrasos e a abertura de espaços políticos na gestão democrática dos IFs e universidades. Essa atuação política de-

monstra que a ampliação do acesso às IFES também repercutiu para as relações institucionais.

Voltamos à análise das diretrizes estratégicas que envolviam o processo de expansão da Rede EPT e a criação dos Institutos Federais. Vimos que, além desse processo (como projeto) estar sintonizado com a política dos governos petistas que compunham o arsenal de combate à pobreza, tais instituições também tiveram um papel importante no ideário de desenvolvimento proposto em tais governos. De certo que o Programa de Expansão, por si só, não perfazia esse ideário, mas o conjunto de programas governamentais (de fomento à construção civil, aumento da exportação de commodities, ampliação do mercado de consumo interno, disponibilização do crédito à classe trabalhadora, geração de emprego e renda, etc.) alimentavam a percepção ilusória de que o país estava em sólido processo de crescimento econômico e que os patamares de acesso à riqueza, nacionalmente produzida, haviam sido modificados.

O ideário de desenvolvimento pautado era o desenvolvimento capitalista permitido aos países da periferia do capitalismo mundial. Ao analisarmos a economia política dos governos petistas, vimos que tais políticas, em seus fundamentos e práticas, não significaram o rompimento com as políticas herdadas da década de 1990. Ao contrário, as medidas voltadas à formação do superávit primário para o pagamento da dívida pública interna e externa, a manutenção das altas taxas de juros e a implementação de contrarreformas do Estado (como a contrarreforma da previdência do setor público) fizeram do projeto de desenvolvimento desses governos espaços para coalizão de classes em nome do crescimento econômico nacional com a manutenção das garantias de lucratividade para o capital transnacionalizado em um ambiente político favorável à obtenção do consenso político pelo Estado.

As políticas redistributivas e de incorporação parcial da classe trabalhadora brasileira à riqueza socialmente produzida, executadas pelos Governos Lula e Dilma são devidas ao bom momento da economia internacional da qual se beneficiou o país com a ex-



portação das commodities e produtos de baixa matriz tecnológica e valor agregado. O Produto Interno Bruto acumulava superávits e a balança comercial era favorável ao Brasil entre 2008 e 2013. Nesse contexto, podemos inferir que parte do excedente econômico acumulado naquele período foi direcionado ao financiamento de políticas públicas para fomentar o desenvolvimento, dentre as quais, o Programa de Expansão da Rede EPT, que ocorre com maior volume de recursos no período assinalado.

Esses aspectos nos possibilitaram estabelecer as mediações entre o projeto de desenvolvimento nacional, assentado na ideia de crescimento econômico com geração de emprego e renda, e o combate à pobreza. Essas premissas, ordenadoras das políticas econômicas e sociais dos governos petistas, informaram o processo de expansão da Rede EPT, de modo que se constituíram diretrizes que podem ser observadas em numerosos documentos institucionais a esse respeito.

Tais ideias consubstanciavam o projeto petista para a sociedade brasileira – de governar a partir de uma ampla coalizão de forças partidárias e movimentos sociais (de centro-esquerda para direita no espectro político) –, de modo que conseguiu alcançar o consenso hegemônico para legitimar as políticas econômicas e sociais por três mandatos presidenciais consecutivos do Partido dos Trabalhadores.

Esse período, que correspondeu aos 12 anos dos governos petistas e seus aliados, sob o ponto de vista da política internacional, foi extremamente simbólico para o conjunto dos países da periferia do capitalismo. Isso se explica se observarmos o aprofundamento da “questão social” provocado após o período de implantação das políticas de ajustes fiscais pelos estados nacionais em resposta às orientações estratégicas dos organismos multilaterais que controlam a economia mundial. Esses organismos, embora sejam os incentivadores dessas políticas, perceberam que era necessário realizar políticas de combate à pobreza e pobreza extrema de modo que as suas consequências não ameaçassem “o bom andamento dos negócios”. Por meio de suas instituições,

como o Banco Mundial, esses organismos passaram a realizar estudos sobre os patamares de desenvolvimento e indicadores sociais na periferia do capitalismo.

Os governos petistas tornaram-se centrais para essa estratégia por terem conseguido articular as condições necessárias para fazer do Brasil “uma plataforma de valorização do capital transnacionalizado” (PAULANI, 2008) e, ao mesmo tempo, criar grandes programas de combate à pobreza. É importante ressaltar que as políticas sociais implementadas não ameaçavam os ganhos e a rentabilidade do capital (nacional e estrangeiro), pelo contrário, criaram as condições para a obtenção do consenso para que as políticas de favorecimento do capital continuassem a ser executadas. Por essas razões, os governos petistas simbolizavam uma estratégia bem-sucedida para os chamados “países em desenvolvimento”.

Esse é o quadro geral no qual se inserem a expansão e a interiorização da Rede EPT, como um projeto de fomento ao desenvolvimento nacional e enfrentamento à pobreza mediado pela política educacional. A atuação do Banco Mundial para o campo internacional da educação incorporou essa estratégia em seus documentos institucionais conduzida por numerosos assessores (diretos e indiretos) para os sistemas de ensino dos países periféricos.

Diante do atual contexto de crise econômica – processo originado pela crise estrutural do capital e forte recessão econômica no Brasil –, a outra prospecção possível quanto à Rede EPT diz respeito às suas condições de manutenção e funcionamento. Com isso, podemos inferir que o projeto de expansão e interiorização da Rede EPT corre duplo risco: 1) não concluir-se (no caso das instituições cuja infraestrutura ainda não foi construída e adequada às condições de funcionamento) e 2) não conseguir manter-se (para o caso dos IFs que conseguiram adequar os espaços físicos, mas veem seus recursos de capital e custeio diminuídos).

Por fim, o momento em que finalizo este texto é absolutamente alarmante para os(as) trabalhadores(as) brasileiros(as). Acompanhar os acontecimentos cotidianos fazia-nos apreender que

graves mudanças estão ocorrendo para destruir as fragilíssimas conquistas sociais obtidas. Em quase dois anos, o novo governo instaurado mediante artimanhas políticas (no mínimo) escusas obteve a maioria e a hegemonia diante de um parlamento conservador inundado de denúncias de corrupção, caixa 2 e negociatas para a aprovação de pautas importantes.

Nesse curto prazo, romperam-se premissas constitucionais até então intangíveis. Em nome da redução dos gastos públicos para favorecer o crescimento econômico e realizar o ajuste fiscal, o preceito constitucional da alocação de percentuais mínimos do orçamento da União para o financiamento das políticas públicas (saúde, educação e assistência social) foi quebrado pela aprovação, no dia 15 de dezembro de 2016, da Emenda Constitucional N.º 95, que institui o Novo Regime Fiscal no âmbito dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União e que vigorará por 20 exercícios financeiros. A aprovação da Emenda Constitucional N.º 95 ocorreu rapidamente, e o Congresso Nacional, majoritariamente, ignorou toda a mobilização popular contrária a esse projeto.

Nessa conjuntura, de produção de desumanidades que tendem a rebaixar as condições de vida da classe trabalhadora a situações vis e indignas é indispensável analisar o processo político que produziu tal situação. Suas raízes estão associadas ao pacto de classes, aos acordos políticos e ao “apassivamento” (IASI, 2012) dos trabalhadores, construídos pelo PT nos últimos 14 anos.

Entretanto, há algo de novo. A realização das contrarreformas produtoras de desumanidades do ilegítimo Governo Michel Temer foi inicialmente enfrentada e negada pelo movimento estudantil. Por todo o Brasil, entre os meses de outubro e dezembro de 2016, estudantes das universidades públicas e institutos federais resolveram não voltar para suas casas e ocuparam as instituições de ensino para denunciar os efeitos da então PEC N.º 55, de 2016, para o conjunto das políticas públicas, especialmente a política de educação. Esses estudantes podem ser chamados de “filhos da política de expansão”, mas não são filhos cordatos ou submissos. Reconhecem como direito (portanto, livre do preceito do favor)

o seu acesso às IFES e lutam pela permanência estudantil e pela existência dessas próprias instituições para as gerações presentes e futuras.

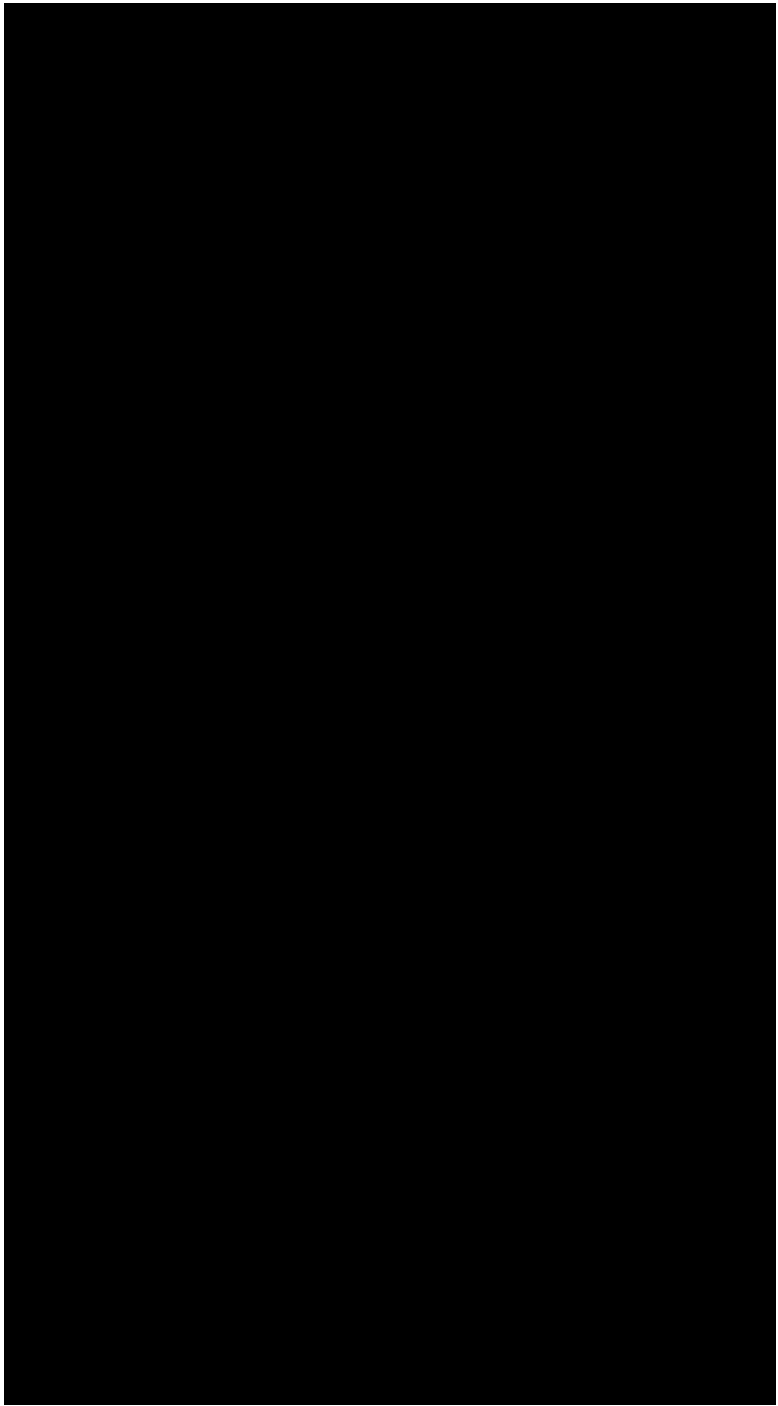
## Referências

- BRASIL. Ministério da Educação. Portaria Normativa Nº 39 de 12 de dezembro de 2007. Institui o Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES.
- \_\_\_\_\_. Plano de Desenvolvimento da Educação: razões, princípios e programas. Brasília, 2007.
- \_\_\_\_\_. Concepção e Diretrizes dos Institutos Federais. Secretaria Especial de Educação Profissional e Tecnológica, Brasília, 2008.
- BRASIL. Presidência da República. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.
- \_\_\_\_\_. Presidência da República. Decreto Nº 7.234 de 19 de julho de 2010. Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES.
- IASI, M.L. *As metamorfoses da consciência de classe - o PT entre a negação e o consentimento*. São Paulo, Expressão Popular, 2006.
- \_\_\_\_\_. *Democracia de cooptação e o apassivamento da classe trabalhadora*. In: *Financeirização, Fundo Público e Política Social*, São Paulo, Cortez, 2012.
- MOTA, A. E. *O Mito da Assistência Social - ensaios sobre Estado, política e sociedade*. São Paulo, Cortez, 2008.
- \_\_\_\_\_. (org.) *Desenvolvimentismo e construção de hegemonia - crescimento econômico e reprodução da desigualdade*. São Paulo, Cortez, 2012.
- PAULANI, L. *Brasil Delivery: servidão financeira e Estado de emergência econômico*. Coleção Estado de Sítio. São Paulo: Boitempo, 2008.

- SANTOS, J.A. *Orçamento dos CEFETs e das ETFs: praticando a política do cobertor curto*. In: Trabalho, Educação e Saúde. Rio de Janeiro, FIOCRUZ, v. 2, n.1, março 2014, pp. 179-188.
- \_\_\_\_\_; RODRIGUES, J. *(Des)Caminhos da política de expansão da rede federal de educação profissional, científica e tecnológica: contradições na trajetória histórica*. In: Marx e o Marxismo, v.3, Nº 4, Jan-Jun 2015.
- TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO. Relatório de Auditoria – Rede de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, Brasília, 2012.
- \_\_\_\_\_. Acórdão Nº 506 de 13 de março de 2013, Brasília, 2013.



**Trabalho,  
Lutas Sociais,  
Política Social  
e Serviço Social**





# O momento estrutural do Estado: incontrolabilidade do capital como determinação primária do Estado moderno

*Alexandre Aranha Arbia*

Uma abordagem complexa do Estado, evitando reduzi-lo simplesmente às dimensões política ou jurídica, deve explicitar sua determinação mais central e, justamente por isso, a mais oculta: sua *forma administrativa*. Por que a *administração* deve apresentar-se sob as formas *política* e *jurídica*, tratamos de explicar em nossa tese de doutoramento.<sup>33</sup> O presente artigo<sup>34</sup> procura retomar apenas os fundamentos que instauram o capital enquanto uma dinâmica sociometabólica incontrolável a exigir, em seu funcionamento sistêmico, a constituição do Estado moderno (e demonstrar que a natureza administrativa desse Estado encontra este ino imperativo de contrarrestar, no plano macrocósmico, os defeitos estruturais e a *determinação de incontrolabilidade* da reprodução sistêmica do capital). Admitindo-se a correção das proposições de I. Mészáros sobre o Estado e o metabolismo social do capital,<sup>35</sup> buscaremos expor, sumariamente, as determinações de fundo que constituem o capital enquanto uma dinâmica social incontrolável.

---

33 Cf. Arbia (2017).

34 Este artigo apresenta parte das concepções desenvolvidas de modo mais sistemático no primeiro capítulo de nossa tese de doutoramento, intitulada: *A ilusão de controle da incontrolabilidade: uma análise das formas ideológicas estatais (política e direito) a partir da crítica da economia política* (ARBIA, 2017), sob orientação da Prof.<sup>a</sup> Yolanda Guerra.

35 Cf. Mészáros (2015; 2011; 2008; 2006; 2002).

No entanto, devemos advertir de início que, se por um lado, o caminho que percorreremos permitirá evidenciar a determinação mais essencial do Estado moderno, por outro, abdicará de integrar categorias fundamentais capazes de possibilitar o entendimento da política e do direito enquanto formas ideológicas estatais (justamente os complexos categoriais apresentados por Marx nos chamados “textos dos anos 40”), mostrando-se, portanto, insuficiente para uma explicação integral. Dado o curto espaço de que dispomos, não poderemos uniras análises. Esse impedimento, todavia, não deve ignorar que apenas *uma leitura do conjunto da obra marxiana* possibilita uma *abordagem integral* do Estado moderno, a explicitação de sua constituição “tripolar”:<sup>36</sup> *administrativa, política e jurídica*. Na impossibilidade de fazê-lo aqui, passaremos diretamente à investigação das determinações primárias que põem a forma (administrativa) estatal.

### **As determinações do espectro de incontrolabilidade**

A análise que Marx nos oferece dos ciclos de realização, no Livro II de *O Capital* (MARX, 2006b), possui um triplo mérito. Em primeiro lugar, ao revelar as formas de manifestação do valor enquanto força evanescente, o faz de modo abrangente, percorrendo as relações sociais de produção material às esferas alheias à própria execução do trabalho. Desse modo, termina por evidenciar o espírito mais recôndito do sociometabolismo do capital *em sua forma mais abstrata* (não é ocioso lembrar, a concretude do funcionamento social do capital aparecerá de modo mais claro e saturado no Livro III<sup>37</sup>). Em segundo lugar, os ciclos revelam uma unidade contraditória entre produção e circulação: se, por um lado, no interior da dinâmica sociometabólica do capital apresentam-se apartadas, por outro devem permanecer intimamente conectadas, permitindo a realização do valor. Finalmente, os ciclos jogam luzes sobre as formas D, P e M como formas *necessárias* de uma

---

36 Devemos a sugestão da definição a Elcemir Paço-Cunha.

37 Cf. Marx (1986, 1986a).

força social em constante movimento. Cada momento do ciclo encontra-se pleno e, ao mesmo tempo, vazio de sua razão de ser. A força evanescente, que se manifesta e esconde, é o *valor*.<sup>38</sup> Ora, esse terceiro mérito da análise de Marx aponta-nos para a constituição de uma dada positividade pela qual o capital deve-se manifestar. Como se desprende da análise marxiana, o processo de realização do capital se desenvolve por estádios especialmente problemáticos (D – M; P; M' – D'), consequência do modo como se estruturam, nesta ordem social, produção/circulação e produção/consumo.

Saturados por determinações concretas, os ciclos permitem compreender que, na ordem do capital, a sociabilidade toma forma de uma contingência articulada em torno dos imperativos últimos de autoexpansão do valor, e todos os esforços empreendidos acabam restringidos a atos que reduzam seu tempo de rotação, removam obstáculos e garantam condições ótimas de sua reprodução, concluindo com eficácia seu processo de realização. Trata-se, assim, de conectar as partes dispersas (e em movimento centrífugo) do capital em um sistema integrado, tornando o mais justo possível o encaixe entre os tempos de produção e circulação, viabilizando, finalmente, a reprodução do conjunto pela viabilização do funcionamento de suas células constitutivas.

Esse movimento se expressa como uma força totalizadora e totalitária,<sup>39</sup> capaz de estabelecer a si mesmo como determina-

---

38 Para Marx, os três diferentes ciclos nada mais representam que formas distintas de manifestação do capital industrial, logo, formas distintas de manifestação do valor (cf. MARX, 2006b, p. 62).

39 Entendemos o totalitarismo da totalização do capital no sentido atribuído por Mészáros (2002, p. 96): “antes de mais nada, é necessário insistir que o capital não é simplesmente uma ‘entidade material’ – também não é [...] um ‘mecanismo’ racionalmente controlável, como querem fazer crer os apologistas do supostamente neutro ‘mecanismo de mercado’ (a ser alegremente abraçado pelo ‘socialismo de mercado’) – mas é, em última análise, uma forma incontrolável de controle sociometabólico. A razão principal por que este sistema forçosamente escapa a um significativo grau de controle humano é precisamente o fato de ter, ele próprio, surgido no curso da história como uma poderosa – na verdade, até o presente, de longe a mais poderosa – estrutura ‘totalizadora’ de controle à qual tudo o mais, inclusive seres humanos, deve se ajustar, e assim provar sua ‘viabilidade produtiva’, ou perecer, caso não consiga se adaptar. Não se pode imaginar um sistema de controle mais inexoravelmente absorvente – e, neste importante sentido, ‘totalitário’ – do que o sistema do capital globalmente dominante, que sujeita cegamente aos mesmos imperativos a questão da saúde e a do comércio,

ção universal irrefreável, irresistível, determinante, unilateral, excludente e abrangente, capaz de subsumir em si a totalidade dos processos sociais e convertê-los à sua imagem e semelhança, como Marx e Engels assinalaram em 1848:

*a grande indústria criou o mercado mundial, preparado pela descoberta da América. O mercado mundial acelerou enormemente o desenvolvimento do comércio, da navegação, dos meios de comunicação. Este desenvolvimento reagiu por sua vez sobre a expansão da indústria; e à medida em que a indústria, o comércio, a navegação, as vias férreas se desenvolviam, crescia a burguesia, multiplicando seus capitais e colocando num segundo plano todas as classes legadas pela Idade Média (MARX; ENGELS, 2007a, p. 41 – itálicos nossos).*

Complementam:

*com o rápido aperfeiçoamento dos instrumentos de produção e o constante progresso dos meios de comunicação, a burguesia arrasta para a torrente da civilização todas as nações, até mesmo as mais bárbaras. Os baixos preços de seus produtos são a artilharia pesada com que destrói todas as muralhas da China e obriga à capitulação os bárbaros mais tenazmente hostis aos estrangeiros. Sob pena de ruína total, ela obriga todas as nações a adotarem o modo burguês de produção, constrengendo-as a abraçar a chamada civilização, isto é, a se tornarem burguesas. Em uma palavra, cria um mundo à sua imagem e semelhança (MARX; ENGELS, 2007a, p. 44 – itálicos nossos).*

No que tange ao vínculo entre grande indústria e mercado mundial, os autores têm em mente um processo específico de

---

a educação e a agricultura, a arte e a indústria manufatureira, que implacavelmente sobrepõe a tudo seus próprios critérios de viabilidade, desde as menores unidades de seu 'microcosmo' até as mais gigantescas empresas transnacionais, desde as mais íntimas relações pessoais aos mais complexos processos de tomada de decisão dos vastos monopólios industriais, sempre a favor dos fortes e contra os fracos. No entanto, é irônico (e bastante absurdo) que os propagandistas de tal sistema acreditem que ele seja inerentemente *democrático* e suponham que ele realmente seja a base paradigmática de qualquer democracia concebível" (itálicos do original).

circulação global de mercadorias, impulsionado por formas tecnológicas novas e eficazes que não guardam paralelo com períodos precedentes. Ao “erguer-se sobre seus próprios pés” (MARX, 2006, p. 441), ou seja, ao remover a divisão manual (manufatureira) do trabalho de sua base produtiva, o capital repôs, em patamares mais elevados e complexos, a relação entre divisão (social e técnica) do trabalho e produtividade, consolidando-se num *modo de produção global* internacionalmente integrado e incontrolável.

Adicionalmente, a expansão dinâmica da circulação, retroagindo sobre o próprio desenvolvimento da indústria, intensificou o comércio global de modo a delinear uma especialização de tipo colônia/metrópole entre países, implicando uma específica divisão internacional do trabalho que se materializa por hierarquizações sociais, formação de centros de produção e circulação e exclusão e aniquilação de formas e processos sociais incompatíveis ou refratários à dinâmica do valor. Vejamos mais detidamente.

No processo capitalista de trabalho, o valor aparece como pressuposto de realização da atividade. O trabalhador se depara com o capital como condição *objetiva e subjetiva* do trabalho: surge, aos seus olhos, um conjunto estranho de objetivações, frutos de trabalho excedente (cf. MARX, 2015, p. 306). O produto do trabalho aparece ainda como propriedade privada alheia, ocasionando o estranhamento tanto das personificações do capital, que percebem a capacidade de trabalho viva como algo separado e estranho às condições materiais de sua realização, quanto do trabalhador, que confrontado com as condições materiais objetivas como propriedade de outrem.<sup>40</sup>

Essa separação absoluta entre propriedade e trabalho, entre capacidade de trabalho viva e as condições de sua realização, entre trabalho objetivado e vivo, entre valor e atividade criadora de valor [...], esse divórcio aparece igualmente como produto do próprio trabalho, como concretização objetiva de seus pró-

---

40 A teoria da alienação de Marx coloca-nos frente a frente com o problema da disjunção produção/controlado. Sobre a teoria da alienação de Marx, cf. Marx (2015; 2011; 2006; 1986a) e Mészáros (2006).

prios momentos. Pois, pelo próprio novo ato de produção [...] o resultado total do trabalho (tanto do trabalho excedente como do necessário) [...] [foi posto – AAA] como capital, como valor de troca confrontando de maneira autônoma e indiferente a capacidade de trabalho viva (MARX, 2011, p. 372).

Confrontado com um conjunto de “efetividades que lhes são alheias, que constituem a riqueza em oposição ao trabalho” (MARX, 2011, p. 373), “resultados” da dinâmica viva do capital, o trabalhador *integra-se como apêndice* de um processo de produção que não domina, no qual é chamado a funcionar como simples fonte de valor e, dentre o conjunto de mercadorias empregado, como a mais vil. O trabalho deixa de constituir atividade humana vital para se tornar o calvário que medeia necessidade e salário. A realização da atividade só semostra possível pelo estabelecimento de uma relação *privada* de troca entre a capacidade viva e o montante de capital necessário à satisfação de necessidades. O ato do trabalho, finalmente, torna-se o período do dia em que, para ganhar a vida, o trabalhador aliena seu corpo, suas faculdades e sua vontade.<sup>41</sup>

Sobre as personificações do capital, a alienação adquire características específicas.<sup>42</sup> Para que se mantenha dentro dos padrões de produtividade impostos pelo sistema do capital – ou seja, caso nãoqueira deixar sua condição e tornar-se uma personificação do

---

41 Depreende-se, pois que “o homem (o trabalhador) já só se sente livremente ativo nas suas funções animais – comer, beber e procriar, quando muito ainda habitação, adorno, etc. –, e já só como animal nas suas funções humanas. O animal torna-se o humano e o humano, o animal” (MARX, 2015, p. 309).

42 “A classe possuinte e a classe do proletariado representam a mesma autoalienação humana. Mas a primeira das classes se sente bem e aprovada nessa autoalienação, sabe que a alienação é *seu próprio poder* e nela possui a *aparência* de uma existência humana; a segunda, por sua vez, sente-se aniquilada nessa alienação, vislumbra nela sua impotência e a realidade de uma existência desumana” (MARX; ENGELS, 2011, p. 48 – itálicos do original). Deixando de lado a polêmica sobre o fato de o proletariado “vislumbrar” (ou não) nessa autoalienação sua “impotência e a realidade de uma existência desumana”, duas questões chamam atenção no fragmento: 1) na ordem do capital, o sistema de alienação subsume todos os indivíduos (ou todas as classes); 2) as formas de alienação vivenciadas pelas personificações do capital possuem a aparência de uma existência humana, pois permitem maior fruição das objetivações sociais (mesmo sob a forma mercadoria – forma geral dessa ordem), inacessíveis (graças a essa mesma forma e a lógica que a engendra) ao conjunto amplo das populações.

trabalho – o capitalista deve atender às exigências impostas pela dinâmica do valor. Logo, sob este aspecto, em *última instância*, o capitalista individual também não determina *o quê, como, quando, quanto* e *por que* produzir. Em termos mais precisos,

como capitalista, *apenas personifica o capital*. Sua alma é a alma do capital. Mas o *capital tem seu próprio impulso vital*, o impulso de valorizar-se, de criar mais-valor, de absorver com sua parte constante, com os meios de produção, a maior quantidade possível de trabalho excedente (MARX, 2006, p. 271 – itálicos nossos).

Vê-se que o “controle” exercido pelas personificações do capital resume-se a despotismo organizacional, direto ou mediado, como *controle hierárquico, cujo eixo fundante é a divisão social e técnica promovida e intensificada pela maquinaria*,<sup>43</sup> pelo qual toma corpo a subordinação formal e real do trabalho ao capital, e não um controle *sobre a produção* (e a circulação) que, nas palavras de Marx, obedece(m) ao “próprio impulso vital” do capital.

O desenvolvimento da indústria automática,<sup>44</sup> no mesmo movimento em que economizou trabalho vivo, fez crescer a massa de valor imobilizado sob a forma de capital produtivo (fixo) e capital-mercadoria. A divisão técnica rearranjou a hierarquia do trabalho, esvaziando-o de seus caracteres concretos (destituindo o trabalho de sua especialização, criou cisão entre o “trabalhador principal” e os “auxiliares”) e potenciando o desenvolvimento e a diversidade dos meios de produção. Ao mesmo tempo, subdividiu hierarquicamente os trabalhadores manuais, apartou execução e concepção, aumentando o número (e o peso) daquela cama-

---

43 São duas as chaves do problema, ambas fundadas sobre o desaparecimento do modo de produção manufatureiro e de seu padrão intrínseco de produtividade: primeiro, o desenvolvimento de uma divisão do trabalho em escala macrosocietária, condizente com os novos padrões produtivos da indústria automática; segundo, a alteração substancial da dinâmica interna da produção (e dos padrões de produtividade) pela consolidação da maquinaria. A primeira diz respeito a uma hierarquia social e técnica do trabalho; a segunda, à constituição do autômato e a marginalização do homem no processo produtivo.

44 De passagem, é interessante notar como a questão aparece já n’A *ideologia alemã* (1845-46). Cf. Marx; Engels (2007, pp. 60-1).

da específica responsável pelo desenvolvimento, manutenção e administração da técnica. Conforme não possa haver produção material que prescindia, em última instância, de trabalho vivo, de meios de trabalho e de objetos de trabalho ou, para sermos mais específicos, conforme não possa haver produção social sem meios e relações sociais de produção, *divisão (técnica) do trabalho e técnica* adquirem uma unidade indissolúvel: uma unidade dinâmica (*alienada*, na ordem do capital) de forças produtivas que somente operam *por e através* uma da outra.

Todo este arrazoado sinaliza os pressupostos de desenvolvimento de uma funcionalidade circular *automática* do capital. Como, certa feita, observou Marx (1988, p. 7):

os homens fazem sua própria história, mas não a fazem como querem; não a fazem sob circunstâncias de sua escolha e sim sob aquelas com que se defrontam diretamente, legadas e transmitidas pelo passado. A tradição de todas as gerações mortas oprime como um pesadelo o cérebro dos vivos.<sup>45</sup>

Enquanto relação social, o capital é uma *objetividade*<sup>46</sup> postapelos homens, que totaliza, por meio de seu próprio *sistema secundário de mediações*,<sup>47</sup> todo o conjunto de *mediações de primeira ordem*.<sup>48</sup> Na concretude histórica da *objetividade* do capital, entretanto, temos uma peculiaridade:

a objetivação sob condições em que o trabalho se torna exterior ao homem assume a forma de um poder alheio que

---

45 Relembre-se ainda a célebre passagem: “na produção social da própria existência, os homens entram em relações determinadas, necessárias, *independentes de sua vontade*; essas relações de produção correspondem a um grau determinado de desenvolvimento de suas forças produtivas materiais” (MARX, 2008, p. 47 – itálicos nossos).

46 “Um ser não objetivo é um *não ser*. Ponha-se um ser que não seja propriamente objeto nem tenha um objeto. Um tal ser seria, em primeiro lugar, o único ser, não existiria nenhum ser fora dele, ele existiria solitário e sozinho. Pois, desde que haja objetos fora de mim, desde que eu não esteja só, sou um *outro*, uma *outra realidade* que não o objeto fora de mim. Para este terceiro objeto eu sou, portanto, uma *outra realidade* que não ele, i.e., *seu* objeto” (MARX, 2015, p. 376 – itálicos do original).

47 Cf. Mészáros (2002, p. 180).

48 Cf. Mészáros (2002, p. 213).



confronta o homem de uma maneira hostil. Esse poder exterior, a propriedade privada, é o ‘produto, o resultado, a consequência necessária, do trabalho exteriorizado [alienado], da relação externa do trabalhador com a natureza e consigo mesmo’. Assim, se o resultado desse tipo de objetivação é a produção de um poder hostil, então o homem não pode realmente ‘contemplar a si mesmo num mundo criado por ele’, mas, submetido a um poder exterior e privado do sentido de sua própria atividade, ele inventa um mundo irreal, submete-se a ele, e com isso restringe ainda mais sua própria liberdade (MÉSZÁROS, 2006, p. 146).

Como resultado de atos pretéritos, o capital se constitui por ações que, autonomizando dos indivíduos, tomam a forma de causalidades postas<sup>49</sup> sob condições sociais e históricas específicas (em que o trabalho foi tornado “exterior ao homem”), padecendo da mesma sorte das demais objetivações humanas nessa circunstância: “assume a forma de um poder alheio que confronta o homem de maneira hostil”.

Por um lado, na circulação, o valor confronta consigo mesmo em um processo de metamorfoses *dinamizadas pelos homens*, cujas consciências permanecem vinculadas, no ato, a resultados imediatos e pragmáticos: elas ocorrem, em última instância, como busca por valores de uso (ainda que essa realização possa ser mediada

---

49 Neste ponto exsurge uma polêmica: uma vez consubstanciadas as relações sociais entre os homens, uma vez imersos em relações sociais *dadas*, que individualmente *não controlam*, não poderiam estar confrontados, em seu agir teleológico, com cadeias causais *postas*? A inferência é permitida a partir de uma interpretação da proposta lukacsiana, se considerarmos que “o significado da causalidade posta consiste no fato de que os elos causais, as cadeias causais, etc. são escolhidos, postos em movimento, abandonados ao seu próprio movimento, para favorecer a realização do fim estabelecido desde o início” (LUKÁCS, 2013, p. 99). Ainda que, no fragmento anterior, Lukács se refira estritamente ao trabalho, voltamos a nos deparar com a questão quando trata da ideologia: “embora tenham necessariamente surgido de pores teleológicos, eles, enquanto processos sociais, não podem possuir qualquer caráter teleológico. O próprio processo social consiste de cadeias causais, que de fato foram postas em marcha por pores teleológicos, mas que, uma vez ganhando realidade, podem operar exclusivamente como causalidades” (LUKÁCS, 2013, p. 536). A polêmica que se impõe, portanto, é se, no conjunto de *Para uma ontologia do ser social*, haveria possibilidade de tomar o capital por uma causalidade posta historicamente. Não temos condições de explorar a questão neste curto artigo, o que não nos impede de apontá-la.

por uma sequência de processos de troca que, intermediários, visem a realizar somente o valor). Nessas circunstâncias, os contatos humanos aparecem como simples meio para a obtenção de mercadorias, e cada homem só desempenha seu papel social na exata medida em que é portador de mercadoria permutável (sujeito abstrato, *bourgeois*, condição na qual se encontra protegido pelas leis e pelo Estado):

o valor torna-se aqui o agente de um processo em que, através do contínuo revezamento das formas dinheiro e mercadoria, modifica sua própria magnitude como valor excedente, se afasta de si mesmo como valor primitivo, e se expande a si mesmo. O movimento pelo qual adquire valor excedente é seu próprio movimento, sua expansão, logo sua expansão automática. Por ser valor, adquiriu a propriedade oculta de gerar valor. Costuma parir ou pelo menos põe ovos de ouro (MARX, 2006, pp. 184-5).

Por outro, o desenvolvimento da produção de tipo capitalista generaliza o emprego de maquinário, cuja característica elementar é a elevação da produtividade por automovimento: em termos amplos, o desenvolvimento da técnica, pelo capital, apresenta como tendência a substituição generalizada da ação humana consciente pelo movimento retroalimentar do próprio capital, ou seja, por trabalho morto sob a forma de *autômatos* (MARX, 2006, p. 437). O meio de trabalho converte-se em movimento independente, com ritmo próprio, como objetividade estranha e opressora, dando vida a “um monstro mecânico que enche edifícios inteiros e cuja força demoníaca se disfarça nos movimentos ritmados quase solenes de seus membros gigantesco” (MARX, 2006, p. 438), o qual reina e governa absoluto todo o processo de trabalho.

Toda essa “autonomia” que o valor adquire não deve ser confundida com incapacidade das classes de impulsionar certas dinâmicas concretas; todavia, isso não é o mesmo que a possibilidade de *controlar* o dinamismo sociometabólico do próprio capital. Marx definiu, em termos exatos, essa “independência” do valor:

o capital, como valor que cresce, implica relações de classe, determinado caráter social que se baseia na existência do trabalho como trabalho assalariado. Mas, além disso, é movimento, processo com diferentes estádios, o qual abrange três formas diferentes do processo cíclico. Só pode ser apreendido como movimento, e não como algo estático. *Aqueles que acham que atribuir ao valor existência independente é mera abstração esquecem que o movimento do capital industrial é essa abstração como realidade operante (in actu).* O valor percorre aqui diversas formas, efetua diversos movimentos em que se mantém e ao mesmo tempo, aumenta, cresce. [...] a produção capitalista só pode continuar existindo enquanto cresce o valor-capital como ente autônomo que efetua seu processo cíclico, enquanto os transtornos de valor são de qualquer modo dominados e eliminados. *Os movimentos do capital aparecem como ações do capitalista individual, no sentido de que este funciona como comprador de mercadoria e de trabalho, vendedor de mercadoria e capitalista produtivo, com sua atividade, possibilitando, portanto, o ciclo.* Se o capital social experimenta uma revolução no valor, pode um capital individual sucumbir e desaparecer por não preencher as condições dessa revolução. *Quanto mais agudas e mais frequentes as revoluções do valor, tanto mais o movimento automático do valor como ente autônomo, operando com a força de um fenômeno elementar da natureza, se impõe em confronto com a previsão e os cálculos do capitalista individual, tanto mais o curso da produção normal se subordina à especulação anormal, tanto maior o perigo para a existência dos capitais individuais.* Essas revoluções periódicas confirmam, portanto, o que se quer que elas desmintam: a existência independente que o valor como capital adquire e, com seu movimento, mantém e exacerba (MARX, 2006b, p. 120 – itálicos nossos).

As relações da cotidianidade, executadas pelos indivíduos visando a suas reproduções elementares mais imediatas, pelas próprias características de suas determinações, são repositivas

e marginais em relação às linhas de força essenciais das causalidades postas sobre as quais atuam; “quanto mais imediatas são essas relações, [...] tanto mais fraca, mais variável e menos fixa é a objetivação” (LUKÁCS, 1966, p. 42). Tendo por referência a imediatidade epidérmica dos processos causais reificados, os efeitos inconscientes da ação dos homens reportam não tanto à realização das necessidades imediatas de suas reproduções (no que operam conscientemente), mas a todo o conjunto macroscópico de formas e conteúdos causais que o somatório das ações dos indivíduos singulares mobiliza. O valor orienta o desenvolvimento das formas que adstringem os homens a determinado comportamento e as decisões tomadas no cotidiano campeiam, assim, entre o instantâneo e o rigidamente fixado (mas pouco refletido) (cf. LUKÁCS, 1966, p. 44).

### **O Estado(-estrutura) como exigência para a reprodução sociometabólica do capital**

Como vimos, a dinâmica do capital se revela aos indivíduos como um fluxo incontrollável (e irresistível) de relações às quais se devem submeter “sob pena de ruína”. Do ponto de vista do capitalista individual, o ato da produção se apresenta divorciado da circulação, deixando-lhe pequena margem de manobra. De seu ponto de vista, a disjunção produção/circulação aparece como uma anarquia do conjunto, situação incontrollável que o sujeita. Levadas ao limite, as condições incertas podem inviabilizar o empreendimento.

Dada a incapacidade genética do sistema de se submeter a qualquer forma de planejamento e controle – sendo, ele próprio, um sistema de controle totalizador e totalitário – a ausência de coordenação se revela, na produção global, como um descompasso entre produção e consumo.

As forças centrífugas, que se impõem como a lógica do microcosmo, não podem controlar ou coligar, por si mesmas, o desenvolvimento sistêmico, apontando para um desequilíbrio inevitável que, generalizado, põe em xeque o funcionamento do conjunto.

A desagregação estrutural das unidades permite perceber que

sem uma estrutura de comando totalizadora adequada – firmemente orientada para extração do trabalho excedente –, as unidades dadas do capital não constituem um *sistema*, mas apenas um agregado mais ou menos acidental e insustentável de entidades econômicas expostas aos riscos do desenvolvimento deformado ou da franca repressão política (MÉSZÁROS, 2002, p. 123 – itálico do original).

Logo,

sem a emergência do Estado moderno,<sup>50</sup> o modo espontâneo de controle sociometabólico do capital não pode se transformar num sistema dotado de microcosmos socioeconômicos claramente identificáveis – produtores e extratores dinâmicos do trabalho excedente, devidamente integrados e sustentáveis. Tomadas em separado, as unidades reprodutivas socioeconômicas particulares do capital são não apenas *incapazes* de coordenação e totalização espontâneas, mas também *diametralmente opostas* a elas, se lhes for permitido continuar seu rumo disruptivo, conforme determinação estrutural centrífuga de sua natureza. Paradoxalmente, é esta completa ‘ausência’ ou ‘falta’ de coesão básica dos microcosmos constitutivos do capital [...] que faz existir a dimensão política de controle sociometabólico do capital na forma do Estado moderno (MÉSZÁROS, 2002, p. 123 – itálicos do original).

A força totalizante e totalitária do capital, ao mesmo tempo em que o expande intensiva e extensivamente, produzindo um efeito homogeneizador nas relações sociais de produção, poten-

---

50 Para sermos exatos, devemos resgatar que a *estrutura de comando do capital é a própria hierarquia que se instaura no processo de trabalho*, pela divisão social e técnica, simplesmente impossível de ser abolida “por decreto”, junto com seu fiel fiador, o Estado. Eles devem ser transcendidos por uma revolução social, e não há estratégias políticas capazes de modificá-los em suas funcionalidades: “dada sua relação de autossustentação recíproca, *Estado, capital e trabalho* poderiam apenas ser eliminados simultaneamente, como resultado de uma transformação estrutural radical de todo o sociometabolismo. Neste sentido, nenhum dos três poderia ser ‘derrubado nem abolido’, mas apenas ‘transcendido e superado’” (MÉSZÁROS, 2002, p. 576 – itálicos nossos).

cia as forças centrífugas elementares do sistema: as disjunções entre produção e consumo, produção e circulação e produção e controle, a contradição fundamental do valor, os antagonismos de classe, etc. Na perspectiva de avanço do “todo”, a ação estatal concentra-se nesse conjunto de disjunções, adotando, em escala sistêmica, medidas antiobstrução do ciclo de realização, bem como ações de retardamento do *processo cumulativo de crise*, na forma de correções globais antecipadas e eficazes dos elementos que aceleram a tendência decrescente da taxa de lucro<sup>51</sup> – donde a demanda pela onnipresença do Estado, capaz de atuar tanto de modo específico, nos pontos de estrangulamento, quanto, ao mesmo tempo, na administração mais ampla do metabolismo social em seu conjunto.

Como um instrumento criado para possibilitar a reprodução do “todo”, instância administrativa capaz de intervir, de cima a baixo, nas fissuras imanentes ao sociometabolismo do capital, não há sentido em atribuir um papel meramente “superestrutural” ao Estado. Enquanto mecanismo corretivo imprescindível ao funcionamento do sistema, o Estado se revela como elemento constitutivo da *estrutura*, devendo “ser entendido como parte integrante da própria base material do capital” (MÉSZÁROS, 2002, p. 124).

Admitir essa conclusão de Mészáros implica, por seu turno, embaraços na sustentação das neutralidades “arbitral” e “instrumental” do Estado, invalidando-se ainda sua absolvição, tanto como ferramenta reformista capaz de “humanizar” (*da perspectiva do trabalho*) o metabolismo social do capital, quanto como estrutura privilegiada para a construção de mediações pós-capitalistas. Como momento da estrutura do capital, o Estado está geneticamente impedido de transcender seus próprios fundamentos. Em verdade, pertence à *materialidade particular* do sistema do capital, integra sua positividade como forma necessária, não podendo, *em nenhuma hipótese*, tanto permanecer como mediação independente, desvinculada e neutra em uma sociedade cujas estruturas de

---

51 As discussões sobre a lei tendencial da queda da taxa de lucro (MARX, 1986, pp. 161ss.), que não serão retomadas aqui por questões de espaço, foram realizadas mais detalhadamente em Arbia (2017, pp. 107-19).

funcionamento do capital tenham sido *plenamente* transcendidas, quanto ser simplesmente abolido enquanto vigor o metabolismo social do capital (o que não impossibilita que apresente variação em sua forma).

Procuramos neste artigo evidenciar apenas, *em termos muito gerais*, a gênese (necessária) do Estado a partir das determinações que estruturam mais amplamente o sistema do capital. Não devemos perder de vista que somente a fase hipertardia do capital (a fase da crise estrutural) é capaz de explicitar plenamente todas as potencialidades e limites das formas constitutivas desse metabolismo social particular. Assim, se entendemos por Estado moderno

a materialidade institucional do complexo da politicidade (complexo unitário das formas política, jurídica e administrativa), cujo princípio é garantir equilíbrio e coesão mínimos ao metabolismo social do capital, possibilitando seu fluxo sistêmico ao conter ou retardar as tendências desagregadoras geradas pela ação das forças centrífugas que operam no microcosmo de seu funcionamento (ARBIA, 2017, p. 125),

este só pode revelar seu pleno amadurecimento, explicitando sua natureza elementar (sua força administrativa), a partir do estiramento máximo das problemáticas relações de produção e reprodução social do capital.

### **À guisa de conclusão**

Como um tripé unitário, as formas política, jurídica e administrativa podem ser separadas *apenas analiticamente* e, ainda assim, sob sério risco de fracasso na apresentação de seus desenvolvimentos recíprocos. Em verdade, como momentos distintos, constituem uma unidade indissolúvel materializada pela forma estatal.

Se a forma administrativa, como momento preponderante, dá substância ao Estado-estrutura, seus atos mais expressivos só podem subsistir na aparência fetichista e concreta de atos políticos e jurídicos. A forma administrativa é, pois, o momento mais

oculto e, ao mesmo tempo, o mais determinante na estruturação da forma estatal. Uma variação atrófica ou hipertrófica nas formas política e jurídica (não necessariamente de modo simultâneo) irrompe, de modo violento, com o verdadeiro caráter (particular) do Estado. A *forma administrativa* concretiza-se como fetiche através do mais perfeito acabamento das formas ideológicas (política e direito) estatais. Devemos lembrar que a forma administrativa nada mais é do que expressão da necessidade estrutural do valor de controlar as fissuras dinâmicas de seu sistema – o que só pode ser realizado no interior dos padrões de dominação abstrata, cujas formas ideológicas política e jurídica dão concretude pelo fetiche do “interesse geral”.

Compete ao Estado assegurar a reprodução do capital enquanto sistema, ainda que à custa do sacrifício de determinadas unidades constitutivas. Para tanto, deve apresentar-se como uma forma autônoma de controle, desvincilhada de toda particularidade: *deve apresentar-se como universal; eis sua forma necessária: expressão universal concreta de uma particularidade histórica universalizada, o capital.*

## Referências

- ARBIA, A.A. *A ilusão de controle da incontrolabilidade: uma análise das formas ideológicas estatais (política e direito) a partir da crítica da economia política*. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro: Rio de Janeiro, 2017.
- LUKÁCS, G. *Para uma ontologia do ser social II*. Trad. Nélio Schneider, Ivo Tonet e Ronaldo Vielmi Fortes. São Paulo: Boitempo, 2013.
- \_\_\_\_\_. *Para uma ontologia do ser social I*. Trad. Carlos Nelson Coutinho, Mario Duayer e Nélio Schneider. São Paulo: Boitempo, 2012.
- \_\_\_\_\_. *Estética I*. La peculiaridad de lo estético. 1. Cuestiones pre-



- liminares y de princípio. Traducción castellana de Manuel Sacristán. Barcelona/México: Grijalbo, 1966.
- MARX, K. *Cadernos de Paris & manuscritos econômico-filosóficos de 1844*. Trad. José Paulo Netto e Maria Antónia Pacheco. São Paulo: Expressão Popular, 2015.
- \_\_\_\_\_. *Grundrisse. Manuscritos econômicos de 1857-1858*. Esboços da crítica da economia política. Trad. Mário Duayer e Nélio Schneider. São Paulo: Boitempo, 2011.
- \_\_\_\_\_. *Contribuição à crítica da economia política*. Trad. e Int. Florestan Fernandes. São Paulo: Expressão Popular, 2008.
- \_\_\_\_\_. *O Capital*. Livro Primeiro. O processo de produção do capital. Vol. 1. 24ª ed. Trad. Reginaldo Sant'Anna. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.
- \_\_\_\_\_. *O Capital*. Livro Primeiro. O processo de produção do capital. Vol. 2. 21ª ed. Trad. Reginaldo Sant'Anna. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006a.
- \_\_\_\_\_. *O Capital*. Livro Segundo. O processo de circulação do capital. 11ª ed. Trad. Reginaldo Sant'Anna. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006b.
- \_\_\_\_\_. *O Capital*. Livro Terceiro. O processo global da produção capitalista. Tomo I. 2ª ed. Trad. Régis Barbosa e Flávio R. Kothe. São Paulo: Nova Cultural, 1986. (Coleção Os economistas).
- \_\_\_\_\_. *O Capital*. Livro Terceiro. O processo global da produção capitalista. Tomo II. 2ª ed. Trad. Régis Barbosa e Flávio R. Kothe. São Paulo: Nova Cultural, 1986a. (Coleção Os economistas).
- \_\_\_\_\_. *O 18 Brumário de Luís Bonaparte*. Trad. José Carlos Brunni et. al. São Paulo: Nova Cultural, 1988. (Coleção Os Pensadores, Vol. II).
- MARX, K.; ENGELS, F. *A sagrada família*. Trad. Marcelo Backes. São Paulo: Boitempo, 2011.

- \_\_\_\_\_. *A ideologia alemã*. Trad. Rubens Enderle, Nélio Schneider e Luciano Cavini Martorano. São Paulo: Boitempo, 2007.
- \_\_\_\_\_. *Manifesto do partido comunista*. Trad. Álvaro Pina. São Paulo: Boitempo, 2007a.
- MÉSZÁROS, I. *A montanha que devemos conquistar*. Trad. Maria Izabel Lagoa. São Paulo: Boitempo, 2015.
- \_\_\_\_\_. *Estrutura social e formas de consciência II*. A dialética da estrutura e da história. Trad. Rogério Bettoni. São Paulo: Boitempo, 2011.
- \_\_\_\_\_. *Filosofia, ideologia e ciência social*. Ensaios de negação e afirmação. Trad. Ester Waisman. São Paulo: Boitempo, 2008.
- \_\_\_\_\_. *A teoria da alienação em Marx*. Trad. Isa Tavares. São Paulo: Boitempo, 2006.
- \_\_\_\_\_. *Para além do capital*. Trad. Paulo César Castanheira e Sérgio Lessa. São Paulo: Boitempo, 2002.

# **Empregabilidade e empreendedorismo: teorias neoliberais de emprego e assalariamento**

*Gabriel Martins*

As últimas décadas têm dado relevo a uma das refrações da “Questão Social”: o desemprego. Esse destaque decorre, por um lado, do crescimento quase ininterrupto desse fenômeno e, por outro lado, pela conexão dessa sequela com outras refrações, como a violência urbana, a carestia e o envolvimento de populações com o tráfico. Conceitos como “desemprego estrutural”, “desemprego crônico”, etc., têm, porém, perdido espaço para teorias que apontam a aparentes soluções ao problema, sob um prisma individual. Dessas, destacam-se a empregabilidade e o empreendedorismo.<sup>52</sup>

Após invadirem políticas educacionais e de emprego em diversos países, empregabilidade e empreendedorismo têm sido internalizadas e aceitas mesmo por movimentos e partidos de esquerda. Entendemos, no entanto, que ambas possuem íntima articulação com a neoliberalização e que apontam muito mais a políticas de desemprego e à disputa econômica entre as classes pelo mais-valor, materializada no tendencial retorno da hegemonia do assalariamento por peça, em detrimento do salário por tempo. Com isso, empregabilidade e empreendedorismo, ao invés

---

52 Em 2005, segundo Murphy, Liao e Welsch (2005), existiam, aproximadamente mil e seiscentas universidades no mundo ofertando cerca de dois mil e duzentos cursos de empreendedorismo. Sem contar com os cursos ofertados fora das universidades e os cursos em que o tema adentra tangencialmente.

de se debruçarem sobre a questão do desemprego, pavimentam o caminho para novas formas de precarização do trabalho, justificando a aceitação individual em arcar com seus próprios custos para a formação da força de trabalho e o assalariamento por peça.

### **O canto das sereias: empregabilidade e empreendedorismo**

O desemprego é, em termos históricos, um problema recente à humanidade. Originado como consequência inalienável da sociabilidade capitalista, durante certo período de tempo chegou a não ser alarmante, de modo que por algumas décadas seu estudo foi relegado. Esse período, entretanto, se esgotou. Dados oficiais mundiais apontam para um crescimento que por vezes é freado, sem, contudo, dar demonstrações de ser interrompido. Desemprego estrutural, desemprego crônico, autoemprego, fim do emprego, etc. – sob todos os prismas possíveis esse fenômeno tem sido investigado. Na miríade teórica do debate contemporâneo, entretanto, as duas concepções que mais têm influenciado as políticas públicas atuais são a empregabilidade e o empreendedorismo.

A empregabilidade, segundo Hirata (1997, p. 333), significa a passagem da situação de desemprego para a de emprego, ou como melhor define Shiroma (1998, p. 1) acerca dessa mesma afirmação, Hirata define a empregabilidade como “a probabilidade de saída do desemprego ou como a ‘capacidade de obter um emprego’”. Já para Bueno (*apud* SHIROMA, 1998, p. 1) a empregabilidade é definida como a “aptidão dos trabalhadores em conquistar um emprego e mantê-lo todos os dias prosperando numa sociedade sem empregos”. Chegamos aqui em um elemento outrora relegado: a manutenção do emprego em uma sociedade sem empregos.

Musa (*apud* CASALI, 1997, p. 10) argumenta que “hoje o empresário já não pode mais garantir emprego, cabe-lhe proporcionar a empregabilidade, isto é, capacitar seus empregados para novas necessidades [...] internas e externas que surgirão no futuro”. Por sua vez, Hirata (*apud* TEIXEIRA, 2010) aponta que essa “sociedade sem empregos” decorre de recentes alterações do

mercado de trabalho, que nas últimas décadas passou a exigir um desenvolvimento cognitivo e reflexivo dos trabalhadores.

Considerando alguns de seus principais teóricos, pode-se sintetizar a empregabilidade da seguinte maneira: não há empregos para todos e somente os mais capacitados podem conseguir ser alocados nas vagas disponíveis. A capacitação teórica, o desenvolvimento de habilidades técnicas e o aperfeiçoamento de atitudes comportamentais tanto destacam as pessoas na conquista de empregos quanto as habilitam a promoções ou mesmo à manutenção do emprego, uma vez que aqueles que não ocupam uma vaga de emprego estão se capacitando para obtê-la.

Essa breve síntese já exhibe alguns elementos relevantes que auxiliam na compreensão dessa concepção teórica. O cenário aponta a existência de mais trabalhadores do que postos de trabalho; portanto, o desemprego é um fato incorrigível, sob esse ponto de vista. Segundo, os postos de trabalho são ocupados pelas pessoas mais capacitadas para cada posto. Terceiro, essa capacitação é permanente e inesgotável.

A empregabilidade é uma teoria que orienta, portanto, os trabalhadores a lutar uns contra os outros. Não aponta a políticas de emprego e abandona quaisquer resistências ou formas de criação de postos de trabalho. É uma teoria que busca instrumentalizar os trabalhadores para individualmente competirem entre si pelos postos de trabalho “criados pelos empregadores [...] em uma sociedade sem empregos”.

Suas matrizes teóricas remetem à Teoria do Capital Humano (TCH) e à Gestão por Competências. A TCH foi desenvolvida na década de 1960 como resposta à nascente crise de empregos. Partindo do pressuposto de que os problemas de renda são decorrentes da baixa produtividade do trabalho e de que essa produtividade diz respeito ao desenvolvimento de “habilidades e competências” dos trabalhadores, a Teoria do Capital Humano insere a Educação como elemento de investimento individual.

Ao trabalhador é opcional, desse modo, investir sua riqueza em qualquer ativo de que espere obter retorno, e saber investir

em sua própria instrução é a garantia, segundo seus teóricos, de maiores salários. Dessa forma, a Educação passa a ser considerada elemento crucial para a produtividade, e a produtividade é central para a ampliação da remuneração assalariada, conforme aponta Blaug (1975, p.21).

Um dos frutos da TCH é a Gestão por Competências. Emergida da Reestruturação Produtiva e muito difundida a partir de meados da década de 1980, a Gestão por Competências é uma prática gerencial que acresce mecanismos de controle dos trabalhadores. A partir desse modelo, o controle vai além do planejamento específico das atividades de cada trabalhador, típico do fordismo-taylorismo, passando a abordar mais que as capacitações técnicas, como também o perfil psicológico e os conhecimentos do trabalhador para além do cargo.

As competências exigidas passam a englobar, desse modo, os conhecimentos, as habilidades e as atitudes (CHA). Os conhecimentos dizem respeito aos conhecimentos teóricos e mesmo acadêmicos; as habilidades às competências técnicas; e as atitudes aos comportamentos, valores e relacionamento interpessoal do sujeito. Com essa nova expectativa por parte dos capitalistas, construiu-se em torno das grandes corporações uma série explícita dos quesitos exigidos das pessoas *antes* de seu ingresso como trabalhadores assalariados. Dessa forma, o treinamento que fora antes integralmente de responsabilidade dos empregadores – exceto no que diz respeito ao correspondente às *habilidades* do CHA da Gestão por Competências – passa, paulatinamente, a ser arcado pelos próprios trabalhadores.

Desde os anos de 1980 não deixam de crescer os cursos profissionalizantes voltados não para a formação específica em cargos, empregos ou profissões, mas mais genéricos como “informática”, “digitação”, etc. Eram as habilidades fragmentárias entrando em cena na formação da força de trabalho. Hoje são “valorizadas no currículo” as participações em trabalhos voluntários, uma vez que indicariam *atitudes*, ou seja, valores “solidários”, além dos cursos de idiomas.

Mas são dois os pilares da teoria da empregabilidade: (a) atribuição ao indivíduo por sua formação profissional, oriundo, sobretudo, do “*laissez-faire*” da tradição liberal e da TCH e da Gestão por Competências; e (b) redução do papel do Estado na promoção do emprego. Quanto a este último, devemos apontar que, centrada na responsabilidade individual do desemprego, a empregabilidade atribui inteiramente ao trabalhador o seu sucesso ou fracasso. Exclui-se, portanto, e conforme aponta Teixeira (2010), o papel do Estado nas políticas de emprego e, por consequência, o direito do cidadão ao trabalho assalariado. Dessa forma, como afirma Gentili (*apud* ALVES, 1999, p.11), a empregabilidade orienta os indivíduos a definir suas ações, tanto no campo educacional quanto no âmbito pessoal, às necessidades do mercado de trabalho.

A empregabilidade é, portanto, uma teoria cujas matrizes remetem às iniciais respostas ao desemprego quando o capitalismo entra em crise, nos anos 1970, que sugere a impossibilidade de criação de postos de trabalho e responsabiliza cada indivíduo a se adequar e se capacitar aos empregos, arcando com os custos de formação e capacitação antes mesmo de serem contratados, em um cenário de mortal disputa com outros trabalhadores. Não há dimensão de cidadão, nem de classe, somente uma luta de uns contra os outros, como se os trabalhadores fossem seus próprios inimigos. Há, todavia, uma outra saída proposta a quem não quer lutar por empregos com outros desempregados: o “ser dono do seu próprio negócio”, o empreendedorismo.

As mais comuns produções teóricas sobre empreendedorismos se dividem em (a) manuais com algumas informações gerenciais para a abertura de um negócio e (b) estudos de caso de indivíduos que com poucos recursos criaram um negócio muito lucrativo (MARTINS, 2016, p. 41). Os textos apresentam histórias que motivam e encorajam os sujeitos à abertura de uma empresa, visando ao lucro futuro. Resume-se aqui, portanto, o empreendedorismo à criação de uma empresa de sucesso comercial.

Esses textos tendem, no entanto, a definir o empreendedoris-

mo como um fenômeno mais amplo que a mera abertura de uma empresa. De Borba (2006) sintetiza diversas dessas definições, como em Knights (1921), que define empreendedorismo como a “habilidade de predizer o futuro com sucesso”, ou Leibenstein (1968), que o define como “a habilidade para trabalhar mais duramente que o concorrente”.

O empreendedorismo geralmente se remete aos trabalhos de Schumpeter, cuja Teoria do Desenvolvimento Econômico (1982) aponta à “função empreendedora” como força motriz desse processo. Martins (2016), todavia, destaca que na obra schumpeteriana a função empreendedora é atividade extraordinária voltada aos superlucros e constituição de monopólios, sendo desenvolvida no seio das corporações monopolistas. Essa compreensão schumpeteriana subsidia a criação dos Departamentos de Pesquisa e Desenvolvimento dos grandes conglomerados monopolistas, ao invés de instrumentalizar a criação de novas empresas por indivíduos.

A viragem para o empreendedorismo como a criação de uma empresa remete às décadas de 1970 e 1980, quando foram realizados eventos como os Congressos Internacionais de Toronto, em 1973, e de Baylor, em 1980, sobre o estado da arte dos estudos em empreendedorismo. Tais congressos foram seminais à *Enciclopédia de Empreendedorismo*, editada por Karl Vesper em meados da década de 1980 (PEREIRA e SANTOS, 1995) e culminam na criação, em 1987, de uma divisão de estudos sobre empreendedorismo pela *Academy of Management*, que definiu empreendedorismo como o “estudo da criação e a administração de negócios novos, pequenos e familiares, e das características e problemas especiais dos empreendedores” (GIMENEZ et al, 2001, p.10). É também nesse mesmo período que se inicia institucionalmente no Brasil o ensino do empreendedorismo, com a criação de disciplinas voltadas à criação de novas empresas em grandes universidades nacionais (PEREIRA E SANTOS, 1995).

O empreendedorismo busca instrumentalizar os indivíduos com ferramentas gerenciais simples que os auxiliem a identificar uma “oportunidade de negócio” e saibam como constituir uma



empresa para essa exploração comercial. Parte-se do pressuposto de que o mundo está coberto de possibilidades mercantis, e que sujeitos capacitados para identificação e execução de um plano de negócios para explorá-lo podem realizar seus sonhos com sua empresa própria, se empreenderem antes de seus concorrentes que, potencialmente, podem ser quaisquer pessoas.

Seus teóricos dizem que é possível entrar em qualquer negócio; porém, vemos que os ramos mais lucrativos do mundo capitalista não parecem muito permeáveis a novos concorrentes, como a indústria bélica, a indústria aeroespacial, a exploração petrolífera ou de energia atômica. Resta aos empreendedores, então, os negócios que não demandem grande volume de capital inicial e cuja autonomia parece bastante relativa. Os negócios próprios dos empreendedores são restritos à prestação de serviços às grandes corporações ou serviços comerciais.

Desse modo, o que aqui está exposto é que a empregabilidade repassa aos trabalhadores os custos de capacitação das empresas, enquanto o empreendedorismo oferta como saída aos trabalhadores a criação de uma empresa, cuja atividade tendencialmente será a de prestar serviços a uma grande corporação. Em ambos os casos os sujeitos não ingressam em uma nova forma de emprego, mas, antes mantêm-se reféns das maiores empresas capitalistas, arcando com seus custos de formação e mesmo com os riscos de novos negócios prestadores de serviço a essas mesmas empresas. Em ambos os casos, os trabalhadores estão subordinados aos monopólios, porém, remunerados de outra forma, conforme será abordado a seguir. Antes, contudo, é importante dar destaque ao fato de que empregabilidade e empreendedorismo têm sua concepção atual *pari passu* com o crescimento do desemprego, a partir da década de 1970. E o que aconteceu nesse período explica o que empregabilidade e empreendedorismo silenciam: as soluções neoliberais para o desemprego significam a passagem do predomínio do salário por tempo para a hegemonia do salário por peça, com a consequente precarização do trabalho, inclusive dos assalariados por tempo.

## **O silêncio das sereias: a nova composição do emprego na neoliberalização**

O salário é, para Marx (1996, p. 410), o pagamento do valor para a produção, manutenção e reprodução da força de trabalho. Parte da jornada de trabalho produz o próprio valor dispendido pelo capitalista para remunerar o trabalho do assalariado, e outra parte produz o sobrevalor apropriado pelo capitalista na forma de mais-valia.

São duas as formas básicas de assalariamento: o salário por tempo e o por peça. O salário por tempo é relativo tanto ao valor da força de trabalho quanto à mais-valia produzida pelo trabalhador assalariado, de forma que a jornada de trabalho, estendida ou reduzida, tem como consideração a jornada média para cada profissão e o valor médio tanto da produção da força de trabalho média da correspondente profissão quanto da produção média desta. O salário por peça, por sua vez, é uma variação do salário por tempo, cujas implicações são de intensificação do trabalho, encoberto pela aparente autonomia e liberdade proporcionada pelo trabalho sem supervisão direta da produção (p. 411). Há, portanto, vantagens capitalistas no assalariamento por peça, uma vez que se reduzem os custos com meios de produção e erros, algo que, no assalariamento por tempo, é de custo do capitalista. No salário por peça o trabalhador também somente é remunerado pela efetiva produção, sem a porosidade do salário por tempo.

A classe trabalhadora, em sua disputa econômica pelo sobretrabalho, tornou hegemônico o assalariamento por tempo. Em parte isso se deveu ao crescimento industrial, que demandava a presença dos trabalhadores em grandes unidades produtivas, mas também se deveu à luta da classe trabalhadora. O princípio da fase monopolista do capitalismo é marcado pelo padrão de acumulação fordista-taylorista, com hegemonia do salário por tempo. O pós-guerra marcou grande crescimento econômico nos países centrais do capitalismo, o que permitiu a concessão de direitos à classe trabalhadora. Essa medida amorteceu a luta de classes, culminando no conhecido Estado de Bem-Estar Social em alguns

países europeus. Nos princípios da década de 1970, porém, o fordismo-taylorismo da produção em larga escala para um grande e crescente mercado consumidor não pôde mais dar conta de um mercado que já não crescia, e o Estado capitalista já não pôde mais atender a direitos de uma classe com grande exército industrial de reserva que não reproduzia capital, mas possuía direitos.

Essa crise demandava ao capital uma reestruturação produtiva. O novo padrão de acumulação teria de responder tanto econômica quanto politicamente às crescentes dificuldades de valorização do valor. Economicamente, a produção em massa sem o crescimento do consumo mostrava-se inviável, e o fordismo-taylorismo parecia estar com seus dias contados. Politicamente, a classe trabalhadora vivia momentos de grandes fissuras em decorrência do grave crescimento do desemprego, mas as condições de vida poderiam reavivar o espectro do comunismo, outrora sob controle no centro do capitalismo por conta da elevação dos padrões de vida da classe trabalhadora.

A resposta na esfera da produção deu-se com a disseminação de um padrão de acumulação que passasse a exigir o desenvolvimento de mais tarefas por trabalhadores, um padrão que superava a inflexibilidade do fordismo-taylorismo, ao que a produção da Toyota, iniciada na década de 1950 no Japão em reconstrução da Segunda Guerra e em fins do conflito militar na Coreia, demonstrou grande capacidade de aumentos de produtividade por trabalhador. E a resposta política foi encontrada em um movimento gestado também no período do pós-guerra, com a fundação da Sociedade de MontPèlerin, em 1947, na Suíça, que se apresentou como a resposta política necessária ao novo padrão produtivo desenvolvido na Toyota. A primeira resposta ficou conhecida como toyotismo, e a segunda como neoliberalismo. Mais que práticas industriais e ideias, todavia, ambas constituem os elementos básicos da resposta capitalista a sua crise e são a verdadeira base das teorias da empregabilidade e do empreendedorismo.

A ascensão do neoliberalismo, mais que suplantar o Estado de Bem-Estar Social, atendeu a respostas da valorização do valor

empreendidas pela reestruturação produtiva. O neoliberalismo adentrou praticamente todos os países do mundo, com características peculiares, dada a alta adaptatividade, no que Harvey (2007) denomina enquanto neoliberalização. Nos países hegemônicos o neoliberalismo adentrou a partir das fissuras das crises de arrecadação, enquanto nos países dependentes foi inserido via condicionantes estruturais, que nada mais são do que as exigências do Fundo Monetário Internacional (FMI) e do Banco Mundial (BM) às nações que recorrem a empréstimos.

Uma característica marcante do toyotismo é que a produção em massa é dinamizada para atender ao consumo somente quando há consumidores. Conhecido como *just in time*, esse método não se restringe a produtos acabados, estendendo-se a toda a cadeia produtiva – de matérias-primas a equipamentos, ferramentas e peças de maquinário. Diante disso, ao invés de a indústria toyotista produzir toda a cadeia de suas mercadorias finais, agora é possível contar com inúmeros fornecedores, localizados, por vezes, no mesmo parque industrial e com produção de acordo com as demandas da empresa principal, o maior “cliente” da empresa terceirizada.

Assim, o que ocorre é uma passagem dos riscos de produção a empresas menores aparentemente desvinculadas da organização maior, todavia, totalmente dependentes desta. Esse processo todo ficou conhecido por terceirização que, em linhas gerais, significa que a empresa maior passa a um terceiro agente (o primeiro é o cliente e o segundo a própria empresa) determinados processos da cadeia de produção. Esse terceiro agente, no entanto, é totalmente dependente da demanda da empresa principal e seus empregados muitas vezes são trabalhadores dispensados desta. Como empresa menor, a empresa terceirizada não possui as mesmas remunerações e direitos que a empresa principal, e o que ocorre é, de fato, a passagem de todo o risco produtivo às empresas menores e uma significativa perda das condições de trabalho e vida dos trabalhadores dispensados, que passam a trabalhar indiretamente para a empresa principal.

A transposição desse risco a empresas menores não somente desabona a empresa maior de eventuais riscos decorrentes de mercadorias não vendidas, como, principalmente, mantém em seu vínculo somente o mínimo de trabalhadores necessários à produção. Com isso, se reduzem os custos com o incremento da composição orgânica do capital do novo “trabalhador flexível” (aquele que supervisiona diversas máquinas e não mais executa algumas poucas funções do fordismo), além de se possuir à disposição não apenas trabalhadores temporários, mas também indústrias completas unicamente contratadas quando a produção já possui comprador.

A partir disso, há uma grande redução salarial dos trabalhadores aparentemente vinculados a uma nova empresa, no entanto ainda completamente dependentes da produção da empresa principal e com risco de demissão por falência da empresa terceirizada em caso de ausência de incrementos na demanda. E por fim, mas não menos importante, as vantagens produtivas do toyotismo ao capital decorrem de um retorno ao muito mais vantajoso (ao capital) salário por peça, em detrimento do salário por tempo. O salário por peça de muitos empregos do toyotismo dá-se na relação aparentemente independente entre a empresa principal e as empresas terceirizadas, que somente produzem por contratos com a empresa principal, ou seja, produzem de acordo com a demanda da empresa principal, que é muito mais que um cliente da empresa terceirizada, sendo, geralmente, a única cliente dessas empresas, especialmente as que possuem todos seus equipamentos localizados na sede da empresa principal.

No toyotismo se pressupõe, portanto, terceirizações, de modo que os trabalhadores de certas atividades são subcontratados por período, e não por funções a serem executadas em diversas outras empresas, conforme a necessidade por força de trabalho, o que indica a acentuação do salário por peça em detrimento do salário por tempo, ou melhor, a mescla do trabalho por tempo no emprego mínimo da empresa principal com o salário por tempo de determinadas atividades e contratos específicos das empresas terceirizadas dependentes da empresa principal.

Com o drástico crescimento monopolista e com as ondas de privatizações iniciadas na década de 1970, as grandes empresas capitalistas não somente passam a ter controle de mercados, mas, sobretudo, do mercado da força de trabalho. Como principais empregadores, direta e indiretamente, os monopólios passam a controlar o avanço dos direitos trabalhistas. Nesse contexto, Motaño (2002) afirma que, tendo por finalidade contornar todos os problemas de arrecadação do Estado, as grandes organizações passam a controlar o avanço dos direitos trabalhistas e a pressionar por reformas nos Estados nacionais. Assim, muitos Estados, a fim de reduzir suas despesas, privatizaram muitas empresas públicas, retirando muitos serviços da “incompetência e ingerência” do Estado, acabando por transferir serviços outrora públicos para a sociedade civil e para a lógica concorrencial, criando novos nichos de mercado com o que já foram direitos, como assistência médica, fundos de pensões e aposentadoria, etc.

Com as condições materiais dadas, as terceirizações e o controle dos sindicatos se tornam efetivos ao capital e o toyotismo dissemina-se e, com ele, as flexibilizações, terceirizações e trabalhos precários, aparentemente desvinculados das grandes empresas.

E é aqui que se localizam a empregabilidade e o empreendedorismo. Os trabalhadores à procura de emprego têm, na prática, de lutar por empregos com salários por tempo que têm sido tendencialmente reduzidos, com a abertura de postos de trabalho precários e voláteis. Nessa disputa, muitos mercados de prestação de serviços aos grandes conglomerados monopolistas são tornados possíveis, ao que buscar a sorte em um desses é uma segunda opção frente ao desemprego crescente.

Diferentemente do fordismo, que não foi dominante nos países dependentes, com grande produção de bens primários e muitas práticas manufatureiras nessas regiões, o toyotismo disseminou-se no mundo a partir da globalização que, na prática, significa a transferência aos países periféricos dos empregos industriais terceirizados e empregos informais. Há, nas grandes organizações, o remanejamento das atividades que envolvam o chamado

trabalho-vivo para regiões periféricas, restringindo à região da sede somente os empregos estratégicos e os parques industriais que atendem ao mercado regional.

A migração da produção para as regiões periféricas é condicionada ao chamado “custo da força de trabalho”, que engloba, de fato, o valor da força de trabalho, o que envolve em grande medida os direitos sociais e trabalhistas. Dessa forma, os grandes grupos monopolistas buscam empresas terceirizadas de regiões em que os direitos trabalhistas e os custos com a força de trabalho sejam mínimos; a formação de sindicatos pode ser facilmente desmobilizada ou substituída pelos sindicatos-empresa; há incentivos fiscais devido à falta de estrutura e emprego, etc., tornando extremamente vantajosa essa migração produtiva, ainda que a respectiva empresa sequer abra um escritório na região e limite-se a terceirizar suas atividades junto a empresas locais.

Toda essa fluidez nas organizações capitalistas não foi alcançada sem as correspondentes mudanças na organização dos processos de trabalho. Nesse sentido, para atingir essa flexibilidade e romper com a rigidez das estruturas fordistas nas grandes corporações, as empresas passaram por “[...] um período de racionalização, reestruturação, e intensificação do controle do trabalho” (HARVEY, 1992, p. 133), que se remete justamente às adaptações cujo ninho em que eclodem esses ovos de ouro é a experiência da Toyota Motor Company. As alterações internas e externas às grandes empresas capitalistas configuram um novo cenário do mercado de trabalho, com aumento da competição e redução das margens de lucros, contornadas pela ação do capital de, diante do enfraquecimento sindical e do crescimento do exército industrial de reserva, impor regimes de contrato de trabalho mais flexíveis (HARVEY, 2007, p. 137).

A flexibilidade em contratos de trabalho pode ser traduzida pelo aumento de liberdade de negociação entre capital e trabalho, isto é, pela diminuição do poder de regulação do Estado, característica do período pós-guerra e marcante desde a ascensão da fase monopolista do capitalismo. Em lugar da seguridade social

e da universalidade de direitos trabalhistas, a classe trabalhadora torna-se fragmentada entre seu núcleo – com maior estabilidade e direitos, e composto por trabalhadores que são considerados essenciais para as organizações – e seus grupos periféricos, que têm suas condições de trabalho precarizadas e estão sujeitos a uma maior rotatividade, dependendo das condições de mercado e das estratégias das empresas (HARVEY, 1992).

O grupo central da força de trabalho, conforme aponta Harvey (2007), diminui progressivamente. Os demais grupos são compostos por trabalhadores com contrato de tempo parcial, terceirizados, subcontratados e demais categorias que possuem vínculo enfraquecido com as empresas e crescem constantemente. Dessa forma, as empresas conseguem flexibilizar as relações de trabalho e adequar a quantidade de pessoal às suas necessidades, com custo reduzido, ao mesmo tempo em que têm à sua disposição um número continuamente crescente de trabalhadores para produções contingentes.

Os atuais dados de emprego mundial demonstram esse avanço. Em 2014 o chamado emprego formal representava somente 50% da ocupação da População Economicamente Ativa (PEA), enquanto 40% da PEA estava alocada em trabalhos informais. É relevante, porém, destacar que dos 50% contratados formalmente, parcela destes está em empresas terceirizadas, sob permanente risco de não remuneração na ausência de contratos com as grandes empresas monopolistas.

Desse modo, fica exposto que empregabilidade e empreendedorismo se trata das soluções apresentadas pelo neoliberalismo aos trabalhadores. A primeira isola os indivíduos na disputa por empregos cuja formação é arcada pelo sujeito antes mesmo de conseguir o emprego, enquanto o empreendedorismo incentiva os trabalhos sem vínculo formal para a prestação de serviços que outrora foram prestados por trabalhadores formais. Esta última tendência é crescente, ao que vemos a constituição de vasta rede de internalização das formas precárias de trabalho hodiernas para a constituição de uma classe trabalhadora passiva e em luta



interna permanente. Avançar o mar ouvindo o canto das sereias, como Odisseu é, entretanto, necessário para a disseminação das formas de luta da classe trabalhadora em meio a esse mar severo, visando mais que o fim do desemprego, mas dar cabo à sociedade de classes.

## Referências

- ALVES, G. *Trabalho e mundialização do capital: a nova degradação do trabalho na era da globalização*. 2ª ed. Londrina: Praxis, 1999.
- BLAUG, M. *Introdução à economia da educação*. Porto Alegre: Editora Globo, 1975.
- CASALI, A. *Empregabilidade e educação: novos caminhos no mundo do trabalho*. São Paulo: Editora Educ, 1997.
- DE BORBA, M.L. *A produção científica em empreendedorismo: uma análise do Academy of Management Meeting, 1954 – 2005*. (Dissertação) – Blumenau: Universidade Regional de Blumenau, 2006.
- GIMENEZ, F.A.P.; INÁCIO JR, E.; SUNSIN, L.A. de S.B. *Uma investigação sobre a tendência do comportamento empreendedor*. In: SOUZA, E.C.L. de (Org.). *Empreendedorismo: competência essencial para pequenas e médias empresas*. Brasília: ANPROTEC, 2001.
- HARVEY, D. *Condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural*. 5ª ed. São Paulo: Loyola, 1992.
- \_\_\_\_\_. *Breve história del neoliberalismo*. Madrid: Akal Editorial, 2007
- HIRATA, H.S. *Os mundos do trabalho*. In: CASALLI, A. (et. al.) (org.). *Empregabilidade e educação: novos caminhos no mundo do trabalho*. São Paulo: EDUC, 1997.
- MARTINS, G. *A empregabilidade, o empreendedorismo e o silêncio das sereias*. (Tese) – Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2016.

- MARX, K. *O Capital: crítica da economia política* – Tomo. II. São Paulo: Editora Nova Cultural, 1996.
- MONTAÑO, C.E. *O projeto neoliberal de resposta à 'questão social' e a funcionalidade do 'terceiro Setor'*. In: *Revista Lutas Sociais*, NEILS/PUC-SP, São Paulo: Ed. Pulsar, n. 8, p. 53-64, 1. sem. 2002.
- MURPHY, P.J.; LIAO, J.; WESLCH, H.P. *A conceptual history of entrepreneurial thought. Academy of Management Best Conference Paper*, 2005.
- ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO – OIT. *Global employment trends 2014: risk of a jobless recovery*? Disponível em: <[http://www.oit.org.br/sites/default/files/topic/gender/doc/get14integra\\_1124.pdf](http://www.oit.org.br/sites/default/files/topic/gender/doc/get14integra_1124.pdf)>. Acesso em 11 de abril de 2014.
- PEREIRA, H.J.; SANTOS, S.A. *Criando seu próprio negócio: como desenvolver o potencial empreendedor*. Brasília: Editora SEBRAE, 1995.
- SHIROMA, E.O. *A outra face da inclusão*. In: *Revista Teias*, n. 3, 2002.
- SCHUMPETER, J.A. *A teoria do desenvolvimento econômico*. São Paulo: Abril Cultural, 1982.
- TEIXEIRA, R.C.F. *A passagem do “direito ao trabalho” para a “empregabilidade”: privatização do espaço público através das políticas sociais de emprego na contemporaneidade*. In: UNIMONTES Científica. Vol. 5, ano 1, 2003. Disponível em: <<http://www.ruc.unimontes.br/index.php/unicientifica/article/viewArticle/80>>. Acesso em 29 de agosto de 2010.

# Mediação e Serviço Social: conhecimento e intervenção

*Marisol Valencia*

A mediação no Serviço Social tem sido tratada tradicionalmente como “intermediação”, ou “mediação entre partes” de um conflito. Assim, no Serviço Social Latino-Americano, Faleiros (1997),<sup>53</sup>Salord (1991),<sup>54</sup>Díaz (2013), Escalada (2001), Tommaso (2004), dentre tantos outros, sustentam como papel fundamental da profissão a (inter)mediação de conflitos entre grupos ou membros de um grupo. Para esses autores, o termo “mediação” é apresentado como uma função, papel ou tarefa da profissão, nos processos de conflitos sociais entre grupos ou indivíduos, intermediando os conflitos.

No Serviço Social, Reinaldo Pontes (2003) apresenta e desenvolve essa categoria a partir dos autores marxistas num sentido diverso. Para ele: “a categoria mediação na dialética de Marx”,

será estudada como uma das categorias centrais da dialética inscrita no contexto da ontologia do ser social marxista, e que possui uma dupla dimensão: ontológica (que pertence ao real) e reflexiva (que é elaborada pela razão)” (PONTES, 2000, p. 38).

---

53 Para quem “o Serviço Social atua numa correlação particular de forças, sob a forma institucionalizada, na mediação fragilização-exclusão/fortalecimento/inserção social...” (1997, p. 49).

54 Quem sustenta que “no exercício profissional cotidiano registram-se como processos mediadores as ações de organização, sensibilização, promoção, prevenção, etc.” que fazem parte de programas institucionais que envolvem o fazer do Assistente Social (1991, p. 46).

Ainda, é possível constatar em Pontes (1995) que a mediação como categoria tem sido tratada por autores do Serviço Social brasileiro, umas vezes mais próximas a Marx, em outras se afastando das raízes marxianas e ficando na crítica hegeliana, no marxismo estruturalista ou na “invasão positivista” no marxismo; motivo que abre os caminhos para este estudo, apontando a identificar as abordagens marxistas cujas especificidades se baseiam nestes possíveis erros, ou contradições. Essa antinomia que reproduz um problema antigo na profissão remete a identificar alguns dos limites existentes na compreensão marxiana, e sucessivamente a coexistência de diferentes marxismos dentro do Serviço Social brasileiro e latino-americano.

O estudo sobre mediação aqui apresentado se sustenta na concepção marxiana e marxista da categoria; portanto, será apresentada a crítica de Marx (2010 e 2010a) à abordagem de Hegel, as contribuições de Lukács (1968) e de Mészáros (2002, 2009) sobre a categoria “mediação” e, finalmente, a contribuição de Pontes (1989, 1995) sobre a “mediação” no Serviço Social, para o conhecimento e intervenção da/na realidade, apontando seus avanços e limites.

### **A categoria *mediação* (na realidade e no conhecimento) na tradição marxista**

a. A crítica marxiana ao idealismo hegeliano e a *mediação* em Marx

A crítica de Marx a Hegel, em *A Crítica à Filosofia do Direito de Hegel* e nos *Manuscritos Econômicos-Filosóficos*, (MARX, 2010 e 2010a) se constitui no principal insumo sobre o qual esse autor desenvolve suas análises sobre a *mediação*.

Marx desentranha o verdadeiro sentido da categoria dialética e correlativamente da *mediação*, chegando a dizer, se referindo a Hegel, que: “Ele apreende o *trabalho como a essência*, como a essência do homem que se confirma; ele vê somente o lado positivo do trabalho, não seu [lado] negativo” (MARX, 2010a, p. 124).

Apontando entender o lado negativo e o lado positivo das mediações, e tendo em vista o *trabalho* como aspecto central das formas reprodutivas do capitalismo, Marx afirma que no trabalho está contida essa dupla função [positiva-negativa] expressada amplamente no que se revela e o que se encobre da realidade social burguesa, sendo então o trabalho o cerne dos caminhos para tratar teoricamente a mediação como categoria da realidade social do capital.

Ao iniciar as análises da categoria “mediação” a partir da exposição das condições teórico-filosófico-econômico-políticas em que se expressam as formas de produção e reprodução das relações sociais capitalistas, é possível reconhecer/identificar as bases das condições favoráveis para a reprodução capitalista. As mediações são, nesse sentido, a chave para entender de que maneira a sociedade burguesa se apropria e reproduz as particularidades existentes, replicando as finalidades e consequências que essa reprodução traz para a sobrevivência do capitalismo.

Marx abordou o “duplo erro de Hegel” na *Fenomenologia do Espírito*, no qual se fundamentam grande parte dos debates econômico-filosóficos.<sup>55</sup> O problema do “duplo erro de Hegel” segundo Marx, está presente no capítulo em que Hegel trata da “Fenomenologia” – ‘O saber absoluto’ –, um capítulo que compreende tanto o espírito concentrado da fenomenologia, a sua relação dialética especulativa, quanto também a *consciência* de Hegel a respeito de ambos e de sua relação recíproca” (MARX, 2010a, p. 123).

O “duplo erro de Hegel” relatado por Marx (2010a, p. 121-125) consiste, pois, em que:

[...] Quando ele aprendeu, por exemplo, a riqueza, o poder de Estado, etc. como a essência estranhada da essência *humana*, isso acontece somente na sua forma de pensamento [...] – [...]. O filósofo – portanto, ele mesmo uma figura abstrata do homem estranhado – se coloca como a medida do mundo estranhado... (p. 121) (grifos do autor).

---

55 “Um olhar sobre o sistema hegeliano tem de iniciar-se com a *Fenomenologia* hegeliana, o verdadeiro lugar do nascimento e o segredo da filosofia de Hegel” (MARX, 2010a, p. 119).

Marx analisa a influência filosófico-econômica dos desenvolvimentos teóricos construídos por Hegel na *Fenomenologia do Espírito*, revelando o problema que se cria nessa concepção filosófica para o entendimento da economia e portanto do *trabalho*. Explica também o trato enganoso que se produz sobre a divisão do trabalho, que agudiza ainda mais o misticismo em que está encoberto o trabalho, quando acompanhado do sentido problemático que Hegel tem de história. O encobrimento com o manto fetichizado da contradição existente nas relações produtivas que se tecem na sociedade capitalista é a contundente marca da radical ruptura que Marx faz com a dialética hegeliana.

Meu método dialético, em seus fundamentos, não é apenas diferente do hegeliano, mas exatamente seu oposto.[...] Nele, ela se encontra de cabeça para baixo. É preciso desvirá-la, a fim de descobrir o cerne racional dentro do invólucro místico (MARX, 2013, p.91).

A dialética hegeliana, de “cabeça para baixo”, onde a ideia constrói-cria o real, é invertida por Marx e posta de “cabeça para cima”, onde o pensamento recria-reconstrói o real preexistente.

É a partir dessa explicação que Marx culmina a ruptura com o filósofo alemão; essa é, entre outras referências de Marx, o princípio onde radica o “duplo erro de Hegel” e o giro feito por Marx à dialética hegeliana, ruptura feita também com a concepção política, a concepção ideológica e a concepção econômica na qual Hegel suporta seu arsenal teórico, a sua “Enciclopédia”.

Sobre o “duplo erro”, há que dizer também que Marx estudou Hegel para superá-lo, mais do que para reproduzi-lo. Entendê-lo o levou a identificar o ponto de ruptura necessário, que além de evidenciar o “duplo erro”, o levou a construir a sua análise sobre o trabalho, o fetiche da mercadoria e portanto o seu próprio método e uma ampla crítica ao capitalismo.

Temos portanto duas premissas que orientam os estudos sobre Marx e o marxismo, uma que diz que, para entender Marx e particularmente o primeiro capítulo de *O Capital*, há que *compreender toda a lógica de Hegel*, e outra que diz que, partindo de sistemas

filosóficos que são apologia do capital, não poderemos entender as mediações da realidade.

A obra de Marx, e com isso as contribuições que o autor traz para entender a realidade no modo de produção capitalista, são evidentemente o ponto de partida para o entendimento da problemática que envolve as *mediações*, assim como também para a compreensão dos aspectos teóricos sobre as condições de reprodução social do capital, determinadas pelo trabalho, pela divisão social do trabalho e pela sociedade dividida em classes sociais.

Para Marx, na “Introdução” de 1857, o método “cientificamente correto” deve ter o *concreto* tanto como seu *ponto de partida* como seu *ponto de chegada*. Assim, deve-se partir da realidade concreta (concreto real) do objeto realmente existente para chegar à reconstrução ideal, no pensamento, desse concreto (concreto pensado).

A questão é que a realidade concreta se apresenta ao observador como uma realidade complexa, como uma totalidade caótica (*ibidem*, p. 218), indecifrável. É nesse sentido que o pensamento, para decifrar o enigma da realidade complexa, caótica, deve operar um processo composto de um duplo caminho, de ida e de volta, de análise e de síntese. Assim, para Marx, “o capital, por exemplo, sem o trabalho assalariado, sem o valor, sem o dinheiro, sem o preço, etc., não é nada” (MARX, 1977, p. 218), é uma mera abstração.

Dessa forma, as classes, o trabalho assalariado, os preços, o valor, o dinheiro, etc., são as *mediações* que compõem e determinam a “população”, e as *mediações* de que o pensamento deve se apropriar para a compreensão crítica desse real. Ainda, o contexto histórico, por exemplo, o Modo de Produção Capitalista, ou a periferia do capitalismo mundial, ou o contexto de crise capitalista, são *mediações* (que contêm e determinam) a totalidade concreta, a realidade que procuramos conhecer.

#### b. A *mediação* na obra de Lukács

Como vimos, Marx, a não ser em pequenos textos, não explicita seu método (ver MONTAÑO, 2013); o mesmo acontece com o

conceito de “mediação”; eles são fundamentalmente extraídos dos próprios textos de Marx. Outros autores, nessa tradição inaugurada por Marx, vão dar um tratamento mais ou menos explícito ao seu método, à dialética e especificamente às mediações. Dentre eles, certamente Lukács trata do método e da ontologia marxianos e do tema que nos ocupa nesse momento, que é a categoria “mediação”.

Lukács reconhece em Hegel seu pioneirismo: “não obstante as deformações idealistas, Hegel foi o primeiro a colocar o problema do particular de uma maneira correta e multilateral” (LUKÁCS, 1968, p. 73). E expressa que a crítica marxiana expõe seu fundamento idealista: “tão somente a crítica do jovem Marx a Hegel revela, em sua integral plenitude, os problemas que aqui estão presentes e ocultos”; crítica esta de um ‘radical hegelianismo de esquerda’, de um ‘democrata revolucionário’, da “inversão materialista da dialética idealista” (*ibidem*, p. 74).

Para Lukács, a crítica de Marx a Hegel centra-se, dado seu idealismo, nos problemas de articulação do particular com o universal: “não é um acaso, evidentemente, que a crítica de Marx a Hegel se concentre sobre o problema do universal” (*ibidem*, p. 84), levando o universal em Hegel a desempenhar uma função apologética da ordem capitalista, ao ser visto este como “uma relação natural eterna, universal” (*ibidem*).

Conforme aponta Lukács, o pensamento dialético marxista diferencia-se do “empirismo grosseiro” e do “apriorismo formalista”, ao restabelecer conceitualmente (no pensamento) “a ligação existente na realidade, e que é inseparável, entre universalidade e singularidade” (LUKÁCS, 1968, p. 110). Dessa forma, “o movimento dialético da realidade, tal como ele se reflete no pensamento humano, é assim um incontrolável impulso do singular para o universal e deste, novamente, para aquele” (*ibidem*).

Só a dialética materialista desenvolvida por Marx opera uma articulação dinâmica entre singularidade, particularidade e universalidade: “apenas o materialismo dialético está em condições de colocar com justeza e de desenvolver este problema”, a relação dialética singular-particular-universal (*ibidem*).



Para Lukács, assim,

não é o predomínio de motivos econômicos na explicação da história que distingue de maneira decisiva o marxismo da ciência burguesa, mas o *ponto de vista da totalidade* (LUKÁCS, *apud* MÉSZÁROS, 2013, p. 57).

Complementando ainda que não é apenas o “ponto de vista da totalidade” que diferencia o pensamento marxista, mas a particular “relação entre o todo e as partes”, entre o universal, o particular e o singular (ver LUKÁCS, 1974, p. 189).

Para Marx, conforme Lukács, há uma articulação dialética entre *singular*, *particular* e *universal*, conformando assim uma “*triade*” lógica (*ibidem*, p. 112).

O “*singular*” refere-se a um indivíduo, coisa ou fenômeno específicos, únicos, irrepetíveis: nos apontamentos de Lênin sobre Hegel, trata-se da “coisa-em-si” (LÊNIN, 2011, p. 137), para quem “todas as coisas são diferentes” (*ibidem*, p. 127). Para Lukács, nós nos deparamos sempre, diretamente, com o singular: “é obvio que em nossas relações diretas com a realidade tropeçaremos sempre diretamente com a singularidade”, pois “tudo o que nos oferece o mundo externo como certeza sensível é imediatamente e sempre algo singular, ou uma conexão única de singularidades; é sempre um Isto singular, um Aqui e Agora singular” (LUKÁCS, 1967, p. 203).

O “*universal*” remete à totalidade, ao geral, à lei universal que determina e contém o singular: a “substância” ou “Ser-em-todo-o-Ser” (LÊNIN, 2011, p. 144).

O “*particular*” são, por sua vez, as *mediações* entre o singular e o universal. Conforme Lukács, “o particular representa aqui, precisamente, a expressão lógica das categorias de *mediação* entre os homens singulares e a sociedade” (1968, p. 93), “o movimento do singular ao universal e vice-versa é sempre *mediatizado* pelo particular” (*ibidem*, p. 112). Porém, singular, particular e universal não são categorias rígidas e imóveis. Ao contrário, há uma *flexibilidade* nessas categorias, elas são essencialmente *dinâmicas* e *intercambiáveis*.

Assim, para o autor húngaro, partindo dos estudos de Lênin sobre a dialética hegeliana, há uma “unidade dialética” e uma “conexão contraditória” entre “singular e universal” (*apud* LUKÁCS, 1968, p. 109).

Como observamos, a relação singular, particular e universal é dinâmica e intercambiável, dessa forma, em função de diferentes contextos históricos e dos diversos objetos de conhecimento, o que é particular num caso pode ser universal em outro, e vice-versa.

Assim, o pesquisador que se orientar nesse método materialista dialético tratará do fenômeno (singular) à luz do universal (as leis que o determinam tendencialmente), saturando o conhecimento com as determinações, com as particularidades, enfim, com as *mediações* presentes na realidade concreta. Essas *mediações*, *nessa realidade concreta*, constituem as relações dialéticas entre o singular e o universal, suas particularidades e determinações constitutivas, assim como as relações com outros singulares, outros fenômenos presentes no mesmo universal. E tais *mediações*, agora *no processo de conhecimento*, de apropriação do real pelo pensamento, superando o conhecimento imediato do real, constituem as particularidades que o processo da análise nos permite apropriarmo-nos.

### c. As *mediações* no MPC segundo Mészáros

István Mészáros vai, então, ampliar a questão da “mediação” abordando sua dimensão histórica, orientado para tratar das “mediações” concretas na sociedade capitalista. Para Mészáros (2002), o problema *causalidade, tempo e formas de mediação* é descrito sob o prisma da influência ideológica que otornam parte da apologia do capital, no sentido de uma análise que não aponte aos fundamentos do MPC, mas apenas às suas manifestações de forma isoladas. Nessa análise o autor expõe que

o aspecto mais problemático do sistema do capital, apesar de sua força incomensurável como forma de controle socio-metabólico, é a total incapacidade de *tratar as causas como*

*causas*, não importando a gravidade de suas implicações a longo prazo (MÉSZÁROS, 2002, p. 175).

Interligadas e determinadas umas e outras, as mediações são diferenciadas pelo autor como as “*mediações primárias*” das “*mediações de segunda ordem*”; sendo as “*mediações primárias*” aquelas não adstritas ao MPC, ou seja, as determinações próprias do Ser Social, cuja existência transcende os diferentes estágios sociais, ou os diversos sistemas sociometabólicos (como o sistema capitalista). De outro lado, as “*mediações de segunda ordem*” são próprias e específicas da sociedade capitalista. A dizer do autor, a “*segunda ordem de mediações do capital*” são destruidoras das “*mediações primárias*”, assim:

constituem um círculo vicioso do qual aparentemente não há fuga. Pois elas se interpõem como ‘mediações’, em última análise, destrutivas da ‘mediação primária’, entre os seres humanos e as condições vitais para sua reprodução, a natureza (MÉSZÁROS, 2002, p. 179).

Mészáros identifica um arsenal de práticas sociais existentes no capitalismo que são reprodutoras do capital e que conformam as “*mediações de segunda ordem*”. Para o autor, a “[...] verdadeira meta da transformação socialista radical deve ser o próprio sistema do capital *com todas as suas mediações de segunda ordem* e não apenas a expropriação legal das personificações capitalistas privadas do capital” (2002, p. 181), determinando que a construção de uma sociedade verdadeiramente emancipada exige a superação de todas as mediações de segunda ordem, e não apenas uma das suas determinações.

O círculo vicioso no qual se sustentam as “*mediações de segunda ordem*” consiste em que os aspectos que integram essas mediações dependem para sua reprodução umas das outras, assim que a existência e coexistência que dá lugar à reprodução social capitalista se dá pela unidade necessária delas.

A expansão do sistema capitalista através dos modos imperialistas transmitidos pelos veículos ideológicos criados para “manter

o regime de acumulação funcionando”, apontam à naturalização e hegemonia na qual se sustentam as características descritas por Mészáros nas “*mediações de segunda ordem*”. Dita naturalização traz consigo um determinismo social, que com o passar do tempo e a consolidação da generalização dessas práticas cria a “percepção” de um sistema que se reproduz perpetuamente. O que, por sua vez, leva à antinomia da reprodução dos atos irracionais que derivam no consumo ilimitado dos recursos naturais limitados. Esse exemplo básico aparece como um dos tantos que coexistem no capitalismo como contradições não resolvidas (para ampliar, ver MÉSZÁROS, 2002, p. 179-189).

As “*mediações de segunda ordem*” do capital estão compostas por: “*afamília nuclear*”, “*o dinheiro*”, “*os objetivos fetichistas da produção*”, o “*trabalho*”, “*as variedades de formação do Estado do capital no cenário global*”, “*o incontrollável mercado mundial*” (ver MÉSZÁROS, 2002, p. 180).

Essas mediações estão conformadas pelas relações sociais, as práticas culturais, a linguagem, a política desde suas características micro e macroscópicas, a norma jurídica e a norma social, as formas de controle social, as relações de intercâmbio que envolvem o valor e o valor de troca. Cada uma dessas “*mediações de segunda ordem*” é particularmente instrumental, são funcionais em seu conjunto no encobrimento do mistério ao redor do qual se cria o fetichismo das mercadorias e a alienação, reproduzindo socialmente a ordem burguesa.

As “*mediações primárias*”, ao contrário das de “*segunda ordem*”, representam o outro lado da relação social. Não existe relação natural e harmônica entre os dois tipos de mediações; elas são irreconciliáveis, e portanto apontam a projetos societários taxativamente diferentes. É por isso que fica comprometida a possibilidade de coexistência de ambos os tipos de mediações.

Nas “*mediações de segunda ordem*” é notório o papel do Estado, das instituições e outros sujeitos coletivos historicamente determinados, como são os partidos políticos, cujos interesses na acumulação capitalista cumprem um papel fundamental, pois é

também através da norma jurídica que se garante a re-atualização do capitalismo.

Nas “*mediações primárias*”, identifica-se a necessidade de manter o equilíbrio entre os seres humanos e a natureza, entre os seres humanos e as formas produtivas, garantidos a partir da socialização do conhecimento humano produzido que resultam da garantia das relações de troca na produção de forma equilibrada, inclusive nos casos dos produtos culturais.

A partir da superação das “*mediações de segunda ordem*”, mantendo a consonância com a perspectiva revolucionária de Marx e Engels, é possível a superação da alienação.

### **A mediação no Serviço Social: a contribuição de Reinaldo Pontes**

No seu primeiro artigo sobre o tema, *A propósito da categoria mediação* (PONTES, 1989), esse autor analisa a “totalidade concreta” em Hegel (p. 6) para depois tratá-la da forma como Marx a desenvolve.

Já Marx, segundo Pontes na releitura de Netto, sobre a totalidade concreta, expõe que:

No prisma marxiano, a *totalidade concreta* tomada do pensamento hegeliano conquista o plano da concretude verdadeira, porque compreende a totalidade como uma “categoria extraída pela razão teórica da estrutura do real e não posta como modelo abstrato” (NETTO E FALCÃO, 1987: 78), mas recordemos “as categorias exprimem [...] formas de modos de ser, determinações de existência” (MARX, 1987:17) (*idem*, p. 11).

Aponta que “as mediações submersas no movimento dialético não se mostram no plano fenomênico, mas se explicitam na essência da realidade” (*ibidem*, p. 19). O autor (PONTES, 1995) apresenta o aprimoramento da pesquisa em relação à categoria mediação com densidade teórica, incluindo a relação da categoria mediação com a prática profissional, indagando algumas das

inserções teóricas dessa categoria no Serviço Social brasileiro no período pós-Reconceptualização. Ele expõe que “as mediações são expressões históricas das relações que o homem edificou com a natureza[...] das relações sociais daí decorrentes, nas várias formações sócio-humanas que a história registrou” (PONTES, 1995, p.78).

Apresentando a visão lukacsiana presente na *Ontologia do Ser Social* – onde Lukács recupera as reflexões de Marx sobre o trabalho, a alienação e o fetichismo – e apontando algumas contribuições de Mészáros sobre as mediações, Pontes descreve as categorias marxianas da totalidade, assim como o método marxista, apresentando o contraste das análises de Marx em debate com Hegel, tanto quanto as reflexões de Lukács, que aparece como interlocutor ativo e influência direta para a inserção de conceitos e categorias nos quais Pontes apoia seus argumentos.

Faz também uma análise retomando o problema hegeliano: o “problema do particular” (ver PONTES, 1995, p. 84-85).

Pontes (1989) introduz a *totalidade concreta* e o fundamento que sustenta essa análise na dialética da seguinte maneira:

Entender a totalidade concreta, enquanto categoria central da dialética materialista, que no dizer de Lukács “...constitui, a diferença decisiva entre marxismo e a ciência burguesa” (Lukács, 1974: 41), nos remete necessariamente à compreensão da natureza da teoria social de Marx, mais especificamente a sua dialética (PONTES, 1989, p. 6).

Como pode-se ler sobre a totalidade relacionada com a dialética, o autor aponta que existem dois problemas: o primeiro, que se dá na contradição existente entre o marxismo e a ciência burguesa, e o segundo, sobre o fundamento filosófico-ideológico da totalidade concreta. Acerca do marxismo e a ciência burguesa, Pontes (1989) expõe que o marxismo revela a instrumentalidade da ciência burguesa, e com isso a consequência que se produz da dissolução e pulverização da totalidade concreta. A ciência burguesa tenta e tem a tendência de manter as coisas no seu lugar (tendência a naturalizar e eternizar o capitalismo), o que se traduz

na manutenção da hegemonia do projeto societário burguês e na perpetuação da classe trabalhadora na posição de subalternidade.

A partir da análise categorial da mediação, esse autor trata da importância da mesma no processo de intervenção profissional dos assistentes sociais. Para superar o imediatismo e a mera “demanda institucional” que aprisionam o Serviço Social, o profissional deve se apropriar do conjunto de mediações do real; assim, nas suas palavras:

Os sistemas de mediação que articulam o ser da profissão na dinâmica social vão-se estruturando histórica e processualmente. Ficam submersos na imediaticidade da forma de aparecer da profissão na sociedade, e particularmente nas instituições. Em face disto, se se deseja uma real aproximação ao conhecimento do objeto de intervenção da profissão, necessário se faz empreender uma verdadeira caça às mediações que se articulam na intimidade do tecido sócio-institucional. Sem a apreensão dos sistemas de mediações, torna-se impossível uma melhor definição teórico-metodológica para o fazer profissional, que pode, neste caso, descambar para ações que necessariamente se restringirão aos limites da demanda institucional (PONTES, 1995, p. 172).

As mediações, nesse sentido da análise, existem pelos sujeitos e pelo conhecimento, mas também apesar deles e independentemente deles, portanto se constituem em formas históricas que, aperfeiçoadas pelo movimento que o capital tem para se reaquecer, são a base de sustentação da sociedade capitalista e burguesa, tanto ideológica, quanto politicamente.

Assim, o Serviço Social, uma profissão instrumental aos interesses da reprodução do capital, torna-se o objeto onde as mediações de segunda ordem confluem para espalhar o sentido natural e sacrossanto do capital.

Com os fundamentos marxistas, o Serviço Social se arma para entender a profissão e a prática profissional, fundamental ferramenta para conectar a profissão a uma compreensão crítica

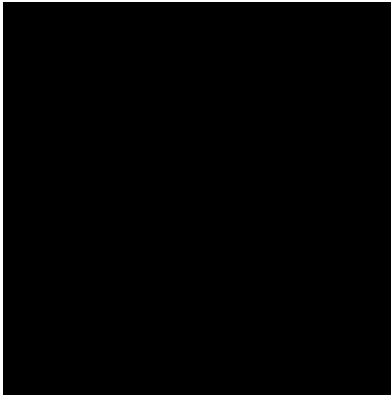
da realidade capitalista, para além da aparência mistificada, da realidade social que enfrenta, e para uma intervenção, para além da demanda imediata e da imediata relação problema/resposta, consciente, comprometida, crítica, articulada (com inúmeras mediações) a um projeto de superação do capitalismo. É claro, uma postura anticapitalista, concebendo a ordem burguesa como fundamento da “questão social” e determinante das suas manifestações, permite que o profissional, pesquisador, estudante, ou cidadão, faça a crítica à sociedade burguesa e seus efeitos nele e na natureza. E nesse sentido, a única crítica possível que considera a superação do capitalismo é a crítica marxiana.

## Referências

- DÍAZ, M.P.D. *Mediación familiar: conflictos severos posdivorcio: relato de casos*. Buenos Aires, Espacio, 2013.
- ESCALADA, M. *El diagnóstico social: proceso de conocimiento e intervención profesional*. Buenos Aires, Espacio, 2001.
- FALEIROS, V.P. *Estratégias em serviço social*. São Paulo, Cortez, 1997.
- LÊNIN, V.I. *Cadernos sobre a dialética de Hegel*. Rio de Janeiro, Ed.
- LUKÁCS, G. *Estética I. La peculiaridad de lo estético. 3 Categorías psicológicas y filosóficas básicas de lo estético*. Barcelona/México, Grijalbo, 1967.
- \_\_\_\_\_. *Introdução a uma estética marxista*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1968.
- \_\_\_\_\_. *História e consciência de classe. Estudos de dialética marxista*. Lisboa, Escorpião, 1974.
- MARX, K. *Contribuição à crítica da economia política*. São Paulo, Martins Fontes, 1977.
- \_\_\_\_\_. *O Capital. Crítica da economia política. Livro I - O processo de produção do capital*. São Paulo, Boitempo, 2013.
- \_\_\_\_\_. *Crítica da filosofia do direito de Hegel*. São Paulo, Boitempo, 2010.



- \_\_\_\_\_. *Manuscritos econômico-filosóficos*. São Paulo, Boitempo, 2010a.
- MÉSZÁROS, I. *Para além do capital*. São Paulo, Brasil: Boitempo Editorial. 2002.
- MÉSZÁROS, I. *Estrutura social e formas de consciência*. São Paulo, Boitempo. 2009.
- MONTAÑO, C. “Breves anotações sobre o método e a teoria em Marx”; In: MONTAÑO, C. e BASTOS, R. (orgs.). *Conehecimento e sociedade. ensaios críticos*. São Paulo, Outras Expressões, 2013.
- NETTO, J P. “Crise do socialismo”, *teoria marxiana alternativa comunista*. Revista Serviço Social e Sociedade (37). 1991.
- PONTES, R. *A propósito da categoria mediação*. Serviço Social e Sociedade (31), 5-25. 1989.
- \_\_\_\_\_. *Mediación: categoría fundamental para el trabajo del asistente social*. In: E. M. BORGIANNI, *Serviciosocial crítico: hacia la construcción del nuevo proyecto ético político profesional*. São Paulo, Brasil: Cortez. 2003.
- \_\_\_\_\_. *Mediação e serviço social*. São Paulo-Belém, Brasil: Cortez-Universidade da Amazônia. 1995.
- \_\_\_\_\_. *O trabalho do assistente social e a política social*. In: CFESS/ ABEPSS/CEAD/NED/UnB, *Capacitação em serviço social e política social (Vol. 04, págs. 13-257)*., Brasília. 2000.
- SALORD, S.G. *Especificidad y rol en trabajo social. curriculum, saber, formación*. Buenos Aires, Humanitas, 1991.
- TOMMASO, A. *Mediación y trabajo social*. Buenos Aires, Espacio, 2004.



# A Produção Teórica sobre Drogas no Serviço Social brasileiro e a ruptura com o proibicionismo

*Cynthia Studart Albuquerque*

## Introdução

As posições científicas e profissionais sobre as substâncias psicoativas que foram classificadas como drogas ilícitas são conflitantes e polêmicas no mundo todo, já que ensejam entendimentos diversos e, conseqüentemente, repercutem propostas diferenciadas de análise e intervenção no trato dessa questão.

No Brasil, o controle jurídico-penal sobre a produção, o comércio e o consumo das drogas ocorre, paulatinamente, no decorrer do século XX sob influência do modelo sanitário e das convenções internacionais proibicionistas (BOITEUX, 2006). Dessa forma, a “questão das drogas”<sup>56</sup> passa a ser alvo de políticas criminais e sociais, passando a reclamar respostas profissionais na sua intervenção, dentre as quais participam os assistentes sociais.

O presente artigo contém parte das reflexões e análises que desenvolvi na tese de Doutorado em Serviço Social, intitulada *Drogas, “Questão Social” e Serviço Social: direções teórico-políticas da profissão*. Particularmente, expõe uma análise sobre as direções

---

56 Os termos “questão das drogas” e “questão social” aqui são empregados entre aspas. A utilização das aspas na expressão “questão social”, em conformidade com alguns estudiosos do campo marxista no Serviço Social tais como José Paulo Netto e Josiane Soares Santos, busca traduzir certa cautela na utilização do conceito, devido a sua apropriação pelo pensamento conservador. Na mesma direção, aparece a “questão das drogas” na condição de uma das suas expressões.

presentes na produção teórica sobre drogas nos Programas de Pós-graduação em Serviço Social no Brasil.

### **A “questão das drogas” como objeto de preocupação do Serviço Social**

O debate crítico sobre a “questão das drogas” no Serviço Social brasileiro ocorreu de forma tardia, muito embora, desde o período da institucionalização da profissão, já comparecesse como demanda, já que a intervenção no consumo problemático de álcool foi objeto de ação dos primeiros assistentes sociais visando à integração dos sujeitos à ordem burguesa do trabalho. Contudo, o debate sobre o trabalho profissional e suas dimensões teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa no campo das políticas públicas sobre drogas ainda não possui uma produção sistematizada (LIMA et al, 2015).

Nesse sentido, objetivando contribuir com o debate, busquei compreender a “questão das drogas” a partir de uma perspectiva materialista, na qual identifiquei como determinações centrais: a condição das substâncias psicoativas como mercadorias inseridas na produção mercantil capitalista; a proibição de algumas dessas substâncias que foram tornadas ilegais; e as mudanças no padrão de acumulação capitalista provocadas pela crise estrutural (MÉSZAROS, 2009) do sistema, produzindo, portanto, de um lado um mercado ilegal de drogas altamente lucrativo, e de outro a criminalização de segmentos pauperizados da classe trabalhadora.

A análise exigiu considerar, obrigatoriamente, as *condições de vida e trabalho* da classe trabalhadora, configuradas pelas transformações societárias ocorridas nas últimas décadas do século passado: da reestruturação produtiva e do desemprego estrutural; das políticas neoliberais favorecedoras do capital financeiro mundializado, que produziram uma marginalidade avançada (WACQUANT, 2001) e, como forma de seu enfrentamento, um menos Estado social e um mais Estado penal. Nessas circunstâncias, o *proibicionismo* e a política de guerra às drogas passam

a operar como estratégias político-econômicas de *controle social punitivo* das classes subalternizadas. Tais processos articulados conformaram uma “*questão das drogas*” vigente.

Dito de outra forma, quando alego à “questão das drogas”, estou me referindo ao fenômeno das mazelas geradas pela emergência das drogas como mercadoria em intrínseca relação com a proibição da produção, do comércio e do consumo de algumas substâncias psicoativas tornadas ilícitas no contexto da crise estrutural do capital, a exemplo do uso problemático e/ou abusivo dessas substâncias, da violência produzida pelo tráfico ou da criminalização dos usuários e seus familiares.

Apreender as determinações históricas que conformam a *economia política das drogas*, hoje fundamental para a acumulação capitalista, implicou compreender as particularidades da “questão das drogas” inscrita na realidade brasileira para, desse modo, conhecer as formas de seu enfrentamento realizado pelo Estado por intermédio das políticas sociais e criminais, campo de trabalho dos assistentes sociais, este realizado sob determinada direção teórica e política. Isto é, entender as direções teóricas e políticas das respostas profissionais sobre drogas do Serviço Social brasileiro face à “questão das drogas” tornou-se para mim um objeto de extrema relevância.

De acordo com Brites (2006), na maioria das vezes, os usuários de drogas são “invisíveis” aos profissionais de Serviço Social, tendo expressividade dada somente através dos danos associados ao consumo problemático ou ao comércio ilegal das substâncias tornadas ilícitas, como os conflitos familiares, a “dependência”, a criminalidade ou a violência.

Um dos elementos que contribuem para essa fragilidade na apreensão da “questão das drogas” a partir de sua totalidade é, justamente, a incipiente produção de conhecimentos sobre a temática na profissão. São poucas as produções científicas que tratam do trabalho do assistente social no mencionado campo. Ao mesmo tempo, identifica-se inexpressiva busca de conhecimento sobre o tema na própria área do Serviço Social. Tal lacuna foi um dos

fatores que, também, me levaram a escolher a temática das drogas como objeto de estudo.

Quando me refiro à profissão, estou falando das suas diversas dimensões, conforme Bráz (2007): da dimensão teórica que envolve o conjunto da produção de conhecimentos no Serviço Social; da dimensão jurídico-política expressa nas legislações da profissão; e da dimensão político-organizativa que é ancorada nos posicionamentos ético-políticos, deliberados nos fóruns coletivos das entidades representativas do Serviço Social, em que estas últimas assumem lugar de vanguarda na direção social estratégica do projeto profissional. E ainda, tão importante quanto, é a dimensão prático-interventiva, considerando a diversidade de profissionais que estão inseridos nos diversos campos ocupacionais nas políticas sociais e criminais de drogas.

Desse modo, analisar a produção teórica sobre drogas do Serviço Social brasileiro é fundamental não só para compreendermos as direções em andamento, mas também, as lacunas, as disputas, as contradições e os desafios presentes para a profissão frente à “questão das drogas”, numa perspectiva consonante ao projeto ético-político.

### **Teoria Social Crítica e a Crítica ao Proibicionismo: deslocamentos na produção teórica sobre drogas**

Pode-se afirmar que o Serviço Social brasileiro ainda não avançou em um horizonte teórico, normativo, técnico e político que possibilite a compreensão do fenômeno das drogas para além da dimensão do consumo e de seus efeitos e danos. Muito embora, no âmbito da produção teórica no Serviço Social, isto é, nas teses, mesmo com o número reduzido de trabalhos, despontou a crítica antiproibicionista e as análises totalizantes sobre a questão.

Nessa direção, é visível a inflexão propiciada pela produção teórica sobre drogas dos Programas de Pós-graduação na ampla produção de conhecimento do Serviço Social. Quando me refiro à produção teórica, falo das teses, já que estas são, por excelência,

sínteses teórico-reflexivas inéditas, originais e fundamentadas sobre determinado objeto. Já a produção de conhecimento é mais ampla, envolve toda a construção técnica, política e acadêmica da profissão.

No levantamento realizado no Banco de Teses e Dissertações (BDTD) da Coordenação de Aperfeiçoamento Pessoal de Nível Superior (CAPES), no período de dez anos, entre 2005-2015, foram identificadas somente oito teses sobre drogas produzidas nos Programas de Pós-Graduação em Serviço Social. Todas oriundas da região Sudeste, sendo cinco (05) do estado de São Paulo, isto é, quatro (04) da PUC/SP e um (01) da UNESP-Franca/SP; as outras três (03) teses são da UFRJ no estado do Rio de Janeiro. Note-se que a referida produção está restrita à região Sudeste, uma expressão da confluência da produção de conhecimento no país, ainda alocada no eixo Rio de Janeiro–São Paulo.

A produção teórica no Serviço Social foi elemento fundamental para ruptura com o conservadorismo profissional. Mota (2013, p.20) destaca que as construções críticas da profissão a partir dos anos 1980, tributárias do projeto ético-político, têm franca incidência sobre a ação profissional. Embora não reflita de forma direta e imediata, a teoria mantém uma relação de unidade com a prática; “[...] ao reconstruir os objetos de intervenção, originários das demandas profissionais, em objetos de conhecimento, submete-os ao exame da crítica numa perspectiva de totalidade”.

Assim, a ruptura com o proibicionismo no âmbito do Serviço Social foi protagonizada pela produção teórica ao tomar as drogas como mercadorias e analisá-las inseridas na produção capitalista. Esse corte teórico-metodológico só foi possível pelo subsídio da teoria social crítica que, desde os anos 1980, vem possibilitando ao Serviço Social mobilizar “[...] construções e propostas profissionais que geram uma tensão: não entre teoria e prática, mas entre teoria crítica e prática reiterativa” (MOTA, 2013, p. 20).

A primeira tese no âmbito do Serviço Social sobre drogas foi *Direitos sociais na proteção integral do usuário de substâncias psicoativas: a experiência do Centro Vida em Curitiba, Paraná –2000-*

2005 de Jorgina Maria da Silva, defendida em 2005, na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Silva (2005) apresenta uma análise sobre drogas focada apenas na dimensão do consumo, não fazendo qualquer referência às outras dimensões organicamente vinculadas, isto é, a produção e a circulação dessas substâncias, tampouco aos fundamentos da política criminal de drogas no país. Na verdade, ao que parece, sua análise se deteve bem mais em avaliar o acesso e a garantia de atendimento das crianças e adolescentes usuárias de psicoativos pelas políticas públicas de álcool e outras drogas.

Quanto à concepção acerca das políticas de saúde sobre drogas, a autora ressalta a dimensão protetiva da seguridade social brasileira, com base na integralidade, na universalidade e na intersetorialidade, apresentando uma concepção herdeira da Reforma Sanitária. Contudo, julga que o atendimento às necessidades de saúde, através da atenção integral, poderia viabilizar a emancipação dos sujeitos. Sobre isso, há uma necessária diferenciação a ser realizada entre direito e legislação, quer dizer, entre o direito substantivo e a norma jurídica. Há que se considerar a natureza dos direitos, como produto das relações sociais capitalistas. Na sua contradição, são tanto mecanismos para garantia da reprodução da força de trabalho e, portanto, para exploração e acumulação capitalista, como também resultado das lutas sociais dos trabalhadores para atendimento às suas necessidades sociais. Por essa natureza contraditória, os direitos sociais por si sós não podem emancipar os trabalhadores do jugo da exploração.

A tese pioneira sobre drogas numa perspectiva ancorada na teoria social crítica, que trata do consumo de psicoativos no âmbito da totalidade das relações sociais capitalistas, foi o trabalho *Ética e uso de drogas: Uma contribuição da ontologia social para o campo da saúde pública e da redução de danos*, da Maria Cristina Brites, defendida em 2006 na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). A autora realiza uma análise de caráter ontológico sobre o uso de drogas e as respostas sociais e de saúde a essa prática. Considera o consumo de psicoativos como um



fenômeno trans-histórico e produto da práxis social, tais quais as respostas sociais e de saúde como complexos mediadores entre os indivíduos e a sociedade.

No intuito de compreender o consumo das substâncias psicoativas na contemporaneidade, buscou elucidação nos fundamentos da ordem burguesa e nas transformações do capitalismo, a partir de 1970, como processos fundamentais para as mudanças na práxis social frente à existência das drogas. Para isso, apreendeu as mediações econômicas, políticas e culturais, essas últimas dadas à ambiência pós-moderna; ou seja, sua influência na subjetividade dos indivíduos e nas práticas de consumo de drogas, mas também, nas respostas sociais e de saúde nessa área. A autora inaugurou a crítica à ideologia proibicionista no âmbito do Serviço Social e, também, foi pioneira no debate sobre a redução de danos. Através de uma abordagem heterodoxa sobre drogas realiza um deslocamento inovador, no campo da saúde, das perspectivas centradas na abstinência. Três achados de Brites (2006) tornam-se fundamentais para uma compreensão crítica sobre as drogas e o seu consumo: primeiro, que na sociedade capitalista as posições de valor podem explicitar os interesses de classes; segundo, que o caráter ilícito das drogas não corresponde a critérios de saúde; e por fim, que o quadro de insegurança e violência gerado pelo narcotráfico contribui para a revitalização de respostas autoritárias e conservadoras e pode incidir em práticas de saúde moralizadoras e de controle sobre segmentos sociais considerados marginais.

Ao que tudo indica, a chave de leitura que delineou o horizonte das produções teóricas críticas sobre drogas no Serviço Social brasileiro foi, inquestionavelmente, a compreensão das drogas como mercadorias. Tal asserção é atestada pela tese *O Lado Certo da Vida Errada: um estudo sobre o tráfico de drogas sob o comando do Império*, de Maria Elisa da Silva Pimentel defendida no ano seguinte, em 2007, na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). A autora teve como premissa de seu trabalho “entender qual é a natureza econômica da mercadoria ilegal”, no caso, as drogas que circulam em mercados ilegais. Pimentel (2007, p. 38)

busca entender a totalidade da produção de drogas no capitalismo, tendo como ponto de partida a criminologia crítica, pois defende que “Para apreender a questão da narcofavela sob uma leitura totalizante, precisamos buscar a forma na qual o consumo e a comercialização das drogas vão-se inserir num contexto macro, onde referências socioeconômicas e políticas devam ser relacionadas”.

Em seu estudo, além de reclamar uma direção marxista “[...] tomando o trabalho na dimensão que aparece em Marx, como trabalho vivo”, defende que a atividade laboral dos jovens nas *narcofavelas* expressa um novo trabalho produtivo: o trabalho imaterial, a partir da interlocução com Antônio Negri e do entendimento de que é preciso pensar a história na perspectiva de quem a produz, ou seja, de afirmar esses jovens como figuras produtivas. Daí a escolha pelo conceito *narcofavela* para dar conta da articulação entre o global e o local, “[...] um espaço produtivo não só porque conecta esses jovens à rede do comércio internacional de drogas, mas também porque acaba por instituir um simbólico que remete às formas extremas do tráfico: força e poder” (PIMENTEL, 2007, p. 22). Para a autora, anarcofavela, além de um modo de ser e estar no mundo, será o espaço onde se evidencia a interseção dos mundos pré e pós-moderno, uma possibilidade para os jovens transitarem entre diferentes identidades, quando lhes abre o acesso ao consumo e os torna figuras produtivas.

Entretanto, mesmo em Programas de Pós-graduação em Serviço Social que apresentam excelência do ponto de vista acadêmico, como no caso da PUC/SP, identificam-se perspectivas teóricas não só destoantes, mas antagônicas à direção social estratégica hegemônica na profissão. A tese *Os significados do consumo e uso nocivo de álcool e de outras drogas pelos alunos de graduação da PUC-SP, Campus Monte Alegre, 2005 2007: uma questão acadêmica desafiadora*, de Silvio NececkaiteSantanna, defendida em 2008 na PUC/SP, apresenta uma compreensão relativamente moralista, estigmatizante e conservadora sobre o consumo de drogas e seus usuários. O autor individualiza a questão do consumo de drogas, manifesta uma supervalorização e supostos poderes das substân-

cias psicoativas sobre os usuários, os quais considera escravos, ou seja, negando-lhes sua condição de sujeitos, a saber:

Constatamos na pesquisa também que a dependência química conspira contra o aluno, entorpecendo-lhe os órgãos, anestesiando-lhe a mente, levando-o muitas vezes à insanidade. Quando instalada e não tratada a tempo, a dependência química pode dissipar a esperança de vida, em grande parte dos casos (SANTANNA, 2008, p. 136).

Já a tese *Uma história das drogas e do seu proibicionismo transnacional: relações Brasil–Estados Unidos e os organismos internacionais*, de Rita de Cássia Cavalcante Lima, defendida em 2009 na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), inaugura, no âmbito do Serviço Social brasileiro, a análise crítica sobre as políticas públicas de drogas no país por meio da construção de uma economia política marxista das drogas. A partir desse fio condutor, a autora buscou analisar os nexos de dependência e autonomia da atual política brasileira de drogas frente à influência da matriz proibicionista. Lima (2009) recompõe, a partir do movimento da história das drogas, as determinações e mediações econômicas, sociais, ideológicas, culturais que propiciaram o surgimento, o desenvolvimento e a consolidação do proibicionismo como matriz estruturante nas políticas de drogas em todo o mundo. Todavia, a originalidade da autora foi, justamente, compreender a particularidade do proibicionismo brasileiro e o desenvolvimento “desigual e combinado” da política de drogas no país: “[...] uma política nacional “alinhada” às recomendações internacionais da área e, de forma articulada, reconhecendo secundariamente as novas forças democráticas para a área” (p. 338 – grifos meus).

A pesquisadora destaca as disputas em nível internacional e nacional sobre a direção das políticas de drogas. Problematiza a associação histórica entre drogas – mercadorias – e crime que vem debilitando possíveis formas de regulação sobre a produção, o financiamento, o comércio e o uso dessas substâncias. Questiona que superar ou renovar o proibicionismo “[...] depende de lutas

internas à área, lutas corporativas profissionais e, finalmente, lutas por projetos societários emancipadores, que atinjam diretamente a produção estrutural da barbárie” (2009, p. 337). Para a autora, infelizmente a conjuntura não nos faculta otimismo em torno de alternativas reais, na ordem do dia, que vislumbrem a superação da barbárie.

Seguindo no mesmo vetor, Vera Lúcia Martins, em sua tese *Mal(ditas) drogas: um exame dos fundamentos socioeconômicos e ideo-políticos da (re)produção das drogas na sociedade capitalista*, defendida em 2011 na PUC-SP, analisou as drogas como mercadorias e a (re)produção dos mecanismos de controle na sociedade capitalista. Todavia, o que confere originalidade ao estudo de Martins (2011) é a localização temporal, a partir dos anos 1970, acerca de novas determinações sobre a “questão das drogas”. De acordo com a autora, é a partir desse momento, que se observa o grande crescimento da produção e circulação das drogas e, ao mesmo tempo, da sua proibição. Ao que indica, esse crescimento tem uma estreita relação com a crise do capital e a necessidade de realização do valor para acumulação.

Contudo, a autora adverte que sua investigação não pretendeu discutir ou resolver uma dificuldade lógica: se a produção gera a circulação-consumo ou se a sua circulação/consumo estimula a produção. Na verdade, priorizou entender como se operou, no século XX, a transmutação das definições em relação às drogas: de elemento mágico para elemento maldito. Nesse sentido, sua tarefa foi “[...] entender as drogas como uma produção social, historicamente demarcada, e que, no âmbito da sociedade capitalista, o lúdico, o místico e o cultural se mantêm, mas não são elementos que estruturam a produção e a circulação das drogas” (2011, p. 36).

A preocupação com o mercado ilegal de drogas e suas consequências tem sido uma constante na produção teórica sobre drogas no Serviço Social. Outra pesquisa que rumou nesse sentido foi a tese de Andréa Pires Rocha, *Trajetória de adolescentes apreendidos como "mulas" do transporte de drogas da região fronteira do (Paraná) Brasil-Paraguai: exploração da força de trabalho e criminalização da*

*pobreza*, defendida em 2012 na Universidade Estadual Paulista (UNESP/Franca-SP). A autora segue o horizonte das pesquisas críticas sobre drogas na profissão e toma as drogas, lícitas ou proibidas, como mercadorias que satisfazem necessidades. A partir daí, considera que, como mercadorias, dependem das relações de trabalho para sua produção, circulação e comercialização. E para isso, há a exploração de mais-valia.

Rocha (2012, p. 24) reconhece as ligações expressas entre as drogas e a questão social, já que a situação dos adolescentes explorados no tráfico de drogas, por um lado, ocorre “[...] pelas demandas da questão social e, certamente, sofrem cotidianamente a pressão do envolvimento em atividades ilegais, sendo ameaçados, explorados e violentados, por outro, esses jovens recebem o status de traficantes e são demonizados por discursos moralistas”. Entretanto, o que confere um traço original ao seu trabalho, no âmbito do Serviço Social, é o reconhecimento dos vínculos orgânicos entre produção e punição. Ou seja, demonstra a relação direta entre as políticas neoliberais de desregulamentação do trabalho e o aumento do controle social punitivo, no qual a política de guerra às drogas, justificada pela ideologia proibicionista, exerce um protagonismo nos processos de criminalização da pobreza.

O debate mais específico sobre as propostas em disputa que visam alterar a atual Lei de Drogas no país aparece na tese *O Legislativo federal e os projetos de lei sobre drogas no Brasil: uma guerra entre velhos discursos ou novas alternativas*, de Mirian Cátia Vieira Basílio Denadai, defendida em 2015 na UFRJ. Denadai (2015, p. 46), também, apresenta uma compreensão sobre as drogas, sintonizada com o acúmulo teórico crítico sobre o tema na área. Um dado importante evidenciado por Denadai (2015) são as contradições e disputas no campo das políticas sobre drogas. Evidencia que na Europa, na América Latina e na América do Norte há experiências que se deslocam do modelo repressivo. Nesse sentido, volta suas reflexões para pensar o cenário brasileiro das políticas públicas sobre drogas e a presente “guerra de posição”, ou seja, as diferentes forças políticas e projetos de

sociedade que disputam a hegemonia da Política de Drogas e a direção ético-política das concepções sobre os psicoativos, seus usos e sobre o mercado.

Desse modo, a autora analisa as disputas que orbitaram o processo de aprovação da atual Lei de Drogas no Congresso Nacional. À época, havia uma tensão no campo das drogas entre o Executivo e o Legislativo, que ficou visível durante a aprovação da citada Lei. Essa tensão, inclusive, estava no interior do governo, entre posições mais conservadoras da SENAD e propostas mais progressistas dirigidas pelo Ministério da Saúde. Por fim, levanta questões relevantes sobre as propostas de descriminalização e regulamentação das substâncias, em debate. Atenta que algumas medidas podem significar uma redução dos danos provenientes da proibição. Contudo, por si sós, essas medidas não conseguem nem mesmo frear a lógica de dominação e destruição que está por trás desses processos. Nesse sentido, reformas progressistas na Política de Drogas se fazem necessárias, mas não podem se desvincular de um projeto societário e fortalecer a hegemonia da pequena política.

### **Algumas conclusões**

A pesquisa demonstrou que a produção de conhecimento sobre drogas no Serviço Social ainda é incipiente e expressa o desafio que perpassa à profissão, no sentido de avançarmos na compreensão e, de modo consequente, na elaboração de respostas profissionais à “questão das drogas”, consonantes com adireção do projeto ético-político profissional. Contudo, indubitavelmente, o debate crítico sobre drogas na profissão foi protagonizado pelo campo da produção teórica, quer dizer, pelas teses produzidas nos Programas de Pós-Graduação em Serviço Social. Desse modo, a ruptura com o proibicionismo foi viabilizada pela incorporação da teoria social crítica, precisamente, ao tomar os psicoativos como mercadoria inserida na produção mercantil capitalista. Essa direção da análise comparece em quase toda a produção teórica sobre drogas, cujos fundamentos estão ancorados na história e

na totalidade concreta das relações sociais capitalistas, o que permitiu considerar os psicoativos para além da dimensão do seu consumo e danos produzidos.

Identifiquei muitas convergências no campo da produção teórica sobre drogas: o uso de substâncias psicoativas como prática trans-histórica; as drogas como mercadorias inseridas na produção capitalista e sua funcionalidade para reprodução ampliada; a relação correspondente entre a proibição e o tráfico de drogas; o diálogo profícuo entre os campos da crítica da economia política e a criminologia crítica; a crítica ao estatuto médico-jurídico e a perspectiva da diferenciação social; as relações entre o fetiche e a produção de subjetividades/necessidades alienadas nos usos de drogas; e os efeitos perversos da criminalização e da política de guerra às drogas, circunstanciados pelas expressões da “questão social”. Assinalei, também, algumas divergências, tais como: as determinações que configuram a “questão das drogas”; a localização temporal sobre a emergência do “problema das drogas”; a compreensão sobre os capitalistas e trabalhadores no mercado ilegal de drogas; a compreensão sobre o significado do tráfico de drogas para o sistema capitalista; e perspectivas distintas de marxismo e modernidade/pós-modernidade.

Em síntese, considero que a produção teórica sobre drogas no Serviço Social está localizada no âmbito do escopo da teoria crítica, oferecendo, portanto, à profissão as *armas da crítica* ao proibicionismo e a possibilidade de se pensar outra Política sobre Drogas e respostas profissionais consonantes com as necessidades da classe trabalhadora.

## Referências

- BOITEUX, L. *Controle penal sobre as drogas ilícitas: o impacto do proibicionismo no sistema penal e na sociedade*. Tese de Doutorado em Direito, USP, 2006.
- BRÁZ, M. *Hegemonia em xeque. Projeto ético-político do Serviço Social e seus elementos constitutivos*. Revista Inscrita, ano 7,

n. 10, Brasília, nov. 2007.

- BRITES, C.M. *Ética e uso de drogas: uma contribuição da ontologia social para o campo da saúde pública e da redução de danos*. Tese de Doutorado. São Paulo: PUC, 2006.
- DENADAI, M.C.V.B. *O Legislativo federal e os projetos de lei sobre drogas no Brasil: uma guerra entre velhos discursos ou novas alternativas?* Tese de Doutorado. Rio de Janeiro: UFRJ, 2015.
- LIMA, R.C.C. *Uma história das drogas e do seu proibicionismo transnacional: relações Brasil – Estados Unidos e os organismos internacionais*. Tese de Doutorado. Rio de Janeiro: UFRJ, 2009.
- \_\_\_\_ et al. *Políticas sociais sobre drogas: um objeto para Serviço Social brasileiro*. Argumentum, Vitória (ES), v. 7, n.1, p. 26-38, jan./jun. 2015.
- MARTINS, V. L. *Mal(ditas) drogas: um exame dos fundamentos socioeconômicos e ídeo-políticos da (re)produção das drogas na sociedade capitalista*. Tese de Doutorado. São Paulo: PUC, 2011.
- MÉSZÁROS, I. *A crise estrutural do capital*. São Paulo: Boitempo, 2009.
- MOTA, A.E. *Serviço Social brasileiro: profissão e área do conhecimento*. Revista Katályse, Florianópolis, v. 16, n. esp., p. 17-27, 2013.
- PIMENTEL, M.E.S. *O lado certo da vida errada: um estudo sobre o tráfico de drogas sob o comando do Império*. Tese de Doutorado. Rio de Janeiro: UFRJ, 2007.
- ROCHA, A.P. *Trajetória de adolescentes apreendidos como "mulas" do transporte de drogas da região fronteira do (Paraná) Brasil-Paraguai: exploração da força de trabalho e criminalização da pobreza*. Tese de Doutorado. São Paulo: UNESP-Franca, 2012.
- SANTANNA, S.N. *Os significados do uso nocivo de álcool e outras drogas pelos alunos de graduação da PUC-SP, campus Monte Alegre, 2005-2007: uma questão acadêmica desafiadora*. Tese de Doutorado. São Paulo: PUC, 2008.
- SILVA, J. M. *Direitos sociais na proteção integral do usuário de substâncias psicoativas: a experiência do Centro Vida em Curitiba, Paraná 2000–2005*. Tese de Doutorado. São Paulo: PUC, 2005.
- WACQUANT, L. *As prisões da miséria*. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.



# Fronteiras da intensificação do trabalho docente no Serviço Social: vida cotidiana, saúde e relações entre pares

*Janáina Lopes do Nascimento Duarte*

Na atualidade, a política de *educação superior* vem assumindo *papel estratégico* como importante fonte de acumulação,<sup>57</sup> na qual a dinâmica reestruturação produtiva e transformações na órbita do trabalho vêm alterando consideravelmente a lógica e o sentido da produção e da socialização do conhecimento, bem como exigindo um perfil polivalente e flexível para o trabalhador docente.

No Brasil, sob o fetiche da educação como prestação (pública ou privada) de serviço e não como direito, a partir da introdução do termo “público não estatal” com a contrarreforma estatal nos anos 1990, são instituídas reformas que adequam a educação superior, em sua totalidade, aos processos expansivos da acumulação neoliberal, cuja centralidade se localiza “[...] na instituição escolar e universitária, mas, sobretudo, no trabalho do professor” (SILVA JR.; SGUISSARDI; SILVA, 2010, p. 11).

Conforme estudos recentes (DUARTE, 2017), a lógica empresarial e os determinantes do atual padrão de acumulação vêm determinando os rumos da universidade pública e do trabalho docente, tomando como referência o *processo combinado de inten-*

---

57 Portanto, a educação superior vem se constituindo como parte integrante do binômio crise e reestruturação capitalista, diante da contemporaneidade de reedição das contradições inerentes ao mundo do capital, “redesenhando traços novos e processos inéditos” (NETTO, 2012, p. 416).

sificação<sup>58</sup> e precarização<sup>59</sup> do trabalho, aliado à cultura produtivista no universo acadêmico<sup>60</sup> e, assim, metamorfoseando o sentido e o cotidiano do trabalho docente.

Nesse contexto, também se renovam e aguçam valores próprios do mundo burguês, como, por exemplo, a competitividade e o individualismo presentes em várias instâncias e relações, naturalizando exigências e demandas de um Estado neoliberal, focado na racionalidade mercantil, em detrimento de ações mais coletivas e voltadas para o campo dos direitos.

Na verdade, está em curso um processo que atinge a totalidade da classe trabalhadora, com particularidades para os trabalhadores do magistério superior, nas mais diversas áreas do conhecimento e pesquisa, impondo metas e ritmos que intensificam e complexificam o trabalho docente contemporâneo e, sobretudo, acarretam desdobramentos para a vida, a saúde e as relações entre os(as) trabalhadores(as) docentes.

Diante do exposto, este texto tem como *objetivo* elucidar desdobramentos do processo atual de redimensionamento da educação superior na vida cotidiana<sup>61</sup> dos(as) professores(as) assistentes sociais inseridos(as) nas universidades federais brasileiras. As análises aqui presentes resultam de um recorte de pesquisa de

---

58 Conforme Dal Rosso (2008, p. 23), *aintensificação do trabalho* se refere “[...] aos processos de quaisquer naturezas que resultam em um maior dispêndio das capacidades físicas, cognitivas e emotivas, do trabalhador com o objetivo de elevar quantitativamente ou melhorar qualitativamente os resultados. Em síntese, *mais trabalho*. O seu inverso chamamos de redução da intensidade ou menos trabalho”.

59 Aqui incluímos infraestrutura, acesso a material e tecnologia, condições salariais, etc.

60 “Se não se integrarem no sistema, nem sequer entrarão na disputa pelo dinheiro e, pior, não obterão boa avaliação de desempenho e não terão ascensão funcional e nem salarial, não ingressarão na pós-graduação, não receberão dinheiro para pesquisa e colocarão em risco a pontuação da universidade perante um sistema federal de recebimento de recursos, ao qual a instituição está presa” (ANDES, 2013, p. 32). Tal processo é chamado por Sguissardi e Silva Jr. (2009) de *produtivismo acadêmico*, sendo especialmente incentivado pelos órgãos de fomento, controle e avaliação da pós-graduação brasileira, como a CAPES e o CNPq.

61 De acordo com Netto (2007, p. 66), “na ótica lukacsiana, a vida cotidiana é insuprimível. Não há sociedade sem cotidianidade, não há homem sem vida cotidiana. Enquanto espaço tempo de constituição, produção e reprodução do ser social, a vida cotidiana é ineliminável”, sendo constituída por três componentes ontológico-estruturais: “a heterogeneidade, a imediatividade e a superficialidade extensiva” (*ibidem*, p. 67).

tese de doutorado em Serviço Social (DUARTE, 2017)<sup>62</sup>, no qual 52 docentes assistentes sociais, em regime de dedicação exclusiva, inseridos em 9 universidades federais, localizadas nas regionais nordeste e leste da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS),<sup>63</sup> responderam a questionários<sup>64</sup> online (*Software Google Form*, que garantiu total sigilo), no período entre junho e agosto de 2015.<sup>65</sup>

Nessa perspectiva, a seguir elucidaremos aspectos da nossa pesquisa que revelam como o processo de intensificação do trabalho incide sob a vida cotidiana dos docentes assistentes sociais, acarretando desdobramentos direcionados para: o tempo de lazer, o tempo destinado à família, a saúde desses docentes e as relações estabelecidas com seus pares nas unidades acadêmicas. Para finalizar, traremos algumas considerações sobre o fortalecimento do trabalho docente na perspectiva da formação crítica e qualificada.

### **Tempo destinado ao lazer e à família: tênuas fronteiras entre trabalho e vida pessoal**

O tempo de trabalho parece consumir o cotidiano dos 52 docentes participantes da pesquisa, pois o tempo destinado ao *lazer*, com ou sem a família, para 19 docentes se limitava a 2 e 5 horas por semana; já para 12 professores(as) ficava entre 6 e 8 horas semanais. No entanto, 8 docentes atestaram destinar *menos de 2 horas por semana* para atividades de lazer e/ou divertimento.

---

62 Tese defendida no Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da UFRJ, em 07/02/2017.

63 Optamos pelo *vínculo das IES com a ABEPSS*, uma vez que tal filiação possibilita às/aos docentes, discentes e profissionais o acesso aos debates e reflexões contemporâneos, podendo favorecer e condensar lutas coletivas que expressem a dinâmica de resistência da categoria profissional.

64 O questionário geral apresentou 78 questões distribuídas entre: a) condições de trabalho; b) demandas e respostas atuais; c) relações estabelecidas no ambiente acadêmico; d) saúde do trabalhador docente; e e) estratégias e formas de resistência na atualidade.

65 Importante registrar que nosso projeto de pesquisa de tese foi submetido e aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) do Centro de Filosofia e Ciências Humanas da UFRJ, conforme exigências do Conselho Nacional de Saúde (CNS 466/2012), sendo emitido parecer consubstanciado favorável, em abril de 2015.

Já o tempo destinado a cuidados e atividades gerais com a *família* foi informado: 23 docentes se limitavam ao intervalo entre 2 e 5 horas semanais; e 15 docentes relataram utilizar *menos que 2 horas* para tal fim. Esses dados oferecem cores e totalidades reais do processo de intensificação do trabalho docente na atualidade das federais.

O *cuidado consigo próprio* (atividades físicas e/ou cuidados médicos) também segue o mesmo padrão: 29 docentes relataram destinar entre 2 e 5 horas por semana e 19 docentes afirmaram destinar *menos que 2 horas semanais*, o que não oferece condições mínimas para a prática de uma atividade física qualquer (pilates, musculação, natação, corrida, etc.) e/ou mesmo uma atividade de saúde com regularidade (consulta médica ou com dentista, sessões de fisioterapia, psicoterapia, fonoterapia, etc.).

Há, na verdade, uma “crescente indissociação entre o tempo e espaço pessoais e familiares e o tempo e espaço de trabalho” (SGUISSARDI; SILVA Jr., 2009, p. 235). A invasão das tarefas do cotidiano universitário no espaço das residências é um fato concreto que afeta a vida familiar e pessoal dos docentes, pois, como o tempo real é comprimido, uma linha tênue passa a limitar o tempo de trabalho e o tempo pessoal/familiar, sendo praticamente imperceptível e até mesmo naturalizando os excessos.

A flexibilização imposta ao mundo do trabalho com a reestruturação produtiva expressa-se no universo docente também por meio da *diminuição drástica das fronteiras entre a atividade laboral e o espaço da vida privada*, segundo afirmam Antunes e Praun (2015). Isso se torna perceptível, ainda de acordo com os autores (*idem*, p. 412), por meio do “dia a dia da atividade laboral, diante da forte sensação de que o tempo foi comprimido; ou também na clara densificação da jornada de trabalho, na qual todos se desdobram para executar sozinhos o que antes era feito por dois ou mais trabalhadores”.

A intensificação do trabalho associada à lógica produtivista que converte o trabalho intensificado do docente em algo naturalizado, vem conduzindo, de acordo com Sguissardi e Silva Jr. (2009, p. 45), muitos “[...] professores-pesquisadores à exaustão, isolando-os

de suas famílias”, o que se inicializa com a destinação reduzida de tempo para os familiares, acabando por extrapolar os limites do convívio saudável entre trabalho, vida pessoal e familiar, uma vez que “a vida pessoal e familiar tem se tornado *refém* da prática universitária ou da vida acadêmico-científica” (*ibidem*, p. 233).

### **Os limites entre saúde/adoecimento e trabalho**

Conforme Antunes e Praun (2015, p. 409), uma manifestação bastante significativa das mudanças em curso no âmbito do trabalho na contemporaneidade, quanto à flexibilização e intensificação, diz respeito aos “*adoecimentos com nexos laborais*, sobretudo aqueles relacionados às lesões osteomusculares e transtornos mentais”.

O debate sobre adoecimento ou enfermidade com nexos laborais se relaciona, segundo Antunes e Praun (2015, p. 410), “a processos que resultem da exposição do trabalhador a condições de trabalho nocivas à sua saúde e que gerem como desdobramento o adoecimento físico e/ou mental”. Tal manifestação não se constitui como um fenômeno novo, pois se articula à submissão do trabalho humano a diferentes formas de exploração ao longo da história. A novidade atual se constitui na “incorporação ao cotidiano do trabalho de novas enfermidades, típicas das recentes formas de organização do trabalho e da produção” (*ibidem*, p. 411).

Na mesma direção, Dal Rosso (2008) ressalta que as condições de saúde e de adoecimento carregam as marcas das determinações objetivas que as geram, portanto, da materialidade do trabalho na atualidade, produzindo efeitos sobre os corpos dos trabalhadores, em particular os docentes assistentes sociais.

No caso particular da docência, Guarany (2014, p. 187) avalia que a intensificação do trabalho provoca sofrimento e adoecimento, uma vez que, “para dar conta de tantas demandas, o professor se vê muitas vezes obrigado a escolher entre seus anseios e desejos, e ao que a organização do trabalho lhe demanda”.

O ritmo, a intensidade, os valores burgueses (produtividade, competitividade, individualismo amplificado) com que vêm se

desenvolvendo as atividades docentes na atualidade, bem como a própria expansão rotineira da jornada de trabalho, têm sido responsáveis por vários problemas na saúde do trabalhador docente, inclusive “inúmeros casos de professores que hoje são portadores de transtornos mentais e físicos” (MANCEBO, 2011, p.37). Guarany (2014, p. 188, grifos nossos) atesta que esse contexto

[...] favorece a ocorrência de *forte desgaste biopsíquicosocial na saúde do educador [...]*, com *deslocamento do perfil das doenças* relacionadas ao trabalho docente [...] há forte ocorrência de doenças como hipertensão arterial, doenças coronarianas, distúrbios mentais, estresse e câncer, dentre outras, ao contrário do que ocorria antes, quando problemas com voz e das vias áreas superiores eram mais presentes.

Podemos elucidar esse cenário a partir da nossa pesquisa com os docentes assistentes sociais, pois quando questionados sobre sua saúde nos últimos 5 anos, 13 entrevistados relataram que já tiveram algum afastamento do trabalho por motivo de saúde. Sobre o motivo do afastamento, foram citados: problemas cardíacos, pressão alta, gastrite, transtornos associados ao estresse (voltados para questões psicológicas), sintomas de ansiedade e também problemas na voz. Um docente declarou afastamento nos últimos 5 anos por vários motivos articulados, tais como problemas cardíacos, pressão alta, transtornos associados ao estresse (voltados para questões psicológicas) e sintomas de ansiedade; outro docente em depoimento afirmou ter sofrido “problemas na voz, resfriados sucessivos associados à baixa imunidade” (Q. 23.1. – Depoimento 35).

Em relação à frequência em que os entrevistados adoeceram nos últimos 5 anos destacou-se a resposta “semestralmente” por parte de 18 docentes, o que evidencia articulação direta com o acúmulo de atividades e a sobrecarga ao final de cada semestre letivo em suas unidades acadêmicas.

Os autores Sguissardi e Silva Jr. (2009) analisam que um agravante crescente e silencioso de adoecimento ocorre ao lado da falta de atenção institucional com os docentes:

[...] mesmo nas IFES especializadas no campo da saúde, não existem serviços de saúde e atendimento médico destinados a cuidar especificamente da saúde dos professores. Os serviços tendem a ser oferecidos para todos os servidores, indistintamente.<sup>66</sup> (SGUISSARDI E SILVA JR, 2009, p. 239).

E, quando existem, esses serviços tendem a ser muito pouco utilizados por professores, pois os mesmos “costumam buscar socorro médico fora da instituição e em caráter muito mais privado” (*ibidem*, p. 240). Isso porque o *adoecer tem um significado negativo no interior da instituição universitária*, já que é remetido a questões de fórum pessoal/individual, não sendo articulado às condições objetivas do trabalho contemporâneo e, em particular, da intensificação do trabalho docente, pautada pela lógica do produtivismo acadêmico e da dinâmica de exploração mais densa.<sup>67</sup>

Sguissardi e Silva Jr. (2009, p. 45) problematizam que “o adoecer significa ser *estigmatizado* [...] principalmente se for de fundo nervoso ou mental, pela representação institucional de professor improdutivo que [o]acompanha”. Por isso, Guarany (2014, p. 189) analisa que esse cenário é agravado por um “processo de culpabilização ou responsabilização daquele trabalhador que sofre (ou adoecer), seja pelo que está passando e sentindo, seja pelos resultados do seu trabalho”, ou ainda porque suas atividades (com seu afastamento por motivo de saúde) terão que ser distribuídas entre os demais docentes. Então, o adoecimento é encarado como fracasso pessoal e/ou geração de mais trabalho, o que só agrava e complexifica a situação coletiva e pessoal do(a) professor(a), aliada à invisibilidade da questão pelos gestores.

---

66 Segundo Guarany (2014, p. 209), na UFRJ, por exemplo, “o setor de saúde do trabalhador não tinha registro dos afastamentos por doença dos docentes, nem mesmo a ADUFRJ (seção sindical/ANDES) tinha dados concretos sobre a saúde do professor”.

67 O processo de valorização do trabalho na sociedade capitalista, diante da luta permanente pela apropriação do excedente desse trabalho pelo capital, para sua própria autovalorização, constitui-se como peça chave para entender o trabalho na contemporaneidade e seu processo de intensificação acirrada, também no campo da docência nas universidades.

## **A complexidade das relações nas unidades acadêmicas: competitividade crescente**

O ritmo intensificado de trabalho e a lógica produtivista (que valoriza mais a quantidade que a qualidade da produção acadêmica) a ele associada, a partir do crescente processo de individualização do trabalho, produz e reproduz um clima de competitividade e disputas por espaço físico e político (recursos, orientações, produções acadêmicas, etc.) que se espalha por toda a comunidade acadêmica (graduação e pós-graduação), terminando por *romper com o tecido de solidariedade* antes presente entre os trabalhadores docentes e, assim, culminando em tensões diárias nas unidades acadêmicas que afetam as relações entre docentes, discentes e técnicos-administrativos.

Na pesquisa de campo com os docentes, quando questionados sobre como se estabelecem as relações entre os colegas professores em suas unidades, 41 entrevistados marcaram a opção: “às vezes são satisfatórias, com *relações veladas de disputas*, mas com mínimas condições de solidariedade”. Em proporção bem menor, entretanto, bastante significativa e preocupante do ponto de vista qualitativo, 6 docentes apontaram que “*raramente as relações são satisfatórias, pois são competitivas, com ambiente de trabalho agressivo e de intensas disputas*”. Logo, tais respostas endossam o debate sobre a relação estabelecida entre o processo de intensificação do trabalho, acentuado pelas alterações presentes no âmbito da universidade, e as dificuldades de relacionamento entre os docentes.

Em um ambiente em que a qualificação é medida em números, em que a produtividade segue critérios de produção econômica e mercadológica, extremamente competitivo, as relações entre os sujeitos terminam decorrendo desse universo e, portanto, seguindo a lógica do padrão capitalista atual de rivalidade e competição do mundo empresarial. Assim, constitui-se um cenário que acaba gerando, entre os pares, um clima que não prima pela solidariedade, pois “as relações pessoais são esgarçadas, a ponto de vivenciar-se, sistematicamente, situações pouco civilizadas no cotidiano acadêmico”(AMARAL, 2012, p. 236).



Além disso, os dados ainda revelam certa dificuldade no reconhecimento da condição semelhante de todos os docentes, ou seja, sua condição de trabalhador, sob o qual também incidem todas as determinações das atuais relações entre capital e trabalho, em especial, os fenômenos da exploração e intensificação do trabalho contemporâneo.

As relações no ambiente acadêmico também são acirradas pelas precárias condições objetivas de trabalho, gerando não só conflitos no cotidiano, mas também problemas de saúde, como endossado pela resposta a seguir: “As relações de trabalho conflituosas e competitivas, a precarização do processo e dos espaços de trabalho interferem diretamente na saúde e na qualidade do trabalho [...]” (Q. 47, Depoimento 24).

Nesse ambiente complexo, outro dado se mostra relevante na pesquisa: 19 docentes consideraram que “raramente” são desrespeitados em seus ambientes de trabalho; 14 professores informaram que isso ocorre “às vezes” em suas unidades acadêmicas; 2 docentes atestaram ainda “frequentemente, quase todos os dias”; e 1 professor informou que se sente desrespeitado “a cada reunião de colegiado da unidade acadêmica ou pós-graduação”. O elemento mais significativo dessas respostas não é a frequência (raramente, às vezes, frequentemente), mas a ocorrência do desrespeito, reconhecido entre os docentes entrevistados, revelando certa hostilidade (velada ou não) nas relações entre os pares docentes.

Antunes e Praun (2015, p. 420) alertam que espaços de trabalho propulsores de altos índices de desempenho e produtividade, estruturados com base em exigências que se ampliam e extrapolam a capacidade física e mental dos sujeitos em suportá-las, “não conseguem manter-se senão por meio de diferentes e sofisticados mecanismos de controle e coerção [...]”.

Segundo Nascimento e Araújo (2014, p. 60), as transformações atuais no universo do trabalho, pautadas pela precarização, intensificação e competitividade têm transformado o espaço de realização do trabalho em terreno fértil a práticas pouco amis-

tosas, inclusive favorecendo o assédio moral.<sup>68</sup> Assim, o assédio moral<sup>69</sup> se constituiria como fenômeno propício a também ocorrer em instituições de ensino, uma vez que estas “não estão imunes aos diferentes tipos de violência que brotam de uma relação assediante, tanto na esfera privada quanto na pública”.

Em nossa pesquisa, ainda que 35 docentes tenham respondido que nunca sofreram *assédio moral*, é significativo que 11 docentes declarassem que “às vezes” sofriam assédio nas unidades acadêmicas de Serviço Social; já 9 docentes (em outra questão do formulário de pesquisa), declararam que “às vezes” se sentiam livres para *expressar opiniões* em seus colegiados (de curso e/ou pós-graduação), sugerindo certo grau de dificuldade para se expressar entre seus pares também docentes. Mesmo que esses dados necessitem ser relativizados e suas análises precisem de aprofundamentos teórico-metodológicos, constituem-se como um importante e complexo ingrediente no contexto atual da educação superior, suscitando novos estudos e pesquisas.

Nesse ambiente não tão favorável às relações amistosas, articula-se outra expressão das dificuldades entre docentes: o *controle velado*. Dal Rosso (2008, p. 145) destaca que as formas de controle passam a extrapolar a relação vertical (a pressão dos órgãos de pesquisa), operando também “horizontalmente como um autocontrole entre os próprios companheiros de trabalho, na forma de controle sobre o sujeito”: o que faz, como faz, quanto produz e com qual periodicidade, etc.

---

68 Embora não se constitua como tema central do nosso estudo e ainda que o relativizando no universo docente do magistério superior, decidimos efetuar breves comentários sobre o tema, considerando o destaque dado por alguns sujeitos da pesquisa, em nosso material empírico.

69 “Conduta abusiva manifestada através de atos, gestos, palavras ou comportamentos que causam danos à integridade física ou psíquica do indivíduo, à sua personalidade e dignidade, pondo seu emprego em perigo, bem como degradando o ambiente de trabalho. Ou conduta abusiva que, manifestada de forma repetitiva e prolongada, pode trazer danos à personalidade, à dignidade ou à integridade física ou psíquica do trabalhador, quando exposto a situações humilhantes e constrangedoras, além de buscar excluí-lo de sua função ou deteriorar o ambiente de trabalho” (NASCIMENTO; ARAÚJO, 2014, p.60).

Guarany (2014, p. 183) analisa que contribui ainda para a deterioração da qualidade do relacionamento entre os pares o clima de fiscalização que se instala entre os professores, pois “como os docentes estão preocupados com os indicadores de produtividade que lhes são exigidos ficam temerosos que outros lhes possam estar prejudicando”, o que acaba ainda afetando os docentes recém-chegados nas unidades.

Portanto, as respostas verbalizadas em nossa pesquisa qualitativamente indicam que as relações estabelecidas entre os docentes nas unidades acadêmicas também vêm se alterando ao sabor das mudanças ocorridas no processo de mundialização do capital, reorganização do trabalho e do Estado, com repercussões na educação superior, em particular com desdobramentos intensificados na universidade pública e no trabalho docente.

### **Considerações finais**

Ritmo, velocidade, polivalência, flexibilidade, excesso de atividades, corrida olímpica pela produtividade, tudo isso vem determinando o maior dispêndio de energia física e mental em prol da elevação de resultados quantitativos e qualitativos, ou seja, produzindo “mais trabalho” (DAL ROSSO, 2008), que vem carregado por muitas tensões, resultando em uma “carreira doente” (GUARANY, 2014) voltada para contribuir com a produção de mais-valia em tempos de crise capitalista.

Esse contexto ainda vem acarretando consequências para a socialização e a produção do conhecimento, pois contribui para: 1) a redução do tempo de estudo e reflexão crítica, muitas vezes encurtados de forma naturalizada; e 2) o não reconhecimento da produção do conhecimento (qualificada e não meramente quantificada) também como uma importante estratégia de resistência que deve ser problematizada e fortalecida.

Tal processo vem promovendo uma disputa cotidiana entre: a) a lógica produtivista (incorporada do mundo empresarial/mercantil), que imprime/impõe o ritmo e a intensidade do trabalho

no ambiente universitário, promovido pelos órgãos de fomento, controle e avaliação, bem como pela lógica e pelos interesses mercantis; b) a capacidade dos docentes em reconhecer as determinações presentes que incidem sob o trabalho e seu processo de intensificação e precarização atual; e c) a ampliação da capacidade de luta e resistência coletiva (o engajamento do trabalhador docente). Portanto, a docência é marcada pelas contradições que permeiam o trabalho no contexto atual de acumulação capitalista.

É preciso discutir, problematizar e fortalecer a docência na atualidade, considerando: 1) a condição do docente como trabalhador, sobre o qual incidem todas as determinações contemporâneas; 2) o processo educativo em sua totalidade; 3) a luta coletiva contra a intensificação do trabalho (em geral e, em particular, na docência) e a lógica empresarial produtivista; e 4) as contradições e possibilidades sócio-históricas do tempo presente.

Amaral (2012, p. 236) analisa que “é pertinente colocar no horizonte imediato da prática docente a necessidade de desconstrução da *cultura perversa* que vem sendo tecida e disseminada por docentes e discentes”, inseridos tanto na graduação quanto na pós-graduação, buscando construir e fortalecer diversas estratégias de resistência, uma vez que o maior desafio na atualidade é o fortalecimento da direção social da profissão e sua formação profissional crítica.

## Referências

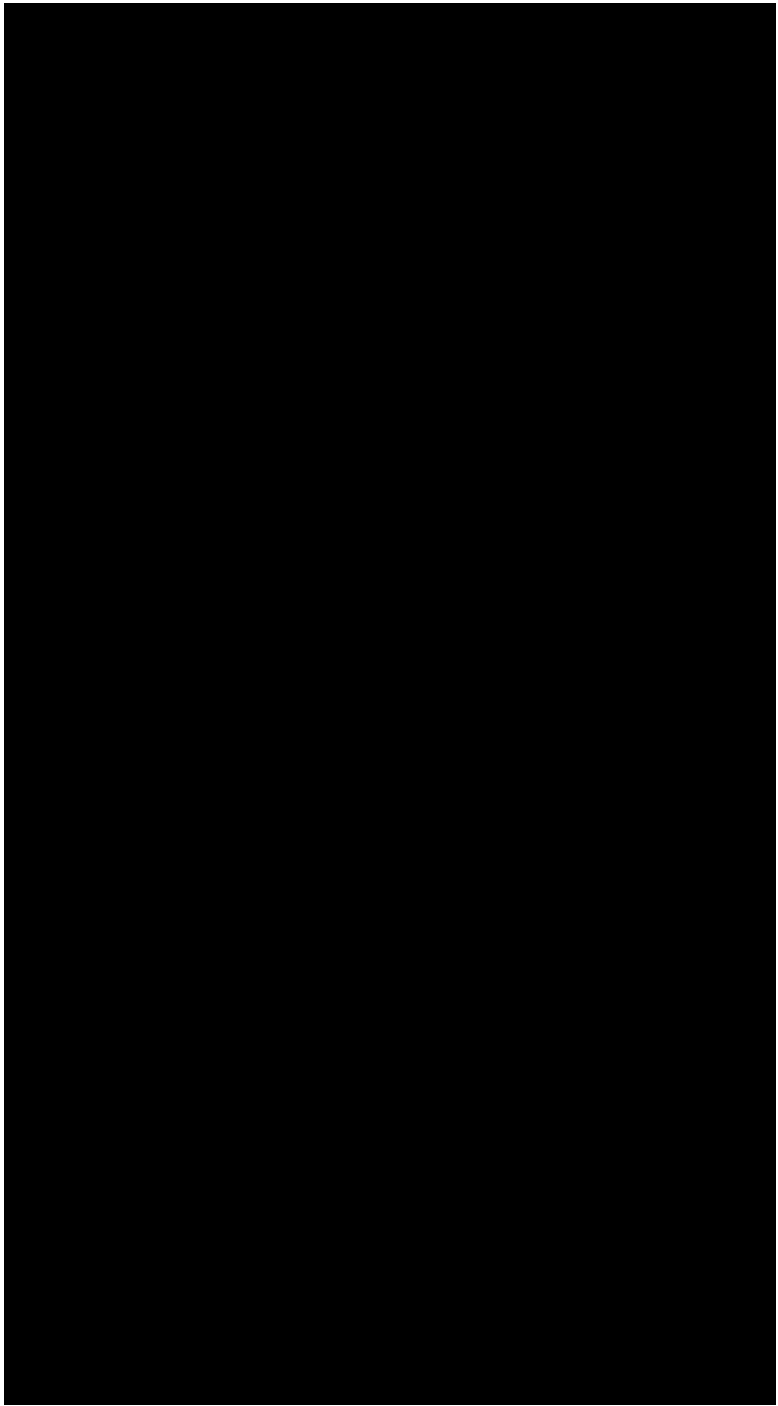
- AMARAL, A.S. *A política nacional de pós-graduação e suas relações com o Serviço Social*, Revista Katalysis, v.15, n. 2, 2012, p. 230-238. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/katalysis/article/view/S1414-49802012000200009/24945>>. Acesso em: 04/04/2016.
- ANDES. *Dossiê nacional – precarização do trabalho docente II*. Publicação Especial do Andes-SN, n. 3. Andes, Brasília: 2013.

- ANTUNES, R.; PRAUN, L. *A sociedade dos adoecimentos no trabalho*. In: Serviço Social e Sociedade. São Paulo, n. 123, p. 407-427, 2015.
- DAL ROSSO, S. *Mais trabalho! A intensificação do labor na sociedade contemporânea*. São Paulo: Boitempo, 2008.
- DUARTE, J.L.N. *Trabalho docente do assistente social nas federais: contradições e resistências em tempos de intensificação e produtivismo acadêmico*. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Escola de Serviço Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro: Rio de Janeiro, 2017.
- GUARANY, A.M.B. *Trabalho docente, carreira doente: elementos que impactam a saúde mental dos docentes da Universidade Federal do Rio de Janeiro – estudo de caso*. 2014. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Escola de Serviço Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro: Rio de Janeiro, 2014.
- MANCIBO, D. *Intensidade do trabalho docente: um debate necessário*. In: CATANI, A. M.; JÚNIOR, J.R.S.; MENEZES, S.M. (orgs.). *A cultura da universidade pública brasileira: mercantilização do conhecimento e certificação em massa*. São Paulo: Xamã, 2011, p. 29-40.
- NASCIMENTO, D.A.; ARAÚJO, W.C. *Assédio moral entre docentes da Universidade Federal do Piauí: sua promoção e seus males na prática sertaneja*. In: *Revista Universidade e Sociedade*. Nº 54, ago./2014. Brasília: ANDES, 2014, p. 58-69. Disponível em: <<http://www.andes.org.br/andes/print-revista-conteudo.andes?idRev=42&idArt=222>>. Acesso em: 11/04/2016.
- NETTO, J.P. *Crise do capital e consequências societárias*. *Revista Serviço Social & Sociedade*, nº 111, p. 413-429. São Paulo: Cortez, 2012.
- \_\_\_\_\_. *Para a crítica da vida cotidiana*. In: \_\_\_\_\_. CARVALHO, M. do C. B. *Cotidiano: conhecimento e crítica*. 7ªed. São Paulo: Cortez, 2007, p. 64-90.

SGUISSARDI, V.; SILVA JR, J.R. *Trabalho intensificado nas federais: pós-graduação e produtivismo acadêmico*. São Paulo: Xamã, 2009.

SILVA JR.; SGUISSARDI, V.; SILVA, E.P. *Trabalho intensificado na universidade pública brasileira*. In: *Universidade e Sociedade*. Nº 45, p. 9-25, jan./2010.

# **Cultura e Serviço Social**





# Trajetórias interrompidas: “vitimização” policial e a atuação do Serviço Social nesse contexto

*Camila Cunha Arnaldo*

## Introdução

Segundo os dados do Fórum Brasileiro de Segurança Pública apresentados no 11.º Anuário de Segurança Pública (2017), o Brasil apresenta números alarmantes com relação ao cenário da violência, como por exemplo um total de 7 pessoas assassinadas por hora em 2016, contabilizando 61.619 mortes violentas intencionais, o maior número já registrado no país, evidenciando um crescimento de 3,8% desse registro em relação a 2015. E, com relação à vitimização de policiais, o referido estudo aponta para um crescimento de 17,5% em relação a 2015, apontando que 437 policiais civis e militares foram vítimas de homicídio em 2016.

Sobre a realidade mais específica do Rio de Janeiro, a Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro (PMERJ), através dos levantamentos empreendidos pelo Estado Maior Geral (EMG) da Corporação, pela Coordenadoria Especializada em Tecnologia da Informação e Comunicação (CETIC) e em parceria com o Instituto de Segurança Pública (ISP), contabilizou que em 23 anos, entre 1994 e 2016, a PMERJ teve 3.234 mortos e 14.452 feridos, por causas não naturais, totalizando 17.686 baixas, considerando um efetivo de 90.000 homens que serviram na Corporação nesse período. Tal exame estabeleceu ainda uma comparação

desse quantitativo com relação aos registros encontrados sobre tais índices na Força Expedicionária Brasileira (FEB) durante a II Guerra Mundial e as Forças Armadas dos Estados Unidos da América (EUA) em várias guerras no século XX, não em números absolutos (resguardadas as devidas proporções de cada força); mas, quando comparamos as taxas de mortos, feridos e baixas, a análise permitiu observar “*que foi mais arriscado estar na PMERJ nos últimos 23 anos do que servindo na FEB ou nas forças armadas norte-americanas em qualquer guerra do século XX*” (PMERJ, 2017 p. 4).

Nesse cenário, pensar os desdobramentos da violência, em específico da violência urbana em suas múltiplas expressões, requer diversas mediações, não só em termos do contexto social, cultural e político da (re)produção capitalista, que se manifesta na reestruturação do Estado, desenvolvendo seu papel de controle social através de mecanismos jurídicos e dos aparatos institucionais, como coloca Carvalho e Silva (2011).

O objetivo deste trabalho consiste na problematização da temática relacionada à vitimização policial com vistas a um olhar mais apurado sobre os desdobramentos e impactos desse fenômeno na trajetória do policial militar, pensando, sobretudo, o lugar que o assistente social ocupa nesse contexto. A relevância dessa reflexão se coloca não só para pensar esse viés macro, com relação aos modelos de Segurança, bem como problematizar a figura dos sujeitos e atores que participam desse processo, com destaque para o policial militar, que ao mesmo tempo em que ocupa a linha de frente na atividade operacional, sendo o agente de execução do policiamento ostensivo, e sendo por vezes protagonista de ações violentas, também sofre seus efeitos reversos ao que se estabelece nessa relação de algoz e vítima.

Com relação à atuação do Serviço Social nesse espaço sócio-ocupacional, tem-se que o profissional dessa área é demandado a responder e problematizar as necessidades concretas desse segmento. Os desdobramentos dessa mudança de curso em uma carreira podem deflagrar um processo de ressignificação das suas

funções profissionais, de seu papel social, de seu lugar familiar, dentre outros. Nessa conjuntura, o policial e seus familiares também vão se deparar e/ou se aproximar de um contexto interno na instituição, que, para além das atribuições administrativas, também é constituído pelo contato com serviços e profissionais específicos; dentre eles destaco a atuação dos oficiais assistentes sociais na PMERJ e o trabalho desenvolvido no Núcleo de Atendimento ao Policial Militar Ferido (NAPMF), que tem como norte promover a valorização profissional dos policiais militares por meio de ações que contribuam para o acesso do policial militar acidentado a recursos, benefícios e direitos sociais.

### **Estado, Sociedade e Segurança Pública**

Pensar na relação entre Estado e sociedade, não de maneira esquemática ou isolada, mas considerando as variadas mediações e interligações entre esses dois eixos, requer considerar a figura do *Estado em ação*. As reflexões sobre como o poder público passa a exercer a regulação social vão compor uma significativa frente de estudos e pesquisas. Não distante desse enfoque as políticas públicas ganham um espaço central nesse debate.

A gerência estatal sobre determinadas áreas faz-se necessária à medida que se vislumbra privilegiar a igualdade, não só de modo formal, mas de fato. Segundo Pereira (2009), não é possível alcançar essa tão almejada igualdade sem que haja a interferência do Estado através de medidas sociais, pois é a partir de tal atuação que se fortalecem os direitos sociais e as políticas públicas.

Com relação às análises sobre o fenômeno da violência urbana e seus rebatimentos para a segurança pública, destaco as contribuições de Costa (2004) e de Cerqueira et al (2005). Tais reflexões permitem compreender um panorama dessa temática e os argumentos vigentes nessa discussão. Os autores destacam que o enfrentamento da criminalidade e a maneira como as respostas do Estado vêm se configurando nas últimas décadas estão permeadas por enfrentamentos e disputas de interesses.

Para Costa (2004), as diretrizes para segurança pública no Rio de Janeiro estão desde década de 80 oscilando entre o respeito aos direitos humanos e o incentivo a políticas mais duras, configurando um movimento pendular que também tem a ver com a alternância dos governos. De modo geral o autor sinaliza que existem três diferentes interpretações sobre essa relação. A primeira diz respeito à vertente que atribui à polícia um papel central no combate à criminalidade; a segunda deposita na estrutura socioeconômica a principal causa da criminalidade, por esse viés as polícias teriam um papel secundário no controle do crime; e, em terceiro, há o argumento que sustenta a conciliação entre eficiência policial e respeito aos direitos humanos, e nesse sentido defendem novas técnicas administrativas, sistemas de inteligência policial e a descentralização operacional.

O autor reflete sobre essas perspectivas e seus tensionamentos no que se refere às proposições para uma reforma policial. E, ao analisar algumas experiências de governos, demonstra que mesmo com algumas tentativas os índices de criminalidade permanecem elevados. Com algumas pequenas variações e considerando que não se trata de um quadro homogêneo, pois apresenta diferenças entre as regiões do país, o estudo mostra que a violência permanece num movimento crescente. Para compreender o significado da violência, em um cenário tão complexo atravessado por múltiplos fatores, o autor sinaliza que é indispensável separar alguns mitos<sup>70</sup> da realidade. Por exemplo, de acordo com seus levantamentos, os estudos mostram que não necessariamente existe uma relação de causalidade direta entre o crescimento da violência e a miséria na década de 1980. Essas ponderações são importantes não só para desmistificar alguns espectros e explicações binárias, mas também para sinalizar mais uma vez a complexidade multifacetada do fenômeno da violência urbana.

Esse cenário também é analisado por Cerqueira et al (2005), que ao analisar os assassinatos ocorridos no Brasil nos últimos 25

---

70 A discussão sobre os mitos relacionados à Segurança Pública no Brasil também será trabalhada por Cerqueira et al (2005); tal estudo traz considerações importantes nesse debate e também será tratado posteriormente.

anos demonstra que a marcha acelerada da violência letal no país já era uma “tragédia anunciada”, cuja regularidade estatística espantosamente crescente mostra um verdadeiro processo endêmico.

Levantam-se assim três hipóteses para explicar tal situação: a primeira destaca a falta de recursos, a segunda sinaliza a inexistência de tecnologias e métodos eficazes de prevenção e controle do crime e, por fim, a terceira é a ausência de real interesse em resolver a questão tendo em vista a manutenção do *status quo* que privilegia determinados grupos sociais. Contudo, o autor explora que a primeira e a segunda hipótese por si só explicam a “hipercriminalidade”, uma vez que ao analisar experiências exitosas em outros países emergentes essa justificativa engendrada nos primeiros argumentos não se sustentaria.

Segundo Cerqueira et al (2005) a criminalidade urbana evoluiu no Brasil acompanhada das intensas mudanças sociais e demográficas nas últimas décadas, transformações de cunho estrutural associadas às desigualdades socioeconômicas e, portanto, fazem parte da propagação desse processo. Todo esse escopo também aponta para a observação da falência do sistema de justiça criminal que denota o comprometimento de um dos principais pilares do Estado de Direito, a saber, a capacidade de responsabilização horizontal (*accountability*) ou ainda de fazer cumprir as relações contratuais entre os indivíduos e entre esses e as instituições.

A problematização trazida por Cerqueira et al (2005) com relação ao arquétipo de burocracia governamental vigente, que enfatiza a prestação do serviço em detrimento da prevenção e do comprometimento com a solução do problema, denota em linhas gerais que a realidade brasileira lida com a vigência de um modelo de polícia obsoleto e viciado organizado sobre bases comprometidas, como a inexistência de uma polícia técnica e uma investigação criminalística qualificada; os entraves para a agilidade do processo judicial, principalmente relacionadas à peça do inquérito policial e um sistema penitenciário caótico, enfim, são alguns dos elementos que elucidam esse cenário, assinalan-

do a ausência histórica de uma Política de Segurança Pública consistente, proativa, com vistas à prevenção, baseada nas trocas com a sociedade, fundamentada no planejamento a partir de informações estatísticas minimamente confiáveis.

Ao avaliar a gestão da segurança pública no contexto internacional e as estratégias desenvolvidas para a redução da violência, foram encontradas pelos autores duas grandes mudanças significativas: a substituição do modelo tradicional de polícia e o enfoque integrado de gestão, interessado em esmiuçar as causas do problema, focado na prevenção e baseado no planejamento científico. Para os autores, “o ponto central da questão é que o modelo tradicional de policiamento direcionado para o incidente requer que não se pense em problemas persistentes ou padrões de incidentes, muito menos que se elabore a respeito das virtuais causas que levariam ao delito” (CERQUEIRA et al, 2005 p.13-14).

Essa crítica da ineficiência do tipo de policiamento voltado ao incidente impulsionou a discussão sobre dois novos modelos diferenciados de organização policial, a saber, o policiamento comunitário e o policiamento orientado para a solução do problema.

Sobre o policiamento comunitário pode-se dizer que se baseia na ideia principal de que o público deve desempenhar um papel mais ativo e integrado no alcance da segurança; esse esforço deve estar direcionado na identificação de focos e causas que levariam às tensões e conflitos sociais. Em outras palavras, para esse modelo o público deve ser coprodutor da segurança conjuntamente com a polícia.<sup>71</sup>

Com relação ao conceito de policiamento orientado para a solução do problema, em primeiro lugar, os autores destacam que a estruturação dessa ideia surgiu como resposta à crítica sobre o desperdício de recursos no policiamento direcionado ao incidente, sob a constatação de que as forças policiais nem resolviam os problemas, nem preveniam o crime.

---

71 “Nesse tipo de organização policial, existem quatro princípios básicos: a) a organização da prevenção do crime tendo como base a comunidade; b) a reorientação das atividades de patrulhamento para enfatizar os serviços nãoemergenciais; c) o aumento da responsabilização das comunidades e da polícia local; e d) adescentralização do comando policial” (Skolnick e Bayley, 2002 *apud* Cerqueira et al, 2005).

Dessa forma, em fins da década de 1970, diversos países adotaram modelos integrados de gestão de segurança pública e logram êxito desenvolvendo ações no campo da prevenção concebidas junto com o planejamento do trabalho policial. Dentre as experiências bem-sucedidas que serviram de inspiração para as visões de prevenção, destaca-se, em especial, o caso de Bogotá, que, ao incorporar um novo conceito de ordem pública baseado na estabilidade institucional e na convivência cidadã, superou o tripé polícia-justiça-prisão e passou a considerar ações de prevenção.

Entretanto, os autores ressaltam que não há uma fórmula pronta para equacionar todas essas questões, explicitando as experiências que foram bem-sucedidas como horizonte de inspiração, e não um modelo engessado. As variáveis podem se alterar dependendo das diferentes circunstâncias e das condições socioeconômicas. Mas, considerando os referenciais dos modelos descritos anteriormente, não seria equivocado dizer que o sistema de justiça criminal brasileiro atual funciona sob o mesmo alicerce institucional que vigorava no XIX. Desse modo, o estudo argumenta que com ressalva de algumas pontuais experiências de policiamento comunitário, a polícia continua visceralmente organizada nos pressupostos do modelo tradicional, cujo reflexo tem a ver não só com as bases institucionais sobre as quais a polícia foi organizada no Brasil, mas também com suas manifestações expressas em: um ciclo policial repartido; exacerbado corporativismo; visão militarizada; distanciamento entre polícia e comunidade; funcionamento inercial; ações sem planejamento e sem controle gerencial; não orientação para a investigação técnica e policiais subvalorizados social e economicamente.

Outra chave analítica importante, já destacada em Costa (2004) e também trabalhada no estudo de Cerqueira et al (2005), é a existência de alguns mitos sobre a segurança pública que são endossados por um jogo retórico de afirmação e/ou justificação que passa a funcionar como um guia de entendimento dessa realidade. De forma que

[...] o mito, que é travestido por um sentido de verdade e, portanto, aceito pela sociedade, legitima as ações das autoridades de plantão, fazendo-os prescindir de sistemas e métodos de avaliação. É nesse ponto que nasce a miséria da segurança pública no Brasil: desde que o que se está fazendo é obviamente certo, não há porque medir e avaliar o fenômeno; e sem avaliar as intervenções não há como negar que as mesmas foram incorretas ou ineficazes, de modo que o mito é reforçado em um ciclo vicioso de ilusões (CERQUEIRA et al, 2005 p. 2).

O referenciado jogo retórico executado pelas autoridades e reproduzido durante décadas, segundo a análise dos autores, transmite a ideia de que as razões que alimentam a criminalidade estão sempre fora do controle das autoridades e também a noção de que, a partir dos recursos disponíveis em termos de conhecimento, estão postas limitações onde a gestão da segurança pública já está fazendo tudo que é possível. Esse tipo de abordagem retórica é o que os autores denominam de “mitos da segurança pública no Brasil”. Como já explicitado anteriormente, esses argumentos funcionam como explicação para os dilemas fundamentais da sociedade que transcendem o campo do saber empírico e assim se colocam fora do alcance da dúvida e da verificação, mostrando-se inquestionáveis. Contudo, simultaneamente os mitos apresentados pelos autores conjugam uma dualidade interessante em seu argumento retórico; ao mesmo tempo em que constituem uma explicação sobre possíveis encaminhamentos para reverter a degradação das condições de segurança pública, também evidenciam soluções que são exteriores às competências das autoridades de segurança pública, isentando-as de sua responsabilização.

Foram destacados sete mitos, que estão alocados em dois eixos: polícia versus social, e recursos e renda. No que tange ao primeiro eixo temos: 1) “Segurança pública é um caso de polícia”; 2) “O que precisa é uma polícia dura, direitos humanos deveriam existir apenas para cidadãos de bem”; 3) “O problema é social, a polícia só pode enxugar gelo”; 4) “A questão é muito complexa, depende de toda a sociedade, os governos pouco ou nada podem



fazer”. Nesse conjunto de expressões observamos que o papel da polícia e os condicionantes sociais estão descritos um discurso reducionista e até mesmo contraditório das autoridades, visto que, por um lado as causas principais que alimentam o processo criminal estão relacionadas às condições sociais, mas colocadas como uma questão externa à segurança, e por outro lado o papel do gestor de segurança fica reduzido à administração do aparelho repressor e tem o encorajamento de uma “polícia dura”.

Com relação ao eixo sobre recursos e renda destacam-se os seguintes mitos: 5) “O problema é meramente falta de recursos; com mais dinheiro os problemas serão resolvidos”; 6) “Com mais viaturas e policiais resolveremos o problema”; 7) “Com o crescimento econômico o problema será resolvido”. Nesse bloco está demarcada a centralidade que a questão material ganha nos discursos, todavia não se discute a eficácia e a eficiência da alocação desses recursos públicos. Segundo a análise dos autores no Brasil, não se conhece nenhum esforço das autoridades, por exemplo, para medir o efeito que a provisão de mais uma viatura ou de mais um policial possa ter para aumentar a segurança pública, ou para fazer diminuir a criminalidade. Sem essas respostas concretas no geral a prática dos gestores está circunscrita em colocar sempre mais do mesmo, justificando que, se a estratégia ainda não surtiu efeito, foi porque não foi empregado ainda o suficiente.

Desse modo, a conclusão lógica a que o estudo de Cerqueira et al (2005) chega é que não houve interesse real por parte das autoridades para de fato subsidiar uma política pública de segurança efetiva. O discurso sobre as variáveis externas ao controle, as medidas reativas e a inexistência de indicadores de segurança pública minimamente confiáveis confluíram para o estabelecimento de um campo retórico de ideias, e não para concretização de uma política pública.

Poncioni (2005) também observa o cenário caótico de insegurança com o crescimento contínuo da criminalidade e da violência nos últimos anos. E nesse contexto analisa a questão do modelo policial profissional e a formação dos policiais no Estado do Rio

de Janeiro. Sua pesquisa traz a relevância da reflexão sobre a carreira profissional desse segmento, observando o processo de ensino e treinamento profissional desenvolvido nas academias de polícia, civil e militar.

Ao acompanhar e estudar esse processo a autora levanta importantes considerações sobre os modos de socialização desses sujeitos no universo policial e principalmente sobre a transmissão de ideias, conhecimentos e práticas que em última instância vão estabelecer uma dada visão do papel, da missão, do mandato e da ação desse campo profissional. Ao olhar para a formação é possível acompanhar como se dá a construção da identidade profissional, ou seja, como estão colocadas as bases de conhecimento e cultura que vão informar sobre o que é ser policial em um determinado modelo de polícia profissional.

Com relação ao seu entendimento sobre o modelo, a autora afirma que um modelo constitui um quadro de referências analíticas onde se apresenta um conjunto coeso de argumentos que vão moldar o comportamento, numa determinada sociedade, num dado momento histórico. Destaca ainda que na literatura produzida pelas ciências sociais se encontra a descrição de diversos modelos atribuídos à polícia, salientando que não existem modelos puros, assim como também não existem práticas policiais que envolvam somente uma dimensão. A atenção com relação a esse intercruzamento é crucial para entender as influências brasileiras.

Sobre a realidade brasileira, guardadas suas particularidades, é possível observar, de acordo com a análise de Poncioni (2005), o entrelaçamento de dois modelos de polícia: o burocrático-militar e o de aplicação da lei. Sob tal égide se desenvolve um discurso sobre o controle do crime e uma perspectiva claramente reativa, onde a polícia se estrutura como uma máquina de reação. Com o acirramento da criminalidade nos países das democracias ocidentais também é possível observar a substituição do discurso do “controle do crime” pelo discurso da “guerra contra o crime”, fortalecendo o imaginário tanto do público como da própria polícia sobre a ideia do perigo iminente e da necessidade de mobilização máxima para derrotar o inimigo.

Dessa forma se estrutura um arranjo organizacional capaz de mobilizar indivíduos a reagir. O que nos remete à reflexão do próprio comportamento de exposição ao risco e a situação de vitimização. Essa resposta imediata por parte dos sujeitos configura um complexo cenário de posturas, onde diante de diferentes tipos de circunstâncias, seja na atuação profissional ou em outras vivências, essa conduta será acionada, podendo produzir consequências letais.

Poncioni (2005) também pondera que, na história recente, a partir dos anos 1970, em diferentes contextos nacionais ocorreu o reconhecimento de algumas das limitações desse modelo, o que de certo modo possibilitou às polícias a busca de uma nova direção profissional, ou seja, a adoção de um novo tipo de modelo de policial profissional que *“ênfatiza o serviço público, a discricção do policial informada por alto nível de educação e treinamento, e a ligação mais estreita entre a polícia e a comunidade”* (PONCIONI, 2005 p. 594).

Entretanto, a análise de Poncioni (2005) localiza a realidade brasileira nesse cenário e destaca as especificidades “cariocas” do modelo policial profissional e da formação policial. Apesar das diferenças organizacionais entre a Polícia Civil e a Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro, existem também aspectos que as equiparam, como por exemplo, a alocação dos meios governamentais para dotar de melhores recursos humanos a polícia do estado.

Sobre as dramáticas variações no processo de formação de seus membros, a autora destaca a intensa distinção entre aqueles que planejam e aqueles que executam, permeando todo o cotidiano da organização policial, comprometendo integralmente a formação profissional. Com relação ao exame dos currículos também existem grandes variações no que tange ao conteúdo das disciplinas dos referidos cursos, mas por outro lado não existe muita diferenciação no conteúdo simbólico do “fazer profissional” do policial, que se exprime na própria reprodução do modelo policial tradicional. Para Poncioni,

a predominância do “modelo policial profissional tradicional” no conteúdo do processo de formação profissional do futuro

policial encontra-se consubstanciado em uma concepção do trabalho policial que enfatiza o comportamento legalista dos policiais em um arranjo burocrático-militar que influencia a cultura, a filosofia de trabalho, a política administrativa, o treinamento, as operações, táticas e estratégias policiais (PONCIONI, 2005 p. 595).

Além dessas questões mais gerais sobre os currículos, quero destacar uma observação da autora sobre o currículo da Polícia Militar, que apresenta uma séria deficiência na atividade preventiva, retratada no baixo elenco de disciplinas da área de ciências humanas e sociais. Pondero que a ausência desse conteúdo programático também acarretará impactos no contexto da vitimização, pois tal situação desloca o policial para um novo momento, onde o mesmo se encontra diante de outra ordem de demandas, não relacionadas diretamente ao contexto da guerra, mas sim da assistência. Nesse lapso as mediações entre o discurso da guerra, o acidente e a seqüela, não são fáceis e tampouco automáticas para os sujeitos. Nesse recorte mais uma vez nos deparamos com propostas imediatistas por parte da cultura institucional que não estão sendo suficientes para atender as necessidades e a nova realidade dos sujeitos.

Poncini (2005) chama atenção para a dimensão cultural, ao sinalizar o “mundo policial” que tem a ver com essa dimensão cultural, onde se expressam as crenças, os preconceitos e os estereótipos produzidos no interior da organização policial. E que por sua vez não vão se restringir ao interior, mas podem se manifestar extra-corporação, ganhando magnitude nos comportamentos e atitudes dos policiais nas experiências de vida e na interação. Forja-se, portanto, um padrão de comportamento que legitima simbolicamente<sup>72</sup> o trabalho policial e afirma a identidade desse indivíduo plasmada ao legado profissional do “soldado guerreiro”, estimulando um conjunto de reações associadas à agressividade da guerra. Para a autora, o *ethos* do guerreiro “é paulatinamente sedimentado na identidade profissional do policial como um im-

---

72 Ver Bourdieu (2011) sobre a discussão quanto à relação entre a estrutura e a ação e também a produção simbólica nas relações informais de poder.

*portante requisito para que o policial possa, 'com sucesso', realizar a árdua missão do 'combate real' à criminalidade" (PONCIONI, 2005 p. 600).*

Dessa forma, os modelos, os currículos, a formação e a necessidade da formação continuada e as reformas<sup>73</sup> com vistas a uma “nova polícia” formam um arcabouço riquíssimo de análise da instituição policial. Lançar luz sobre a questão da vitimização a partir desse debate teórico e também fomentar a continuidade dos estudos e pesquisas sobre a “profissão policial”, enxergando nesse recorte analítico o potencial papel que o Serviço Social ocupa ao lidar com essas questões, pode contribuir na construção da política institucional. Essa potencialidade pode levar também ao desenho de uma nova concepção de fazer policial, um novo modelo que inclusive possa contemplar a relação com os demais cidadãos e também pensar o policial em todos os momentos da carreira, incluindo os “percalços” e “incidentes” da trajetória, ampliando a perspectiva de direitos.

### **A observação do risco e o debate sobre “vitimização”**

Mitjavila (2002), ao analisar o risco como um recurso para arbitragem de situações, em especial as da área social, apresenta uma discussão relevante do ponto de vista dos sustentáculos que, por vezes, amparam a prerrogativa para uma intervenção sobre a dinâmica societal, seja ele tanto um procedimento mais formalizado da ação estatal sobre as relações sociais, ou ainda da ordem técnico-científica sobre os discursos que legitimam (ou pretendem dar legitimidade) a determinada forma de entender a realidade.

A autora problematiza a categoria de “risco” enquanto uma construção social móvel, suscetível de circular em diferentes espaços, de forma abrangente, e, sob esse prisma, ela discute as bases sociotécnicas e institucionais do entendimento do risco como um instrumento de arbitragem de problemas sociais, sendo utilizado assim como um recurso recorrente para delimitar, situar ou

---

73 A temática da reforma policial também é vista em Costa (2004).

ainda gerenciar demandas entendidas como de cunho social. E “isso é devido ao fato de a ideia de risco ter-se transformado num instrumento aberto à construção de múltiplos significados sociais” (MITJAVILA, 2002, p. 133). Assim, o risco é entendido como um dispositivo de conhecimento e poder e, dessa forma, torna-se um instrumento versátil para a gestão social em geral, uma vez que

[...] a ideia de risco tende a exibir a representação de um espaço social reduzido, na medida em que transporta uma fala despolitizada, isto é, no sentido da construção de imagens naturalizadas das condutas e das múltiplas manifestações da realidade social. O tipo de universo semântico que caracteriza a linguagem do risco é, então, limitado e fechado – atrás de fórmulas e diferentes tipos de cálculos de risco – a qualquer classe de interpelação, do ponto de vista dos conteúdos. Com efeito, pelo fato de o risco ser uma construção que surge do campo da probabilidade, está investido de certo nível de invisibilidade. [...] Nesse sentido, os discursos organizados sobre a ideia de risco podem ser amplamente utilizados para legitimar políticas ou para desacreditá-las; para proteger os indivíduos das instituições ou para proteger as instituições dos agentes individuais. A moralização e a politização dos perigos no contexto da modernidade exigem um vocabulário uniforme que já não pode ser o da religião, que estaria baseado nas ideias de pecado e de tabu (MITJAVILA, 2002, p. 133-134).

Em sua análise, a autora demonstra que as instituições modernas se escoram geralmente em expedientes que possam auxiliar na categorização dos indivíduos, famílias, dentre outras situações em que se faça necessário. Tais procedimentos influem principalmente no processo de tomada de decisões que vão, por conseguinte repercutir de algum modo na vida dos sujeitos sociais. Nesse sentido, Mitjavila (2002) identifica que o estudo sobre a questão do risco como um recurso da arbitragem pode contribuir para o entendimento do funcionamento das instituições na contemporaneidade.

Correlacionando a questão do risco com a vitimização, com destaque para a vitimização policial, desponta um estudo de Minayo et al (2007) que se baseou em uma pesquisa maior sobre a investigação das características socioeconômicas, qualidade de vida, condições de trabalho e de saúde de policiais militares e civis do Estado do Rio de Janeiro. Entretanto, vamos nos ater às contribuições compartilhadas pelas autoras com relação à questão da vitimização e os riscos percebidos pelos policiais dentro e fora da Polícia. Para o referido recorte a ideia do risco é uma categoria central, uma vez que representa uma condição intrínseca à profissão policial.

Dessa forma os estudiosos que avaliam esse conceito ressaltam que não se pode considerar processos apenas objetivos dessa esfera, pois tal reducionismo às análises quantitativas não daria conta de expressar os múltiplos fatores culturais que englobam a vivência e as percepções dos sujeitos diante de situações adversas. Nesse contexto, as autoras salientam que os policiais constituem uma categoria de servidores públicos para quem o risco não é mero acidente, antes ocupa um papel fundante nas condições laborais e relacionais. Isso porque o segmento profissional dos policiais está todo tempo exposto, uma vez que o perigo é inerente à atividade policial. Seus corpos e seus espíritos não descansam, e nesse sentido leva-se em conta a definição do risco enquanto um viés epidemiológico e social.

Nesse sentido a pesquisa de Minayo et al (2007) compreende a segurança em dois pontos de vista, a saber, o de *Segurança Pública*, que se refere à garantia oferecida pelo Estado aos cidadãos contra todo perigo que possa afetar a ordem pública, e o de *Segurança Pessoal*, que está ligada ao mundo do trabalho e representa a prevenção aos desastres ocupacionais.

Sobre os riscos percebidos, a pesquisa revela que, resguardada a dinâmica operacional de cada instituição, algumas semelhanças as unificam, como por exemplo a frequência do risco e a percepção de viver em risco. Ou seja, *ser policial já é em si um risco*. Outra analogia interessante à percepção é a de que o risco extrapola

o ambiente profissional e se espraia por todos os momentos da vida, absorvendo os sujeitos integralmente. Mesmo que haja diferenciações por conta do tipo de tarefa laboral desenvolvida, as percepções do risco englobam também aqueles que não estão na “ponta”. Ressalta-se que existem diferenciações entre o tipo de vitimização que sofrem os que planejam e os que executam, mas de uma forma igualitária todos estão expostos a riscos. Essa atmosfera também promove uma simbiose entre a própria natureza do trabalho e o modo de vida, colocando a vigilância como uma condição permanente. Assim,

[...] o risco na jornada de trabalho está mais presente no discurso dos operacionais, o perigo externo é sentido e vivenciado por todos. O trajeto para casa, as folgas e o lazer são momentos inseguros na concepção de todos. Ao considerarmos a soma dos riscos percebidos, do total de policiais militares 94,1% se dizem em risco fora do trabalho, contra 86,3% dos civis, sendo essa diferença significativa estatisticamente. Para lidar com o sentimento de insegurança, a condição policial acaba por exigir um estilo de vida diferenciado. O exercício da atividade profissional invade a vida social e pessoal (MINAYO et al, 2007 p. 2770).

Sobre a vitimização, o estudo promovido por Minayo et al (2007) define como vertente conceitual o entendimento admitido pela Secretaria Nacional de Segurança Pública, que referencia a vitimização a partir da materialização de traumas, lesões ou mortes ocorridos na defrontação com a criminalidade e na manutenção da ordem. Considerando que a violência social é um fenômeno complexo e difícil de ser definido, as autoras chamam a atenção para a discrepância entre as ocorrências reais e as sensações geradas no imaginário.

As conclusões apresentadas por esse estudo apresentam cinco argumentos que esclarecem esse cenário dos riscos e da vitimização policial; são eles: 1) a falta de atenção à saúde do policial enquanto trabalhador, evidenciando um hiato existente na pro-



dução de conhecimento sobre o setor de serviços; 2) a urgência de tratar o tema do risco e da vitimização dos policiais, também caracterizado pela escassez de estudos no campo da ciência social, mais uma vez em detrimento do setor de serviços, e também os problemas ideológicos relacionados à exclusão dos agentes de segurança da pauta da cidadania; 3) do ponto de vista da opinião pública, o serviço de segurança pública no Rio de Janeiro é malvisto e malquisto pela população (diversos motivos), a classe média e a abastada criticam a insegurança e a ineficiência, a população pobre e moradora das periferias denuncia os maus-tratos e preconceitos pelos agentes da lei, e os criminosos consideram tais agentes inimigos número um. Essa opinião pública negativa onera a atividade policial com diversas consequências e demarca a falta de reconhecimento social que também impacta no seu modo de ser e de se perceber; 4) as informações evidenciam que os policiais militares e civis do Rio de Janeiro, além de vivenciarem o risco como profissão, são as maiores vítimas do desempenho de suas atividades; e por fim 5) a própria organização do trabalho, visto que existem associações entre a vitimização e o modo como está colocada a estrutura e as condições de trabalho.

### **Serviço Social e vitimização: um breve panorama do trabalho desenvolvido no Núcleo de Atendimento ao Policial Militar Ferido da PMERJ**

O Núcleo de Atendimento ao Policial Militar Ferido<sup>74</sup> (NAPMF) tem como objetivo promover a valorização profissional dos policiais militares por meio de ações que contribuam para o acesso do policial militar acidentado a recursos, benefícios e direitos sociais. Essa frente de trabalho atualmente encontra-se vinculada à Diretoria de Assistência Social (DAS)<sup>75</sup> da PMERJ.<sup>76</sup>

---

74 O termo “ferido” é uma nomenclatura utilizada na PMERJ para indicar os policiais que sofreram lesões não letais, ocasionadas por acidentes e ações violentas.

75 A DAS é a unidade vinculada à Diretoria Geral de Pessoal e é responsável pelo apoio socioassistencial aos policiais militares, pensionistas e dependentes.

76 Cabe ressaltar que as descrições e análises feitas a seguir estão circunscritas

O referido núcleo foi criado em 2006 pela Portaria PMERJ n.º 266/2006 com a finalidade institucional de apoiar e orientar os policiais militares que sofriam acidentes e seus familiares. Sua criação surgiu a partir do entendimento de que a vitimização policial ocorre devido a circunstâncias correlacionadas ao exercício dessa atividade ocupacional em específico. Nesse sentido a instituição entende que deveria possuir um núcleo especializado para o atendimento dessas questões.<sup>77</sup>

Inicialmente a equipe do NAPMF foi composta por Oficiais PM inativos e profissionais civis voltados para o atendimento ao público-alvo e para prestar assessoria ao Comandante Geral da PMERJ. Esse trabalho tem como norte a assistência ao policial ferido e aos seus familiares, contemplando aspectos médicos, psicológicos e sociais, dentre outros não explicitados. Contudo, apesar do reconhecimento de tais necessidades, a composição da equipe original dessa frente, nesse momento, não contou com a inclusão de assistentes sociais e outros profissionais da área da saúde.

O núcleo também exercia outras atividades além do acompanhamento das famílias e dos policiais feridos, tais como a elaboração e fomento de um banco de dados com informações sobre o público atendido; assistência psicológica e social à família; realização de visitas hospitalares e domiciliares e produção de relatórios sobre as situações e demandas dos policiais militares feridos. Esse trabalho se manteve atuante até o final de 2010, quando uma parte significativa de sua equipe precisou ser empregada em outras atividades na corporação, culminando assim na interrupção e descontinuidade temporária desse serviço.

---

na vivência do trabalho a partir da inserção no quadro de oficiais assistentes sociais da PMERJ, e nesse sentido dialogam e se entrecruzam com a produção de outros assistentes sociais pertencentes ao referido quadro, que em diferentes momentos e com recortes distintos de pesquisa e produção descreveram e sistematizaram relatos sobre a atuação do Serviço Social na PMERJ. Nesse sentido, destaco principalmente por ora os trabalhos de Freitas (2013), Teodoro (2015) e Teodoro et al (2017).

77 O reconhecimento do fenômeno da vitimização policial e o entendimento de sua relação com a atividade operacional foi fundamental para a construção desse serviço, vista a crescente demanda na instituição e contemplando a ampliando dos serviços prestados internamente na corporação.

Em 2010, com o ingresso da primeira turma de oficiais assistentes sociais na PMERJ<sup>78</sup> e através de suas respectivas lotações em algumas unidades da corporação, como o Centro de Fisiatria e Reabilitação da Polícia Militar (CFRPM), o Hospital Central da Polícia Militar (HCPM) e a própria DAS, foi possível observar a realidade de policiais militares vitimados e de seus familiares, bem como suas latentes demandas. Outra demarcação que destacava as necessidades desse público-alvo se deu em razão de a DAS ser a unidade responsável pela administração do benefício de seguro de acidentes pessoais e seguro em casos de morte, o que de certo modo canalizava um fluxo de quase todos os usuários envolvidos em situação de vitimização policial. Além disso, o próprio perfil do público que procurava a unidade para algum outro tipo de atendimento também era composto por policiais vitimados deficientes ou seus familiares, que procuravam a DAS em busca de órteses/próteses, transporte para tratamento de saúde, medicamentos, materiais médico-hospitalares ou mesmo cestas básicas. Nesse mesmo viés, o CFRPM e o HCPM também foram espaços importantes para o conhecimento acerca das demandas, dos desafios e da realidade vivenciados pelo policial vitimado e seus familiares ao longo da promoção e recuperação de saúde.

De modo que no conjunto das atividades nas quais o Serviço Social estava inserido na corporação foi possível mapear o pano de fundo que perpassava as diversas unidades e demandas e observar que de certo modo boa parte do conteúdo dessas necessidades tinha a ver com o elemento-chave da vitimização policial e os demais agravos a ela relacionados. Um mosaico combinado de manifestações relacionadas à violência, à política pública de segurança, à atividade policial, dentre outras coisas, foi o componente instigante para que a equipe de oficiais assistentes sociais buscasse se debruçar na intervenção sobre tal fenômeno.

No início de 2016, a partir de alguns processos de movimentações internas no quadro dos oficiais assistentes sociais e da

---

78 Sobre a trajetória do Serviço Social na PMERJ, a criação do quadro de oficiais assistentes sociais e todos os movimentos que envolveram essa categoria profissional na corporação, ver os trabalhos de Freitas (2013), Teodoro (2015) e Teodoro et al (2017).

reorganização do próprio processo de trabalho dessa categoria na PMERJ, que derivou na definição de novos rumos e prioridades no exercício profissional, foi possível reativar as atividades do Núcleo de Acompanhamento ao Policial Militar Ferido (NAPMF), que mais precisamente em maio de 2016 retomou suas atividades, agora pela DAS. Tendo como panorama a crescente vitimização do policial, o Serviço Social elencou o atendimento a esse público específico como uma das prioridades de seu trabalho, reestruturando o atendimento e acompanhamento aos feridos, tendo agora à frente uma equipe de assistentes sociais, categoria que até então não fazia parte desse trabalho, como sinalizado anteriormente.

Atualmente composto por seis oficiais assistentes sociais, e precedido de um estudo sobre o objeto e a consecutiva elaboração de um projeto interventivo,<sup>79</sup> o NAPMF reiniciou seus trabalhos estabelecendo como público-alvo: policiais militares feridos por perfurações de armas de fogo (PAF), acidentes de trânsito e outros acidentes em serviço. A equalização e triagem de alguns casos em específico se deu em função do paralelo entre o tamanho da equipe e o volume de situações envolvendo a vitimização policial, prezando principalmente pela qualidade dos serviços prestados.

Com relação às ações do NAPMF e sua rotina propriamente dita, pode-se dizer que esse trabalho consiste no acompanhamento técnico-sistemático do policial militar a partir da ocorrência do acidente até o momento de acesso do policial aos recursos, benefícios e direitos sociais previstos na regulamentação vigente na corporação, considerando esse suporte referente aos serviços necessários para a sua condição social e de saúde.

Sobre a rotina de trabalho empreendida no NAPMF e o desenvolvimento das ações dessa frente de trabalho, pode-se dizer que o mesmo é diariamente informado sobre as ocorrências envolvendo policiais militares, através do encaminhamento de informações dessa natureza. As notificações ocorrem principalmente

---

79 Momento este que contou com a participação de outros oficiais assistentes sociais, além daqueles que atualmente hoje compõem a equipe do NAPMF, principalmente valendo-se da experiência no atendimento aos policiais vitimados.

através de um fluxo estabelecido entre a DAS e a Coordenadoria de Inteligência (CI) da PMERJ. A partir daí a equipe técnica realiza uma triagem das informações fornecidas pela CI e destaca os casos dentro do perfil de atendimento do núcleo. Outro meio de acesso aos casos contemplados pelo núcleo é através das notificações feitas pelo Hospital Central da Polícia Militar (HCPM) e também com base na busca realizada por parte da equipe do núcleo que atua também no hospital. Nesse espaço hospitalar a equipe de plantão pertencente à frente de trabalho do NAPMF recebe diariamente da ouvidoria a listagem de policiais atendidos no hospital vítimas de perfuração de arma de fogo (PAF). Além do acesso a essa listagem, a rotina hospitalar inclui visita técnica em setores estratégicos da unidade para busca de informações sobre entradas relacionadas ao perfil de atendimento do núcleo, sendo assim articula comunicação com o Oficial de Dia<sup>80</sup> da unidade e visita aos seguintes setores no hospital: Serviço de Pronto Atendimento, Centro de Tratamento e Terapia Intensiva e as enfermarias dos setores de Ortopedia e Cirurgia Geral. O atendimento aos policiais militares feridos do interior do estado ocorre por meio dos núcleos descentralizados da DAS, que contam com a figura dos agentes sociais.<sup>81</sup>

Com relação ao atendimento propriamente dito, pode-se dizer que se divide em uma abordagem inicial e posteriormente no acompanhamento social dos casos. O atendimento primário consiste na realização de uma entrevista social com informações relativas à identificação do policial militar, dinâmica do fato, situa-

---

80 Função administrativa da corporação responsável pelo registro das ocorrências na unidade relacionadas à rotina daquele serviço.

81 Esses são policiais militares do quadro operacional que prestam um apoio administrativo e têm por finalidade facilitar o acesso aos recursos institucionais da DAS. Os agentes atuam como um elo entre o Serviço Social e as unidades localizadas no interior do estado, agindo como facilitadores e divulgando informações importantes. No geral a figura do agente social é ocupada por um policial do próprio efetivo da DAS destacado para essa função e redirecionado de unidade estrategicamente, por policiais pertencentes ao efetivo de outras unidades também autorizados por seus respectivos comandantes a desempenharem essa função, ou ainda por policiais reformados, mas que foram readmitidos na corporação através de um programa de contratações denominado Tarefa por Tempo Certo.

ção socioeconômica e eixos de acompanhamento: saúde, trabalho e previdência.

O objetivo dessa primeira abordagem a partir da aplicação da ficha de primeiro atendimento é levantar as informações detalhadas do caso, orientar o policial militar ferido e/ou familiar/pessoa de referência sobre os direitos, mapear a rede de suporte e identificar as principais demandas, não só as emergenciais decorrentes da situação de vitimização, mas também as relacionadas às condições de vida, saúde e trabalho do policial militar.<sup>82</sup>

A partir desse primeiro momento e da formação de um canal de referência vai se desdobrar o segundo momento de atuação no núcleo, que consiste no acompanhamento social. Essa etapa demanda uma aproximação com a Organização Policial Militar (OPM) à qual o policial militar ferido é subordinado; em outras palavras, refere-se a sua unidade de lotação. A necessidade do acompanhamento social se dá em virtude da continuidade do suporte social e também do acompanhamento dos procedimentos próprios à PMERJ que regula o acesso, ou não, a alguns serviços, benefícios e direitos específicos da realidade militar. O acompanhamento será mantido por tempo indeterminado de acordo com a avaliação do profissional que acompanha o caso e da discussão em equipe, onde são estabelecidos alguns critérios, e geralmente se encerra quando as demandas tanto sociais quanto administrativas já foram atendidas.

Fazem parte da rotina do núcleo o desenvolvimento de ações socioeducativas, sendo essa atividade parte fundante da origem dessa proposta de intervenção. A ideia é estabelecer um processo de trabalho que atue no atendimento de ponta, mas também seja exponencial na promoção e prevenção dessa temática. Essas ações são destinadas aos policiais militares com o objetivo de reduzir os impactos da vitimização sobre o policial e sua família. A proeminência dessa atividade consiste, sobretudo, no desconhecimento dos policiais militares sobre os seus direitos em casos de acidentes, ou desconhecimento sobre os trâmites para acessá-los.

---

82 Ver Teodoro et al (2017).

Assim, busca-se através dessa estratégia consolidar a imagem institucional do núcleo na corporação, haja vista as dificuldades para socializar informações e difundir conhecimentos que possam instrumentalizar o policial militar. Diante desse desafio e pensando proativamente em estratégias de trabalho com esse público, o núcleo vem se dedicando à produção de meios para difundir informações relevantes e intervir na cultura institucional para efetivação de acessos e direitos.

### **Considerações finais**

Estando o Serviço Social alocado no campo das ciências sociais aplicadas, dispendo de uma dimensão tanto investigativa quanto interventiva, vale destacar o leque privilegiado de inserção dessa profissão. É justamente essa possibilidade de participar ativamente de espaços onde se operam algumas práticas sociais que vai conceder ao assistente social um lugar privilegiado enquanto sujeito profissional capaz de intervir, propor, produzir e reproduzir conhecimento. Por isso, lançar luz sobre uma determinada temática, sobretudo a partir de um espaço específico institucional e do desenvolvimento de um serviço, coloca, marcadamente, o assistente social como um profissional de referência, tanto na ponta do processo quanto em seus espaços de gestão, e ressalta a importância dessa categoria enquanto sujeito social capaz de formular entendimentos específicos que vão nortear a maneira como serão respondidos alguns dilemas da sociedade moderna.

A discussão sobre a política pública de segurança, seus desdobramentos institucionais e a configuração dos modos de ser e de estar da sociedade vão indicar um caminho analítico significativo. A atuação do Serviço Social junto ao policial militar vitimado, e o reconhecimento de que esse agente de segurança pública apresenta demandas sociais e atua sob elevado risco de morte e adoecimento em função da sua ocupação profissional, também destacam um espaço sócio-ocupacional para a defesa do projeto profissional-vinculada ao Projeto Ético-Político, comprometido com valores

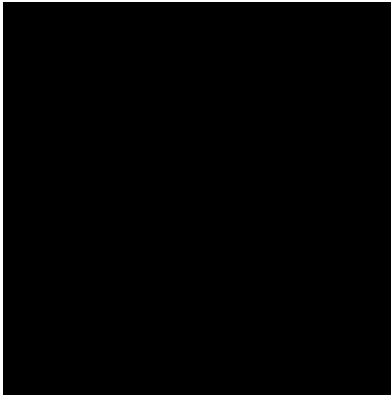
e diretrizes que representam os compromissos assumidos pela categoria nas últimas décadas e correlacionado a um projeto societário de superação da ordem vigente.

## Referências

- BOURDIEU, P. *A economia das trocas simbólicas*. São Paulo: Editora Perspectiva, 2011.
- CARVALHO, V.A.; SILVA, M.R.F. *Política de segurança pública no Brasil: avanços, limites e desafios*. In: Revista Katálises. Florianópolis, vol.14, n.1, 2011, p.59-67.
- CERQUEIRA, D.; LOBÃO, W.; CARVALHO, A.X. *O jogo dos sete mitos e a miséria da segurança pública no Brasil*. In: Texto para discussão Nº 1144. IPEA. Rio de Janeiro, 2005.
- COSTA, A.T.M. *Entre a lei e a ordem: violência e reforma nas polícias do Rio de Janeiro e Nova York*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.
- FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. *Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2017*. São Paulo: Fórum brasileiro de segurança pública, 2017.
- FREITAS, C.B. *O Serviço Social do Hospital Central da Polícia Militar: reflexões a partir da análise dos registros das atividades profissionais*. Rio de Janeiro: UERJ, 2013. (Monografia de especialização).
- MINAYO, M.C.S.; SOUZA, E.R.; CONSTANTINO, P. *Riscos percebidos e vitimização de policiais civis e militares na (in) segurança pública*. In: Caderno de Saúde Pública. Rio de Janeiro, vol.23, n.11, 2007, p.2767-2779.
- MITJAVILA, M. *O risco como recurso para a arbitragem social*. In: Tempo Social. Revista Sociológica, v.14, p. 129-145, 2002.
- PEREIRA, P. A. *Política social: temas e questões*. São Paulo: Cortez, 2009.



- POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO.  
*A guerra urbana não declarada no RJ e seus efeitos.*Rio de Janeiro: 2017. (Mimeo).
- \_\_\_\_\_. Portaria PMERJ nº 266. Rio de Janeiro: 2006.
- PONCIONI, P. *O modelo policial profissional e a formação profissional do futuro policial nas academias de polícia do estado do Rio de Janeiro.* In: Sociedade e Estado. Brasília, vol.20, n.3, 2005, p.585-610.
- TEODORO, A. *O Serviço Social na política de “segurança pública”: um estudo sobre o exercício profissional do oficial assistente social, no contexto do estado penal.* Rio de Janeiro, 2015 (Mimeo).
- \_\_\_\_\_; AGUIAR, E.A.S.;SANTOS, N.S. *“Atendendo na guerra”: uma experiência de trabalho do Serviço Social com policiais vitimados.* Rio de Janeiro, 2017 (Mimeo).



# Escravidão contemporânea no Rio de Janeiro: a fiscalização na construção civil

*Júlia de Paula*

## Introdução

Neste artigo, apresenta-se o resultado obtido a partir da pesquisa empírica sobre o trabalho escravo na construção civil no Rio de Janeiro e identificam-se as principais características encontradas nas fiscalizações. A divisão em duas partes de análise é utilizada para dar visibilidade à fiscalização do trabalho escravo no estado, sendo o primeiro ponto um resgate histórico das ações desenvolvidas em diferentes atividades produtivas, e o segundo, o estudo dos relatórios da construção civil de 2013 a 2105.

O estudo foi desenvolvido a partir da análise documental, da realização de entrevistas e levantamento bibliográfico/hermerográfico, compondo as fontes primárias e secundárias desta pesquisa. Inicia-se com um panorama mais amplo dos dados do Grupo Especial de Fiscalização Móvel (GEFM/SRT-RJ), para traçar um quadro comparativo da construção civil em relação às outras atividades. Nesse ponto, a síntese apresentada é resultado das informações contidas no site do Ministério do Trabalho e da planilha das ações desenvolvidas pela equipe de fiscalização e combate do trabalho escravo.

Pode-se dizer que o início das fiscalizações de combate ao trabalho escravo no espaço urbano do Rio de Janeiro –também

uma realidade de outros estados do país –se dá tardiamente e, se compararmos com a realidade referente ao espaço rural, há uma diferença significativa de tempo e condições as separando. Isso pode ser explicado pelo fato de as denúncias terem sido posteriores, mas também por um processo que se constitui como compreensão das condições de trabalho no Brasil e da correlação de forças para o enfrentamento dessa forma de exploração.

Entende-se que a fiscalização do trabalho, tendo como referência a interpretação do Artigo 149 do Código Penal (2003), foi um fator de grande relevância para ampliar a possibilidade de intervenção, mas compreende-se que a intensificação das obras com os investimentos do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e dos megaeventos gerou, além da migração temporária de trabalhadores principalmente do Nordeste, maiores conflitos como as greves e paralisações nas obras, fazendo com que o aumento das denúncias dessem visibilidade à escravidão contemporânea. O aumento dos casos de denúncia e libertação no setor da construção civil foi o fator que contribuiu para que, pela primeira vez, em 2013, o setor urbano ultrapassasse o rural nas estatísticas de libertações.

A partir dessa compreensão, utiliza-se um segundo ponto para apresentar os resultados do estudo da construção civil. Parte-se da sistematização dos dados dos relatórios da fiscalização no Rio de Janeiro, adquiridos via banco de dados da Divisão de Fiscalização para Erradicação do Trabalho Escravo (Detrae/Brasília) –que concentra todos os relatórios de fiscalização do trabalho escravo enviados pelas equipes da Superintendência Regional do Trabalho do Brasil –, para demonstrar como ocorre a escravização e quem escraviza. Em relação à metodologia aplicada nesse ponto, é importante indicar que a classificação utilizada para a sistematização dos dados resulta parcialmente de categorias usadas pelos próprios relatórios, mas, por estas não darem conta da compreensão da complexidade da realidade pesquisada, a criação de categorias complementares foi necessária.

Nesse sentido, cabe elencar os conceitos elaborados para essa análise: 1) Em relação à condição análoga à de escravo, a definição de trabalhadores resgatados é indicada tendo como referência a identificação dos auditores-fiscais, não necessariamente pela confirmação jurídico-legal, ou seja, abrange todos os trabalhadores com ou sem o seguro-desemprego especial emitido, e a configuração de flagrante – como explicado no ponto específico – e as características contidas no Artigo 149 do Código Penal são utilizadas para demonstrar como ocorre a escravização; 2) No caso da construção civil, utilizaram-se as seguintes classificações: empresas envolvidas – principal e terceirizada –, se há terceirização e como ocorre (regular e irregular). Assim, para identificar as empresas responsáveis pelas obras, utilizou-se a tese da cadeia produtiva (FILGUEIRAS, s/d), ou seja, mesmo que a fiscalização tenha ocorrido no canteiro de obras da empresa terceirizada, entendeu-se que o controle e a supervisão da obra advêm da empresa contratante.

Assim, destaca-se como necessária a compreensão do processo de precarização dos direitos da força de trabalho por meio da terceirização. Uma interposição da contratação que está presente tanto no espaço rural quanto no urbano, mas se diferencia pela maneira desenvolvida. Pode-se dizer que a contratação possui a aparência de normalidade jurídica, mas expressa a moderna forma de burlar a lei. Trata-se da flexibilização das relações trabalhistas sendo utilizada para garantir a intensificação da exploração.

Entretanto, a generalização da redução de custos por meio da terceirização, que generaliza a perda de direitos sociais e resulta na violação dos direitos humanos, não é suficiente para garantia da taxa de lucro. Apresenta-se, assim, o limite lógico da acumulação capitalista diante da Terceira Revolução Técnico-Científica e a ficcionalização do capital, demonstrando a generalização da precarização das condições de trabalho e a maior vulnerabilidade para a escravização na contemporaneidade.

## O trabalho escravo no Rio de Janeiro

A partir dos dados do Ministério do Trabalho (MT),<sup>83</sup> destacam-se dois períodos históricos: 1998 a 2012 e 2013 a 2016. Embora o início das fiscalizações no Brasil ocorra a partir de 1995, no site do Ministério os dados mais antigos referem-se a 1998. Dessa forma, a divisão temporal justifica-se pelo fato de que no primeiro período não se verificam fiscalizações na construção civil, enquanto o segundo as inclui.

No espaço de tempo compreendido entre 1998 a 2012, nas fiscalizações no Rio de Janeiro, 1.290 trabalhadores foram libertados e se concentraram em atividades do espaço rural, não havendo operação do GEFM na construção civil. Os anos 1998, 1990, 2000, 2001, 2002, 2004 e 2005 não registram operações no Estado. A primeira operação de fiscalização data de 2003 e se destaca com 3 fiscalizações e 446 trabalhadores resgatados, ficando atrás somente do ano de 2009, em relação ao número de libertação de trabalhadores, 521, em 5 fiscalizações. As informações a respeito dos anos de 2003, 2006 e 2007 não indicam a atividade laborativa, só em 2008<sup>84</sup> ocorre o registro, como observado na tabela na página seguinte.

Encontra-se, de 2007 a 2012, o número de 1.855 trabalhadores alcançados nas operações, o que quer dizer trabalhadores no estabelecimento, que podem ou não estar registrados, por isso a diferenciação de trabalhadores com contratos formalizados, 701 registrados. Nesse universo, a caracterização de escravidão do Artigo 149 do Código Penal se dará pela condição em que o trabalhador será encontrado, não por sua presença no estabele-

---

83 Disponível em:[http://trabalho.gov.br/fiscalizacao-combate-trabalho-escravo/resultados-das-operacoes-de-fiscalizacao-para-erradicacao-do-trabalho-escravo/](http://trabalho.gov.br/fiscalizacao-combate-trabalho-escravo/resultados-das-operacoes-de-fiscalizacao-para-erradicacao-do-trabalho-escravo). Acesso em janeiro de 2018.

84 O conhecimento do tipo de atividade foi possível por meio do acesso à planilha da equipe de Fiscalização e Erradicação do Trabalho Escravo (MT) do Rio de Janeiro. No registro, constam os dados de 2007 a 2016, mas em 2007 não há registro da atividade; serão incluídas a partir de 2008 as atividades das fiscalizações em que ocorreram resgate de trabalhadores. Há diferenças pontuais que serão indicadas quando os anos forem analisados; na Tabela 1, a única observação a ser feita diz respeito ao ano de 2007, Trabalhadores com contratos formalizados, que no site do MT aparecem com a indicação de 37 e, na planilha, 38.

TABELA 1

## Operação de Fiscalização do Trabalho Escravo no Rio de Janeiro (2003-2012)

Ano	Número de estabelecimentos	Trabalhadores com contratos formalizados	Trabalhadores resgatados	Atividade
2003	6	429	446	Sem indicação
2006	3	45	44	Sem indicação
2007	4	38	49	Sem indicação
2008	1	38	46	Agricultura:1
2009	5 (1 sem Art. 149)	43	521	Agricultura:4
2010	3	34	58	Agricultura:2; Pecuária:1
2011	14 (4 sem Art. 149)	67	112	Agricultura:5; Extração e Britamento:5
2012	3	7	14	Agricultura:1; Mineração:1; Refino:1
Total	39 (5 sem Art. 149)	701	1.290	Principal: Agricultura:13

Fonte: MT, 2017 (Elaboração própria)

cimento; aparece portanto como um número menor do que os trabalhadores alcançados.

No que se refere à atividade, a agricultura aparece como principal em número de fiscalizações e resgate de trabalhadores, com 13 estabelecimentos de cultivo: 8 de cana de açúcar, 2 de frutas, 2 de café e 1 de flores. Em seguida, a extração e britamento com 5, todas empresas de pedras decorativas; e outras atividades com 1 fiscalização: pecuária, mineração e refino de Sal.

No segundo período, de 2013 a 2016, têm início as operações do GEFM na construção civil, e se destaca o número de fiscalizações nessa atividade.<sup>85</sup> A análise de três anos (2013, 2014 e

<sup>85</sup> Até 2013, não há registro de casos ou fiscalização para apurar denúncia de trabalho escravo, no Rio de Janeiro. A própria equipe do Projeto de Combate ao

2015<sup>86</sup>) é desenvolvida no próximo ponto deste artigo para tratar das características da escravização na construção civil no Rio de Janeiro. Por agora, cabe dizer que historicamente o emprego na construção civil é de contratos curtos, sem garantias de direitos e estabilidade, se expressando como sinônimo de trabalho degradante. Mas até 2013, a realidade da construção não se apresentava como dados estatísticos referentes à caracterização como condição análoga à de escravo.

TABELA 2				
Operação de Fiscalização do Trabalho Escravo no Rio de Janeiro (2013-2016)				
Ano	Número de estabelecimentos	Trabalhadores com contratos formalizados	Trabalhadores resgatados	Atividade
2013	7	10	129	Construção Civil: 5; Lanchonete/Restaurante: 1; Representante Comercial: 1
2014	15 (10 sem Art. 149)	14	137	Construção Civil: 2; Lanchonete/Restaurante: 1; Extração de Sal:1; Pesca: 1
2015	45 (30 sem Art. 149)	27	87	Construção Civil: 4; Lanchonete/Restaurante: 6; Pesca: 2; Transporte Rodoviário: 2; Filmagem/Festa: 1
2016	20 (11 sem Art. 149)	13	20	Construção Civil: 2; Lanchonete/Restaurante: 6; Comércio Importação/exportação: 1
Total	87	64	373	Principais: Construção Civil:13 Lanchonete/Restaurante:14

Fonte: MT, 2017 (Elaboração própria)

Trabalho Escravo Urbano /RJ (PCTE) teve sua atividade iniciada em 2013, sob a coordenação da auditora Márcia Albernaz; antes era uma equiperresponsável pela fiscalização em todo o estado.

86 Em 2015, há diferença em relação aos dados da planilha e do site. Planilha: estabelecimentos inspecionados–45, e trabalhadores resgatados– 81; site: estabelecimentos inspecionados– 43, e trabalhadores resgatados– 87, sendo comum o número de formalização de trabalhadores– 39. Utilizam-se para a soma os dados da planilha.



Observa-se uma mudança significativa nesse período, principalmente em relação aos tipos de atividades alvos das ações fiscais. No ano de 2013, pela primeira vez, as atividades urbanas superam o número de fiscalizações com resgate das atividades rurais.<sup>87</sup> No Rio de Janeiro, a mudança é visível e pode ser indicada pela ausência de resgates no setor agrícola; principalmente no cultivo de cana, nos últimos anos não aparece nenhuma operação.

Vale destacar que o uso da tecnologia na atividade agrícola não significa a ausência de ou menor exploração. Como mostra Pitta (2014), a utilização das máquinas no corte da cana eleva o desgaste dos trabalhadores que ainda permanecem no setor (cortadores e maquinistas) e dispensa uma quantidade expressiva de trabalhadores. O diferencial, em relação à ausência de fiscalização e resgate, pode ser quanto às denúncias e à redução do número de trabalhadores na atividade, assim como a percepção de como a degradação pode ocorrer, ou seja, o questionamento quanto à redução do esforço por parte dos trabalhadores, devido à utilização de máquinas, que leva a uma redução (ou inexistência) das denúncias ao MT.

Chamam a atenção os resultados da fiscalização na construção civil, uma vez que foram expressivos tanto no número de operações quanto de trabalhadores resgatados. Em 2003, das 7 fiscalizações, 5 empresas eram da construção civil e todas tiveram resgate; já em 2014, das 15 fiscalizações, 6 foram na atividade e 2 resultaram em resgate. O ano de 2015 se destaca pelo número de fiscalizações (45), sendo o maior número de empresas com libertação de trabalhadores da atividade de lanchonete/restaurante, 6, no total de 29 fiscalizações. Mas se a relação for entre número de atividades x fiscalizações, a construção civil tem destaque,

---

87 Como indicado pela Comissão Pastoral da Terra a partir da análise das fiscalizações do Ministério do Trabalho e Emprego. Das 2.192 pessoas libertas, em 2013, 53% trabalhavam nas cidades, e a construção civil foi o setor com mais casos de resgates: 866 libertados (40%). Nas libertações de 2012-2013 por estado temos a seguinte ordem: 1- São Paulo (538); 2- Minas Gerais (440); 3- Bahia (149); 4- Pará (141); 5- Rio de Janeiro (138). Por região: Norte – 1.054 (38,6%) em 2012 e 274 (12,5%) em 2013 e Sudeste – 623 libertações (22,8%) em 2012 e 1.129 (51,5%), em 2013, (OJEDA, 2013).

com 4 ações com resgate em 10 fiscalizações. Fator que se repete na comparação do número de trabalhadores resgatados, 29 na construção civil e 15 em lanchonetes/restaurantes.

Em relação a 2016, trata-se do único ano em que aparece a indicação completa na planilha do tipo de operação: planejada ou denúncia, sendo das 20 ações fiscais realizadas, 10 planejadas, fator importante para a análise dos resultados encontrados. O maior número de fiscalizações do ano (17) localiza-se na atividade de lanchonete/restaurante, sendo 6 com caracterização de trabalho escravo e 15 trabalhadores libertos. Em 9 casos, houve o planejamento da ação fiscal (5 com resgate), e as 8 restantes foram denúncias (1 com resgate). Na construção civil, as 2 fiscalizações, frutos de denúncias, resultaram na libertação de 3 trabalhadores.

Entende-se que os dados apresentados indicam que o trabalho escravo contemporâneo é utilizado em diferentes atividades, e os períodos analisados servem como referência para compreender as mudanças nos ciclos de produção. O fato de setores que aparecem no primeiro período analisado estarem ausentes no segundo momento, ou vice-versa, assim como algumas atividades não aparecerem, não quer dizer a inexistência da escravidão, sugere muito mais os limites e as possibilidades da denúncia e da fiscalização.

Outro fator importante para a análise é a ampliação do conceito de condição análoga à de escravo, em 2003, trazendo as características de degradância, servidão por dívida, jornada exaustiva e trabalho forçado, juntas ou individualmente, utilizadas para interpretação da escravidão contemporânea.<sup>88</sup> Entende-se que a

---

88 Segundo Haddad (2013, p.53), o Artigo 149 do Código Penal, em 1940, previa o crime de reduzir alguém a condição análoga à de escravo, entretanto a interpretação equivalia a um tipo específico de sequestro ou cárcere privado. Com a mudança da lei, em 2003, o texto amplia com a inclusão de novas características para a definição. Veja-se: Art.149 - Reduzir alguém a condição análoga à de escravo, quer submetendo-o a trabalhos forçados ou a jornada exaustiva, quer sujeitando-o a condições degradantes de trabalho, quer restringindo, por qualquer meio, sua locomoção em razão de dívida contraída com o empregador ou preposto: Pena - reclusão, de dois a oito anos, e multa, além da pena correspondente à violência. § 1º Nas mesmas penas incorre quem: I – cerceia o uso de qualquer meio de transporte por parte do trabalhador, com o fim de retê-lo no local de trabalho; II – mantém vigilância ostensiva no local de trabalho ou se apodera de documentos ou objetos pessoais do trabalhador, com o fim de retê-lo no local de trabalho. § 2º A pena é aumentada de metade, se o crime é

inclusão de novas características para a conceituação possibilitou o aumento de denúncias e resgates.

Pode-se dizer que o fato de a primeira fiscalização no Rio de Janeiro ter ocorrido somente em 2003 demonstra a ausência de denúncias ou a dificuldade de expansão das ações do GEFM nos primeiros anos. A denúncia e a fiscalização do trabalho, tendo como referência a ampliação da interpretação do conceito, foi um fator de grande relevância para o debate da escravidão contemporânea e uma maior possibilidade de intervenção dos fiscais. A entrevista realizada com Alexandre Lyra, auditor fiscal da Superintendência Regional do Trabalho e Emprego (SRTE-RJ), possibilita entender quais eram os limites e em que momento houve a ampliação. Segundo o entrevistado:

No âmbito rural, foram as primeiras denúncias, como força do reconhecimento da existência do trabalho escravo no nosso território. Saltava aos olhos a questão da restrição da liberdade, os barracões com a venda de mercadorias bem acima do preço e a dívida que impossibilitava ao trabalhador sair daquela condição. Mas em algumas fiscalizações não havia a restrição da liberdade, com condições degradantes de trabalho e habitação; ficávamos restritos à questão dos direitos trabalhistas. Em 2003, a mudança no texto da lei amplia o conceito, e foi possível a inclusão de diferentes casos. A mudança da lei possibilitou buscar caracterizar o trabalho escravo pela degradação, o que pesa quanto a questão do alojamento, principalmente. Quando surgiu, no meio urbano, depois de anos e anos no meio rural, com os instrumentos que nós tínhamos, já estávamos preparados para atuar no meio urbano. Quem nos garante que em 1995, quando voltamos a nossa atenção para o meio rural e, assim tinha que ser, já não existia no meio urbano? É que a gente não recebia denúncia e não tinha uma inteligência fiscal, nem fôlego, para atuar no meio urbano. A partir do momento

---

cometido: I – contra criança ou adolescente; II – por motivo de preconceito de raça, cor, etnia, religião ou origem.

que recebemos informações a respeito do meio urbano, nós nos preparamos para atuar e na construção civil surgiram os resgates, principalmente nas áreas dos alojamentos. A gente passou a voltar o olhar para essa situação (Entrevista realizada no dia 24 de agosto de 2016).

Ao considerar a data inicial de fiscalização e resgate no Rio de Janeiro, entende-se que foram as manifestações e as paralisações das obras dos megaeventos que deram visibilidade à escravidão contemporânea, na construção civil, para além dos tapumes das obras e dos alojamentos, tornando pública essa forma de violação dos direitos humanos.

Assim, diferentes setores podem utilizar as estratégias de redução de custo e violação dos direitos humanos, só precisam que tenham condições, como a invisibilidade dos trabalhadores. Por isso a migração deve ser considerada como um dos principais fatores de vulnerabilidade, pois o trabalhador é de fora e o trabalho temporário, a possibilidade de confinamento se dá pela falta de rede de apoio e pelas atividades desenvolvidas, como: serviços domésticos, construção civil, costura, prostituição, etc.

### **A fiscalização na construção civil**

A partir da análise dos relatórios indica-se como acontece a escravização dos trabalhadores na construção civil no Rio de Janeiro e quais as características presentes nas libertações de 2013 a 2015. Demonstra-se, assim, quais são as condições de trabalho e como é realizada a redução de custos que gera a condição de escravidão e, por meio dos depoimentos dos auditores fiscais do trabalho, busca-se dar ênfase a essa questão que não se restringe ao desrespeito à legislação trabalhista, mas é uma violação dos direitos humanos.

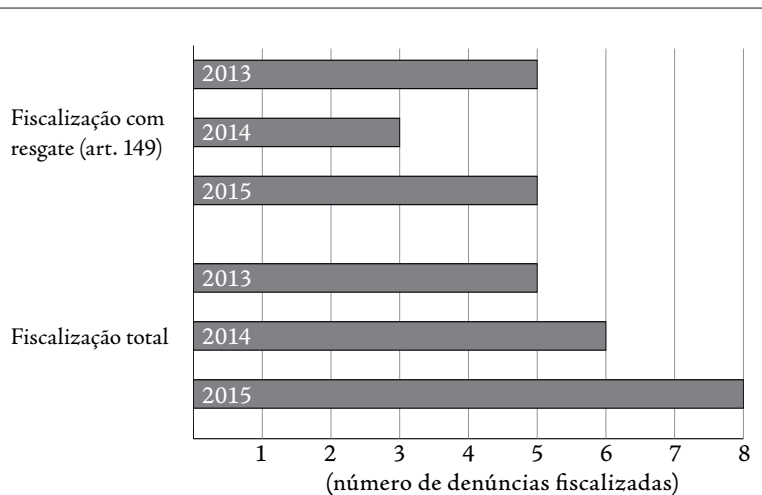
Dos 19 relatórios de fiscalizações, em 13 casos existiu a caracterização do Artigo 149 (CP).<sup>89</sup>Veja-se:

---

89 Embora os dados utilizados – neste ponto e no anterior – sejam do Ministério do Trabalho, os números de fiscalizações com caracterização de condição análoga à de escravo na construção civil no Rio de Janeiro apresentados para esta análise diferem.

## GRÁFICO 1

### Fiscalização na construção civil no Rio de Janeiro (2013-2015)

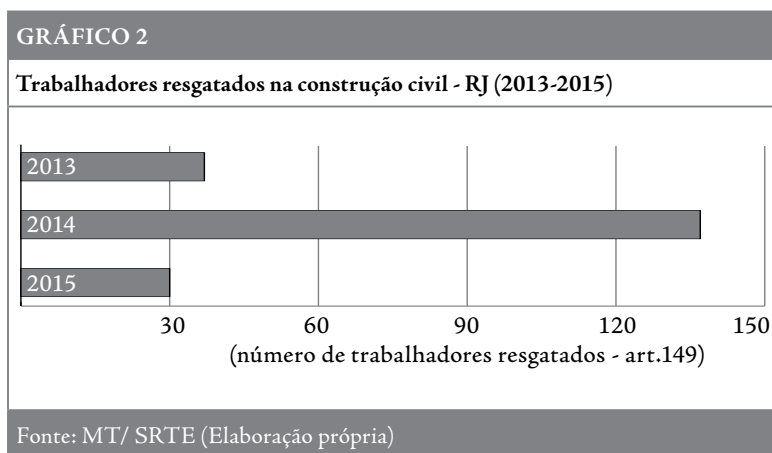


Fonte: MT/ SRTE (Elaboração própria)

O alojamento é o local de destaque para ocorrência de resgate, pois 100% dos casos apresentam essa realidade, o que pode ou não estar no espaço do canteiro de obras, fator demonstrado pelas fiscalizações que ocorreram em área de obra e alojamento, 9, ou somente alojamento, 4, e ser o suficiente para caracterizar como crime de escravidão.

Identificam-se três situações diferentes nas fiscalizações: 1) Fiscalização com resgate: a caracterização de escravidão com provas comprobatórias e trabalhadores resgatados; 2) Fiscalização sem resgate: a infração de direitos trabalhistas, sem caracterização de trabalho escravo e ausência de resgate; 3) A identificação de condição análoga à de escravo, sem a possibilidade de caracterização e resgate dos trabalhadores devido ao fato de não ter ocorrido o flagrante, não haver dados comprobatórios suficientes e/ou a empresa dispensar os trabalhadores e o fiscal do trabalho não poder realizar a rescisão de contrato e emitir as Guias de Seguro Desemprego Especial. Trata-se, portanto, de casos em que não se pôde aplicar o Artigo 149 (CP) para serem configurados oficialmente como resgate, mas que foram incluídos na classificação deste estudo como fiscalização com resgate. Somam-se, portanto, 13 fiscalizações com resgate e 6 sem resgate. Nesse sentido, o registro oficial apresentado para 2013, 2014 e 2015 são de 19 fiscalizações, sendo 11 com resgate: 5, 2 e 4 por ano, e neste estudo somente 2013 será igual; 2014 e 2015 os dados são de 3 e 5, respectivamente.

Nas 13 fiscalizações, foram 204 trabalhadores resgatados,<sup>90</sup> com destaque para o ano de 2014 em número de libertações (137 total), devido a uma única fiscalização ter resgatado 118 trabalhadores (dados oficiais e 120 contabilizados para a pesquisa), na cidade de Macaé.



Cabe indicar as situações em que houve a possibilidade de caracterização e resgate com Artigo 149 (C.P) e isso não ocorreu. Dentre todos os casos, talvez o que pareça mais estranho é o de trabalhadores encontrados nas fiscalizações que não querem a rescisão do contrato e solicitaram apenas mudanças das condições no alojamento para permanência no local de trabalho. O exemplo da obra sob responsabilidade do Consórcio Construtor Costa Verde – Águas de Paraty (2015), que tem como empresas principais Cowan, Queiroz Galvão, Trana e Developer (todas S.A), demonstra as situações indicadas: trabalho escravo, mas sem a caracterização, e resgatados sem registro. As condições do alojamento caracterizaram a condição análoga à de escravo e

90 A relação de trabalhadores libertos também se diferencia em relação aos dados oficiais do Ministério do Trabalho (MT) porque consideram-se trabalhadores resgatados não só os que tiveram as guias de seguro desemprego, mas também os que se encontravam em condição de escravidão e por diferentes motivos não puderam tê-las emitidas, como a rescisão contratual com empresas, criando impedimento para emissão de seguro desemprego especial, pagando e dispensando o trabalhador sem a devida apresentação ao MT ou a impossibilidade de autuação em flagrante.

neste se encontravam trabalhadores de 2 empresas terceirizadas: GTX, com 18, OBRADATTO, com 23, e do Consórcio Construtor Costa Verde, com 1. Segundo o relatório de fiscalização: “GUIAS DE SEGURO DESEMPREGO EMITIDAS: 0, mas ao menos duas deveriam ser expedidas, sendo criado óbice pelo empregador” (p. 6). O motivo para que apenas 2 trabalhadores (de 42 possíveis) fossem resgatados teria relação com o fato de que:

Vários empregados queriam ficar no local, *desde que existissem melhorias nos alojamentos*. Considerando a necessidade da população local em obter os dutos de esgotamento, houve ponderações por parte do órgão de fiscalização com os demais obreiros. Foi feita reunião e permitida a estadia dos laboristas desde que os reparos e banheiros químicos fossem instalados, *conquanto configurado o crime de escravidão, sem que tal caracterização fosse objeto de transação*. Respeitada a autodeterminação dos remanescentes do grupo, haja vista que 17 já haviam retornado, foi solicitada a ruptura do CT dos demais com entrega das guias de SD para todos os remanescentes e para aqueles que desejassem voltar às suas casas (MT/SRTE – Relatório de Fiscalização Consórcio Construtor Costa Verde, 2015, p. 20 – grifos no original).

Faz-se igualmente importante destacar que as fiscalizações podem encontrar as irregularidades e trabalhadores em condição degradante, mas haver a interpretação da caracterização a partir do conjunto de fatores para a definição de condição análoga à de escravo, assim como as medidas para resolução podem se dar no âmbito da negociação, sem registro do Artigo 149 (CP). Como afirma a fiscal Elaine Castilho:<sup>91</sup>

---

91 Os relatórios analisados foram resultado das fiscalizações de duas equipes da Superintendência Regional do Trabalho no Rio de Janeiro – SRTE/RJ, do Ministério do Trabalho: Equipe do Projeto de fiscalização da Construção Civil, da Seção de Segurança e Saúde, coordenado desde 2010 pela auditora fiscal Elaine Castilho, e a Equipe de Legislação que é responsável também pelas ações do Grupo Especial de Fiscalização Móvel de Combate ao Trabalho Escravo.

As obras que fiscalizo são em grande parte da Construção Pesada e o trabalho escravo é mais comum na Construção Leve, como nas obras do Minha Casa Minha Vida, onde as obras e os alojamentos dos trabalhadores ficam em área de milícias e tráfico. Faço a opção por não levar minha equipe para essas áreas, salvo em situações extremamente necessárias.

Aqui no Rio de Janeiro tivemos muitos poucos casos onde foi realizada a caracterização de trabalho análogo à de escravo. Na maior parte do tempo a equipe da construção civil exige da contratante principal a regularização imediata da situação. Quando encontramos irregularidades, fazemos a solicitação de melhorias e não o afastamento do trabalhador. A preocupação é não fomentar o retorno desses trabalhadores, pois muitas vezes a caracterização de trabalho escravo e a indenização faz com que eles voltem para trabalhar nas obras esperando outra indenização. Assim como só as más condições do alojamento não devem ser o suficiente para a caracterização de trabalho escravo.

Nesse sentido, quando há flagrante de condição análoga à de escravo, a auditora relata negociar para que as questões sejam resolvidas sem a caracterização e embargo da obra. Entende-se que existe uma preocupação quanto ao movimento cíclico de escravização do trabalhador e o retorno às mesmas condições quando o seguro-desemprego acabar, num constante enxugar de gelo. Mas a ausência desse recurso também não fará com que o trabalhador deixe de buscar alternativas para a sobrevivência. Mesmo que saiba o que o espera, a expectativa é de que seja diferente.

Também se identifica a dificuldade para a caracterização do Artigo 149, por ser a degradação na área do alojamento a maior possibilidade de unir as provas comprobatórias e o flagrante, como será visto a seguir, mas o receio do acesso aos alojamentos em áreas consideradas de risco é um fator inibidor. Mas, como expresso na fala de Castilho, a área de vivência não é considerada como determinante, e sim o conjunto de fatores que levam a agravar o risco à saúde ou vida do trabalhador no canteiro de obras,



geralmente relacionados a “perigo de queda, problemas com a máquinas/equipamentos, risco de soterramento e de choque elétrico. As questões relacionadas aos espaços de vivência, em geral, não caracterizam por si só Embargos/Interdições, apenas multas seguidas da obrigatoriedade de regularização”.

Mesmo com as diferentes interpretações e medidas de resolução nos casos, houve resgate e caracterização do trabalho escravo nas fiscalizações das duas equipes da Superintendência Regional de Trabalho e Emprego–RJ. Cabe dizer que a disputa conceitual e a forma de intervenção não são uma exclusividade do Rio de Janeiro,<sup>92</sup> nem indicam que as ações individuais sejam responsáveis por impedir o enfrentamento e a erradicação do trabalho escravo. Há uma utilização sistêmica da exploração via redução de custos e por isso a busca constante pela regularização da precarização dos direitos trabalhistas e da aceitação de condições subumanas via mudança das leis que regulamentam o enfrentamento ao trabalho escravo. Trata-se de apontar a impossibilidade de as fiscalizações darem conta da realidade e os trabalhadores resgatados

---

92 Na reportagem que informa que 75% das fiscalizações contra trabalho escravo no país não identificam crime, utilizada para debater a portaria do Ministério do Trabalho de 16 de outubro de 2017 (e temporariamente suspensa em 24 outubro de 2017 pelo STF), que visa flexibilizar o conceito de trabalho escravo, pode-se identificar a análise do procurador do trabalho, Ilan Fonseca da Bahia, para a caracterização de condição análoga à de escravo e as medidas tomadas quando há a ocorrência da mesma. Segundo a notícia, o procurador disse “que só há resgate quando as situações degradantes são ‘radicais’”, mas não é o que aparece no texto da lei; a condição degradante já deveria ser o fator determinante, ainda mais quando a situação encontrada é de jornada exaustiva, ausência de alimentação ou recipiente para a preservação da alimentação, local para alimentação adequada. Entretanto, a interpretação também diz respeito à medida a ser tomada; assim, o procedimento-padrão indicado, quando não é considerado o extremo de trabalho escravo, é a aplicação de multa ou firmar um Termo de Ajuste de Conduta (TAC), entretanto os “casos mais drásticos também podem ser resolvidos com embargos de obras ou interdição das operações, antes de se optar pelo resgate dos trabalhadores”. Ainda na reportagem, mas agora nas palavras de Fonseca: “É uma realidade que sensibiliza porque o corte de cana é pesado, são toneladas. Mas não caracteriza trabalho escravo ou degradante. Para que isso ocorresse, teria que ser ainda pior” (FOLHA DE SÃO PAULO, Reportagem de 4 de novembro de 2017). Mesmo que a reportagem indique uma interpretação mais restrita para a caracterização de trabalho escravo, por parte do procurador do trabalho, pode-se afirmar que, se a portaria for aceita como legítima e ocorrer a retirada de jornada exaustiva e condição degradante, será deletéria para o enfrentamento e combate ao trabalho escravo.

não representarem o universo de trabalho escravo na construção civil e em outras atividades. Observa-se, entretanto, que os dados apresentados são inferiores ao que de fato poderiam existir.<sup>93</sup>

O recurso utilizado para reduzir os gastos com a força de trabalho pode ser variado, mas, no que se refere à forma utilizada, a situação de degradância está presente em todos os casos. O trabalhador sofre com a falta de pagamento, alimentação parca e/ou de má qualidade, ambientes sem limpeza e água potável, ausência de camas, geladeiras, chuveiros com água quente, etc. Algumas situações vivenciadas aparecem no depoimento do trabalhador alagoense Edley Freitas de Lima Cruz:

Que acha que foi jogado como cachorro no local...QUE já houve vezes de ter de correr para o mato, que no mato leva papel para fazer suas necessidades, mas que é uma briga para se limpar; QUE o café da manhã é pão e margarina, mas se acertar na cabeça de um, derruba o homem; QUE tem leite e café; QUE a janta é para todos, mas que quem chega atrasado fica sem janta, pois quem tem mais fome come duas quentinhas; QUE quando isso ocorre tem que descer e comprar lanche (MT/SRTE – Relatório de fiscalização COSTA VERDE, 2015, p.26).

A servidão por dívida aparece em segundo lugar, com a caracterização em 8 casos, sendo que em 4 está presente a figura do “gato”.<sup>94</sup> Ao analisar a forma como essa característica é desenvolvida, foi importante realizar uma diferenciação a respeito de como pode

---

93 Há também a fiscalização realizada pelo Ministério Público do Trabalho que não passa pelos mesmos trâmites do Ministério do Trabalho. O procurador do trabalho realiza o Termo de Ajustamento de Conduta (TAC), mas não pode realizar a rescisão de contrato e emitir as Guias de Seguro Desemprego Especial, somente requisitar via processo judicial a remuneração de direito do trabalhador. Por esse motivo, a fiscalização é articulada entre as equipes responsáveis de cada instituição, mas pode ocorrer separadamente.

94 Nos casos analisados da construção civil a figura do “gato” exercerá o papel de aliciador na localidade de origem, somente em um caso (no qual nem foi possível a caracterização de escravidão) aparece como a figura do fiscal. O que se diferencia da forma com que aparece no meio rural que, segundo Resende Figueira (2004, p.17), “muitas vezes anda armado, trabalha como parentes e com uma rede de ‘fiscais’, e são acusados de diversos crimes, inclusive homicídios”.

acontecer a intermediação para a contratação do trabalhador, por meio do aliciamento ou não. Assim como quanto da servidão será por falta de condição financeira, fazendo com que o trabalhador permaneça em condições desumanas porque a ausência de recurso dificulta o retorno para casa, mas não necessariamente por causa de uma dívida contraída com o empregador.

A intermediação para contratação da força de trabalho pode ocorrer em duas situações diferentes: com e sem aliciamento. Considera-se aliciamento quando há o convencimento do trabalhador para fins de exploração da sua força de trabalho e o estabelecido no ato da contratação não é cumprido, seja por intermédio do “gato”, para fazer a mediação entre os trabalhadores na localidade de origem e o empregador interessado no Rio de Janeiro, seja pelo acesso direto do empregador ao trabalhador. O que se diferencia da intermediação como convite a trabalhadores que já estão na obra, como parentes, vizinhos e amigos, para uma obra na qual está contratando, sem que possa ser considerado aliciamento. Pois, quando o acordo é rompido e não há o cumprimento do estabelecido, como alimentação, passagem e salários, todos ficam na mesma situação de escravidão.

Assim, o deslocamento é de suma importância para que, uma vez no local de trabalho, o empregador tenha o domínio do tempo da jornada de trabalho e o controle dos resultados da produção. Por isso, a maioria dos trabalhadores são contratados de outros estados, principalmente de regiões distantes, sendo o Nordeste o maior exportador de trabalhadores. Na análise das 192 guias de seguro-desemprego emitidas<sup>95</sup> dos trabalhadores resgatados na construção civil, constatou-se que a maior parte dos trabalhadores vem do Nordeste, 149 (MA: 66; PI:59; BA: 7; PE: 6; CE:3;

---

95 As informações têm como base as guias do Seguro-Desemprego Especial emitidas para trabalhadores resgatados e, quando não houve emissão por falta de flagrante, o uso das guias de rescisão de contrato (nesta situação, 1 fiscalização com 9 resgatados). Na pesquisa, o número de resgatados (204) não será o mesmo do universo apresentado (192) pelos seguintes motivos:1) Trabalhadores foram resgatados, mas não receberam a guia pela empresa por estarem em período de carência para recebimento; 2) As empresas criaram embaraço à entrega das guias de seguro-desemprego. Outra questão é o fato de que algumas informações foram preenchidas a partir da autodeclaração, como cor, estado civil, escolaridade, ocupação e local de origem.

AL:3; PB:2; SE:3), com destaque para Maranhão e Piauí; dos 31 do Sudeste, somente 12 são do estado do Rio de Janeiro (SP:3; MG:10; ES:6; e RJ: 12); poucos do Norte, 11 (PA:4; TO:7); e 1 do Centro-Oeste/Distrito Federal.

No que se refere à jornada exaustiva, está presente em 6 fiscalizações, mas identifica-se a dificuldade de provas comprobatórias, principalmente por existir a necessidade de um conjunto de fatores (relação tempo de duração da jornada, condições de trabalho, etc.). Por isso, em todos os casos analisados, essa característica vem acompanhada de outros fatores. Cabe destacar que os cronogramas e os prazos curtos para realização das obras, assim como o pagamento por peça, são fatores de suma importância para compreensão de como a jornada exaustiva acontece, mesmo que tenda a ser camuflada.

Há um constante estímulo à intensificação do ritmo de produção, entretanto é colocado como responsabilidade do trabalhador, que, para agregar um extra ao salário com metros quadrados produzidos até mesmo no caso de essa ser a única fonte de renda (se o trabalho for por empreitada), alimenta a ideia de produzir o máximo para retornar para casa com uma maior quantia de dinheiro. Mas a medição pode não ser correta, assim como o pagamento do serviço realizado pode ser inexistente. Faz-se importante para o empregador a expectativa do trabalhador de receber o que foi prometido e trabalhar horas-extras além da jornada normal. E, quando o dinheiro por produção é pago, não será formalizado como ganho na carteira.

A única característica que não aparece nas fiscalizações com liberação é a de trabalho forçado – aqui entendido como quando o trabalhador é obrigado a exercer atividade sem sua livre iniciativa, em condições de coerção física ou psicológica. É possível identificar, na fiscalização da Ilé Construções e Reformas LTDA, em 25 março de 2015: degradância, jornada exaustiva, servidão por dívida e coerção física e psicológica. Mas não foi possível o registro de resgate porque a fiscalização ocorreu quando os trabalhadores já não estavam mais trabalhando na obra.

A terceirização dos serviços é a forma mais utilizada para redução dos custos com a força de trabalho. Das 19 fiscalizações, com e sem libertação, somente em uma não foi identificada a relação da empresa principal (contratante) e a empresa terceirizada (contratada). Uma explicação razoável para o fato é por conta de se tratar de uma pequena obra com 6 trabalhadores. Dos 18 casos em que há a relação, chama a atenção o fato de que em 14 deles a empresa terceirizada oferta serviços de prestação de força de trabalho para o que seriam consideradas atividades-fim da empresa principal, configurando a contratação irregular.<sup>96</sup> Dos 13 relatórios em que há resgate de trabalhadores, 12 tiveram a terceirização dos serviços, e destes, 10 possuíam a irregularidade na contratação.

Entende-se que, por meio da flexibilização dos contratos, grandes empresas utilizam a terceirização para intensificar a precarização das relações de trabalho e realizar a redução dos custos com a força de trabalho, na tentativa de garantir o aumento da taxa de lucro. Nesse sentido, quando se fala do responsável pela escravização, tem-se em mente: a responsabilidade pode ser de uma única empresa ou compartilhada entre a empresa principal e a terceirizada. O critério utilizado é o da tese da cadeia produtiva, quando o processo de produção é supervisionado e controlado pela empresa principal, assim como o material utilizado para realizar a atividade, ou seja, o serviço prestado pela empresa contratada é a própria atividade-fim da contratante. Trata-se da empresa principal não realizar a transferência da atividade para a contratada, mas continuar a ter controle sobre ela, atuando como

---

96 Cabe indicar que a classificação de terceirização regular e irregular surgiu antes da mudança da lei, em 2017, uma vez que a sistematização foi realizada em 2016. O Projeto de Lei 4.302/1998 foi aprovado na Câmara em maio de 2015 e encaminhado para ser votado no Senado. Em 31 de março de 2017, o projeto foi sancionado com três vetos pela presidência da República, tornando-se a Lei 13.429/2017; o trabalho temporário pode agora, no texto da lei: “atender à necessidade de substituição transitória de pessoal permanente ou à demanda complementar de serviços” (BRASIL, 2017). Mas entende-se que a mudança é um fator que mais contribui do que atrapalha para o estudo, pois demonstra a relação entre a flexibilização da regulação da contratação da força de trabalho, a intensificação da precarização das condições de vida e trabalho e os impactos negativos da lei da terceirização.

uma estratégia para redução de custos e responsabilidades para com o trabalhador (FILGUEIRAS, s/d).

No relato abaixo, dos auditores fiscais do trabalho, pode-se identificar como os cálculos para pagamento da força de trabalho, com os direitos assegurados pela legislação trabalhista, são impossíveis de fechar diante do dinheiro pago pela empresa contratante, Brookfield, à contratada (ou interposta), Empreiteira Construsilva LTDA.

Ora, salta aos olhos a falta de idoneidade econômica da empresa interposta, seja pela modicidade do local de moradia dos dirigentes, seja pela baixa escolaridade dos mesmos, seja pela tratativa feita com os obreiros pela via telefônica, a de pagar cerca de R\$ 9,00/metro quadrado de reboco aplicado, o que gerava uma média mensal, com aceitação uníssona, de cerca de R\$ 4.000,00 – quatro mil reais – por trabalhador, média essa igualmente aceita pelos prepostos e empregados como mínima, quando o contratado receberia por instrumento formalizado apenas R\$ 28.000 por mês, tendo empregado 13 homens no canteiro da tomadora, que na verdade é a TOMADORA!!! Torna-se muito fácil perceber que este empreendimento não seria lucrativo, pois sem se considerar encargos, a formalização de vínculo, FGTS, despesas com vale-transporte dentre outras rubricas, apenas tendo-se em mente o trabalho de dez homens/mês (custo mínimo de R\$ 40.000) – e só por argumentação rápida, pois foram 13 contratados –, já há um "déficit" de R\$ 12.000,00. A única forma de se alcançar o cronograma da obra com honraria das pagas seria de modo precarizante, sem garantias legais mínimas e sem respeito integral ao pactuado, isto é: indenização das passagens, alimentação total, deslocamento até o canteiro, alojamento digno, carteira assinada com quem de fato pudesse quitar salários (MT/SRTE – Relatório de Fiscalização Brookfield Centro-Oeste Empreendimentos Imobiliários, 2013, p. 20 – destaque do original).

Nos relatórios, duas situações são observadas: o caso da terceirizada não poder arcar com as despesas referentes a direitos e encargos trabalhistas dos trabalhadores libertos e a responsabilidade passa a ser atribuída à empresa principal, mas a contratação aparece como regular por se tratar da atividade-meio; e quando há comprovação da relação de atividade-fim, ou seja, a terceirizada só presta serviços de contratação da força de trabalho para execução da atividade principal da contratante, caracterizando como irregular, que também será responsabilizada pelo Ministério do Trabalho.

Compreende-se que, nos dois casos, a empresa principal tem a vantagem de contratos de baixo custo e terá controle sobre a atividade da contratada, mesmo que a terceirização só seja considerada irregular quando for para atividade-fim; "existe uma clara subordinação aos poderes de comando do círculo diretivo empresarial", que deve ser considerado (TEM/SRTE – Relatório de Fiscalização HOCHTIEF do Brasil S/A, 2014, p.52). O material utilizado, o controle e supervisão de qualidade da produção da atividade são realizados pela empresa principal, e somente a força de trabalho é contratada por intermédio de outra empresa, que, para garantir sua parte terá que reduzir os custos de manutenção do trabalhador.

Antes da regularização pela lei da contratação de terceirizadas,<sup>97</sup> até mesmo quarteirizadas, para realizarem a atividade-fim das empresas principais, os auditores utilizavam a responsabilidade solidária para garantir o pagamento imediato da rescisão do contrato e a garantia de uma remuneração mínima ao trabalhador

---

97 No período das fiscalizações já acontecia a discussão da aprovação da terceirização para atividade-fim, mas a aprovação do texto-base, da PL 4302/1998, considerada a mais rígida, ocorreu em 31 de março de 2017, tornando-se a Lei 13.429/2017. Quando o que regia a terceirização era a Súmula 331, de 2003, do Tribunal Superior do Trabalho (TST), proibindo a contratação de mão de obra por empresa interposta – salvo para serviços especializados ligados à atividade-meio do tomador, desde que inexistente a pessoalidade e a subordinação direta – os fiscais utilizavam-na, juntamente com o Artigo 455 da Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT), por não permitir a terceirização da atividade-núcleo ou principal do contratante e apenas assegurar a responsabilidade subsidiária do tomador dos serviços nos casos de terceirização da atividade-meio.

encontrado em condição análoga à de escravo. Com a abrangência das terceirizações, as obrigações trabalhistas passam a ser de responsabilidade da empresa terceirizada, cabendo à contratante apenas a fiscalização, sabendo que o interesse é de que a intensa exploração continue tendo invisibilidade para garantir o lucro. Nesse sentido, a terceirização como forma de contratação da força de trabalho para execução da atividade-fim é a juridificação para que a maior exploração nas relações de trabalho seja naturalizada e transformada na forma legal da precarização por parte das empresas principais.

O perfil das empresas flagradas com trabalho escravo em sua cadeia produtiva, como Odebrecht e Queiroz Galvão, permite compreender como grandes construtoras possuem uma tecnologia de ponta no setor da construção civil. A competição mundial exige o desenvolvimento científico e tecnológico, mas a exploração não deixa de existir, pelo contrário, é realizada na busca por produzir valor onde a alta tecnologia não permite mais. Pode-se observar que o setor teve um grande investimento para o desenvolvimento tecnológico, mas manteve em algumas atividades a intensa exploração na tentativa de extração máxima de valor dos trabalhadores. A intensificação da composição orgânica do capital ampliou a precarização das relações de trabalho tendo em vista a redução do tempo socialmente necessário à produção.

A tecnologia utilizada pelas construtoras já poupa tanto trabalho em detrimento do investimento em capital fixo que a rentabilidade dessa produção só é possível a longo prazo, com o superfaturamento das obras e a especulação imobiliária. Nesse sentido, encontra um limite estrutural, por depender de o Estado cumprir o papel de tornar a produção rentável e garantir o lucro investindo no setor da construção civil, mas também controlar o baixo custo da força de trabalho, por meio da política social de assistência e do acesso ao crédito para consumo (KURZ, 1997).

Assim, o capital busca incessantemente a acumulação e o desenvolvimento das forças produtivas, impulsionado para competição intercapitalista. Mas diante da crise capitalista, o investimento



em formas ficcionais de capital se torna mais lucrativo, e a produção se torna dependente das possibilidades de investimentos especulativos – forma de produzir dinheiro sem a produção real de valor.

Nesse sentido, o trabalho tem que ser escravo porque a redução do tempo de produção e de força de trabalho empregada chegou a um ponto em que a produção de valor não é mais suficiente para garantir a reprodução do capital. A redução de custos se torna a busca por alcançar a necessária elevação da taxa de lucro, mas na relação da produção mundial de mercadorias as vantagens da exploração não bastam para disputa global, uma vez que o tempo de produção se reduz significativamente com a Terceira Revolução Tecnocientífica, e a ficcionalização do capital se torna a forma imperante na busca por acumulação.

## **Conclusão**

Os dados apresentados indicam que o trabalho escravo pode ser encontrado em diferentes atividades no espaço urbano e rural, no Rio de Janeiro. Entretanto, o ano de 2013 se estabelece como um marco das fiscalizações e resgates no espaço urbano, especialmente na construção civil, trazendo novos fatores para o estudo de como ocorre a redução de custos com a força de trabalho e sua configuração enquanto violação dos direitos humanos.

Com a tecnologia que reduz significativamente o tempo de produção das mercadorias, como a presente na Terceira Revolução Tecnocientífica, há a multiplicação de trabalhadores para além do necessário até mesmo como reserva, tornando-se portanto a população trabalhadora excedente absoluta do modo de produção capitalista. Para as grandes construtoras há uma massa de desempregados que disputam as piores vagas, de contratos temporários, em médias e pequenas empresas do setor, pois essas empresas utilizam pouca tecnologia no processo de produção e, sendo assim, coma exigência para contratação menor, os trabalhadores podem ser inseridos mesmo que em condições precárias.

Nesse sentido, um fator de suma importância para entender o trabalho escravo contemporâneo é como se realiza o processo de precarização das condições de produção e reprodução da força de trabalho por meio da terceirização. A interposição está presente e se diferencia pela maneira desenvolvida, a contratação possui a aparência de normalidade jurídica, mas expressa a moderna forma de burlar a real responsabilização da empresa principal na cadeia produtiva. Trata-se da flexibilização das relações trabalhistas utilizada na tentativa desesperada de garantir lucro.

A construtora principal – quem compete por um lugar na dinâmica global – visa efetuar a redução dos custos com a força de trabalho sem que ocorra sua responsabilização, e utiliza a terceirização dos serviços para tal. A ausência de direitos trabalhistas, intensificação da jornada de trabalho, condições de alimentação parca e a degradação são fatores que assolam o trabalhador na construção civil e geralmente estão interligados, uma vez que as terceirizadas contratadas para execução do serviço das empresas principais, para ganhar o contrato, reduzem significativamente o valor a ser recebido e repassam essa minimização dos custos para a força de trabalho, como forma de retirar a parte que lhe cabe da administração das atividades.

Para os trabalhadores pobres do Nordeste e de outras regiões, o deslocamento/mobilidade do trabalho se repete, e nem sempre as condições de trabalho – atividades de grande risco para saúde e vida –, alojamento degradante e o parco salário são determinantes para deixar o emprego. Ser explorado, mas ter uma remuneração, é entendido como melhor do que a condição de desempregado.

Cabe pensar que, diante da coerção econômica da necessidade de sobrevivência, todos são servos, escravos no sistema capitalista. Mas a vulnerabilidade dos trabalhadores que migram é ainda maior quando se pensa nos custos do deslocamento e na necessidade de recursos para o retorno, na expectativa do trabalhador em ter algo a mostrar quando retornar. No lugar desconhecido em que está e na dependência do abrigo, alimentação e salário para sobrevivência, a instabilidade é um fator de intensificação

da coerção sobre o trabalhador. Essas são as condições que os fiscais têm que lidar nas ações de combate ao trabalho escravo, ainda mais agravadas pelas mudanças jurídico-legais que visam enfraquecer o enfrentamento por meio da redução de recursos e da incessante busca para regressão da legislação.

Pode-se dizer que há uma utilização sistêmica de redução de custos e uma busca constante pela regularização da precarização dos direitos trabalhistas e da aceitação de condições subumanas. Aponta-se, também, a impossibilidade de as fiscalizações darem conta da realidade e os trabalhadores resgatados não representarem o universo de trabalho escravo na construção civil e em outras atividades, o que significa que os dados apresentados são inferiores aos que de fato poderiam existir.

## Referências

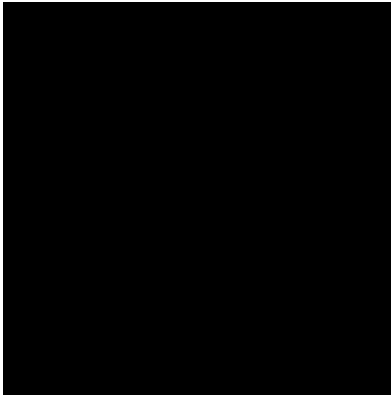
- BRASIL. *Código Penal*. Lei n.º 10.803, de 11 de Dezembro de 2003. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2003/L10.803.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/L10.803.htm). Acesso em: maio de 2017.
- \_\_\_\_\_. *Casa Civil*. Lei 13.429/2017, de 31 de Março de 2017. Altera dispositivos da Lei n.º 6.019, de 3 de janeiro de 1974, que dispõe sobre o trabalho temporário nas empresas urbanas e dá outras providências; e dispõe sobre as relações de trabalho na empresa de prestação de serviços a terceiros. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2017/lei/L13429.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/L13429.htm). Acesso em: janeiro de 2018.
- \_\_\_\_\_. *Ministério do Trabalho*. Resultados das Operações para Fiscalização do Trabalho Escravo. Disponível em: <http://trabalho.gov.br/fiscalizacao-combate-trabalho-escravo/resultados-das-operacoes-de-fiscalizacao-para-erradicacao-do-trabalho-escravo>. Acesso em: janeiro de 2018.
- \_\_\_\_\_. *Ministério do Trabalho (MT)*. Superintendência Regional do Trabalho e Emprego no Rio de Janeiro – SRTE/RJ. Relatórios das Fiscalizações (2013-2015).

- CUNHA, J. *75% das fiscalizações contra trabalho escravo no país não identificam crime*. Folha de São Paulo: São Paulo, 4 de novembro de 2017. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/mercado/2017/11/1932783- apenas-25-das-operacoes-contra-trabalho-escravo-identificam-crime.shtml>. Acesso em: novembro de 2017.
- ECONODATA. *Diretório das empresas*. Disponível em: [http://www.econodata.com.br/lista\\_empresas/RIO-DE-JANEIRO/RIO-DE-JANEIRO /M/18828148000184-MRX-EMPREITEIRA-LTDA-ME](http://www.econodata.com.br/lista_empresas/RIO-DE-JANEIRO/RIO-DE-JANEIRO /M/18828148000184-MRX-EMPREITEIRA-LTDA-ME). Acesso em: janeiro de 2018.
- FIGUEIRA, R.R. *Pisando fora da própria sombra – a escravidão por dívida no Brasil contemporâneo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.
- FILGUEIRAS, V.A. *Terceirização e trabalho análogo ao escravo: coincidência?* Disponível em: <https://indicadoresdeemprego.files.wordpress.com/2013/12/tercerizac3a7c3a3o-e-trabalho-anc3a1logo-ao-escravo1.pdf>. Acesso em: setembro de 2017.
- HADDAD, C.H.B. *Aspectos penais do trabalho escravo*. Disponível em: <http://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/496971/000991306.pdf?seq2ouence=1>. Acesso em: setembro de 2017.
- KURZ, R. *Os últimos combates*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.
- OJEDA, I. *Escravidão urbana passa rural pela primeira vez*. Repórter Brasil, São Paulo, Reportagem de 06 de fevereiro de 2014. Disponível em: <http://reporterbrasil.org.br/2014/02/escravidao-urbana-passa-a-rural-pela-primeira-vez/>. Acesso em: maio de 2017.
- PITTA, F.T. *As transformações na reprodução fictícia do capital na agroindústria canavieira paulista: do proálcool à crise de 2008*. Tese defendida no Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo: São Paulo, 2015.

## **Entrevistas**

CASTILHO, E. Entrevista concedida a Júlia A. S. de Paula. Rio de Janeiro, 02 agosto de 2016.

LYRA, A. Entrevista concedida a Júlia A. S. de Paula. Rio de Janeiro, 02 agosto de 2016.



# Intervenção em rede: sentidos atribuídos pelos profissionais responsáveis pela defesa dos direitos de crianças e adolescentes

*Caio Cesar Wollmann Schaffer*

## Introdução

O presente artigo tem por objetivo analisar os sentidos atribuídos à intervenção em rede pelos sujeitos que compõem as instituições do eixo de Defesa do Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente (SGDCA) do município de Rio das Ostras. Tal objetivo se refere a um recorte da pesquisa que subsidiou a dissertação de mestrado<sup>98</sup> do autor.

Enquanto SGDCA entende-se, conforme o disposto no Artigo 1.º da Resolução n.º 133/2006 do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA), como a

articulação e integração das instâncias públicas governamentais e da sociedade civil, na aplicação de instrumentos normativos e no funcionamento dos mecanismos de promoção, defesa e controle para a efetivação dos direitos humanos da criança e do adolescente, nos níveis Federal, Estadual, Distrital e Municipal (CONANDA. Art.1, Resolução n.º 113/2006).

---

98 SCHÄFFER, C.C.W. A INTERVENÇÃO EM REDE NO MUNICÍPIO DE RIO DAS OSTRAS: percepções dos sujeitos do eixo de defesa do Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente. Rio de Janeiro, 2017. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Escola Serviço Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2017.

Esse Sistema se organiza a partir de três eixos relacionados aos direitos humanos de crianças e adolescentes: Defesa, Promoção e Controle Social. Participam do eixo de Defesa os órgãos do Judiciário (em especial as varas da infância e juventude ou com essa atribuição), Ministério Público, Defensoria Pública, Conselhos Tutelares, entidades da sociedade civil de defesa dos direitos da criança e do adolescente, as forças policiais e as ouvidorias. Do eixo de Promoção, os equipamentos encarregados pela execução das políticas sociais (assistência social – proteção social básica e especial, instituições de acolhimento institucional e familiar, saúde, habitação, educação, lazer, transporte, cultura, segurança, etc.) e as organizações não governamentais registradas nos Conselhos Municipais dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA) que ofereçam programas de atendimento à criança e ao adolescente. E do eixo de Controle Social, participam os Conselhos da Criança e do Adolescente (nacional, estaduais e municipais), os conselhos setoriais de formulação e controle de políticas públicas e os órgãos responsáveis pela fiscalização orçamentária nos diferentes poderes.

A estruturação desse SGDCA, que surge inicialmente enquanto elucubração teórica,<sup>99</sup> mas que ganha a roupagem de norma com a Resolução n.º 133/2006 do CONANDA, visou garantir a operacionalização da Política de Atendimento à criança e ao adolescente, prevista no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), estimulando intervenções de caráter intersetorial direcionadas a esse público. Essas intervenções deveriam ser planejadas, executadas, geridas e avaliadas por um conjunto de instituições e serviços que trabalhariam de forma articulada visando o atendimento aos

---

99 Originalmente, essa reflexão e a expressão nasceram no âmbito dos que militavam direta ou indiretamente no Núcleo de Estudos, Pesquisa e Ação "Direito Insurgente" – NUDIN, em Salvador, nos idos de 1992, do qual fazia parte o Autor, colhidas no campo dos Direitos Humanos, em nível internacional. Posteriormente, em 1993, apresentada por ele à equipe do CENDHEC, em trabalhos conjuntos, foi essa ideia desenvolvida pela direção e equipe (com especial destaque para a produção de Margarida Bosh Garcia) e acolhida formalmente pelo CONANDA, por proposta da Associação Nacional dos Centros de Defesa da Criança e do Adolescente – ANCED, como balizadora da II Conferência Nacional dos Direitos da Criança (1997) e ali ainda mais desenvolvida e explicitada, com mais legitimidade até (NOGUERIA NETO, 1999b, p. 51).



direitos humanos das crianças e dos adolescentes. Na referida normativa, em seu artigo 5.º, esse horizonte organizacional-operativo foi consubstanciado no termo “rede”.<sup>100</sup>

Os autores pesquisados que buscaram apresentar o estado da arte sobre a conceituação do termo “rede” são unânimes em afirmar que: a) há um aumento considerável nos estudos que se utilizam desse conceito nas mais diferentes áreas do saber; e b) não há uma precisão conceitual sobre “rede” (LOIOLA e MOURA, 1997; MISOCZKY, 2009; SCHERER-WARREN, 1994).

Scherer-Warren (1994), por sua vez, avalia que no âmbito da produção do conhecimento o termo “rede” assume ou a condição de conceito teórico ou de conceito metodológico, enquanto para os atores sociais essa noção é empregada para designar um determinado tipo de relação ou prática social.

Quando observado o uso do termo “rede” para se referir à organização, implementação, gestão e operacionalização das políticas sociais, observa-se uma atribuição de um poder quase metafísico ao termo. A “rede”, assim, se tornou a solução mágica para a resolução de todas as demandas complexas que chegam no dia-a-dia dos serviços, sendo recorrente a defesa de um modelo de gestão “em rede” enquanto a “solução adequada para administrar políticas e projetos onde recursos são escassos, os problemas são complexos, e existem muitos atores interessados” (TEIXEIRA, 2002, p. 1). Tal discurso tem sido utilizado, não raramente, para escamotear a situação precária dos equipamentos das diversas políticas públicas e para delegar aos profissionais dessas políticas a responsabilidade pela (in)eficácia das ações realizadas, mesmo com a ausência de insumos necessários.

Do ponto de vista interventivo, é comum no cotidiano dos serviços falas como “a rede não funciona” em contraponto a “o problema é que não tem rede” – falas essas muitas vezes ditas pelo mesmo profissional. Observa-se que na primeira fala o su-

---

100 Os órgãos públicos e as organizações da sociedade civil que integram o Sistema, deverão exercer suas funções, *em rede*, a partir de três eixos estratégicos de ação: (I) defesa dos direitos humanos, (II) promoção dos direitos humanos e (III) controle social da efetivação dos direitos humanos (CONANDA, 2006 – grifo meu).

jeito utiliza o termo rede para substituir sistema, e, no segundo, para dizer que os serviços que idealmente deveriam trabalhar articulados não o fazem, ou seja, só haveria rede se os serviços estivessem integrados. Nessas perspectivas, “rede” não remete a uma ferramenta interventiva dos profissionais que trabalham nas variadas políticas públicas, mas algo abstrato, uno, transcendente, estranho aos profissionais e serviços e que, em geral, “não funciona”.

Essas duas falas apresentam perigos ao remover o conteúdo relacional do conceito de rede. Na primeira, a rede é algo uno, completo, tal como uma máquina que tem como serventia funcionar. Na segunda, por vincular a rede a uma perspectiva binária e entender que a articulação em rede é algo externo aos sujeitos que compõem os serviços, algo que vem pronto. Ambas as perspectivas carecem de um olhar crítico capaz de compreender a perspectiva de rede em sua contradição.

Nesse sentido, é necessário ter clareza de que a intervenção em rede não é a solução mágica para os problemas complexos no campo das políticas públicas. Não se pode perder de vista a situação precária dos equipamentos das diversas políticas públicas, o enxugamento dos quadros de profissionais, a terceirização da gestão por meio de Organizações Sociais (OS), os contratos de trabalho precarizados e a sobrecarga de trabalho. Tal questão é fundamental para o estabelecimento de estratégias interventivas não idealistas, que considerem os limites da atuação em rede.

Não obstante, fugindo do fatalismo, entende-se que a rede pode ser um importante instrumento para a ação coletiva e para o trabalho nas políticas públicas. Nesta leitura, a rede é entendida, em seu viés técnico-operativo, como um instrumento capaz de potencializar o processo de planejamento e de execução, de ações e projetos, intersetoriais e interdisciplinares, direcionados ao fortalecimento das demandas dos usuários.

Dialogando com a perspectiva de Rovere (1999), toda rede é, em última análise, uma relação entre pessoas. É claro que essas pessoas representam suas instituições e seus cargos, mas também

representam seus desejos e seus valores. Assim, qualquer proposta operativa de rede que não leve em consideração essa perspectiva relacional tende a recair em idealizações, podendo apresentar mais dificuldades em se consolidar. Em contraponto, qualquer proposta operativa que negligencie as questões objetivas e as relações de poder, tende a superdimensionar as vontades individuais, o que também incidirá na execução da proposta.

Oliveira et. al. (2006, p. 144) considera que uma rede de proteção é “uma concepção de trabalho que dá ênfase à atuação integrada e intersetorial”. Ou seja, rede não é causa, mas é, ao mesmo tempo, meio e resultado. Não existe rede *a priori*, ela é construída no cotidiano das instituições, permitindo que novos parceiros se agreguem, ampliando alternativas de intervenção.

Assim, no que se refere à infância e juventude, não existe “A” rede de infância e juventude, como uma tipologia ideal pré-definida, mas sim um conjunto de instituições que compõem o SGDCA e que encontram na ferramenta “rede” uma forma para coordenar coletivamente suas intervenções com o objetivo de proteger crianças e adolescentes. Nesse sentido, destaca-se o pensamento de Brancher, o qual considera que

quando se fala em ‘Sistema de Garantia de Direitos’, melhor se tem em mente a compreensão teórica, abstrata e estática do conjunto de serviços de atendimento previstos idealmente em lei, enquanto a expressão ‘Rede de Proteção’ expressa esse mesmo sistema concretizando-se dinamicamente, na prática, por meio de um conjunto de organizações interconectadas no momento da prestação desses serviços (2000, p. 130).

Entender a rede enquanto instrumento interventivo permite avançar na construção de ações mais abrangentes, intersetoriais, articuladas e coordenadas. Isso porque esse instrumento apresenta um conjunto de características que potencializam as ações coletivas, tais como a integração, interdependência, autonomia dos atores, flexibilidade, fluxo informações e otimização de recursos humanos e materiais.

## Metodologia

Para a compreensão e a análise do objeto da pesquisa utilizou-se a abordagem qualitativa, pois essa forma de pesquisa permitetrabalar “com o universo dos significados, dos motivos, das aspirações, das crenças, dos valores e das atitudes” (MINAYO, 2015, p. 21).

O campo empírico foi constituído pelas diferentes instituições que compõem o eixo de Defesa do SGDCA do município do Rio das Ostras, com exceção dos órgãos de segurança pública, das ouvidorias e das entidades da sociedade civil organizada. Considerou-se que, embora os órgãos de segurança pública componham o eixo de defesa do SGDCA, sua atuação destoa das demais instituições, dado o seu caráter exclusivamente repressivo. Não há em Rio das Ostras entidades sociais de defesa dos direitos humanos da criança e do adolescente, nem centrais de ouvidorias. Dessa forma, o campo foi composto pela Vara de Família, Infância, Juventude e Idoso da Comarca de Rio das Ostras, Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude de Rio das Ostras, Defensoria Pública de Rio das Ostras e Conselho Tutelar de Rio das Ostras.

Esse *locus* foi escolhido em razão de o município de Rio das Ostras contar com os principais serviços públicos de defesa idealizados pelo SGDCA, inclusive com a existência de uma Vara e de uma Promotoria de Justiça com competência de infância e juventude. Outro fator preponderante nessa escolha foi o fato de o autor compor o quadro dos profissionais da equipe de Serviço Social do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro responsável pelo atendimento às Varas dessa Comarca e ter sido o assistente social de referência para o atendimento dos casos de infância e juventude, nessa instituição, entre maio de 2014 e agosto de 2015.

Foi avaliado que o critério de seleção que melhor atenderia ao objetivo do estudo realizado seria o da representatividade. Nesse sentido, foram considerados os seguintes critérios de inclusão na amostra: a) um membro de cada uma das profissões que integram as equipes técnicas dessas instituições; e b) profissionais responsáveis por tomar as decisões institucionais no tocante à infância. Tomando-se tais parâmetros, foram selecionados e convidados

a compor esta pesquisa profissionais: a) do Serviço Social e da Psicologia que assessoram a Vara de Família, Infância, Juventude e Idoso da Comarca de Rio das Ostras, a Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude de Rio das Ostras e os que trabalham no Conselho Tutelar de Rio das Ostras; b) a totalidade dos Conselheiros Tutelares; c) o Juiz com competência de infância e juventude; d) o Promotor de Justiça com competência de infância e juventude; e) o defensor público referência nos casos envolvendo crianças e adolescentes.

No tocante às técnicas empregadas na coleta de dados, utilizou-se a entrevista do tipo semiestruturada, em razão de ser uma forma privilegiada de interação entre o pesquisador e o participante da pesquisa, bem como principal meio de coleta de dados primários. Esses dados “referem-se a informações diretamente construídas no diálogo com o indivíduo entrevistado e tratam da reflexão do próprio sujeito sobre a realidade que vivencia” (MINAYO, 2015, p. 65). Construções que, por sua vez,

constituem uma representação da realidade: ideias, crenças, maneira de pensar; opiniões, sentimentos, maneiras de sentir; maneiras de atuar; condutas; projeções para o futuro; razões conscientes ou inconscientes de determinadas atitudes e comportamentos (MINAYO, 2015, p. 65).

Foram realizadas 14 (quatorze) entrevistas, sendo três na Vara de Família, Infância, Juventude e Idoso da Comarca de Rio das Ostras (um juiz, um psicólogo e um assistente social), três na Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude de Rio das Ostras (um promotor de justiça, um psicóloga e um assistente social), um na Defensoria Pública (um defensor responsável pelos processos relacionados à infância) e sete no Conselho Tutelar de Rio das Ostras (cinco conselheiros, uma psicóloga e uma assistente social)

Foi explicitado aos participantes da pesquisa no início das entrevistas o caráter voluntário da participação, bem como outros aspectos éticos da pesquisa, expressos em Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.

As entrevistas foram gravadas, transcritas, digitadas e revisadas para possibilitar sua análise. Buscou-se preservar o anonimato dos participantes da pesquisa por meio da codificação das transcrições. Dessa forma, nos fragmentos das entrevistas, utilizaram-se os seguintes códigos: D (profissional do Direito), AS (assistente social), Psi (Psicóloga), C (Conselheiro Tutelar), seguidos de um número correspondente à sequência das entrevistas.

O tratamento dos dados obtidos através das entrevistas se deu pelo método de interpretação de sentidos, tendo por base os estudos de Gomes (2015).

De acordo com Gomes (2015, p. 100),

para que possamos interpretar os nossos dados, é preciso: (a) buscar a lógica interna dos fatos, dos relatos e das observações; (b) situar os fatos, os relatos e as observações no contexto dos atores; (c) produzir um relato dos fatos em que seus atores nele se reconheçam.

Para alcançar esses resultados o autor propõe o método de interpretação de sentidos que tem como objetos de análise: “(a) palavras; (b) ações; (c) conjunto de inter-relações; (d) grupos; (e) instituições; (f) conjunturas, dentre outros corpos analíticos” (GOMES, 2015, p.97). Esse método, defende Gomes (2015, p.105), parte de uma perspectiva interpretativa que procura avançar

mais na interpretação, caminhando além dos conteúdos de textos na direção de seus contextos e revelando as lógicas e as explicações mais abrangentes presentes numa determinada cultura acerca de um determinado tema.

Assim, ao utilizar o método de interpretação de sentidos, buscou-se progredir tanto na compreensão quanto na crítica dos dados gerados na pesquisa. A análise proposta neste estudo percorreu o seguinte caminho, tal qual adaptado por Gomes (2015): a. Leitura compreensiva do material selecionado, visando à impregnação dos depoimentos, à construção de uma visão de conjunto e à apreensão das particularidades do material gerado pelas entrevistas;

b. Exploração do material com objetivo de ir além das falas e dos fatos, buscando: (I) identificar e problematizar as ideias explícitas e implícitas no texto; (II) encontrar os sentidos mais amplos (socio-culturais) que articulam as falas dos participantes da pesquisa; (III) dialogar os sentidos atribuídos com as informações provenientes de outros estudos acerca do assunto e o referencial teórico do estudo;

c. Elaboração de síntese interpretativa articulando o objetivo do estudo, a base teórica adotada e os dados empíricos.

Ao se investigarem os sentidos atribuídos à intervenção em rede, não se tentou chegar a uma resposta única, coerente, definida, completa do objeto da pesquisa, mas apreender suas nuances muitas vezes contraditórias, parciais, tendo em vista que os sujeitos sociais, mesmos quando expostos a realidades similares, têm possibilidades de construir sentidos diferentes sobre um mesmo fenômeno social.

A pesquisa foi submetida à Plataforma Brasil, registrada sob Certificado de Apresentação para Apreciação Ética n.º 54861316.0.0000.5582, em 30 de março de 2016, e aprovada, pelo Comitê de Ética em Pesquisa do Centro de Filosofia e Ciências Humanas da UFRJ, em 13 de abril de 2016 (Anexo C), em cumprimento às Resoluções 466/2012 e 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde (CNS), que regulamentam pesquisas envolvendo seres humanos.

### **Resultados da pesquisa: sentidos atribuídos à intervenção em rede**

A análise do conjunto das entrevistas permitiu identificar três núcleos de sentido pelos quais circundam as percepções sobre intervenção em rede: (1) comportamento ativo; (2) forma organizativa do trabalho; e (3) estratégia de ação coletiva.

O núcleo de sentido comportamento ativo apareceu em apenas uma fala, onde o participante da pesquisa privilegiou o termo intervenção. A intervenção em rede foi compreendida como sendo uma atitude proativa dos profissionais.

*"Todo o comportamento proativo que cada um de nós, componentes da rede, implementa é uma forma de intervenção. [Assim, intervenção em rede] é todo comportamento ativo em que eu atuo, que eu implemento visando resguardar os interesses das crianças e adolescentes em situação de risco" (D1).*

Avalia-se que, mesmo que o trabalho em rede necessite de um determinado tipo de comportamento de seus operadores, a conduta dos sujeitos, por si só, é incapaz de definir um trabalho em rede. Não obstante, muitos autores valorizam a decisão e a ação subjetiva dos sujeitos sociais como sendo um elemento central à operacionalização do trabalho em rede. Silva (2016), por exemplo, ao analisar as articulações existentes entre as instituições que compõem o Terceiro Setor, considerou que o desejo dos sujeitos seria um de seus principais fundamentos operativos.

Para esse autor, a vinculação dos sujeitos a uma determinada rede fundamenta-se numa "consciência individual" que produz a adesão aos valores e objetivos estabelecidos como comuns, interconectando ações e projetos. Ou seja, nessa perspectiva, é a vinculação voluntária dos indivíduos a um código de conduta colaborativo que sustenta as possibilidades operacionais de uma rede.

Türk (2002), por sua vez, avalia que as pessoas se articulam por laços de solidariedade independentemente dos interesses das instituições que representam. Essa solidariedade, segundo a autora, é caracterizada por um posicionamento ético diante dos conflitos de classe da sociedade capitalista. Nesse sentido, a decisão individual de aderir às práticas de trabalho em rede seria um processo de resistência à cultura do individualismo. Para tanto, "flexibilidade para aprender, disponibilidade para compartilhar e qualidade para executar" seriam características a ser aprimoradas pelos atores (TÜRCK, 2002, p. 32).

Solfa (2008) defende que uma forma organizativa de trabalho conjunto não poderia ser considerada como sendo "em rede" sem a existência de uma base de lealdade, capaz de estimular os sujeitos a, conscientemente, tornar-se corresponsáveis no alcance de um objetivo comum. No entanto, essa adesão individual, mesmo sen-



do um elemento importante na construção das redes, constituiria apenas mais uma dentre tantas características sem as quais seria impossível pensar a operacionalização das redes.

Para Ribas (2016), a vontade dos sujeitos seria o principal elemento de coesão e sustentação das redes.

As redes se sustentam pela vontade e afinidade de seus integrantes, caracterizando-se como um significativo recurso organizacional, tanto para as relações pessoais quanto para a estruturação social (RIBAS, 2016, p.3).

Essa centralidade da liberdade dos atores sociais enaltecida pelos autores é típica das redes do Terceiro Setor, posto não haver pressão institucional para que os sujeitos decidam participar, ou não, daquela forma organizativa. Não obstante, mesmo as redes do Terceiro Setor, tendo a potência de poder contar com a mobilização voluntária dos seus membros, dada essa característica da adesão ser um ato de liberdade e uma opção individual dos atores, possuem a dificuldade de conviver regularmente com a entrada e saída de membros.

Mesmo quando o trabalho em rede está colocado numa lógica intersetorial, ou seja, quando os sujeitos reunidos carregam consigo o mandato da instituição onde atuam, a adesão voluntária dos sujeitos também é um elemento importante. Conforme elucidado por Rovere (1999, p.50),

No estamos hablando aquí de redes voluntarias, por ejemplo redes de ONG, sino que estamos incorporando redes voluntarias dentro de alguna estructura organizacional. Es decir, estamos hablando en este caso de participantes que tienen mandatos institucionales. Nuestra posición en la sociedad no es sólo la de ciudadanos, alguien podrá ser, además de ciudadano, funcionario, trabajador de una institución, etc, que tiene que generar respuestas institucionales.

Dessa forma, quando a rede é pensada em termos de políticas públicas, há de se considerar que outros elementos, para além da

vontade individual, irão influenciar na decisão dos sujeitos em aderir ao trabalho em rede.

O segundo núcleo de sentido, forma organizativa do trabalho, apareceu associado às ideias de (1) *ação multidisciplinar*, (2) *parceria* e (3) *unidade articulada*, e representa quase a totalidade das falas sobre intervenção em rede. Em linhas gerais, as falas aqui categorizadas percebem o trabalho em rede como uma forma de organização do trabalho do SGDCA. No entanto, mesmo ancoradas num mesmo sentido atribuído, as ideias associadas apresentam diferenças entre si.

A ideia de *ação multidisciplinar* como definidora da maneira de organizar uma intervenção em rede foi apreendida em uma única entrevista. A visão é de que o trabalho em rede se organiza a partir da composição dos saberes de diferentes disciplinas, o que contribuiria para um salto qualitativo no atendimento a crianças e adolescentes.

*“Eu definiria [intervenção em rede] como um trabalho multidisciplinar” (Psi1).*

Embora não exista na literatura o entendimento de que o trabalho multi ou interdisciplinar seja definidor do trabalho em rede, alguns autores entendem que a composição dos saberes de múltiplas profissões e/ou disciplinas constitui um dos elementos que agregam maior potência a essa forma de organização do trabalho.

Türk (2002), por exemplo, na busca de construir uma proposta operacional de trabalho em rede, elabora o conceito de Rede Interna, que exalta o saber e a ação interdisciplinar enquanto atributos constitutivos desse tipo de Rede. Assim, para o autor, Rede Interna seria a

*síntese da experiência e conhecimento profissional dos atores sociais em uma ação conjunta e participativa, objetivando a construção de uma práxis interdisciplinar no atendimento a situações individuais e/ou coletivas que emergem em um determinado contexto social (TÜRCK, 2002, p. 32).*

O atendimento de crianças e adolescentes que tenham seus direitos violados, segundo Motti e Santos (2008), exige a intervenção de uma equipe multiprofissional, que trabalhe numa perspectiva interdisciplinar e intersetorial, envolvendo as diversas políticas públicas setoriais e a construção de fluxos de referência e contrarreferência.

No entanto, entende-se que, apesar de a intervenção em rede permitir a composição de saberes disciplinares distintos e isso agregar valor operativo a essa rede, não necessariamente a formação dessa rede será multiprofissional. Isso porque, cada vez mais, profissões como o serviço social e a psicologia têm sido empregadas nas mais diversas políticas públicas e instituições como arquétipo de “equipe técnica”. Dessa forma, a variedade de composições e organizações possíveis na relação estabelecida entre as diferentes políticas públicas e instituições permite vislumbrar que determinada rede possa ser articulada apenas por profissionais de uma mesma disciplina. Ou seja, em uma dada reunião de rede podem estar presentes apenas profissionais de uma mesma categoria.

A ideia associada de *parceria*, por sua vez, predominou sobre as demais ideias associadas ao sentido atribuído de forma organizativa do trabalho, e enfatizou a realização de ações conjuntas entre instituições diferentes como forma de organizar o trabalho do SGDCA. Essa perspectiva enfoca a organização dos processos de trabalho a partir dos profissionais e das instituições.

*“Atuar em rede [é] atuar em conjunto com as outras instituições” (D2).*

*“estarem agindo em conjunto e não planejando individualmente [...] Seria isso, eles atuarem em conjunto, né?” (Psi2).*

*“O trabalho em rede é onde funcionam os órgãos públicos com o Conselho, trabalhando em equipe, em conjunto. Passando as necessidades de um para o outro até chegar a um denominador comum onde a gente resolva aquele caso” (C5).*

A ênfase no trabalho conjunto, na *parceria*, entre as instituições está relacionada à compreensão, por parte dos participantes da pesquisa, dos limites das instituições em que atuam. Tais limites ora dizem respeito à delimitação normativa de sua atuação institucional, ora da complexidade das situações que requerem a intervenção. Diante desses limites objetivos reconhece-se a necessidade de convocar outras instituições/políticas para buscar atender à situação em intervenção.

Se considerado o esquema de classificação proposto por Rovere (1999),<sup>101</sup> atrelar-se-ia essa ideia associada ao nível da “colaboração”. Esse nível corresponde ao início do trabalho em conjunto, quando as ações são propostas e realizadas ainda de forma espontânea e assistemática.

Mioto (2002) avalia que, diante da realidade atual, as formas tradicionais de intervenção, movidas pela lógica da segmentação das necessidades e por respostas setORIZADAS e especializadas, são pouco efetivas. A autora analisa que as demandas desencadeadas pelas transformações ocorridas no âmbito das relações sociais, tais como o enfraquecimento das formas comunitárias de vida e o aumento da mobilidade social, transbordam os limites das respostas institucionalizadas. É diante desse quadro que a atuação em rede aparece como alternativa para enfrentar tais limites e atender as demandas dos usuários.

---

101 Segundo o autor, haveria cinco níveis distintos de vínculos que permitiriam monitorar os graus de profundidade de uma rede. O primeiro nível seria o de “reconhecimento”, ou seja, o entendimento de quais são os possíveis atores que, potencialmente, fazem parte da rede. É o momento de considerar a existência do outro. O segundo nível seria o de “conhecimento”, isto é, quem é esse outro, qual o seu mandado institucional, o que ele faz, quais seus valores. O autor considera que a combinação desses dois primeiros níveis possibilita o acesso à colaboração. Nesse terceiro nível estariam as primeiras experiências de auxílio não sistemático, de trabalho conjunto, de trocas de experiência. O amadurecimento desse processo possibilitaria a construção de atividades compartilhadas com certa regularidade e intervenções planejadas conjuntamente, demarcando o ingresso no nível da cooperação. O que subsidiaria a chegada nesse nível seria o reconhecimento, pelos atores, da existência de um problema que lhes é comum, o que exigiria o compartilhamento desde o planejamento até a execução das ações. Por fim, o quinto nível proposto é o de associação, onde os atores se comprometeriam oficialmente, se não contratualmente, uns com os outros e compartilhariam recursos. Nesse nível, poderiam ser inseridas as experiências das redes de proteção que são formalizadas e que possuem, inclusive, dotação orçamentária para o desenvolvimento de ações.

Loiola e Moura (1997) avaliam que, diante da complexidade das situações a ser enfrentadas pelas políticas públicas, a departamentalização e a integração vertical próprias do modelo burocrático tendem a ser substituídas pela organização do trabalho em rede, onde se prioriza a articulação de ações – por projeto e numa perspectiva territorial –, incorporando a ideia de diferentes repartições de competência. Assim,

a interação de atores e organizações, enquanto rede, parece funcionar como uma tentativa de ampliar o leque de parceiros – em quantidade e diversidade –, a fim de viabilizar interesses e projetos comuns. Significa, portanto, um rompimento com os princípios-chave das instituições burocráticas, através da preservação da heterogeneidade entre os parceiros e da busca da flexibilidade de funcionamento, privilegiando as relações de cooperação (LOIOLA E MOURA, 1997, p.60).

Motti e Santos (2008, p. 5) reforçam essa perspectiva na medida em que advogam que

ninguém e nenhuma organização é suficiente para responder e implementar ações totalmente resolutivas em seu próprio âmbito de atuação [...] Contudo, cada instituição ou pessoa em seu raio de ação tem algo a falar, a fazer, a propor e, especialmente, a contribuir para melhor compreensão do fenômeno e para proteção das crianças, dos adolescentes e das famílias.

Diante disso, as autoras defendem que, para se trabalhar em rede, é preciso o reconhecimento de que todos atores são dotados de recursos, de capacidades, de possibilidades, na mesma medida em que são possuidores de fragilidades, de carências e de limitações.

Ribas (2016) corrobora com essa compreensão. O autor avalia que o aumento do interesse no conceito e na prática do trabalho em rede tem favorecido o entendimento, por parte dos profissionais, de que as instituições e programas de atendimento precisam

estar integrados, e que ações isoladas, por mais organizadas e bem-intencionadas que sejam, têm pouca capacidade de restaurar e promover direitos e de enfrentar os problemas que atingem crianças, adolescentes e suas famílias.

Nessa ideia associada, portanto, o trabalho em rede se constitui como uma forma de atender a complexidade das situações e a incompletude institucional atendidas. No entanto, observa-se que é dada uma autonomia significativa aos profissionais para fazer uso, ou não, dessa forma de trabalho. Nessa perspectiva, portanto, a rede se apresenta enquanto uma ferramenta de organização da intervenção, e não de gestão das políticas.

Ainda no escopo do sentido atribuído de forma organizativa do trabalho, a ideia de *unidade articulada* projeta uma organização de serviços atuando de forma integrada. Diferente da ideia associada anterior, essa articulação não apresenta caráter eventual, meramente colaborativo e cuja ação depende da leitura dos profissionais, mas um modo de ser interinstitucional, onde os atores e instituições articulam-se sistematicamente com base em um objetivo comum. Trata-se então de uma estratégia de gestão na forma de organizar o trabalho dos diferentes serviços, políticas e instituições.

*“Intervenção em rede é quando as tramas estão interligadas,[...] quando todos os equipamentos estão interligados para a garantia desse direito” (C1).*

*“Eu entendo de rede isso: essa interligação entre todas as unidades. Eu posso dizer assim: Saúde, Educação, Assistência, etc.” (AS1).*

*“[a intervenção em rede é] um trabalho articulado, onde todos os componentes daquele trabalho, daquela rede,[...] cada um ocupa sua posição” (AS2).*

*“[sobre] intervenção em rede [é] o que eu já ouço falar, né? Uma rede de pescar com as amarras ali entrelaçadas que todo mundo se fale, se converse, mas todo mundo também se respeitando – cada um dentro das suas atribuições – e não um jogando para*

*o outro, né? Repassando os problemas. Mas cada um dentro da sua atribuição fazendo com que isso chegue até a pessoa que esteja precisando” (C2).*

A ideia de *unidade articulada* assemelha-se à visão idealizada posta na Política de Atendimento do ECA e na Resolução n.º 113, de 19 de abril de 2006 do CONANDA, que institui o SGDCA. Tais idealizações, próprias das legislações protetivas – uma vez que visam projetar uma outra realidade societária em construção –, em última análise, são diretrizes de gestão de políticas de proteção social.

Para Brancher, as normativas já explicitam a competência, as atribuições e funções dos diversos atores que compõem o SGDCA. Nesse sentido, “o planejamento e a gerência do trabalho, de forma integrada em rede, parte do pressuposto de que todos os agentes devem estar cientes de suas funções no conjunto das ações que serão desenvolvidas” (BRANCHER, 2000, p. 124).

É possível identificar nas falas dos entrevistados AS2 e C2 a preocupação para que os profissionais se responsabilizem pelas competências e atribuições de suas instituições, bem como respeitem as competências e atribuições dos demais atores.

A esse respeito, o entendimento de Ribas (2016, p.4) converge com o de Brancher (2000) no sentido de compreender que

as redes de atendimento de crianças e adolescentes possuem um âmbito temático de ação estabelecido em lei (defesa, proteção e promoção dos direitos desse público), um espaço territorial de ação bem definido (federação, estado ou município), um conjunto de instituições e programas concretamente inseridos nos respectivos territórios (cujas modalidades e regime de atendimento estão descritos no marco legal do setor).

Assim, para se operacionalizarem as redes de atendimento, bastaria que projetos, serviços e instituições fossem integrados conforme preconizam as normativas.

Já Pfeifer (2009), pensando a construção do trabalho em rede no âmbito das políticas sociais, entende que as previsões nor-

mativas não são suficientemente claras e, nesse sentido, que o processo de integração e delimitação dos espaços de atuação deve ser construído democraticamente, numa perspectiva de atendimento integral às demandas particulares e coletivas de indivíduos, famílias e comunidades usuárias das políticas sociais. O desafio posto seria o de articular os diferentes espaços de provisão do bem-estar social, tanto na construção de ações integradas – isto é, em conjunto ou em parceria – quanto para o estabelecimento de benefícios, serviços, programas, projetos e instituições, numa lógica de complementariedade das ações.

Oliveira (2004) também ressalta a questão da complementariedade na conformação de uma rede de atendimento. O autor corresponsabiliza gestão e profissionais para a efetivação dessa forma organizativa de trabalho. Para ele, somente é possível construir um trabalho em rede

se houver complementariedade – intencionada e concretizada – nas intervenções de cada política social e, desta, com as demais políticas sociais, através dos serviços prestados, o que demanda planejamento e ações em parceria (OLIVEIRA, 2004, p. 14).

Pensando no âmbito da gestão das políticas sociais, Pereira e Teixeira (2013), destacam haver um consenso de que a intervenção em rede é um mecanismo capaz de reduzir custos, flexibilizar processos de trabalho e aumentar a eficácia, a eficiência e a efetividade das políticas sociais. Diante de tal entendimento, essa modalidade de gestão e intervenção viria despontando como princípio ordenador das políticas sociais na contemporaneidade. As autoras defendem que a integração em rede entre as diferentes políticas públicas, serviços e programas sociais numa perspectiva intersectorial, com vistas à integralidade do atendimento da população, permitiria que fossem dadas respostas mais totalizantes capazes de considerar os mais diferentes aspectos dos problemas sociais.

Retornando à classificação de Rovere, essa ideia associada de *unidade articulada* corresponderia aos níveis de “cooperação” e “associação”. No nível de cooperação, a prática de “trabalhar com”



possui sistematicidade, as relações entre os atores tornam-se mais complexas, posto que os sujeitos compreendem a existência de um problema comum cuja intervenção deve ser realizada de forma compartilhada. Já no nível “associação”, a relação se aprofunda a ponto de serem construídos acordos e planejamentos formais, inclusive, com o compartilhamento de recursos. Esse nível teria ligação com aquilo que Pfeifer (2009) nominou de Planejamento Compartilhado, ou seja, quando o trabalho em rede é considerado desde o momento da formulação das políticas. Isso diria respeito à

capacidade de coordenação interorganizacional para o estabelecimento de políticas norteadoras, de metas compartilhadas e de processos de trabalho conjunto, conjugando estratégias para a agregação entre as ações das diferentes políticas, programas, projetos, serviços, benefícios e instituições (PFEIFER, 2009, p. 11).

Avalia-se que, enquanto os elementos postos até o nível de cooperação são possíveis de ser incorporados e operacionalizados pelos profissionais e gestores dos serviços, o nível de associação somente consegue ser alcançado com o comprometimento dos gestores das instituições e das políticas.

O terceiro e último núcleo de sentido é o de estratégia de ação coletiva. Enquanto o sentido anterior referia-se à intervenção em rede como uma forma de organizar o trabalho coletivo, o sentido de estratégia de ação coletiva aparece enquanto uma forma de agir, enquanto profissionais, para promover a defesa dos direitos das crianças e dos adolescentes. Destaca-se que, assim como o sentido atribuído de comportamento ativo, o sentido de estratégia de ação coletiva apareceu em apenas uma fala e, embora os dois enfatizem elementos subjetivos, compreende-se que o primeiro se ancora numa perspectiva messiânica e voluntarista, enquanto este último parte de uma análise ético-política da realidade.

*“Eu penso num método quando você me faz essa pergunta. E eu acho que não tem outro senão estarmos juntos, senão promover*

*espaços pra se debater, pra se construir, e aí a gente fala de estudos de caso. A gente já teve a experiência aqui de construir fóruns, né? A gente participa de conferências. Então, eu acho que a rede se constrói a partir da ocupação de espaços públicos, né?”(Psi3).*

Observa-se que esse entrevistado considera não só os mandatos, diretrizes e delimitações normativas das instituições e políticas públicas, mas também o fato de que a operacionalização desses elementos ocorre pelos profissionais ali inseridos, entendendo que há uma relativa autonomia entre esses campos. Essa perspectiva política se assemelha àquela defendida pelos autores que pesquisam sobre as redes de movimentos sociais. Conforme Pereira e Teixeira (2013, p. 119),

no caso dos movimentos sociais, em uma perspectiva progressista, a rede está mais orientada para a construção de uma nova relação entre Estado e sociedade, apontando para ampliação da democratização e da participação da população nos processos decisórios.

No entendimento de Scherer-Warren (1999), os atores sociais e movimentos sociais passaram a adotar a ideia de rede como um conceito propositivo que estimula uma nova forma de organização e de ação. A noção de rede, portanto, tornou-se uma outra forma – estratégica – de construir processos de auto-organização e de relacionamento interorganizacional, tendo como horizonte a transformação social a partir da ação coletiva. Nessa perspectiva, a rede passa a ser, ao mesmo tempo, o desenho que expressa o formato organizativo entre os diferentes atores e a metodologia de gestão dos processos, debates e embates, políticos e simbólicos, entre os atores sociais na condução dos processos decisórios.

Guimarães compõe o grupo de autores que entendem que a rede pode ser uma importante estratégia para a ação coletiva. A autora refuta as propostas organizativas de autores vinculados ao Terceiro Setor por entender que estão ancoradas em perspectivas que dissimulam que “gestão em rede” seria uma estratégia neoliberal para diminuir o tamanho do Estado no atendimento

às demandas da população. Para ela, as redes devem ser entendidas em uma perspectiva progressista, como uma das formas potenciais de arregimentar forças coletivas frente ao capitalismo globalizado” (GUIMARÃES, 2007, p. 31).

Não obstante as potencialidades percebidas pelos autores que entendem a rede enquanto uma estratégia de ação coletiva, Farinelli e Pierinni (2016) problematizam que a cultura do trabalho em rede é um processo em construção que ainda enfrenta tendências centralizadoras, pouco participativas ou pouco transparentes dos profissionais, gestores e outros atores sociais que integram programas e instituições. Partilhando dessa avaliação, Ribas (2016) diz que para se trabalhar em rede há de se contar com a disposição compartilhada pelos participantes para a prática de relações horizontais de cooperação.

Motti e Santos (2008) enfatizam que o desafio operacional da intervenção em rede está no desenvolvimento de elementos como: participação, assunção de responsabilidades, divisão de tarefas e, especialmente, de uma mudança de mentalidade.

Para Misoczky (2009, p. 1171) a rede, numa perspectiva progressista, precisa ancorar-se em “uma abordagem sobre relacionamentos que seja material, não fundacional e não funcionalista, que não exclua o político”. Isso porque, conforme elucidam Motti e Santos (2008, p. 4), a rede é antes de tudo “uma articulação política, uma aliança estratégica entre atores sociais (pessoas) e forças (instituições), não hierárquica, que tem na horizontalidade das decisões, e no exercício do poder os princípios norteadores mais importantes”.

De acordo com Pakman (*apud* JUNQUEIRA, 2000, p. 40), a rede se constitui enquanto potência na construção de um espaço de organização dos sujeitos na medida em que “encarna um projeto utópico, não como meta futura, mas como uma realidade presente”. Nesse sentido, Junqueira (2000) defende que a rede é uma construção coletiva que se define à medida que é realizada.

Essa realização tende a não acontecer de forma espontânea, motivo pelo qual Motti e Santos (2008, p.05) entendem que a

construção de uma rede envolve muito investimento, pois se o esforço for restrito

[...] somente a uma oficina, um seminário ou uma reunião, com certeza, o trabalho não vai decolar. Poderá até sensibilizar as pessoas e as instituições para a importância de um trabalho em Rede, mas o “fazer acontecer” exige um processo continuado, passo a passo, temperado com muita paciência e persistência.

Em geral, foi observado que os participantes da pesquisa avaliaram que a intervenção em rede apresenta potencialidades e há, no discurso, o entendimento de que essa forma de atuação é o melhor mecanismo para atender às necessidades sociais de crianças e adolescentes. Não obstante, é perceptível que tais avaliações são realizadas, na maior parte das entrevistas, sem o comprometimento de analisar a própria conduta profissional. Nesse sentido, há um imaginário – equivocado – de que o trabalho em rede pode ser alcançado independentemente da postura dos sujeitos.

### **Considerações finais**

A análise dos dados permitiu categorizar três núcleos de sentidos atribuídos à intervenção em rede pelos participantes da pesquisa: (1) comportamento ativo; (2) forma organizativa do trabalho; e (3) estratégia de ação coletiva. O primeiro e o último núcleos enfatizaram, de forma oposta, a disponibilidade dos profissionais em aderir a essa forma de intervenção. Enquanto o primeiro apresenta como elemento central um apelo à dimensão moral dos sujeitos que trabalham no SGDCA como mote para a adesão ao trabalho articulado, o terceiro parte de uma análise ético-política da realidade, compreendendo que os profissionais possuem uma autonomia relativa na construção de seu fazer profissional. Este último núcleo, o que percebe a intervenção em rede enquanto estratégia de ação coletiva aproxima-se da visão defendida pelos autores vinculados aos movimentos sociais. É uma perspectiva

fundamentalmente política, onde a intervenção em rede aparece como estratégia de mobilização de recursos para o alcance de um objetivo comum. No contexto em estudo, o objetivo seria o de garantir a universalização do atendimento, pelas políticas públicas, à crianças e adolescentes.

Já no núcleo de sentido forma organizativa do trabalho, a intervenção em rede ganha contornos burocráticos e institucionais. Esse núcleo teve como ideias associadas: (1) *ação multidisciplinar*, (2) *parceria* (3) *unidade articulada*. A primeira ideia apresenta a rede como uma forma de organizar o trabalho multiprofissional. Todavia, mesmo a composição de saberes disciplinares distintos sendo uma característica possível (porém não obrigatória) que permite (potencialmente) enriquecer a atuação, ela, sozinha, se demonstra insuficiente para consubstanciar uma intervenção em rede. A ideia de *parceria*, por sua vez, propõe que intervenção em rede seria uma forma de trabalho interinstitucional realizada de maneira assistemática e irregular, ou seja, existiriam intervenções conjuntas a depender de fatores como: qual profissional está atuando, qual a demanda, se há vaga para atendimento, entre outros. Seria um recurso a ser utilizado (ou não) pelos profissionais, a partir da sua leitura a respeito da situação em intervenção.

Por fim, a ideia associada *unidade articulada* apresentou uma perspectiva idealizada da intervenção em rede enquanto estratégia de gestão. Nessa perspectiva, a articulação não deveria apresentar um caráter eventual, meramente colaborativo e cuja ação dependesse da leitura dos profissionais, mas um modo de ser interinstitucional, onde os atores e instituições articular-se-iam sistematicamente com base em um objetivo comum e onde a gestão disponibilizaria os elementos necessários a essa articulação.

Uma análise conjunta das percepções dos entrevistados sobre a intervenção em rede, suas potencialidades e seus desafios em Rio das Ostras permite inferir que a ideia associada de *parceria* e o núcleo de sentido estratégia de ação coletiva indicam uma realidade complexa e contraditória. Isso porque se, de um lado, as práticas de articulação descritas pela maior parte dos entrevistados se

caracterizam pela ação conjunta realizada de forma assistemática, irregular e espontânea, por outro lado essas mesmas práticas permitem a reunião e o encontro de profissionais comprometidos com o trabalho, o que guarda, em si, elementos potenciais para se metamorfosearem ações isoladas em uma ação coletiva.

Avalia-se que o trabalho realizado pelas instituições do SG-DCA de Rio das Ostras possui o grande desafio de fortalecer a experiência de intervenção em rede construída no município. Para tanto, faz-se necessário que os sujeitos do SG-DCA compreendam a potencialidade desse espaço e se (cor)responsabilizem por ele. Nesse sentido vale lembrar que são elementos que aumentam a coesão de uma rede: a definição de um objetivo comum que sirva como um valor a ser compartilhado; a deliberação conjunta sobre os mecanismos de tomada de decisão e de regras de convivência; a priorização da criação de consensos; a avaliação permanentemente e coletiva dos espaços de reunião; o respeito e a atenção as especificidades de cada instituição; a ativação seletiva dos recursos e o aprimoramento dos canais de comunicação não burocráticos.

As conclusões deste estudo apontam ainda a possibilidade de novas pesquisas, capazes de elucidar e aprofundar questões delineadas no decorrer desse processo investigativo. Nessa perspectiva, acredita-se que a realização de estudo junto aos sujeitos dos demais eixos do SG-DCA apresentaria outros elementos a respeito da intervenção em rede em Rio das Ostras. Entende-se ainda que uma análise abarcando as percepções das famílias que acessam as várias instituições do SG-DCA e dos profissionais que as atendem poderia auxiliar a compreender como as ações conjuntas, ou a ausência delas, impactam em seu cotidiano e nas relações que estabelecem entre si.

## Referências

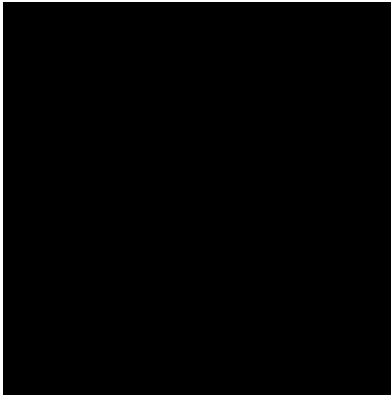
BRANCHER, L.N. *Organização e gestão do sistema de garantia de direitos da infância e da juventude*. In: KONZEN, A. et al (org). *Pela Justiça na Educação*. Brasília: MEC. FUNDESCOLA, 2000.

- CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE (CONANDA). Resolução nº 113 de 19 de abril de 2006. Disponível em: <[www.direitoshumanos.gov.br/arquivos/spdca/arccon/117resol.pd](http://www.direitoshumanos.gov.br/arquivos/spdca/arccon/117resol.pd)> Acesso em 15 de jan. 2015.
- GOMES, R. *Análise e interpretação de dados de pesquisa qualitativa*. In: MINAYO, M.C.S. (org.) *Pesquisa social: teoria, método e criatividade*. 34. Ed. Petrópolis: Vozes, 2015.
- GUIMARÃES, F.A.O. *Rede social e suas contradições: espaço de disputa ideopolítica*; 2007; Dissertação (Mestrado em Serviço Social) - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007.
- FARINELLI, Carmem Cecília e PIERINI, Alexandre José. O Sistema de Garantia de Direitos e a Proteção Integral à criança e ao adolescente: uma revisão bibliográfica. In: *O Social em Questão*, ano XIX, nº 35, Rio de Janeiro, 2016.
- JUNQUEIRA, L.A.P. *Intersetorialidade, transetorialidade e redes sociais na saúde*. *Rev. Adm. Pública*, v.34, n. esp., 2000.
- LOIOLA, E.; MOURA, S. 1997. *Análise de redes: uma contribuição aos estudos organizacionais*. In.: FICHER, T. *Gestão contemporânea, cidades estratégicas e organizações locais*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1997.
- MINAYO, M.C.S. *O desafio da pesquisa social*. In: MINAYO, Maria Cecília de S. (org.) *Pesquisa social: teoria, método e criatividade*. 34ªed. Petrópolis: Vozes, 2015.
- MIOTO, R.C.T. *O trabalho com redes como procedimento de intervenção profissional: o desafio da requalificação dos serviços*. In: *Revista Katálysis*. Florianópolis, v. 5, n. 1, jan./jun., 2002.
- MISOCZKY, M.C. *A abordagem de redes no estudo de movimentos sociais: entre o modelo e a metáfora*. *Revista de Administração Pública*, Rio de Janeiro, set./out., 2009.
- MOTTI, A.J.A.; SANTOS, J.V. *Redes de proteção social à criança e ao adolescente: limites e possibilidades*. In: Associação

- Brasileira de Defesa da Mulher, da Infância e da Juventude. Fortalecimento da rede de proteção e assistência a crianças e adolescentes vítimas de violência sexual. Brasília, 2008. Disponível em: <[http://www.gestaoescolar.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/sem\\_pedagogica/fev\\_2014/NRE/redes\\_protecao\\_social.pdf](http://www.gestaoescolar.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/sem_pedagogica/fev_2014/NRE/redes_protecao_social.pdf)>. Acesso em: 28 de fev. 2016.
- NOGUEIRA NETO, W.O *Estatuto da Criança e do Adolescente, princípios, diretrizes e linhas de ação*. In: CABRAL, E.A. (Org). Sistema de garantia de direitos: um caminho para a proteção integral. Recife: CENDHEC, 1999b.
- OLIVEIRA, M. *Acessando direitos sociais: redes municipais de políticas sociais – espaço de articulação entre as políticas sociais públicas*. Revista Virtual Textos & Contextos. Porto Alegre, n.3, dez., 2004.
- OLIVEIRA, V.L.A. et. al. *Redes de proteção: novo paradigma de atuação – experiência de Curitiba*. In: Cláudia Araújo de Lima et al. (Org.). Violência faz mal à saúde. 1ªed. Brasília-DF: Editora MS, 2006.
- PFEIFER, Mariana. Notas Acerca das Redes de Políticas Sociais. In: 1º Simpósio sobre Famílias: Políticas de Atendimento, 2009, Tubarão. Anais do 1º Simpósio sobre Famílias: Políticas de Atendimento. Tubarão: UNISUL, 2009.
- PEREIRA, K.Y.L.; TEIXEIRA, S.M. *Redes e intersetorialidade nas políticas sociais: reflexões sobre sua concepção na política de assistência social*. Revista Virtual Textos & Contextos. Porto Alegre, v. 12, n. 1, jan./jun. 2013.
- RIBAS, F. *Caminhos e desafios para o aprimoramento das redes e sistemas de garantia de direitos*. Promenino Fundação Telefônica. 2015. Disponível em: <<http://www.promenino.org.br/noticias/especiais/caminhos-e-desafios-para-o-aprimoramento-das-redes-e-sistemas-de-garantia-de-direitos>>. Acesso em: 18 de fev. 2016.



- ROVERE, M. *Redes ensalud; um nuevo paradigma para elaboradaje de las organizaciones y la comunidad*, Rosario: Ed. Secretaría de Salud Pública/AMR, Instituto Lazarte (reimpresión), 1999.
- SCHERER-WARREN, I. *Metodologia de redes no estudo das ações coletivas e movimentos sociais*. Anais do VI Colóquio sobre Poder Local. NPGA/UFBa. 1994.
- SILVA, C.A. *Fundamentos e paradigmas das redes*. Disponível em: <[www.rits.org.br/redes\\_teste/rd\\_coconceitos.cfm](http://www.rits.org.br/redes_teste/rd_coconceitos.cfm)>. Acesso em: 21 de mar. 2016.
- SOLFA, G.C. *Processos de acesso, permanência e inclusão de crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade na rede municipal de ensino de São Carlos*. 2008 Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade de São Paulo – USP, São Paulo, 2008.
- TEIXEIRA, S.M.F. *O desafio da gestão das redes de políticas*. In: Anais do VII Congresso Internacional del CLAD sobre la Reforma del Estado y de la Administración Pública. Lisboa: CLAD, 2002.
- TÜRCK, M.G.G. *Rede interna e rede social: o desafio permanente na teia das relações sociais*. 2ª ed. Porto Alegre: Tomo Editorial, 2002.



# Violência obstétrica e a vitalidade do patriarcado

*Mariana Oliveira Decarli*

## **Introdução**

A violência pode estar contida em intervenções que vão desde procedimentos simples, como o ambiente barulhento e a temperatura inadequada até os mais complexos, como ter decisões respeitadas ou não ser consultada sobre qualquer tipo de procedimento adotado, de não ter suas dúvidas esclarecidas. A violência está presente em todos os procedimentos que desconsideram o sujeito que está gestando, em trabalho de parto, cirurgia e/ou se recuperando de parto ou cirurgia enquanto ser singular que possui identidade e direitos. O patriarcado e os esquemas de dominação-exploração que se erguem a partir dele estão presentes na violência obstétrica em termos e condutas técnicas, que apresentam o parto como algo patológico e perigoso, e a organização médica como eficiente e responsável – a violência que ocorre nesse ambiente é uma violência silenciosa e silenciada. O parto é um evento social, cultural, fisiológico, criador de identidades central na vida em sociedade.

A violência obstétrica é um tema ainda pouco estudado e explorado pelo Serviço Social enquanto profissão, embora seja tema há algum tempo de outras áreas da saúde e fato recorrente em qualquer hospital de grande, médio e pequeno porte, adentrando também as unidades de saúde através da assistência ao

pré-natal e pós parto, acompanhamento da mulher e do bebê no puerpério e sendo, portanto, também objeto de intervenção dos assistentes sociais, além de ser uma das expressões da questão social. Ao mesmo tempo, o acúmulo de conhecimentos e estudos acerca da mulher, enquanto categoria e sujeito social de direitos, oferece base teórica de sustentação. Diversas áreas da saúde, em especial a medicina e a enfermagem obstétrica, têm sido expoentes no movimento de defesa do parto humanizado e da inclusão de enfermeiras obstétricas na assistência ao parto normal, ficando os médicos com a responsabilidade cirúrgica obstétrica.<sup>102</sup>

O local onde ocorre o parto é vivido também por atores como médicos, enfermeiras e equipe de saúde em geral, os quais têm, na maioria das instituições, formação acadêmica misógina, e é onde a rotina dos atendimentos e as práticas estão baseadas na intervenção e atenção curativa.<sup>103</sup> No ambiente do parto a mulher adentra situação distinta de todas que viveu ao longo do processo de gestação. Ela adquire status de 'parturiente', que é distinta de gestante e puérpera. O ambiente do parto também deixa em aberto a questão do local onde essa mulher irá parir (instituição pública ou privada, em casa) e a forma como será esse processo (parto vaginal ou cirurgia cesariana). Ele também representa o local onde a mulher, retirado seu protagonismo, é compreendida como corpo a ser medicalizado e contido. Ela não é compreendida

---

102 Diversos países que são referências internacionais de atenção em saúde materno-infantil, no que diz respeito a atenção ao parto e nascimento, adotaram medidas que não só diminuem a incidência de violência como melhoram as condições de vida das mulheres e crianças. Uma das mais disseminadas é a assistência efetuada por enfermeiras obstétricas, sendo os médicos responsáveis pelas cirurgias quando necessárias. Algumas referências de um Grupo de Estudos da Faculdade de Saúde Pública da USP (GEMASUSP, 2017).

103 A atenção à saúde no Brasil baseia-se na atenção curativa, embora os princípios e práticas estabelecidos pelo SUS sejam baseados na atenção preventiva, ou seja, na busca da atenção primária à saúde feita através das unidades básicas de saúde para que não sejam necessárias intervenções nos níveis de complexidade médio e alto. A atenção ao parto tem ganhado instituições como as casas de parto e hospitais-referência nessa assistência, que contratam enfermeiras obstetras como profissionais que acompanham o parto e médicos que atendem somente no nível de complexidade cirúrgica. No entanto, a medicina intervencionista é a prática mais vista no ambiente do parto e a que mais violenta mulheres e bebês.

como sujeito, como ser de direitos e que, portanto, deveria gozar de autonomia diante da situação em que se encontra. A mulher que deveria ser o centro do processo torna-se parte subjugada pela ordem médica (COSTA, 1999), que ao longo de sua entrada no ambiente do parto traz consigo instrumentais e técnicas e a concepção basilar de que o parto é evento de risco, patológico. Essas condições atravessadas pela ordem patriarcal dão base à ideologia misógina.

Vivemos tempos onde se condensam elementos de atraso profundo no que diz respeito aos direitos das mulheres não somente no Brasil, mas em todo o globo. Contraditoriamente, também é momento em que o tema está sendo apresentado de forma mais ampla, direcionada e concreta, e existem estudos, denúncias, políticas públicas formuladas acerca da condição de vida da mulher que colocam a igualdade como valor central, assim como a importância das diferenças como consubstantividade humana e do que significa ser humano. Não são poucas as manifestações das mulheres em defesa de seus direitos, em defesa de seus corpos e sua sexualidade – em defesa de existirem enquanto o que são. Coexistem avanços dos direitos humanos e também retrocessos tremendos, sobretudo, em momentos de crise societária onde se rearranjam intervenções conservadoras e reacionárias que atingem primeiramente e de forma medular os oprimidos e, nesse sentido, as classes trabalhadoras que têm gênero, raça e etnia. Diante da necessidade de a sociedade patriarcal manter-se em pleno funcionamento, a vida das mulheres é brutalmente dominada, explorada, submetida aos desígnios dessa ordem – mas não sem resistência.

Entendemos, como Mészáros (2007), que o capitalismo enquanto sistema social não representa igualdade substantiva, democracia ou justiça. É, em realidade, uma ordem social destrutiva, baseada na irracionalidade da produção onde o lucro está sempre e imperativamente acima do humano. Portanto, não representa alternativa para o povo e a classe trabalhadora e é precisamente seu contrário: representa um entrave para o desenvolvimento da potencialidade humana, para o desenvolvimento da vida em

sociedade não mais baseada na exploração de homens e mulheres e para a constituição de novos valores morais e éticos que estejam baseados na liberdade, justiça, igualdade.

Este trabalho irá apresentar nexos e discussões acerca das dimensões opressão, dominação e exploração às quais as mulheres são submetidas e que as violam, apresentando a violência obstétrica como parte dinamizadora desse complexo. Ao estudar umas das formas de violência de gênero é fundamental desvelar a violência como todo, ao mesmo tempo em que se apresentam alternativas de enfrentamento da violência obstétrica enquanto expressão e vitalidade da ordem patriarcal, sua dominação e suas expressões no todo social.

O estudo tem intuito de entender essa manifestação pelo *ambiente do parto*, recorte didático e delineamento do objeto a ser pesquisado, já que não abordaremos todas as questões que envolvem a violência institucional obstétrica, visto que ela pode ocorrer também na atenção pré-natal e no pós-parto nas instituições de atenção e assistência à saúde. A compreensão é, portanto, de que o parto ocorre em momento específico do processo de gestação, em ambiente específico. Portanto, o ambiente do parto é o local onde ocorre o processo do parto – parto vaginal ou cirurgia cesariana –, partindo de seu entendimento como evento simbólico:

Daí a noção de que a linguagem e a cultura estão, visceralmente, envolvidas com a dimensão biológica simbólica na vida humana, sendo praticamente impossível pensar em um fenômeno corporal, reduzindo-o a uma dimensão, meramente, orgânica (TORNQUIST, 2004, p.65).

A cirurgia cesariana tem outros procedimentos adicionais: é feita no centro cirúrgico e tem outro arcabouço de procedimentos e intervenções distintos do parto vaginal. Existe um debate amplo sobre as altas taxas de cirurgias cesarianas no Brasil e as formas de se conduzir esse processo que pode conter violência obstétrica.

Busquei ao longo do estudo não apresentar o processo do parto juntamente da expressão *trabalho de parto*, pois existe uma

vasta literatura acerca da etimologia do termo “trabalho”, que começa a ser aplicado ao parto ligado aos processos de “dor” e “sofrimento” que as mulheres passam durante o parto.<sup>104</sup> Ao mesmo tempo, ao longo do processo de pesquisa pude compreender que é necessário e fundamental voltar-se à potencialidade que adquire o trabalho de parto na vida das mulheres e da sociedade, em que se cria algo novo, transforma-se a mulher, o bebê e toda a sociedade, guardadas as devidas proporções. O parto pode e deve ser ressignificado e compreendido não como algo doloroso e sofrível, mas como evento ontológico.

### **A violência institucional obstétrica**

Violência institucional obstétrica ou violência obstétrica é a violência cometida contra a mulher grávida e sua família em serviços de saúde durante a assistência ao pré-natal, parto, pós-parto, cesárea e abortamento. Pode ser verbal, física, psicológica ou mesmo sexual e se expressa de maneira explícita ou velada. A violência obstétrica é violência contra a mulher,<sup>105</sup> gera seus impactos na vida das mulheres e na conformação da ordem patriarcal.

A centralidade desse tema baseia-se em alguns indicadores básicos da vida: segundo dados do IBGE de 2014, *61% das brasileiras têm um filho ou mais*, e isso significa que 61% das brasileiras tiveram seus filhos por parto vaginal ou através de cirurgia

---

104 Etimologia da palavra “trabalho” está baseada num instrumento de tortura utilizado em lavouras. Vinculação do termo ao parto é devido à dor, sofrimento e penitência que as mulheres deveriam passar no parto de acordo com a igreja católica. “[...] não é demais lembrar que a palavra latina que dá origem ao nosso vocábulo ‘trabalho’ é *tripalium*, instrumento de tortura para empalar escravos rebeldes e derivada de *palus*, estaca, poste onde se empalam os condenados. E *labor* (em latim) significa esforço penoso, dobrar-se sob o peso de uma carga, dor, sofrimento, pena e fadiga. Não é significativo, aliás, que muitas línguas modernas derivadas do latim, ou que sofreram sua influência, recuperem a maldição divina lançada contra Eva usando a expressão ‘trabalho de parto?’” (CHAUI, 1999, p.12).

105 Definição apresentada com base na formulação da Rede Parto do Princípio, Rede de Mulheres pela Maternidade Ativa. Foi elaborado pela Rede Parto do Princípio um Dossiê sobre Violência Obstétrica intitulado: Parirás com dor para a CPMI da Violência contra as mulheres (PARTO, 2012).

cesariana. Em pesquisa recente<sup>106</sup> foi possível acessar dados que colaboram na constituição da identidade das mulheres brasileiras, da tipificação das violências sofridas e o desvelamento dessas violências ou violações de direitos. Parte dessa pesquisa foi dedicada à violência obstétrica.<sup>107</sup> Do total de mulheres entrevistadas, 25% *declararam sofrer violência durante o parto, ou 1 a cada 4 mulheres*; no entanto, quando a pesquisa sobre a violência passa a ser tipificada, os números absolutos se tornam maiores. Cruzando essas informações, num universo de 61% de mulheres tendo filhos, temos um *total de 15,25% das mulheres brasileiras como vítimas da violência obstétrica*. Devemos considerar ainda que a violência sofrida sempre traz consequências para o cotidiano das mulheres, filhos, da comunidade e sociedade como todo.

Aqui se caracteriza um aspecto importante: a violência sofrida não é entendida como violação, pois nas perguntas tipificadas houve acréscimo significativo de respostas positivas para a violação. Quer dizer, a violência obstétrica não é vista nem pelas mulheres nem socialmente como violência. A ordem médica, equipes de saúde, instituições, família contribuem com o silenciamento das vítimas, com o encobrimento da violência. As mulheres que sofrem violência obstétrica já são silenciadas em seus direitos humanos ao longo da gestação, parto e pós-parto e, posteriormente, quando diante de todo o agravo,<sup>108</sup> não têm possibilidades

---

106 Pesquisa realizada pela Fundação Perseu Abramo, pelo SESC Nacional e pelo SESC de São Paulo em 2015.

107 Notas metodológicas: Utilizei três bases de dados a partir dos seguintes critérios. Critério I: pesquisa realizada no ano de 2015 que coletou dados nacionais, dando delineamentos atuais sobre a compreensão da violência obstétrica por parte das mulheres. A pesquisa realizada pela Fundação Perseu Abramo mobilizou informações ilustrativas acerca de qual a percepção das mulheres em *ser mulher* hoje no país. Critério II: pesquisa mais relevante no que diz respeito à formação de uma base de dados que pode ser acessada nacionalmente sobre como nascem os bebês no Brasil. A pesquisa *Nascer no Brasil* tem base de dados acessada por diversas áreas de estudos acerca dos processos de parto e nascimento no país sendo, portanto, referência para qualquer estudo que se estejadedicando ao tema. Critério III: utilizado pela relevância didática da rede Parto do Princípio. Rede que envolve a defesa do parto humanizado e a denúncia da violência obstétrica em território nacional, organizada por mulheres que se identificam pela maternidade ativa.

108 Trago aqui reflexão sobre o quanto as injustiças ou agravos devem ser nomeadas



de desagravo ou não compreendem que sofreram violência e/ou seu significado – dificultando a transformação dessa realidade.

Alguns dados internacionais são importantes para tornar o objeto mais palpável em sua totalidade. Ao longo deste trabalho foi possível vincular maiores níveis de intervenção no ambiente do parto com maior incidência de violência obstétrica. Ao mesmo tempo, países que são referência na assistência ao parto – como a Inglaterra – demonstram que níveis baixos de intervenção no parto representam resultados materno-infantis mais eficazes e taxas de violência obstétrica baixíssimas e com porcentagem de 92% de partos normais (via vaginal) em 2013 (EBC, 2017).<sup>109</sup> A episiotomia (corte no períneo) em Portugal, por exemplo, era procedimento de rotina em 73% dos partos entre 2004 e 2010. No mesmo período, na Espanha, a episiotomia diminuiu de 70% para 40% (CAMPOS, 2013).<sup>110</sup> Segundo revisão bibliográfica de

---

e receber justificação ou desagravo para que possam ser superadas. Acontece assim com os judeus, por exemplo, que tiveram justificação (que certamente não trará de volta todos que foram assassinados no Nazismo). O reconhecimento social de que o que se passou foi atroz e nunca mais deve se repetir auxilia as vítimas da injustiça a encontrar algum tipo de resolução. No caso do silenciamento que vivem as mulheres que não têm a violência nomeada ocorre algo semelhante. Ao não existir processo de justificação pelo mal que lhes foi infringido elas sofrem uma violência além da obstétrica. O movimento de humanização do parto traz essa perspectiva coletiva de nomear aquilo que viveram e vivem muitas mulheres, tipificando que o que viveram chama-se violência obstétrica, que fere os direitos humanos das mulheres e que elas devem se organizar para reivindicar seus direitos e lutar para se colocar enquanto sujeitos. Existem sites onde é possível verificar a quantidade de cesarianas que são feitas pelo Ginecologista Obstétrico, a fim de comprovar a sua prática no ambiente do parto. Existem sites onde é possível que as mulheres adicionem a uma lista nacional o nome e o CRM do médico obstetra que as atendeu e que foi praticante de violência obstétrica. Enfim, iniciativas que estão representando esse processo de busca por justiça de maneira coletiva e em rede que fortalece as mulheres. Para maior aprofundamento, ver Kehl (2015).

109 A notícia veiculada pela EBC – Agência Brasil, também traz porcentagens da França (com 80% dos partos sendo feitos de forma normal, isso significa via vaginal) e Argentina (com 78% dos partos normais). Esses países tinham taxas de cirurgias cesarianas daquilo que era recomendado pela OMS como medida de segurança para as mulheres e para os bebês: taxas de cirurgias cesarianas menores que 15%. Em 2015 a OMS já preconiza um número 5% menor, estabelecendo estudos que demonstram que a taxa de até 10% de cirurgias cesarianas garante segurança materno-infantil; maior que isso, não. Sítio nas referências bibliográficas.

110 Pesquisa efetuada pelo Projeto Euro-Peristat, documento detalhado sobre

2016 sobre episiotomia, as taxas seguem altas numa perspectiva mundial variando de:

9,7% (Norte da Europa – Suécia) a 96,2% (América do Sul – Equador), com taxas mais baixas em países de língua inglesa (América do Norte – Canadá: 23,8% e Estados Unidos: 32,7%) e altas em países como (América do Sul – Brasil: 94,2%, África do Sul: 63,3% e Ásia – China: 82%) (SANTOS e SANTOS, 2016).

A pesquisa *Nascer no Brasil* (AROUCA, 2014) traz diversos dados que elucidam o panorama encontrado hoje no país.<sup>111</sup> Dados que contêm quantidade de cirurgias cesarianas, especificando que nas *redes privadas* (88%) as cesarianas têm porcentagem maior do que na rede pública (46%). Também consta na pesquisa indicadores socioeconômicos e raciais que enriquecem o conhecimento acerca da violência obstétrica. As mulheres de cor preta<sup>112</sup> são as que menos utilizam a rede privada (5,8%), já as mulheres de cor branca utilizam 23% dos serviços da rede privada. A pesquisa também apresenta recorte por classe: *classes D e E, das quais 1,3% das mulheres utilizam rede privada, enquanto nas classes A e B esse valor sobe para 39,7%*. Isso demonstra que a violência obstétrica é atravessada por contradições centrais da sociedade: gênero, raça e etnia e classes sociais. Ou seja, também na violência obstétrica é possível reconhecer a questão racial como condição que complexifica a opressão vivida pelo sujeito.

---

saúde de mulheres grávidas e crianças da Europa. Veiculada por site de notícias português Público, escrito por Campos (2013).

111 A pesquisa *Nascer no Brasil* é um inquérito nacional de Base hospitalar, realizado em 191 municípios com 23.894 mulheres entrevistadas. Esse estudo é fundamental para compreender a situação dos nascimentos e partos no Brasil, sendo fonte utilizada para estudos da área da saúde, em especial da saúde da mulher e da criança, na área materno-infantil, na assistência obstétrica. Sítio da pesquisa nas referências bibliográficas.

112 Termo utilizado pela pesquisa. Em nossa compreensão o termo adequado seria mulher negra.

## O complexo patriarcado, racismo, capitalismo

A materialidade daquilo que se sustenta como complexo<sup>113</sup> patriarcado-racismo-capitalismo estruturante da sociedade é também ponto de partida da compreensão deste artigo de que a violência obstétrica é vital para essa estrutura.

O patriarcado é um sistema de dominação-exploração e opressão social que atinge homens e mulheres, organizando e dinamizando a sociedade, baseando-se na sustentação ideológica e na violência (SAFFIOTI, 2015). Marx (1987) define que as relações sociais são sempre relações sociais de produção. Acrescentamos, amparadas por diversas teóricas como Saffioti, que as relações sociais são sempre relações sociais de produção, gênero/sexo, raça e etnia: parte do processo histórico, perpassado pela sociabilidade dos indivíduos em interação, correspondendo a formas sociais determinadas de consciência. Compreendemos, junto de Saffioti (1994; 2015), o gênero não somente como construção sociocultural, mas também como sistema de representações, atribuindo significados aos indivíduos, determinando seus papéis no interior da sociedade, conformando formas e normas de ação e sustentação desses papéis. Para Okin (2008, p.306), “Gênero’ refere-se à institucionalização social das diferenças sexuais; é um conceito usado por aqueles que entendem não apenas a desigualdade so-

---

113 Partimos da utilização do termo “complexo” para designar os complexos que estruturam o ser social. Essa categoria auxilia a compreensão da unidade na diversidade das categorias Patriarcado, Racismo e Capitalismo. Citando Lara (2015), “as análises lukacsianas partem do pressuposto de que *os processos sociais só são compreensíveis como partes do organismo complexo.*” A sociedade é composta por complexos de complexos, em que o próprio homem biológico é em si um complexo e, sobretudo, enquanto complexo humano social, jamais pode ser decomposto. Não se trata de determinações sociais que emergem posteriormente ao ser biológico, “mas da compreensão genética da origem e formação dos complexos” (LUKÁCS, 2014, p.28), ou seja, para “toda questão ontológica, a gênese deve constituir o ponto de partida” (LUKÁCS, 2013, p.539), estabelecendo também metodologicamente a compreensão da leitura dialética em busca da essência apresentada pela realidade analisada. A sociedade na qual estamos inseridos é, ela mesma, formada por complexos de complexos que se interpõem e estruturam, assim como há os complexos específicos do Trabalho, por exemplo. A tomada do conceito Complexo tem centralidade metodológica e teórica na medida em que demonstra que entende a abstração do termo complexo, mas também utiliza a compreensão de que Patriarcado, Racismo e Capitalismo compõem também uma diversidade no interior da sociedade latino-americana e brasileira.

cial, mas muitas das diferenciações sexuais como socialmente construídas”.

A autora também defende a compreensão de que o pessoal é político, legado feminista na defesa de que não existe dicotomia entre público e privado e que, em verdade, estão interligados. Mckinnon (1989) sustenta a ideia de que o Estado trata as mulheres como os homens as veem. Isso significa que ele dirige suas ações de maneira autoritária, coagindo as mulheres em favor dos homens enquanto, e através de, esse processo legitima as formas desiguais e subjugadas das relações sociais no interior da sociedade patriarcal. As leis são feitas de acordo com necessidades baseadas na perspectiva androcêntrica, também são atravessadas pela raça. Assim, o Estado vê as mulheres do ponto de vista da dominação dos homens, cumprindo, além da função de classe, a dominação de gênero e raça.

Para Almeida (2007), os espaços de socialização dos sujeitos, como família, igreja, escola, meios de comunicação, relações de trabalho, prática política constituem também espaços onde se produzem e reproduzem, se atualizam e naturalizam mecanismos de subordinação.

A violência de gênero se passa num quadro de disputa pelo poder, o que significa que não é dirigida a seres, em princípio, submissos, mas revela que o uso da força é necessário para manter a dominação, porquanto a ideologia patriarcal – tensionada por conquistas históricas, sobretudo feministas – não se revela suficientemente disciplinadora (ALMEIDA, 2007, p.28).

A identidade é sempre identidade social. O mesmo ocorre com o processo de consolidação de um sexo – ele é sempre identidade sexual social. Não existe um sexo biológico sem materializar-se em alguma construção social. Sobre esse debate Kergoat (1996, p.20) pondera:

A partir de então é que se tornou possível um retorno às relações sociais para construir um quadro teórico de conjunto,

no qual se insere a divisão sexual do trabalho que permite demonstrar que existe uma relação social específica entre os grupos de sexo.

É importante pontuar que as relações sociais de sexo não estão deslocadas das relações sociais de produção e, portanto, da divisão sexual do trabalho no interior da sociedade patriarcal. A divisão sexual do trabalho está baseada na “ideologia naturalista, que relega o gênero ao sexo biológico e reduz as práticas sociais a ‘papéis sociais’ sexuados, os quais remetem ao destino natural da espécie” (KERGOAT, 2009, p.68). Ele é perpassado, sempre e irrevogavelmente, por possibilidades de constituição dadas pela realidade.

### **A violência de gênero e a violência obstétrica**

Segundo a Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência Contra a Mulher, violência contra a mulher é: “[...] qualquer ato ou conduta baseada no gênero, que cause morte, dano ou sofrimento físico, sexual ou psicológico à mulher, tanto na esfera pública como na esfera privada”. A violência é, portanto, complexa, interferindo em todos os sentidos da vida da mulher. “É preferível, por esta razão, sobretudo quando a modalidade de violência mantém limites tênues com a chamada normalidade, usar o conceito de direitos humanos” (SAFFIOTI, 2015, grifos originais). Também para Pougy (*apud* ALMEIDA, 2012): “A violência de gênero é fenômeno social de larga escala e seu entendimento normativo é sustentado como violação dos direitos humanos”.

A violência que impacta o corpo (não apenas fisicamente ou objetivamente) nunca encontra um corpo desmaterializado. O corpo é também constituído de sexo e é também sociedade/sociabilidade, porque está inscrito numa comunidade e cultura específica. A questão que é importante destacar é como esse corpo circunscrito é vivido e como as mulheres vivem inscritas nessa ordem; quais as prerrogativas que elas têm diante das contradições

entre existir enquanto materialidade e ‘não existir’ enquanto seres humanos de direitos.

O corpo das mulheres no processo de gestação e parto passa a ser compreendido como objeto de intervenção, como se não pertencesse a ela. Passa a pertencer a uma comunidade e é, portanto, sujeitado a esta. Importante salientar que o corpo das mulheres é constantemente objeto para o *outro* como coisa a ser tomada, contida, dirigida – fruto da própria concepção patriarcal e do poder desempenhado pela ordem androcêntrica. A violência que ocorre no ambiente do parto está inscrita nesta compreensão: o corpo da mulher nesse momento não pertence mais a ela, passa a ser compreendido como meio para o nascimento do bebê, sofrendo violências em diversos sentidos, sendo ela subjugada e alijada do partejar.

O parto guarda especificidades ao longo de sua história. Foi estudado por diversas feministas a fim de elucidar as dimensões dos homens e de como as mulheres passam de sujeitos do processo a assumir na contemporaneidade posição de sujeitadas, objetificadas. O nascimento é algo que está posto no mais fundamental ato de existência dos seres vivos, mas é no ser social que ele adquire significado ontológico. Entende-se que o processo de constituição do ser social, ou seja, a capacidade de transformar a natureza e planejar possíveis idealizações, também transforma um evento antes apenas “natural”. A elaboração do nascimento, ao se tornar evento social, cultural,<sup>114</sup> econômico, faz parte da análise acerca da violência obstétrica e dos desafios que ela apresenta. O processo histórico de nascimento de outros seres humanos – diferente da causalidade em que ocorrem os processos naturais – tem base primeiramente em saberes primitivos, intuitivos no sentido corporal, de estar sensível ao que o próprio corpo exige, com particularidades entre as diferentes culturas e sociedades primitivas dos distintos locais do mundo.

A vida das mulheres foi fundamental na acumulação primitiva (fundamentalmente com a reprodução de outros seres humanos),

---

114 Quando debatemos cultura, compreendemos que ela é meio pelo qual os indivíduos reproduzem comportamentos, costumes, valores e modos de pensar.

e a caça às bruxas foi além do processo cultural, político, ideológico, determinante econômico que auxiliou na produção de excedente e, na América Latina, teve recortes específicos – onde a população negra, originária e pobre teve papel central (FEDERICI, 2017). O processo de constituição da mulher no interior da cadeia produtiva e reprodutiva foi reduzido ao ambiente doméstico como principal atividade de sua vida, apresentando distintas implicações no âmbito racial, étnico e de classe. Ao estabelecer novos padrões do que significa ser mulher na sociedade capitalista, a maternidade e a feminilidade constituem-se bases de manutenção do patriarcado. Destaco a vida das mulheres e a necessidade da reprodução<sup>115</sup> como pontos centrais deste subitem.

Martin (2006) demonstra como as mulheres e seus corpos foram comparados a máquinas e processos produtivos e a complexos ideológicos surgidos ao longo do desenvolvimento do capitalismo. Apresenta como

[...] as metáforas da produção informam as descrições médicas do corpo feminino. A maioria dessas metáforas claramente relacionada a formas familiares de produção em massa, em que se dá valor a grandes quantidades e à eficiência de larga escala (MARTIN, 2006, p.24).

A ordem médica não reconhece na mulher o papel fundamental do processo, considerando o bebê como resultado, a “mercadoria” que eles foram capazes de trazer ao mundo através de todo seu instrumental e técnica. São relações alienadas. Os médicos relacionam-se com as mulheres como se elas fossem coisas e com seus bebês como se fossem coisas. A coisificação da relação se aprofunda porque o ambiente do parto é o ambiente da violência obstétrica, parte vital da sociedade patriarcal. As vidas tornam-se mercadorias porque para a chegada do bebê existe toda a lógica produtiva, o valor monetário dos serviços de saúde, a ideologia mercantilizada, fetichizada e alienada.

---

115 Saffioti (1985) estabelece que existe um cruzamento entre as relações de produção e reprodução.

A lógica de mercantilização produtivista<sup>116</sup> que adentra o ambiente do parto baseia-se na lógica de produção capitalista, transformando as relações sociais. A lógica produtiva que adentra o sistema capitalista a partir do fordismo no século XX adquire implicações profundas no âmbito dos serviços de saúde e também no âmbito do parto, apresentando como sustentação a produção e o consumo de mercadorias em massa – criando necessidades e ritmos nunca antes vistos. E todo processo produtivo é também econômico-social, histórico-político, ideológico e cultural e conforma as *relações sociais*.

O trabalho de parto, inscrito na compreensão de espaço-tempo aligeirado, guarda relação com a produção em massa: o que ocorre durante o parto não é tomado em consideração, mas sim o resultado, ou seja, o bebê nascer vivo. Essa lógica delinea a necessidade da rapidez com que o médico deve atender às mulheres, o que também inclui nos serviços novas necessidades que passam a ser consumidas. Contrariando a fisiologia do ambiente e dos processos do trabalho de parto – que não corresponde, em absoluto, a um evento rápido – a ideologia produtivista institui um novo tipo de parto: o parto rápido “delivery”, obedecendo a lógica da lucratividade.

A lógica organizacional do espaço-tempo e a mercantilização do ambiente do parto diante da lógica de produção em massa é profundamente prejudicial para os processos de saúde, sobretudo para um processo que envolve o nascimento de outros seres humanos, que envolve forte singularidade e tempo subjetivo. Para Thompson (1998, p.298, grifos originais), “na sociedade capitalista madura todo o tempo deve ser consumido, negociado, *utilizado*; é uma ofensa que a força de trabalho meramente ‘passe o tempo’”. É visível toda essa lógica para qualquer mulher que já esteve em uma maternidade ou que teve seu trabalho de parto interrompido

---

116 Quando alio dois conceitos “lógica de mercantilização e produtivista” busco demonstrar que existem nuances distintas entre si, mas que no que diz respeito à assistência à saúde e ao ambiente do parto elas funcionam identificadas com a lógica da mercantilização do serviço de saúde, da mercantilização das relações entre as pessoas e a produtividade exigida da mulher no ambiente do parto que a coloca num lugar de trabalhadora e ao mesmo tempo de objeto coisificado.



para uma cesariana de emergência ou que teve todo o ambiente ditado pelas regras de espaço-tempo e pela organização temporal do hospital. Todo o complexo estrutural estabelecido pela ordem e reproduzido pela instituição na qual a mulher em trabalho de parto adentra não permite que ela “passe o tempo”, que ela aguarde seu trabalho de parto de maneira singular e respeitosa. A violência obstétrica, portanto, também se baseia hoje na dinâmica mercantil-produtivista do parto.

O silenciamento da violência sofrida pela mulher no ambiente do parto não é de menor importância, atuando como a violência do silêncio. A vida das mulheres é atravessada por violência. A mulher grávida pode ter sofrido violações anteriores à violência obstétrica. A violência atinge o modo de colocar-se no mundo da mulher, atinge a relação com seu filho, a relação com seu próprio corpo, a relação com outras pessoas, a relação com a sexualidade. E, no contexto onde a mulher compreenda a violência que sofreu existe a palavra do médico que relativiza e desacredita sua vivência, pois está baseada no poder da ideologia que lhe é conferido, no poder sobre a vida, no poder da ordem androcêntrica e misógina. Lukács versa sobre a centralidade do processo de autocompreensão do ser humano:

Em particular, a peculiaridade qualitativa da autocompreensão do ser humano é decisivamente determinada pelos tipos de atividade que a respectiva estrutura econômica da sociedade promove ou inibe, faculta ou impede, etc. Essas condições de ser ontológicas altamente complexas determinam para cada ser humano singular (no interior de sua classe, nação, etc.) o espaço concreto de suas possibilidades de reação e ação (LUKÁCS, 2012, p.53).

Nessa perspectiva, o patriarcado é também ideologia, e sua força material é um dos principais obstáculos ao desenvolvimento da reflexão e ação autônomas que visem a emancipação humana. Ao mesmo tempo, na contradição desse processo existe a possibilidade de desvelar a realidade e construir força ideal na qual

a mulher seja compreendida como humana e que se busque a constituição de uma igualdade substantiva.

Importante pontuar que, apesar de todo o desenvolvimento da técnica e da ciência dentro do capitalismo, elas estão voltadas a uma lógica que coisifica, que trata os processos enquanto possibilidades de lucro, que desumaniza. Aliado a isso, o processo particular de desenvolvimento do capitalismo brasileiro, aliado à forma particular de articulação do patriarcado – tendo no senhor-cidadão e no pai-patrão figuras de adensamento – cria uma forma de violência contra a mulher que mescla elementos primitivos com elementos modernos. A compreensão do soberano apresentado por Foucault (2017)<sup>117</sup> colabora nesse entendimento, sobretudo no que diz respeito ao patriarcado exercido pelo poder médico. O que leva, por exemplo, uma quantidade imensa de médicos brasileiros, contrariando as evidências, as estatísticas e até a ciência e a técnica, a decidir por uma cirurgia cesariana (fora de trabalho de parto e antes de completar as 37 semanas de gestação do bebê), pelo simples fato de que ele tem, em suas mãos, o poder soberano de deixar viver ou morrer. Ou ainda, de contrariar evidências científicas que garantem a vitalidade das mulheres e dos bebês para seguir uma linha de ação que cientificamente representa comprovada mortalidade de mulheres e crianças.<sup>118</sup>

## **Enfrentamento à violência obstétrica no Brasil**

O partear também se apresenta como campo de disputas ideológicas e políticas. Exatamente por esse motivo, devemos apresentar também a existência de políticas públicas de enfrentamento a essa violação, contribuindo para a resistência.

---

117 “[...] o direito de vida e morte, sob essa forma moderna, relativa e limitada, como também sob sua forma antiga e absoluta, é um direito assimétrico. O soberano só exerce, no caso, seu direito sobre a vida exercendo seu direito de matar ou contendo-o; só marca seu poder sobre a vida pela morte que tem condições de exigir. O direito que é formulado como “de vida e morte” é, de fato, o direito de causar a morte ou de deixar viver” (FOUCAULT, 2017, p.146).

118 Segundo a OMS, taxas de cesariana maiores que 10%, segundo dados de 2015, não evidenciam redução de mortalidade materna.

As políticas públicas de enfrentamento à violência obstétrica podem ser consideradas recentes, mas isso não diminui em absoluto sua importância, porque a criação de marcos legislativos faz com que o Estado tenha obrigatoriedade legal no cumprimento e na defesa dos direitos humanos das mulheres. Assim como a definição de diretrizes de conduta por órgãos internacionais, como a Organização Mundial da Saúde (OMS), faz com que as instituições de saúde no interior de cada Estado Nacional devam atentar àquelas diretrizes e orientações. Consideramos, portanto, vitória essencial dentro da ordem patriarcal-racista-capitalista a criação de políticas públicas, diretrizes, orientações, leis que defendam o direito das mulheres gestantes, mães e puérperas no pré-natal, no ambiente do parto e no pós-parto.

O movimento pela humanização do parto no Brasil inicia em 1970 em distintos estados da federação e com iniciativas diversas. Na década de 1980 já existem grupos que se movimentam no interior do país a fim de defender a assistência à gravidez e ao parto humanizado, assumindo, portanto, que existiam práticas desumanas nesse sentido. Em 1993 é criada no Brasil a Rede pela Humanização do Parto e Nascimento (REHUNA) denunciando diversas formas de intervenção que acabam por dificultar o processo do parto e nascimento.

A política de humanização do parto é recente no interior da sociedade brasileira, mas tem importância central no enfrentamento da violência obstétrica, estabelecendo que o parto não é um evento patológico, mas sim processo fisiológico. E que é possível a mulher vivenciar e experienciar esse processo de maneira segura e assistida por profissionais que respeitem sua liberdade, suas decisões. Defendendo que o parto natural é a forma mais segura para mulher e bebê,<sup>119</sup> apontando também que o desencadeamento

---

119 A medicina baseada em evidências apresenta estudos científicos que definem que o nascimento natural por parto vaginal é o que garante melhor processo de transição entre o meio aquático e o meio aéreo ao qual passa a ser submetido o bebê. Além de ser em si, muito mais seguro para a mãe, garantindo que o corpo (na imensa maioria das vezes) aja de acordo com suas necessidades. A hemorragia no parto natural tem taxas muito menores do que na cirurgia cesariana, pois a placenta se descola naturalmente (fisiologicamente) assim que o bebê nasce, o que é muito

natural fisiológico do parto garante maior vitalidade materna e infantil. Assim como, na vigência da necessidade de intervenções e de cirurgia, que esse processo seja efetuado, respeitando as inovações na assistência materno-infantil baseado nas melhores evidências científicas para a saúde da mulher e do bebê.

A humanização, na própria formulação do Sistema Único de Saúde (SUS) é uma proposta ética, política e estética de atendimento;<sup>120</sup> com base nessa proposta foi criada a Política Nacional de Humanização do SUS em 2003. Ocorre no ambiente do parto uma inversão no que diz respeito à assistência destinada as mulheres. O parto sob a lógica do capital adquire composições que acabam por atravancar o parto: o que tem sido apresentado por órgãos de saúde vinculados ao Ministério da Saúde, OMS e também pela medicina baseada em evidências é que as intervenções ao longo dos processos de parto na maioria das vezes significam a complicação do processo, e não aquilo que é apregoado pela ordem médica, que seria a salvação por algum tipo de intercorrência.

A realidade é que, majoritariamente, a intervenção causa a intercorrência. Esse processo se encaixa perfeitamente no que diz respeito à cirurgia cesariana – que, feita sem necessidade e fora do início do processo do parto, pode levar a hemorragia e morbidade da mulher e do bebê. A cirurgia cesariana representa 4 a 5 vezes mais riscos para a mulher do que o parto normal.

Diniz (2009) apresenta que nas últimas duas décadas houve melhorias em quase todos indicadores de saúde no Brasil, além da ampliação dos serviços de saúde. Contraditoriamente, o único indicador que não obteve evidência de melhora foi a *mortalidade materna*. Compreendendo que 90% das mortes maternas podem ser prevenidas, abre-se uma seara importante de interlocução da violência obstétrica com o feminicídio.<sup>121</sup> E trata-se de um feminicídio de Estado, pois é o Estado patriarcal que, ao não proteger

---

mais seguro para a mulher.

120 Para maiores informações: <https://pensesus.fiocruz.br/humanizacao>.

121 O aborto não assistido corretamente que resulta na morte da mulher também é considerado morte em decorrência da maternidade. Portanto, deve ser tratado como feminicídio por parte do Estado (GELÉDES, 2016 e CATARINAS, 2017).

a vida das mulheres, permite que elas morram em decorrência da maternidade. É através da negligência e muitas vezes anuência de diversos órgãos públicos (como instituições de saúde), e inclusive federativos (Ministério da Saúde), que há morte materna.

Diversas são as formas de enfrentamento da violência obstétrica, que demonstram a potência do conhecimento e da defesa do comum por parte das mulheres, sendo o partejar uma delas.

### **Considerações finais**

O ambiente do parto tornou-se um ambiente de poder do homem. Mas não em sua totalidade. Ao longo deste trabalho evidenciei o movimento dominante da sociedade, no sentido de expressar de que maneira o patriarcado adentra ao partejar. O papel androcêntrico e misógino desempenhado no parto e ao qual nos referimos não significa em absoluto que não há o que fazer com relação a isso, que não há saída ou futuro. Precisamente seu contrário. O espaço de disputa de poder é também o espaço de contradição onde se pode enfrentar a violência obstétrica e contrapor outro modelo de assistência obstétrica e, também, um projeto societário onde a humanidade seja humana. O partejar está em processo de disputa, e é fundamental que existam movimentos sociais organizados e políticas públicas que, representadas pelas mulheres e seus direitos sexuais e reprodutivos, reclamem para si também a disputa da assistência obstétrica de maneira respeitosa, digna, pública e de qualidade.

É fundamental também a definição da centralidade da defesa dos direitos das mulheres como base de fundação de uma nova sociedade, demonstrando como a sociedade patriarcal-racista-capitalista não somente não serve aos direitos humanos das mulheres, como não serve para que possamos ter o melhor do humano, pois ela está baseada na desigualdade, na dominação-exploração e opressão dos homens sobre as mulheres, criando uma cisão no corpo social. Essa ordem violenta mata mulheres sob o consentimento do Estado patriarcal-racista-burguês. Portanto, todos

os processos no interior dessa sociedade que estão baseados na construção de uma nova força social e ideológica que contraponha a ideologia dominante são de grande valia e são potentes de transformação. Porque é através dos processos de desvelar da realidade que homens e mulheres podem avaliar ações de maneira refletida e planejar futuros, planejar novas possibilidades.

Concluo apontando a potencialidade que há neste trabalho que diz respeito à potência das mulheres como guardiãs do “comum”. Compreendo que a vida das mulheres sempre esteve ligada com a defesa daquilo que as coloca em evidência. E isso é algo extremamente forte. As mulheres na antiguidade eram responsáveis pela sexualidade, pelo parto e nascimento, e inclusive, em algumas culturas, as deusas da vida e da morte eram mulheres. O poder das mulheres estava centrado em questões fundamentais da vida em sociedade, em coisas comuns a todos. É claro e pungente que todas as tentativas de retirar a mulher desse lugar de centralidade e importância da vida social para colocá-la num lugar de submissão ao patriarca, de incapacidade, inaptidão, irracionalidade, impureza, histerização e medicalização demonstram claramente o quanto esse lugar em que buscam colocar a mulher é construído socialmente através da estrutura patriarcal misógina e mantido pela ideologia dominante. Portanto, é parte deste trabalho a certeza de que os papéis atribuídos a homens e mulheres no interior dessa sociedade podem ser transformados no sentido de criação de novas relações sociais baseadas na apropriação coletiva do fruto do trabalho coletivamente produzido. É essencial a construção de novos valores e ações no interior da ordem patriarcal para que exista a possibilidade de um futuro planejado de consubstantividade humana.

## Referências

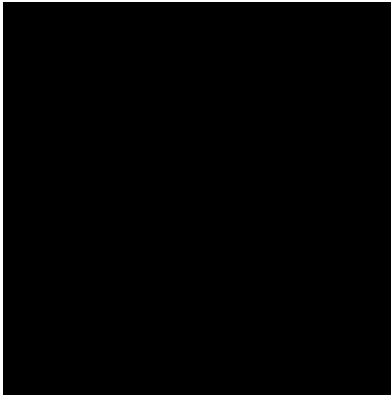
ALMEIDA, S.S. *Essa violência maldita*. In: Violência de gênero e políticas públicas/ Suely Souza de Almeida (Org.). Rio

- de Janeiro: UFRJ, 2007.
- ALMEIDA, S.; SAFFIOTI, H. *Violência de gênero poder e impotência*. Rio de Janeiro: Revinter, 1995.
- AROUCA, Escola Nacional de Saúde Pública. Projeto – Nascer no Brasil: Inquérito Nacional sobre Parto e Nascimento, 2014. Disponível em: <http://www6.ensp.fiocruz.br/nascerbrasil/principais-resultados2/>. Acessado em: mar. 2017.
- BRASIL, Ministério da Saúde. *Humanização do parto e do nascimento / Ministério da Saúde*. Universidade Estadual do Ceará. – Brasília: Ministério da Saúde, 2014. 465: il. – (Cadernos HumanizaSUS; v. 4).
- CAMPOS, A. Veiculado por agência de notícias portuguesa: Público em mai. 2013. Disponível em: <https://www.publico.pt/2013/05/27/sociedade/noticia/em-73-dos-partos-normais-as-mulheres-sao-cortadas-na-vagina-1595608>. Acessado em: 21 set. 2017.
- CATARINAS, Portal de notícias. *Morte materna e feminicídio de Estado: as vidas matáveis politicamente*, 2017. Disponível em: <http://catarinas.info/morte-materna-e-femicidio-de-estado-as-vidas-mataveis-politicamente/>. Acessado em: 10 de set. 2017.
- CHAUÍ, M. “Introdução”. In: LAFARGUE, Paul. O direito à preguiça. São Paulo: Hucitec; Unesp, 1999, pp. 9-56.
- COMISSÃO INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS. *Declaração da Convenção Interamericana para prevenir, punir e erradicar a violência contra a mulher*, “Convenção Belém do Pará”, 1994. Disponível em: <https://www.cidh.oas.org/basicos/portugues/m.Belem.do.Para.htm>. Acessado em 30 de mar. 2017.
- COSTA, F.J. *Ordem médica e norma familiar*. Rio de Janeiro: Graal, 1999.
- DINIZ, C.S. *Gênero, saúde materna e o paradoxo perinatal*. In: Revista Bras. Crescimento Desenvolvimento Humano. 2009; 19(2):313-326.
- EBC, Empresa Brasileira de Comunicação. Agência Brasil.

- Disponível em: <http://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2017-03/numero-de-cesarianas-cai-pela-primeira-vez-no-brasil>. Acessado em: 25 jul. 2017.
- \_\_\_\_\_. *Porcentagem de cesarianas dados internacionais*, 2013. Disponível em: <http://www.ebc.com.br/noticias/saude/2013/07/opcao-de-kate-middleton-diverge-com-a-da-maioria-das-brasileiras>. Acessado em: 24 ago. 2017.
- FEDERICI, S. *Calibã e a Bruxa*. São Paulo: Elefante, 2017.
- FOUCAULT, M. *História da sexualidade a vontade de saber*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2017.
- GELÉDES, Instituto da Mulher Negra. *Violência obstétrica e o viés racial*, 2016. Disponível: <https://www.geledes.org.br/violencia-obstetrica-e-o-vies-racial/>. Acessado em: jun. 2017.
- GEMASUSP, Grupo de Estudos Gênero, Maternidade e Saúde da Faculdade de Saúde Pública da USP. Disponível em: [https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4104005/mod\\_resource/content/1/MBFBF-guidelines.pdf](https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4104005/mod_resource/content/1/MBFBF-guidelines.pdf). Acessado em: 5 set. 2017.
- KEHL, R.M. *Deslocamento do feminino*. São Paulo: Boitempo, 2016.
- \_\_\_\_\_. *Ressentimento*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2015.
- KERGOAT, D. *Relações sociais de sexo e divisão sexual do trabalho*. In: *Gênero e Saúde*, LOPES M. MEYER, D.; WALDOW, V. (Orgs.). Porto Alegre: Artes Médicas, 1996.
- \_\_\_\_\_. *Divisão sexual do trabalho e relações sociais de sexo*. In: *Dicionário Crítico do Feminismo*, HIRATA, H. LABORIE, F. DAORÉ, H.; SENOTIER, D. (Orgs.). São Paulo: UNESP, 2009.
- LARA, Ricardo. *Introdução aos complexos categoriais do ser social*. In: *Revista Em Pauta* 2o Semestre de 2015- n. 36, v. 13, p. 269 – 292.
- LUKÁCS, G. *Prolegômenos para uma ontologia do ser social*. São Paulo: Boitempo, 2010.
- MACKINNON, C.A. *Hacia una teoria feminista del Estado*. Edições



- Cátedra. Universitat de València. Instituto de la mujer. 1989.
- MARTIN, E. *A mulher no corpo: uma análise cultural da reprodução*. Rio de Janeiro. Garamond, 2006.
- MARX, K. *Manuscritos econômico-filosóficos e outros textos escolhidos*. São Paulo: Nova Cultural, 1897 e 2011.
- MÉSZÁROS, I. *O desafio e o fardo do tempo histórico*. São Paulo: Boitempo, 2007.
- OKIN, S.M. *Gênero, o público e o privado*. Revista Estudos Feministas 16 [2], 305-332, maio-agosto/2008. Scielo: biblioteca digital, 2008.
- PARTO do Princípio. Artigos Científicos, 2015. <http://www.partodoprincipio.com.br/artigos-cientificos>. Acessado em 20 de dezembro de 2016.
- POUGY, L.G. *Notas sobre políticas públicas de gênero e Serviço Social*. Revista Praia Vermelha 22 [1], 159-175, julho-dezembro/2012. Rio de Janeiro: Outras Expressões, 2012.
- SAFFIOTI, H.B. *Posfácio: conceituando o gênero*. In: SAFFIOTI, H.; MUÑOZ-VARGAS, M. *Mulher brasileira é assim*. 271-283. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1994.
- \_\_\_\_\_. *Gênero, patriarcado e violência*. São Paulo: Expressão Popular, 2015.
- SANTOS, R.; SANTOS, R. Estação Científica (UNIFAP) <https://periodicos.unifap.br/index.php/estacao>. ISSN 2179-1902. Macapá, v. 6, n. 2, p. 43-52, maio/ago. 2016.
- THOMPSON, E.P. *Costumes em comum*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- TORNQUIST, C. *Parto e poder*. 2004. 376p. Tese (Doutorado em Antropologia) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2004.



# Estado e controle social

*Paula Kapp*

A compreensão do Estado e controle social nos marcos do capitalismo é necessária;perpassa a análise crítica sobre a dinâmica real das relações sociais e o modo como suas ações compõem essa mesma dinâmica e incidem sobre ela. Ao mesmo tempo em que é configurado pelas disputas de diferentes interesses das classes sociais, o Estado tem um papel ativo na manutenção da ordem social. As ações, políticas, instituições, órgãos e a burocracia do Estado se configuram e são configurados por uma realidade situada no tempo e no espaço, expressão das condições objetivas da vida social e, portanto, das condições materiais, econômicas, ideológicas, políticas, culturais, etc., de uma sociedade. Para Marx e Engels (2007),

A estrutura social e o Estado provêm constantemente do processo de vida dos indivíduos determinados, mas desses indivíduos não como podem aparecer na imaginação própria ou alheia, mas sim tal como realmente são, quer dizer, tal como atuam, como produzem naturalmente e, portanto, tal como desenvolvem suas atividades sob determinados limites, pressupostos e condições materiais, independentes de seu arbítrio (MARX; ENGELS, 2007, p.93).

A estrutura social nessa perspectiva é configurada a partir da divisão social do trabalho que nasce, ao mesmo tempo, com a distribuição desigual do produto do trabalho e do próprio trabalho, e com as primeiras formas de propriedade. “A divisão do trabalho e propriedade privada são expressões idênticas – numa é dito com relação à própria atividade aquilo que, noutra, é dito com relação ao produto da atividade” (MARX; ENGELS, 2007, p.37). Sendo assim, a divisão social do trabalho permite, pela primeira vez na história, a distinção entre os interesses particulares e privados, entre os interesses coletivos e públicos, e consequentemente, a contraditoriedade e luta desses interesses. É a partir dessa contradição que o interesse coletivo assume, como Estado, uma forma autônoma, separada dos reais interesses singulares e gerais e, ao mesmo tempo, como comunidade ilusória, mas sempre fundada sobre a base real dos laços existentes<sup>122</sup> (MARX; ENGELS, 2007, p.37).

Segundo Marx e Engels (2007, p.74), a

sociedade civil abarca o conjunto do intercâmbio material dos indivíduos no interior de um estágio determinado das forças produtivas. Ele abarca o conjunto da vida comercial e industrial de um estágio e, nessa medida, ultrapassa o Estado e a nação, apesar de, por outro lado, ela ter de se afirmar ante o exterior como nacionalidade e se articular no interior como Estado.

Pasukanis (1989, p.44) afirma que

o Estado não é apenas uma forma ideológica, mas também é, simultaneamente, uma forma de ser social. A natureza ideológica de um conceito não exprime a realidade e a materialidade das relações das quais ele é expressão.

O caminho desta problematização procura compreender as formas ideológicas que se configuram em cada período histórico, não apenas nas interpretações e representações acerca do conceito

---

122 Citação das anotações de Marx em *A Ideologia Alemã* (MARX; ENGELS, 2007).

do poder do Estado, mas devemos considerar o “papel ativo das formas ideológicas no processo global do metabolismo social” (MÉSZÁROS, 2008, p.162). Parte da necessidade de apreender a dinâmica real das relações concretas na qual ela é expressão, partindo do pressuposto de que “a utilização consciente das formas ideológicas é, com efeito, diferente de suas origens, que são geralmente independentes da vontade dos homens” (PASUKANIS, 1989, p.115).

Portanto, o Estado é uma realidade concreta, um poder que se materializa em instituições, agentes, ações, políticas, etc. Pasukanis (1989, p.44) afirma que o Estado é uma forma de ser social, expressão das determinações materiais da vida social, da divisão social do trabalho. A “realidade é, antes de tudo, o próprio aparelho de Estado com todos os seus elementos materiais e humanos. Antes de criar teorias acabadas, a burguesia constituiu seu estado na prática” (PASUKANIS, 1989, p.124).

O Estado como interesse coletivo adquire certa forma ideológica ilusória, capaz de ofuscar as disputas de interesses das classes antagônicas, ao apresentar-se como o interesse de todos, expressão de consenso e harmonia dos interesses individuais.

Pasukanis (1989), ao estudar o direito e o Estado, aponta que na Idade Média não havia distinção entre o interesse privado e o público. Apenas quando as relações mercantis se tornaram suficientemente extensas é que surgiu a necessidade de uma organização que permitia o desenvolvimento e a ampliação das trocas mercantis e que se objetivava na forma jurídica de direito privado e direito público, expressão da distinção entre os interesses individuais e coletivos. Essa distinção só se configurou na história da humanidade com o desenvolvimento do capitalismo.

A dominação de fato ganha um caráter pronunciado de direito público assim que nascem ao seu lado, independentes de si, relações vinculadas ao ato da troca, que são relações privadas por excelência (PASUKANIS, 1989, p.112).

Marx e Engels pontuam o surgimento do direito privado simultâneo à propriedade, tomados como algo natural das relações sociais e, conseqüentemente, como uma vontade geral e consensuada.

No direito privado, as relações de propriedade existentes são declaradas como resultado da vontade geral. O próprio *jus utendi abutendi* [direito de uso e consumo] denota, por um lado, o fato de que a propriedade privada se tornou plenamente independente da comunidade e, de outro, a ilusão de que a própria propriedade privada descansa na simples vontade privada, na disposição arbitrária das coisas (MARX; ENGELS, 2007, p.76).

Essa distinção entre o público e o privado conformará também a abrangência difusa do controle social no âmbito particular da vida de cada indivíduo/família, determinando a intervenção do Estado como resposta às expressões “questão social”. Assim, sua distinção perpassa a racionalização e a centralização que o Estado assume em um contexto sócio-histórico, a partir do aparato formal e público, mas também abarca e se funde com o privado por meio das formas ideológica, moral e cultural (COHEN, 1988).

O Estado burguês, situado como um poder centralizado sobre a sociedade, e simultaneamente o direito, como um “meio de ligação entre elementos sociais apartados” (PASUKANIS, 1989, p.109), expressa um poder decorrente das formas de organização e estruturação da sociedade quando esta chega a um determinado grau de desenvolvimento das forças produtivas e da ampliação da circulação de mercadorias. Na medida em que essa circulação se intensifica, complexificando as relações de troca e contribuindo para o desenvolvimento das forças produtivas, alteram-se também as condições de vida e as relações sociais.

De acordo com Marx e Engels (2007), o desenvolvimento da grande indústria, ou seja, o desenvolvimento das forças produtivas e do modo capitalista de produção e circulação de mercadorias, transformou profundamente a história, pois criou as grandes

idades industriais, universalizou a concorrência, os meios de comunicação e gerou o mercado mundial, reconfigurando, assim, as correspondentes relações entre as classes da sociedade.<sup>123</sup>

A mesma relação de produção constitui e personifica categorias antagônicas, portadoras de determinadas relações e interesses de classe, que se configuram e se reproduzem nas estruturas sociais. Assim, o Estado, enquanto instituição de poder, será expressão da disputa dos diferentes interesses de classe numa dada correlação de forças das lutas de classes, possuindo papel ativo na manutenção da ordem social e historicamente estabelecida. “O Estado aparece na medida em que os antagonismos de classes não podem objetivamente ser conciliados. E, reciprocamente, a existência do Estado prova que as contradições de classes são inconciliáveis” (LENIN, 2007, p.25).

Essa disputa de interesses de classes e a consequente hegemonia econômica, social e política de uma classe dominante expressa as configurações que o Estado assume de acordo com cada período histórico, bem como uma ideologia dominante e a cultura.

Como o Estado nasceu da necessidade de conter o antagonismo das classes, e como, ao mesmo tempo, nasceu em meio ao conflito delas, é, por regra geral, o Estado da classe mais poderosa, da classe economicamente dominante, classe que, por intermédio dele, se converte também em classe politicamente dominante e adquire novos meios para repressão e exploração da classe oprimida (ENGELS, 1980, p.193).

Em *A Ideologia Alemã*, Marx e Engels (2007, p.37) compreendem que as lutas travadas internamente na estrutura do Estado são expressões das disputas de interesses de classe da própria sociedade. Esse mesmo processo determina de forma recíproca a superestrutura jurídica que acompanha o processo de transformação jurídica das relações humanas a partir do desenvolvimento do capitalismo no século XIX. Ao mesmo tempo

---

123 “Criou pela primeira vez a história mundial, ao tornar toda nação civilizada e cada indivíduo dentro dela dependentes do mundo inteiro para a satisfação de suas necessidades” (MARX e ENGELS, 2007, p.60).

é expressão dessas relações ao engendrar profundas modificações de natureza objetiva nas relações sociais (MARX, ENGELS, 2007; PASUKANIS, 1989).

Contudo, como é inerente ao contexto de determinação das disputas de interesses entre as classes antagonicas, acaba por assumir e imprimir ações que fortalecem e reforçam os interesses da classe que detém a hegemonia da ordem produtiva e reprodutiva estabelecida historicamente. Assim, cabe ao Estado não só assegurar continuamente a reprodução e a manutenção da força de trabalho (tanto ocupada quanto excedente, que se realiza por meio de ações distintas), mas ele é

compelido (e o faz mediante os sistemas de previdência e segurança social, principalmente) a regular a sua pertinência a níveis determinados de consumo e a sua disponibilidade para a ocupação sazonal [da força de trabalho], bem como instrumentalizar mecanismos gerais que garantam a sua mobilização e alocação em função das necessidades e projetos do monopólio (NETTO, 2005, p.27).

Nessa perspectiva, o Estado e o direito na sociedade burguesa se constituem no sentido de normatizar as relações econômicas nas suas múltiplas e variadas estruturas, intervindo diretamente nas relações sociais e arbitrando os conflitos entre os diferentes sujeitos econômicos que passam a se configurar como sujeitos de direito.

É apenas na sociedade capitalista que se constituem relações a partir da noção de um indivíduo como um ser *uno*, dotado de singularidade, com vontades e interesses privados.

A forma jurídica da propriedade não está em contradição com a expropriação de um grande número de cidadãos, pois a condição de ser sujeito de direito é uma condição puramente formal. Ela define todas as pessoas como igualmente 'dignas' de serem proprietárias, não obstante não as torne proprietárias (PASUKANIS, 1989, p.101).



As teorias conservadoras da ordem do capital estão estruturadas a partir da concepção de sociedade (capitalista) como uma sociedade livre e de sujeitos livres para estabelecer contratos iguais de acordo com seus interesses e possibilidades. Nessa perspectiva, o comprador e o vendedor são igualmente sujeitos de direitos livres que, imbuídos de uma vontade autônoma, demandam um aparelho particular que arbitra e regula as relações.

Essa forma ofusca a real dominação do capital sobre o trabalho, e de forma particular, do capitalista sobre o trabalhador, pois

o assalariado não é coagido política e juridicamente a trabalhar para um empresário determinado, mas vende-lhe a força de trabalho mediante um contrato livre. Na medida em que a relação de exploração se realiza formalmente como relação entre dois proprietários de mercadorias ‘independentes’ e ‘iguais’, onde um, o proletariado, vende sua força de trabalho e o outro, o capitalista, compra-a, então o poder político de classe pode assumir a forma de um poder público (PASUKANIS, 1989, p.116).

Como sujeito formalmente livre para vender sua força de trabalho a partir de uma relação de compra e venda de mercadoria (força de trabalho), a subordinação do trabalhador à dinâmica capitalista não ocorre de forma direta, mas sim a partir de uma necessidade objetiva expressa através de um contrato livre. Desse mesmo modo também está situado o Estado como um “aparelho particular separado dos representantes da classe dominante, situado acima de cada capitalista singular e que figura como uma força impessoal” (PASUKANIS, 1989, p.116).

Essa força impessoal não atua, ou não intermedia diretamente cada relação de exploração de um capitalista singular com um trabalhador singular, mas, considerando que a relação de exploração se realiza formalmente como uma relação entre dois sujeitos de direitos, ou seja, entre dois proprietários de mercadorias independentes, livres e iguais, esse poder político e econômico de uma classe dominante assume uma forma de poder público, acima dos

interesses de cada sujeito. Em outras palavras, “na medida em que a sociedade representa um mercado, a máquina do Estado se realiza efetivamente como a vontade geral e impessoal, como autoridade de direito” (PASUKANIS, 1989, p.118). Está situado acima de todos e se dirige a todos como um poder público que visa o interesse dos membros particulares das relações jurídicas, um poder que não pertence a ninguém em particular.

O direito assume uma forma *estranha* ao indivíduo, como algo situado acima dos interesses individuais, independente e autorregulado. Segundo Pasukanis (1989), sua forma configura um processo de *abstração do direito* às determinações concretas da vida social que, associada à ideologia burguesa, compõe uma superestrutura ideológica e política. Assim, o direito cumpre um papel ativo de suma importância para o desenvolvimento e a estabilidade do processo global do metabolismo social.

Pasukanis não chegou a ter acesso às principais obras em que Marx desenvolve as análises sobre o direito,<sup>124</sup> contudo sua compreensão acerca da *abstração do direito* parte da mesma crítica desenvolvida por Marx e Engels (2007) em que situa o direito na sociedade burguesa como uma “ilusão jurídica”. Expressa, portanto, uma contradição insolúvel da própria estrutura social da ordem do capital, que se acaba tornando uma mera posse do direito de possuir os direitos, sem necessariamente estar impresso nas relações sociais. Assim, o direito burguês não passa de um *postulado legalista-formal e abstrato*, desvinculado das condições objetivas da vida social e do contexto em que se originam. Sua forma jurídica (o direito positivado, a ação, discurso e teorias jurídicas) desconsidera as mediações reais necessárias para sua efetivação concreta na vida dos sujeitos.

“A ilusão jurídica é uma ilusão não porque afirma o impacto das ideias legais sobre os processos materiais, mas porque o faz ignorando as mediações materiais necessárias que tornaram esse impacto totalmente possível” (MÉSZÁROS, 2008, p.163).

---

124 Com destaque para a Ideologia Alemã, que teve sua primeira publicação em 1932 na União Soviética. Pasukanis publicou sua principal obra em 1924 – *A Teoria Geral do Direito e o Marxismo*.

A crítica se situa na contradição gerada pelo desenvolvimento capitalista em que a apropriação privada (por poucos) dos meios de produção e dos bens socialmente produzidos é a consequente miséria e pobreza de muitos. Nesse sentido, a contradição entre o postulado formal do direito e a realidade inerente à dinâmica de desigualdade das relações sociais só pode ser examinada no campo da prática social.

Em termos jurídicos, o direito à propriedade privada (restrita a uma pequena parcela da população) implica na exclusão da apropriação efetiva da grande maioria dos bens produzidos socialmente.

Uma comunidade legitimadora só pode surgir sob forma bem abstrata, definindo as condições de seus membros participantes de tal modo que a determinação justificadora jurídico-formal de ‘igualdade diante da lei’ [...] deixe as relações materiais de poder absolutamente intactas (MÉSZÁROS, 2004, p.496).

É possível afirmar, então, que a igualdade jurídica formal é a contrapartida lógica e necessária da desigualdade econômica, expressa nas relações desiguais da vida cotidiana. Essa mesma premissa também se aplica ao Estado jurídico que cumpre uma função vital para a manutenção do modo de produção, como estrutura totalizadora de comando político do capital, pois mistifica a dominação burguesa, servindo como um “suporte legal supremo a toda rede de relações de exploração” (MÉSZÁROS, 2008, p.159).

A verdade prosaica de que o Estado na verdade não é a encarnação do ‘princípio de legitimidade’, mas das relações de poder prevaletentes, e que não é constituído a partir de decisões individuais soberanas, mas em resposta aos contínuos antagonismos de classe, permanece oculta sobre o véu da impressionante fachada teórica da ideologia dominante (MÉSZÁROS, 2004, p.493).

Na sociedade capitalista a noção de “sujeito de direito” compõe a forma jurídica da propriedade. Essa condição de sujeito porta-

dor de direitos é puramente formal; portanto, não se contradiz com a expropriação de um grande número de sujeitos dos bens socialmente produzidos. Ela define todas as pessoas como igualmente “dignas” de ser proprietárias, não obstante não as tornem proprietárias (PASUKANIS, 1989, p.101).

Nesse sentido, a forma jurídica que se configura na sociedade burguesa expressa de forma fetichizada a noção de um Estado que ordena e também a noção de que essas ordens são submetidas às normas gerais das leis, expressão de uma vontade comum e consensuada. Segundo Pasukanis (1989, p.120-121), essa forma jurídica do direito burguês que regulamenta não só o Estado como as relações sociais de forma geral “admite em primeiro lugar que não são pessoas que dão as ordens, mas o Estado, e, em segundo lugar, que estas ordens são submetidas às normas gerais das leis que exprimem a vontade do Estado”. Essa vontade do Estado se apresenta de forma abstrata na vida cotidiana, por representar o interesse impessoal da ordem, da manutenção da segurança capaz de garantir a paz e que, por isso, se transforma numa autoridade social, no poder público. Na formulação Marx,

todo e qualquer interesse comum foi imediatamente desvinculado da sociedade e contraposto a ela como interesse mais elevado, geral, subtraído à atividade dos próprios membros da sociedade e transformado em objeto da atividade governamental (MARX, 2011c, p.141).

O Estado, na teoria marxiana, assume a função de assegurar uma estabilidade social dentro da ordem burguesa, mantendo a vigilância e o controle da vida em sociedade. Para tanto, sua institucionalização, suas ações concretas, uma série de normas e leis foram e são criadas e reformuladas no intuito de garantir as necessidades específicas e conjunturais do padrão de desenvolvimento capitalista, sempre balizadas pela organização e pressão das classes sociais na disputa por seus interesses.

Marx, em *O 18 Brumário de Luís Bonaparte* (2011), afirma que as revoluções que ocorreram apenas aperfeiçoaram o aparato

estatal, mantendo-o como um poderoso instrumento de dominação de uma classe. De todas as formas, essa dominação não pode se apresentar na sua forma real, na sua essência, mas sim na aparência que a ofusca.

Pasukanis (1989) reforça essa compreensão de que o aparelho de poder do Estado expressa os interesses da classe dominante, permitindo que a dominação de classe não se apresente como é concretamente. O aparelho estatal e as formas de controle e coação por ele realizadas não se apresentam claramente como expressão e ações que mantêm o domínio de uma classesobre a outra, mas, ao contrário, assume uma forma impessoal, como um aparelho acima dos interesses particulares, que visa à manutenção da paz e do bem comum.<sup>125</sup>

As relações jurídicas e políticas por si sós não podem atuar como um corretivo ou uma imposição clara. Apresentam-se de forma abstrata como uma “necessidade de harmonizar as partes com o todo, enquanto obrigatoriamente permitem (e na verdade auxiliam ativamente) que as forças dominantes do complexo social antagonico sigam sua tendência objetiva de autoafirmação míope” (MÉSZÁROS, 2004, p.502).

O controle, a coação e o arbítrio, como uma função baseada na violência personalizada e direcionada por um indivíduo a outro indivíduo, contradiz as premissas básicas das relações entre livres proprietários de mercadorias.

A subordinação de um homem enquanto tal, como indivíduo concreto, significa na sociedade de produção mercantil, a subordinação ao arbítrio, pois isso significa a subordinação de um produtor de mercadorias a outro. Por isso a coação não pode surgir sob sua forma não mascarada, como um simples ato de oportunidade. Ela deve aparecer como uma coação proveniente de uma pessoa coletiva abstrata e que não é exercida no interesse do indivíduo do qual provém

---

125 Uma expressão clássica desse pensamento conservador burguês pode ser identificada nas elaborações de Durkheim (2002 e 2008), no que tange a formas de coesão e coerção social.

– pois cada homem é um homem egoísta na sociedade de produção mercantil – mas no interesse de todos os membros particulares das relações jurídicas. O poder de um homem sobre outro homem é transposto para a realidade como um poder de uma maneira objetiva, imparcial (PASUKANIS, 1989, p.118-119).

Podemos observar, assim, a estreita e histórica vinculação em escalas maiores ou menores, entre Direito e arbítrio, expressão de uma sociedade de classes sociais antagônicas. Decorre, portanto, do ordenamento capitalista a normatização da repressão e do controle social voltada primordialmente para garantir a regulamentação do mercado capitalista (MANDEL, 1982; PASUKANIS, 1989).

Ainda, é necessário reforçar que o processo de positivação dos direitos civis, políticos e sociais é resultado de um momento histórico determinado e corresponde ao contexto das lutas que as classes sociais travaram por sua emancipação e pelo reconhecimento formal e efetivo de seus direitos, resguardando também as particularidades de cada país. Esse aspecto aponta para uma contraditoriedade histórica na positivação dos direitos e o papel do Estado na sua garantia, numa tensão entre concessão e conquistas. Concessão, pois contribui com o ordenamento do capital, na medida em que mantém suas bases ideopolíticas ao promover um consenso social e político aparente e a subordinação socioestrutural do trabalho ao capital. Porém os direitos positivados são simultaneamente uma conquista da classe trabalhadora, pois é somente com a mobilização e reivindicação dos trabalhadores pelo reconhecimento de seus direitos que os processos de abertura democrática e ampliação dos direitos passam a ser efetivados. Nesse sentido, os direitos políticos, civis e sociais constituem-se como uma relevante estratégia de enfrentamento das desigualdades sociais geradas pela reestruturação capitalista, tensionando a hegemonia burguesa e o modo de produção e reprodução socioeconômico do capital na luta por sua ampliação, efetivação e universalização.

Como a organização do capital, do trabalho e do Estado são temporária e espacialmente simultâneas e codeterminadas, o Estado passou por um processo de ampliação democrática, tanto determinado pelas necessidades de reprodução do capital, quanto em razão das disputas de interesses das classes sociais antagônicas. Contudo, tratando-se da ordem social regida pelos interesses do capital, mesmo com a ampliação de suas instâncias decisórias e executivas, o Estado não perde sua natureza de classe. Há uma certa autonomia relativa do Estado para com as determinações de suas múltiplas, micro e macroestruturas sintetizadoras da ordem socioeconômica, na conformação de consensos e suas formas de controle direto; contudo, a história demonstra que suas ações continuam garantindo a legitimação político-social e a consolidação da hegemonia do capital. Essa autonomia não é plena, pois, enquanto estrutura de comando político abrangente do sistema do capital; o Estado só existe na relação entre capital e trabalho e possui uma espessa materialidade como estrutura de comando fundamental.

Essa autonomia se mantém sendo balizada por forças e pressões que lhes são externas, correspondentes à estrutura da sociedade burguesa, isto é, com uma hierarquia de classe e diferenças entre si (MANDEL, 1982). Situa-se aí o caráter necessariamente transitório do Estado, que só é mantido e o é somente até o momento em que “seu relacionamento simbiótico com as estruturas do poder material da ‘sociedade civil’ permanecer historicamente viável” (MÉSZÁROS, 2004, p.493). Assim, seu papel fundamental de arbitragem é aceito sem contestação até pelo mais ferrenho defensor do liberalismo.

## **Controle social**

No período imperialista do capital, o Estado acompanha as necessidades do padrão de desenvolvimento capitalista, incorporando e consolidando ainda mais sua estrutura.

O imperialismo – época do capital bancário, época dos gigantes monopólios capitalistas, época em que o capitalismo dos monopólios se transforma, por via de crescimento, em capitalismo de monopólios de Estado – mostra em particular, a extraordinária consolidação da ‘máquina governamental’, o inaudito crescimento do seu aparelho administrativo e militar, ao mesmo tempo em que se multiplicam as repressões contra o proletariado, tanto nos países monárquicos quanto nos mais livres países republicanos (LENIN, 2007, p.51).

Essa dependência do Estado em relação aos bancos, por contração de dívidas públicas, passa a ter, no período imperialista, uma maior evidência, demonstrando a estreita vinculação/dependência do Estado com os interesses capitalistas. Mézáros (2002) salienta que a intervenção do Estado na economia se mantém necessária e, por muitas vezes, como a única forma de solução das crises de produção e circulação. Está condenado pelo próprio sistema a acelerar e intensificar a maturação das contradições inerentes ao sistema de metabolismo do capital. Nesse sentido, o Estado burguês encarna as contraditórias e irreconciliáveis relações socioeconômicas estruturantes da sociedade, ao mesmo tempo em que é uma exigência para manter a produtividade do sistema de metabolismo do capital.

A articulação da estrutura abrangente do comando político do capital na forma do Estado moderno representa ao mesmo tempo um ajuste adequado e um total desajuste em relação às estruturas metabólicas socioeconômicas básicas (MÉSZÁROS, 2002, p.122).

Vimos anteriormente a homologia entre as esferas de produção material e as estruturas do Estado relacionadas ao seu sistema de metabolismo social baseado na hierarquização do trabalho subordinado aos interesses do capital. As relações sociais que emergem dessa divisão social do trabalho fazem com que os indivíduos se distribuam de forma particular nas estruturas hierarquizadas do processo de trabalho, realizado de forma espontânea no re-



lacionamento de domínio e subordinação referente ao controle da produção juntamente com sua execução. É somente dessa relação que pode emergir a estrutura de comando e controle do Estado e sua relativa autonomia frente aos processos sociais. Por isso, o Estado é apresentado como a encarnação do princípio da legitimidade, ao lado da pretensão de que essa legitimidade emana diretamente das intermediações dos interesses dos indivíduos.

Assim, o Estado possui um papel ativo na criação de consensos em relação às crenças ideológicas, pois, mesmo de maneira contraditória e complexa – portanto não se dá de forma direta –, a intervenção do Estado na administração das disfunções e conflitos é uma dimensão prática da realidade social (MÉSZÁROS, 2004).

O Estado e o direito moderno “enel intento de contenerla-violencia, ha terminado por ocultarla, excluyendodel pacto losujetos débiles, haciendo juridicamente invisible la desigualdad y la violencia estructural en la sociedad” (BARATTA, 2006, p.176). Nesse sentido, suas ações configuram o controle social com a população, sendo um instrumento imprescindível para a manutenção do *status quo*, mesmo que suas instituições e ações singulares possam se apresentar disformes, desorientadas e muitas vezes desconexas.

Como é derivado da capacidade de se impor às demandas a ele apresentadas, ampliando sua intervenção para além da sua constitucionalidade e materialidade jurídica e política, o “Estado é necessariamente uma estrutura hierárquica de comando” material do metabolismo socioeconômico (MÉSZÁROS, 2004, p.493). Nesse sentido, o Estado e o controle por ele realizado não têm origem em si mesmos, nem suas instituições se originam nelas mesmas – desde os seus aparatos burocráticos, repressivos, às suas instituições culturais-ideológicas, e o poder judiciário; são arquitetadas de forma planejada e ordenada para atingir um objetivo previamente delimitado. É importante ser destacado que o conteúdo da arbitragem e do controle do Estado, os instrumentos e instituições que lhe imprimem materialidade não têm sua origem apenas na esfera legal e política.

Essa relação homóloga e de interdependência entre as tomadas de decisão do Estado e suas estruturas de poder com as formas de produção e reprodução do capital correspondem ao processo contraditório configurado pela subordinação do trabalho ao capital a partir da divisão social do trabalho. O capitalismo possui uma autodeterminação espontânea de regulação das relações sociais e dos modos de controle específicos, por meio das mediações de segunda ordem alienantes e reificadas no mercado de trabalho e na circulação de mercadorias, no consumo e no mercado financeiro. É nesse modo de regular as relações que o Estado desempenha suas funções de controle, encarnando as relações de poder predominante.

Ao considerar a complexidade da vida social, é evidente também que o Estado não possui ramificações, nem poderá tê-las de modo suficiente para estabilizar o domínio, a subordinação de todos os sujeitos, e encarar a gama variada de exigências relacionadas à vida cotidiana, em seus diversos níveis e ramos.

A autoridade controladora e coordenadora global do Estado capitalista é trazida à existência e constantemente é reproduzida pela rede onipresente de estruturas metabólicas substantivas que espontaneamente controla, em sua parcialidade e especificidade, cada unidade constitutiva do processo de trabalho capitalista, assim como as correspondentes determinações distributivas (MÉSZÁROS, 2004, p.500).

O Estado burguês, como um agente corretivo, complementar às formas econômicas do capital, é uma “estrutura hierárquica de comando material da própria ordem socioeconômica estabelecida” (MÉSZÁROS, 2004, p.494), opera no plano das unidades reprodutivas fundamentais do ordenamento capitalista, procurando abranger a totalidade das estruturas produtivas isoladas e as formas de intercâmbio do capital em um sistema produtivo social antagônico. Atua como um corretivo, compatível a essa dinâmica contraditória, no sentido de realizar e promover os ajustes necessários aos limites impostos pelo sistema sociometabólico do capital.

No que tange à produção e ao controle, a possibilidade que a forma legal do Estado moderno possui na administração das desigualdades e dos antagonismos gerados pelo modo de produção e reprodução do capital é tanto eficaz quanto uma exigência para o exercício da dominação e subordinação do trabalho ao capital e, de forma singular, do trabalhador aos ditames do capital. Isso ocorre pela capacidade que o Estado possui, com sua estrutura jurídica, de proteger a propriedade privada e os meios de produção, como também de regular as relações no processo de reprodução social. Segundo Mészáros (2002, p.122),

é literalmente vital para manter sob controle (ainda que incapaz de eliminar completamente) os antagonismos que estão sempre surgindo da dualidade disruptiva dos processos socioeconômicos e políticos de tomada de decisão sem os quais o sistema do capital não poderia funcionar adequadamente. [...] o Estado reforça a dualidade entre produção e controle e também a divisão hierárquico/estrutural do trabalho, de que ele próprio é uma clara manifestação.

O Estado, com sua ação corretiva, não é capaz de garantir uma unidade às contradições do modo de produção e circulação do capital, mas pode (e o faz de forma eficaz) contribuir para a necessidade de expansão e acumulação do capital. Para tanto, deve organizar e ajustar sua função reguladora com o dinamismo do processo reprodutivo social e econômico, “complementando politicamente e reforçando a dominação do capital contra as forças que poderiam desafiar as imensas desigualdades na distribuição e no consumo” (MÉSZÁROS, 2002, p.107).

O campo político e ideológico em que se objetivam as ações do Estado geradoras de consensos conforma um modo mais eficaz de controle do que a dominação pela imposição direta de repressão, pela utilização de métodos repressivos do Estado. Essas ações se expressam também pelas estruturas ideológicas e políticas, bem como pelas formas teóricas e culturais. Constrói-se como viável e necessária uma ordem social controlável dentro do sistema

metabólico do capital, como possível de ser formada conscientemente por todos os indivíduos que a compõem, sem alteração das desigualdades sociais estruturantes da sociedade burguesa.

As racionalizações típicas da ideologia dominante propõem a existência de certo equilíbrio saudável e natural na relação entre produção e consumo, sugerindo que o livre mercado caminhe para uma expansão realizável e sem limites, provocando uma falsa impressão de que há uma coesão e unidade possível de ser administrada.

Por fim, nos períodos de crise, a contradição entre produção e circulação do capital implica na necessidade de criar alguma unidade entre ambas para manter e completar o ciclo reprodutivo do capital em escala global. Essa necessidade advém da própria forma inerente ao capital e suas estruturas internamente fragmentadas, que demandam um controle político operado pelas estruturas de correção e controle global, formado historicamente pelos Estados nacionais.

É esta completa 'ausência' ou 'falta' de coesão básica dos microcosmos socioeconômicos constitutivos do capital – devida, acima de tudo, à separação entre o valor de uso e a necessidade humana espontaneamente manifesta – que faz existir a dimensão política do controle sociometabólico do capital na forma do Estado moderno (MÉSZÁROS, 2002, p.123).

Sabemos que essa forma de controle corretivo é inviável, em sentido estrito, dentro do ordenamento do sistema do capital, com sua circulação globalizada e cada vez mais transnacionalizada; porém, o Estado é capaz de atuar como uma estrutura separada de comando político legal nas relações político-econômicas globalizadas, incluindo a criação de organismos internacionais que possuem legitimidade de sugerir e atuar nos Estados nacionais. Tais mecanismos internacionais têm imprimido ações com claras intenções político-econômicas favorecedoras do grande capital, basta ver os últimos posicionamentos da ONU nas guerras e conflitos no Oriente Médio, para citar um exemplo.

Contudo, as configurações internas diferenciadas entre os Estados nacionais imprimem uma forma dual do capitalismo globalizado que, no campo político e legal, pode também assumir formas mais autoritárias de comando e controle, geralmente entre os países de economia periférica, sendo que

a base comum de determinação de todas as práticas essenciais no interior da estrutura do sistema do capital, desde a reprodutiva econômica direta até as funções reguladoras mais mediadas do Estado, é o imperativo estrutural orientado para a expansão do sistema a que se devem adaptar os diversos órgãos sociais que atuam sobre a regra do capital (MÉSZÁROS, 2002, p.120).

O Estado, como pré-requisito indispensável, inerente ao funcionamento do sistema do capital, atua nas macro e microestruturas sintetizadoras da ordem socioeconômica e nas interações das unidades particulares de produção entre si. Afeta, portanto, desde os níveis mais abrangentes desse metabolismo social, como os intercâmbios locais mais particulares. Suas estruturas materiais reprodutivas

estendem sua influência sobre todas as coisas, desde os instrumentos rigorosamente repressivo/materiais e as instituições jurídicas do Estado, até as teorizações ideológicas e políticas mais mediadas de sua *raison d'être* e de sua proclamação da legitimidade (MÉSZÁROS, 2002, p.125).

Nesse sentido, suas ações podem se estruturar de forma direta ou indiretamente, ou seja, ocorre pela ação direta do Estado na economia, garantindo a necessidade do capital por um vetor extraeconômico que interfira no ciclo de produção e circulação capitalista, e também na dinâmica sociopolítica, como uma instituição político-ideológica para a obtenção de consensos e de coesão social. Esta última ocorre por meio da regulamentação direta nas relações entre capitalistas e trabalhadores, com a força de trabalho ocupada de forma regular e/ou formal, ou pelos

sistemas de seguro social, com a força de trabalho que está lançada no exército industrial de reserva, ou seja, do trabalhador desempregado, com vínculos de trabalho precarizados, irregulares e informais, dentre outros. Como estrutura de comando, o Estado atua de forma direta ao promover as necessidades reais da sociedade por meio das políticas sociais (tais como educação, saúde, os sistemas de seguridade social, como veremos adiante), no sentido de preservar o controle da força de trabalho (NETTO, 2005, p.31). Podemos citar o exemplo do Estado intervencionista keynesiano,<sup>126</sup> indissociável do padrão de acumulação fordista que predominou no pós-guerra até a crise dos finais dos anos 1960 e a década de 1970, ou suas formas contemporâneas neoliberais que associam um alargamento da dimensão punitiva e repressiva com políticas sociais precarizadas e focalizadas.

Netto (2005) destaca ainda outras funções diretas, tais como: a inserção nos setores básicos não rentáveis e que fornecem matérias-primas fundamentais para o capital a baixo custo; assumir o controle de empresas capitalistas em crise de forma direta, ou indireta, por meio de financiamento ou arcando com os custos trabalhistas (para citar dois exemplos); negociando e/ou perdendo dívidas de empresas com o Estado; a construção de complexos construídos com fundo público e entregues para os monopólios posteriormente (como estradas, estádios, etc.), “subsídios imediatos aos monopólios e garantia explícita de lucro pelo Estado” (NETTO, 2005, p.25), dentre outros.

As formas indiretas podem ser identificadas pela encomenda e compra do Estado aos grupos monopolistas, assegurando grandes possibilidades de valorização do capital e do monopólio, principalmente nas indústrias bélicas e nos setores de serviços; na

---

126 Resumidamente, baseava-se na intervenção do Estado como forma de administrar e corrigir os desequilíbrios do modo de produção capitalista (modelo fordista), a partir, por exemplo, da implementação de uma política fiscal e creditícia, com investimentos diretos, principalmente nos períodos de crise; a intervenção direta na relação entre capital e trabalho, com a preservação do salário como forma de manter e viabilizar o consumo em massa, e a garantia dos mínimos sociais, desonerando o capital da manutenção da força de trabalho. Para aprofundamento do tema ver: Behring; Boschetti (2007), Mota (2005), Netto (2005), dentre outros.

sinalização e direção do desenvolvimento e maximização de lucros, e também por outros subsídios, tais como: investimentos públicos de infraestrutura, preparação/formação/qualificação da força de trabalho necessária ao padrão de desenvolvimento do capital, como também nos gastos com pesquisas (NETTO, 2005). Essa questão pode ser observada com muita clareza nos processos de privatização ocorridos no Brasil nos finais da década de 1980 e 1990, como por exemplo o sistema de transporte, de distribuição de energia, os bancos, ou as concessões de administrações de vias públicas e estradas, dentre outros. Essas ações transferem a riqueza social produzida com recursos públicos para os grupos monopolistas e colaboram para a desnacionalização da economia.

Quando se trata do reconhecimento formal dos direitos sociais,<sup>127</sup> verifica-se que os processos de positivação jurídica e promoção dos direitos por meio das políticas públicas sociais estão vinculados simultaneamente e são codeterminados por dois movimentos: o das pressões políticas deflagradas pela classe trabalhadora para o reconhecimento e garantia das conquistas sociais e o das necessidades relacionadas com a valoração do capital, no que diz respeito à socialização dos custos de reprodução e manutenção da força de trabalho.

Como as funções econômicas e políticas do Estado são indissociáveis, as estratégias de enfrentamento das expressões da “questão social” pelas políticas públicas configuram um sistema gerador de consensos e controle social, com dimensões amplas e variadas de disciplinamento, coerção e coesão social.

O Estado burguês no capitalismo monopolista procura administrar as expressões da ‘questão social’ de forma a atender as demandas da ordem monopólica conformando, pela adesão que recebe de categorias e setores cujas demandas incorpora, sistemas de consenso variáveis, mas operantes (NETTO, 2005, p.30).

---

127 Com destaque para aqueles que estão relacionados à seguridade social – saúde, assistência social e previdência.

As políticas sociais que abarcam as garantias e direitos sociais se apresentam de maneira limitada e refratária às manifestações da “questão social”, pois, caso estruturassem ações que superassem sua problemática, quer seja a relação capital/trabalho, estaria colocando em xeque o ordenamento capitalista. “A ‘questão social’ é atacada nas suas refrações, nas suas sequelas apreendidas como problemáticas cuja natureza totalizante, se assumida consequentemente, impediria a intervenção” (NETTO, 2005, p.32).

Outra forma de regulação social correspondente às formas diretas do Estado ocorre por meio da estrutura e aparato punitivo e repressivo criminal, na administração do monopólio do uso legítimo da força pelo aparato de polícia e na administração e regulação da produção e circulação do mercado bélico. A punição e a repressão são seletivas, historicamente voltadas quase que exclusivamente para a classe trabalhadora pobre, cumprindo a função de reprimir os desvios sociais como forma de manter a ordem social do sistema sociometabólico do capital.

Compreendemos que esse aspecto aponta para a dimensão ou natureza do controle social operado pelo Estado monopolista, pois, na medida em que não confronta diretamente as determinações da “questão social”, no sentido de superá-las, suas ações atuam nas refrações dessas manifestações e no controle dos dissensos e conflitos, amenizando as sequelas que poderiam colocar em xeque o ordenamento socioeconômico do capital. Adquire, portanto, uma fundamental importância para a manutenção da hegemonia capitalista, ao garantir o padrão necessário à base sociometabólica do capital, no sentido de criar formas de coesão social e hegemonia pelo controle social direcionado objetivamente para a classe trabalhadora e extratos pauperizados da população, mesmo que em sua forma universal abstrata e fetichista.

Ao articular suas funções econômicas e políticas, o Estado monopolista busca se legitimar politicamente com o alargamento da sua base de sustentação social a partir do direcionamento e realização das políticas públicas, que, por sua vez, podem se distanciar ou aproximar da generalização de direitos e garantias sociais. Ainda, procura se articular com outros protagonistas



sociopolíticos para organizar um consenso mínimo capaz de assegurar seu desempenho.

Suas respostas advêm tanto de ações proativas quanto reativas às “questões sociais” e formas de descenso e conflitos que tensionam a hegemonia da base sociometabólica do capital, no sentido de manter a integração e a ordem por meio do controle, da coesão e da coerção. Ou seja, o controle coercitivo e de coesão social podem se configurar por meio de ações reativas, agindo posteriormente aos processos sociais geradores de descenso, tidos como ilegais, imorais, problemáticos, indesejáveis, ou suas ações podem se organizar de forma proativa, procurando prevenir esses fatos.

As objetivações materiais da estrutura de ação direta do Estado são resultado de determinações recíprocas, que envolvem as estruturas econômicas inerentes ao sistema de produção e reprodução social e as formas subjetivas, ideológicas e políticas de sua base social. Essa estrutura é configurada pelas políticas públicas voltadas para as refrações da “questão social” e para a manutenção do metabolismo social na sua forma repressiva e nas formas garantidoras dos direitos sociais. Assim, as políticas públicas criminais e sociais são um campo extremamente complexo e contraditório que expressa a estruturação do Estado na regulação do sistema de metabolismo social, sendo uma das formas de controle social objetivadas na sociedade capitalista.

Ao atuar direta e indiretamente na manutenção da ordem do capital, o Estado, como *agente totalizador* (MÉSZÁROS, 2002), estrutura ações de controle social na manutenção dos padrões socioeconômicos desse ordenamento. Mesmo que incorpore reivindicações dos trabalhadores e amplie sua dimensão democrática, o faz limitado, pois não altera as estruturas basilares do capital. O reconhecimento formal e a positivação de direitos, a implementação de políticas sociais, o alargamento da estrutura democrática e participativa, mesmo trazendo melhorias nas condições de vida da classe trabalhadora e às frações pauperizadas da população, não são capazes de superar a exclusão e a desigualdade social, mesmo ampliando seu processo democrático e incorporando demandas e anseios da população.

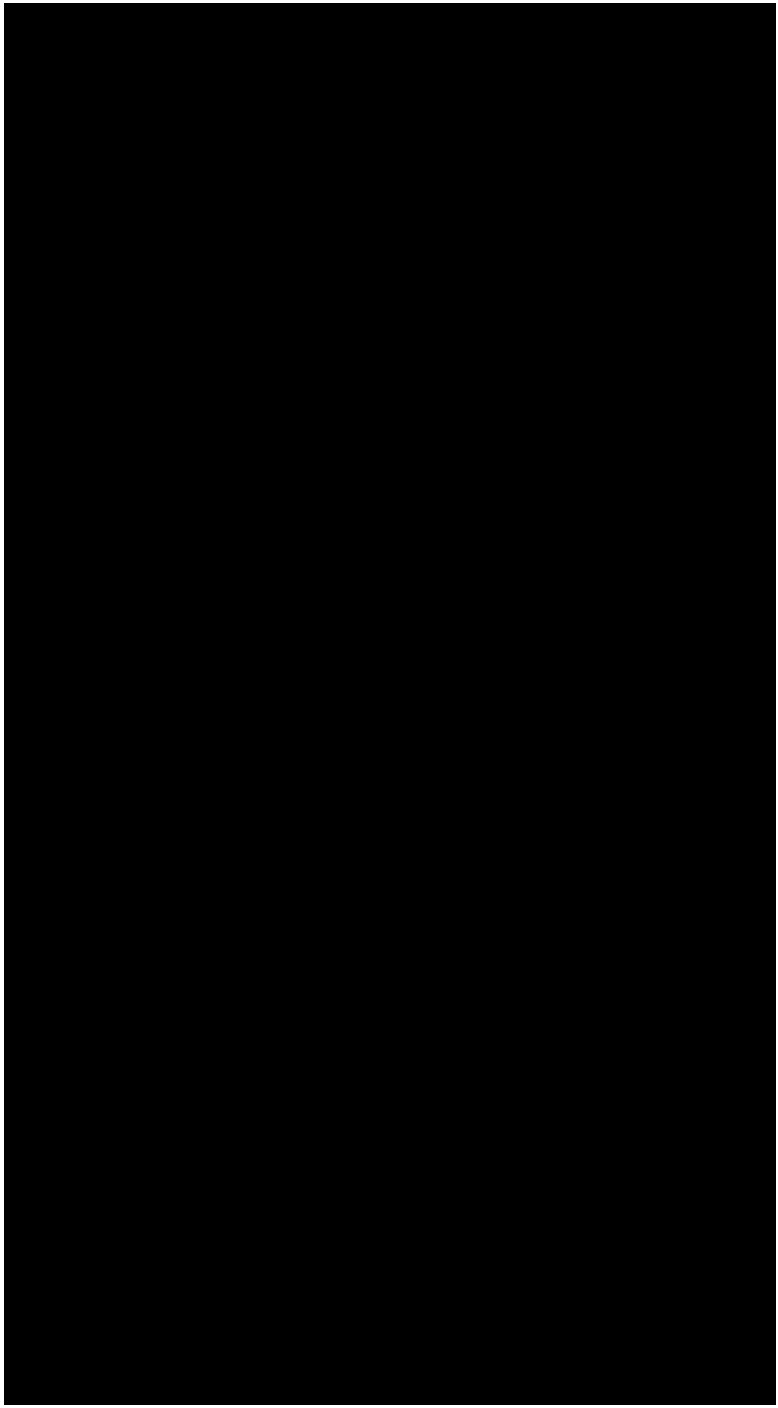
## Referências

- BARATTA, A. *Criminología y sistema penal*. Montevideo: Buenos Aires: Editoria BdeF, 2006.
- BEHRING, E.R.; BOSCHETTI, I. *Política social: fundamentos e história*. São Paulo: Cortez, 2007, 2ª ed.
- COHEN, S. *Visiones de control social: delitos, castigos y clasificaciones*. Barcelona, PPU, 1988.
- DURKHEIM, É. *As regras do método sociológico*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2002.
- \_\_\_\_\_. *Lições de Sociologia*. São Paulo: Martins Fontes, 2002b.
- \_\_\_\_\_. *Divisão do trabalho e suicídio*. In: RODRIGUES, José A. (org.). *Durkheim*. Coleção grandes cientistas sociais. Ática: São Paulo, 2008a.
- \_\_\_\_\_. *A educação moral*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008b.
- ENGELS, F. *A origem da família, da propriedade privada e do Estado*. Trad. Leandro Konder. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.
- LENIN, V.L. *O Estado e a revolução: o que ensina o marxismo sobre o Estado e o papel do proletariado na revolução*. 1ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2007.
- MANDEL, E. *O capitalismo tardio*. São Paulo, Abril Cultural, 1982.
- MARX, K. *O 18 de brumário de Luís Bonaparte*. São Paulo: Boitempo, 2011.
- MARX, K.; ENGELS, F. *A ideologia alemã*. São Paulo: Boitempo, 2007.
- MÉSZÁROS, I. *Para além do capital*. São Paulo, Boitempo, 2002.
- \_\_\_\_\_. *O poder da ideologia*. São Paulo, Boitempo Editorial, 2004.
- \_\_\_\_\_. *Desenvolvimentos capitalistas e “direitos do homem”*. In: Filosofia, Ideologia e Ciência Social. São Paulo: Boitempo, 2008.

- MOTA, A.E. *Cultura de crise e seguridade social: um estudo sobre as tendências da previdência e da assistência social brasileira nos anos 80 e 90*. 3ª ed. São Paulo: Cortez, 2005.
- NETTO, J.P. *Capitalismo monopolista e Serviço Social*. São Paulo: Cortez, 2005.
- PASUKANIS, E.B. *A teoria geral do direito e o marxismo*. Apresentação e tradução de Paulo Bessa. Rio de Janeiro: Renovar, 1989.



**Autoras  
e autores**



## **Teoria Social, Formação Social e Serviço Social**

### **Marcos Botelho**

Assistente Social e Professor da Escola de Serviço Social da UFRJ (ESS/UFRJ). Doutor em Serviço Social pela UFRJ (2018).  
*marcospotelho@gmail.com*

### **Mariana Miéres**

Assistente Social e Mestre em Serviço Social pela UFRJ (2018).  
*mariana.mmieres@gmail.com*

### **Camila Carduz Rocha**

Assistente social e economista formada pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Mestre em Serviço Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro.  
*camilacarduzrocha@yahoo.com.br*

### **Ana Paula Procópio**

Docente da Faculdade de Serviço Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ. Doutora em Serviço Social (UERJ, 2017). Mestre em Serviço Social (UERJ, 2009). Possui graduação em Psicologia (UGF, 1996) e em Serviço Social (UERJ, 2007).  
*anapaulaprocopio@yahoo.com.br*

### **Gleyce Figueiredo de Lima**

Assistente Social e Doutora em Serviço Social pela UFRJ (2017). Diretora de pesquisa, extensão e assistência estudantil no Instituto Federal do Rio de Janeiro (IFRJ), Campus São Gonçalo.  
*gleylima@hotmail.com*

## **Trabalho, Lutas Sociais, Política Social e Serviço Social**

### **Alexandre Aranha Arbia**

Doutor em Serviço Social pelo Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Mestre e Bacharel em Serviço Social pela Universidade Federal de Juiz de Fora. Professor Adjunto do curso de Serviço Social da Universidade Federal de Ouro Preto.

*aarbia@gmail.com*

### **Antônio Gabriel Santana Martins**

Doutor em Serviço Social (2016), pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

*gabriel.martins@ufsc.br*

### **Cynthia Studart Albuquerque**

Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da UFRJ. Mestre em Sociologia pela UFC e Graduada em Serviço Social pela UECE. Professora do Curso de Serviço Social do Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE).

*cynthiastudart@yahoo.com.br*

### **Janáina Lopes do Nascimento Duarte**

Assistente Social, Doutora em Serviço Social (PPGSS / Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ). Mestre em Serviço Social (PPGSS / Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN). Professora Adjunta do Departamento de Serviço Social da Universidade de Brasília (UnB).

*jana.lopesduarte@gmail.com*

### **Marisol Valencia**

Assistente Social da Universidade de Antioquia em Medellín-Colômbia. Mestre em Serviço Social da Universidade Federal de Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil 2012-2014. Doutoranda 2014-2018 PPGSS(UFRJ).

*marisolvalenciascient@gmail.com*



## **Cultura e Serviço Social**

### **Mariana Oliveira Decarli**

Assistente Social formada pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e mestra em Serviço Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).  
*mmariana.as@gmail.com*

### **Júlia de Paula**

Professora da Escola de Serviço Social da Universidade Federal Fluminense (UFF/Niterói). Graduação, mestrado e doutorado pela Escola de Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro.  
*depaula.julia@yahoo.com.br*

### **Camila Cunha Arnaldo Cavalcante**

Assistente Social, atua na Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro. Doutoranda pelo Programa de Pós-Graduação da Escola de Serviço Social da UFRJ. Mestre e graduada pela ESS / UFRJ.  
*camilacunharj@gmail.com*

### **Caio Schaffer**

Assistente Social do Poder Judiciário do Estado do Rio; graduação em Serviço Social pela ESS/UFRJ. Especialista em Saúde da Família e Comunidade na modalidade Residência (HESFA/UFRJ). Mestre em Serviço Social pelo PPGSS/ESS/UFRJ.  
*caioschaffer@hotmail.com*

### **Paula Kapp**

Professora Adjunta da Faculdade de Serviço Social da Universidade Federal Fluminense, no Pólo Universitário de Rio das Ostras. Doutora e Mestre em Serviço Social pela Escola de Serviço Social – UFRJ. Possui graduação em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (2001) e especialização em Segurança Pública pelo Curso em Segurança Pública, Cultura e Cidadania da Faculdade Nacional de Direito da UFRJ.  
*paulakappr@ yahoo.com.br*



A Coleção Carlos Nelson Coutinho foi projetada e diagramada entre julho e setembro de 2018 pelo Setor de Publicações e Coleta de Dados da Escola de Serviço Social da UFRJ para impressão *offset* em papel Pólen Soft 80g/m<sup>2</sup>, com tiragem de 500 exemplares por volume, em outubro de 2018. Esta edição foi adaptada para o suporte digital entre outubro e novembro de 2020. A charge, originalmente no verso das orelhas, é de Mauro Iasi. A fonte utilizada é a Adobe Jenson Pro 12/15,2pt.

**I****II****III****IV****V****VI**

A **Coleção Carlos Nelson Coutinho**, organizada pelo Programa de Pós-graduação em Serviço Social da UFRJ, cumpre dois principais objetivos: homenageá-lo como Professor Emérito e Titular da Escola de Serviço Social, por sua profunda e extensa contribuição ao pensamento crítico na sociedade brasileira; e divulgar o conhecimento produzido por docentes e discentes vinculados ao Programa, bem como pelos pesquisadores nacionais e internacionais que participaram de nossa Jornada Internacional - JIPA, realizada em março de 2018.

Esta coleção é composta por seis volumes com textos de autorias diversas, compilados na seguinte ordem: ensaios de Carlos Nelson Coutinho (v. I); conferências dos participantes da JIPA (v. II); artigos de discentes que concluíram suas dissertações e teses (v. III); artigos de docentes vinculados à Área de Concentração *Teoria Social, Formação Social e Serviço Social* (v. IV); artigos de docentes vinculados à Área de Concentração *Trabalho, Lutas Sociais, Política Social e Serviço Social* (v. V); e artigos de docentes vinculados à Área de Concentração *Cultura e Serviço Social* (v. VI).

Destacamos a importância do financiamento da CAPES para a publicação desta coleção e desejamos a tod@s uma excelente leitura.

*Rosana Morgado*

COORDENADORA DO PPGSS-UFRJ